UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BIANCA BARBOSA CHIZZOLINI

TECENDO A REDE:

UMA ETNOGRAFIA DE MORADORES(AS) E COMERCIANTES NO CENTRO DE SÃO PAULO ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS DE REQUALIFICAÇÃO

São Paulo

2013

TECENDO A REDE: uma etnografia de moradores(as) e comerciantes no centro de São Paulo entre práticas e discursos de requalificação.

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Bianca Barbosa Chizzolini
Orientador: Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.
São Paulo, 2013

Agradecimentos

É com muita emoção e um pouco de surpresa que me dou conta que é finda a longa jornada que representou essa pesquisa e especialmente seu processo de escrita. Essa empreitada não teria sido possível sem a ajuda e a presença de algumas pessoas com quem compartilhei aflições, *insights*, dúvidas e descobertas que surgiram durante todo o processo.

Agradeço a todas as pessoas que fazem parte da rede pesquisada das Ações Locais, CONSEG-Centro e Caminhada Noturna, e que tão generosamente permitiram a minha presença em suas atividades de engajamento cotidiano no Centro de São Paulo.

As instituições de fomento que financiaram essa pesquisa ofereceram o suporte material sem a qual ela não seria possível. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) que me concederam bolsas de estudo durante esse período.

Agradeço a Sylvia G. Garcia, minha primeira orientadora, com quem aprendi a desconfiar das explicações fáceis e imediatas, e a gostar de fazer pesquisa. Sua orientação abrangia modos de ver e descobrir o mundo, e esse aprendizado sem dúvida foi determinante em minha formação, no sentido mais amplo da palavra. Obrigada, Sylvia.

A Heitor Frúgoli Jr. agradeço a orientação atenciosa, sua postura aberta a minhas ideias e experimentações, e, especialmente, sua generosidade em escutar e acolher as ideias de todos(as) os(as) integrantes do grupo de pesquisa, quando dos momentos de debate tão ricos e profícuos da pesquisa coletiva sobre a Luz, que tive orgulho em poder participar. Construir coletivamente novos conhecimentos é de longe muito mais agradável que os momentos de isolamento que por vezes nos tomam em nossas pesquisas individuais.

Aos meus colegas do GEAC – Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade – deixo o agradecimento pelas tardes de discussão bastante divertidas e inspiradoras, e pelas leituras críticas e sugestões feitas ao meu projeto de pesquisa. As(aos) colegas de mestrado, Bruna Triana, Mayã Martins, Ane Talita, Eduardo Garcia, Weslei Estradiote e tantos outros agradeço a cumplicidade, o carinho e as ajudas mútuas sem as quais tudo isso seria muito enfadonho e triste. Aos(as) colegas de graduação que se tornaram certamente grandes amigos para a vida, Luis Felipe Serrao, Ana Flávia Bádue, Ana Elisa Bersani, Bernardo Fonseca Machado, agradeço aos encontros que sempre me fazem voltar pra casa me sentindo grata e sortuda por tê-los(as) por perto. Não posso deixar de lembrar de Bruno Puccinelli e Ana Letícia de Fiori, que aceitaram prontamente meu pedido (aflito) para que lessem e comentassem meu trabalho. Sou muito grata mesmo!

Aos meus pais agradeço a aposta que sempre fizeram em minha educação e por me

apoiarem nos momentos mais delicados. Sou imensamente grata aos esforços financeiros e emocionais que vocês despenderam para que eu tivesse condições de me dedicar a minha formação. Não posso deixar de mencionar o doce companheirismo de Pierre ao longo dos últimos anos.

Às minhas irmãs de sororidade, marida-Gabriela Borges C. Rosa, Nadiesda Dimambro, Bianca Coré, Luana Torres, Patrícia Valério, Bruna Mantese e Elaine Campos: já não é possível e nem desejável imaginar uma vida feliz sem vocês. Agradeço imensamente cada palavra de empoderamento, cada gesto de cuidado e carinho, e as risadas gostosas que sempre me enchem a alma de muita força. Com vocês sou imensa, do tamanho do amor que nutrimos umas pelas outras.

Cada uma dessas pessoas contribuiu para que eu concluísse esse trabalho, mas os erros que eu possa ter cometido são de minha total e humana responsabilidade. Peço desculpas as(aos) queridas(os) que porventura me esqueci de citar, a lembrança de vocês certamente virá quando não for mais possível alterar esse texto, mas para esses o agradecimento pode vir *ao vivo*.

Resumo

CHIZZOLINI, Bianca Barbosa. **Tecendo a rede: uma etnografia de moradores(as) e comerciantes no centro de São Paulo entre práticas e discursos de requalificação.** 182 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este estudo antropológico analisa grupos de estratos médios que participam de algumas Ações Locais e do CONSEG-Centro, e estão envolvidos em discursos e práticas de "requalificação urbana" da região central de São Paulo. As Ações Locais são compostas por moradores(as) e comerciantes que representam uma rua ou microrregião do Centro, e visam envolver a *comunidade* no levantamento dos problemas existentes na região e encaminhá-los aos órgãos responsáveis. O Conselho Comunitário de Segurança é uma entidade estadual composta pela sociedade civil, policiais e demais representantes do poder público e tem por finalidade aproximar esses setores para a discussão de temas relativos à segurança pública. Outra frente analisada foi a Caminhada Noturna, uma atividade gratuita de passeios durante a noite pela região central desenvolvida por uma Ação Local com o intuito de apresentar o Centro sob óticas diversas. O estudo simultâneo dessas três frentes de pesquisa objetivou entender as maneiras como essas pessoas articulam redes de agentes envolvidos(as) no debate de *recuperação* da região central da cidade, e como agenciam seus contatos entre si e com o poder público para concretizar suas demandas. A abordagem de redes desenvolvida mapeou os valores veiculados pelos(as) agentes, os incômodos associados ao espaço, as controvérsias internas e, em que medida, por meio de suas ações, eles(as) apontam certo tipo de uso do espaço que esperam encontrar na região.

Palavras-chave: requalificação, Centro de São Paulo, Ações Locais, CONSEG, Caminhada Noturna, estratos médios, rede.

CHIZZOLINI, Bianca Barbosa. **Network weaving: an ethnography of residents and merchants in downtown Sao Paulo between speeches and requalification practices.** 182 p. Thesis (Masters) – Faculdade de Filofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Abstract

This anthropological study analyzes middle class groups that participate of Ações Locais [Local Actions] and CONSEG-Centro [Downtown Community Safety Council], which are involved in speeches and "urban requalification" practices downtown Sao Paulo. These Local Actions, consisting of residents and merchants who represent a city center street or micro region, aim at involving the community in surveying and referring that region's problems to government agencies. The Community Safety Council is a state organ including civil society, police officers and other public authorities, focused in making a connection between these sectors to discuss public security issues. This study also analyzed Caminhada Noturna [Night Walk], a free activity that promotes a tour through city center at night, created by a Local Action to present the place in different points of view. The simultaneous study of these three initiatives wants to understand in which ways these people articulate agents networks involved in the debate of recovering the city center, and how they build dialogues between themselves and public power to reach their goals. The study's network approach mapped values conveyed by agents, disturbs associated to public space, internal controversies, and to what extent, through their actions, they point to a kind of public space usage they hope to see in that place.

Keywords: requalification, city center Sao Paulo, Ações Locais, CONSEG, Caminhada Noturna, middle class, network.

Lista de Siglas:

AL – Ação Local
AVC – Associação Viva o Centro
CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
GCM – Guarda Civil Metropolitana
PM – Polícia Militar

Lista de Mapas:

Mapa 1. Locais importantes da rede
Mapa 2. Ações Locais ativas
Mapa 3. Caminhada Noturna
Mapa 4.1. Ações Locais, Caminhadas Noturnas e reclamações de barulho
Mapa 4.2. Ações Locais, Caminhadas Noturnas e reclamações sobre insegurança
Mapa 4.3. Ações Locais, Caminhadas Noturnas e reclamações sobre uso de crack
Mapa 4.4. Ações Locais, Caminhadas Noturnas e pontos positivos/intervenções

Lista de Tabelas:

Tabelas 1 e 2. Espaços importantes da minha pesquisa e da bibliografia de alteridade do meu campo
Tabela 3. Partes 1 e 2. Espacialidade dos incômodos

Lista de Figuras:

Figura 1. Frentes da pesquisa
Figura 2. Respostas em rede
Figura 3. Mapa do centro elaborado pela Caminhada Noturna

Sumário

Introdução 10

Caminhos da pesquisa 14

Estrutura da Dissertação 19

Capítulo 1. Redes: discussões sobre seu emprego analítico e apresentação das relações pesquisadas 21

1. Noção de Rede 22

2. Um exercício de rede: Apresentação dos agentes da pesquisa e alteridade no campo 32

3. Pensando a alteridade no campo 37

Capítulo 2. Ações Locais e Conselho Comunitário de Segurança: participação comunitária e visões do urbano 50

1.Apresentando as ALs e o CONSEG-Centro 51

2.Participação comunitária e mobilização dos estratos médios 59

3. Adensando a rede: participação em conselhos públicos 63

4. Organicidade de baixo e a rede em agência 64

5. Zeladoria, acionamento do poder público e bom posicionamento na rede: um exemplo de encaminhamento de internação compulsória 68

6. Rede em agência: reciprocidade entre participantes 73

7. A amplitude dos problemas tratados nas reuniões das ALs ou a espacialidade das demandas 79

8. Relação com as polícias e policiamento comunitário: rede, espacialidades e políticas de segurança pública 82

9. Acionamento da rede e policiamento: um jogo de cabo de guerra que cria novas espacialidades e fluxos na região central da cidade 91

10. Incômodos e intervenção no espaço 95

11. Virada Cultural e expectativas sobre os usos dos espaços 102

12. Mapeamento dos incômodos associados a espaços da região central 108

Capítulo 3. A Caminhada Noturna: zeladoria urbana, preservação de patrimônio e memória 115

1. Apresentando a atividade 115

2. Memória, monumentos e espaço 124

3. Zeladoria 129

4. Usos do espaço, valores e controvérsias 130

4.1. Fonte Monumental, usos em disputa 130

4.2. Poluição sonora 135

4.3. Itinerância do comércio ilegal 135
4.4. Insegurança, medos e odores 136
5. Urbanidade pretendida 137
6. Degradação x recuperação (interfaces com a AVC) 139
7. Momentos de se presenciar na rua parte das reclamações observadas em reuniões das ALs e CONSEG-Centro 142
8. Nem tudo é tão polarizado como os objetivos da atividade podem sugerir 143
Considerações finais 148
Bibliografia 159
ANEXO I – Ações Locais 168
ANEXO II – Roteiros das Caminhadas Noturnas utilizados na elaboração do mapa III 170
ANEXO III - Documentos das Ações Locais 172
ANEXO IV – Tabela de presença dos(as) agentes da pesquisa na rede 176

Introdução

> "Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção dos sentidos para a ação, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (…) Podemos, assim, entender o espaço público como uma categoria construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (do qual se retira a categoria ação) e de espaço urbano (do qual retém sua referência espacial)" (Leite, 2002: 116, *apud* Frangella: 2009: 17).

Passado o tempo na Antropologia em que era necessário ir muito longe para encontrar *o outro* (entendendo-se também o que era tido como exótico), o local próximo, as grandes cidades, têm se apresentado como um excelente campo de observação para antropólogos (MAGNANI, 1996; PEIRANO, 1999). As metrópoles oferecem um cenário de grande diversidade cultural que torna o desvendamento de seus significados um dos principais desafios da experiência de observar elementos próximos ou familiares e transformá-los em estranhos, para se alcançar os significados e regras dessas diferentes práticas culturais (HANNERZ, 1980; VELHO, 1980).[1]

O centro da cidade de São Paulo é um exemplo desse espaço que conforma multiplicidades de situações, agentes e disputas, configurando-se desafiante e promissor em termos de investigação científica. Foi durante os anos 1960 e 1970 que a região perdeu seu prestígio econômico e cultural[2] para outras localidades que vinham então se expandindo, como a Avenida Paulista, no início, e mais recentemente para o eixo sudoeste compreendido pelo novo polo financeiro Faria Lima e Luís Carlos Berrini (FRÚGOLI JR., 2000). Tal deslocamento foi caracterizado, entre outras coisas, pela

[1] Para um amplo panorama contemporâneo da antropologia urbana brasileira, ver Eckert (2010).

[2] Frúgoli Jr. (2000) recorre à memória de antigos frequentadores do Centro para apresentar dados históricos sobre a efervescência cultural da região nos idos dos anos 1950, bem como o requinte do comércio voltado às elites no início do século XX, seguido pela sua popularização quando da expansão do Centro para além do Vale do Anhangabaú (p. 49-68).

saída das classes médias e altas em direção ao setor sudoeste da cidade, que passou a receber importantes investimentos públicos em vias de transporte e investimentos privados.

Segundo Kowarick (2007) uma das razões para a ocorrência dessas mudanças do eixo econômico da cidade foi a crescente dificuldade de acesso às áreas centrais, visto que algumas de suas ruas haviam sido transformadas em calçadões para pedestres. A região não comportava a crescente frota de automóveis, havia falta de estacionamentos, aumento da poluição sonora, visual e atmosférica, bem como deterioração e desvalorização de grandes áreas contíguas, como aquela correspondente ao Elevado Costa e Silva (Minhocão).[3]

Esse conjunto de fatores teria contribuído para a diminuição da população residente no Centro,[4] e para o esvaziamento parcial ou completo de alguns edifícios comerciais e residenciais, assim como a mudança do perfil comercial da região, que se voltaria às camadas majoritariamente populares. Segundo Frúgoli Jr. (2000):

> "O processo de crescente popularização do Centro, a partir de meados dos anos 60, foi concomitante ao início da evasão de empresas e bancos para outros subcentros, à deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e ao declínio de seu valor imobiliário. Deve-se observar que se está frisando a concomitância de ambos os processos, não a determinação do primeiro sobre o segundo, a fim de se evitar o velho jargão ideológico que sustenta que é a presença maciça das classes populares a responsável pela deterioração de determinados espaços da cidade" (p. 61).

Durante as décadas seguintes, o Centro continuou a ocupar um papel secundário na agenda pública, sendo alvo, sobretudo, de obras no sistema viário e de transportes que não impediram sua deterioração e fuga do capital econômico.[5] Ainda segundo Kara-José (2010), as obras no sistema de

---

[3] O elevado Presidente Arthur da Costa e Silva foi inaugurado em 1971, no trecho da Praça Roosevelt até o Lgo. Padre Péricles, em Perdizes, São Paulo. As obras se iniciaram durante a gestão do prefeito Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, que durou de 1965 a 1969. Depois de muitas críticas, o prefeito desistiu do projeto inicial, que foi retomado e realizado na gestão seguinte. Essa obra representa uma das mais polêmicas da cidade, por ter sido construída muito próxima às janelas de dezenas de edifícios que acompanham o elevado por toda sua extensão, o que também contribuiu para a desvalorização econômica dessas residências. O Minhocão, como é conhecido, funciona de segunda a sábado das 6h30 às 21h30, e durante seu fechamento é utilizado por pedestres como uma das maiores áreas de lazer da cidade, passando também a receber nos últimos dois anos eventos culturais, como o Festival Baixo Centro – um festival organizado pela sociedade civil que oferece dezenas de atividades gratuitas na região central e que tem como lema ocupar as ruas da região de maneira lúdica. Voltarei a esse evento nos apontamentos finais do trabalho. Informações retiradas do site da Prefeitura de São Paulo, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=16892>. Acessado em 22/09/2013.

[4] Segundo os censos do IBGE de 1980, 1991 e 2000 levantados por Kara-José (2010: 46) a região central (compreendida nos dados pelos distritos Bela Vista, República, Santa Cecília, Liberdade, Consolação, Sé, Cambuci e Bom Retiro, pertencentes à Subprefeitura da Sé) perdeu nesse período 179.000 habitantes, o que corresponde a uma diminuição total de 30%.

[5] As gestões petistas na prefeitura marcaram tentativas de revalorizar, ao menos simbolicamente, a região. A gestão Luiza Erundina – PT (1989-1992) finalizou as reformas no Vale do Anhangabaú, implementou políticas de moradia popular e transferiu a sede da prefeitura para o Palácio das Indústrias no Parque Dom Pedro; a gestão Marta

transportes modificou o fluxo de pessoas no Centro e a dinâmica econômica local:

> "(...) o acesso das camadas populares ao Centro foi favorecido com a ampliação dos sistemas de transporte coletivo, a partir da década de 70. Fizeram parte destas ações a implantação das linhas norte-sul (inauguradas entre 1974 e 1978) e leste-oeste (inauguradas entre 1979 e 1988) do Metrô, que, ao se cruzarem na Sé, assumiram o núcleo histórico da cidade como foco principal da rede do transporte metropolitano; a concentração de pontos finais de diversas linhas de ônibus da cidade em praças como a da Sé, Patriarca, Ramos de Azevedo; os grandes terminais de ônibus, do Parque Dom Pedro II, Praça da Bandeira e Princesa Isabel. Segundo análise de Nakano et al., além do tráfego, a deficiência na integração entre esses diversos modos de transporte coletivo passou a gerar um fluxo intenso de pedestres que se deslocam entre terminais, estações e pontos finais; isso contribuiu para a alteração do perfil dos usuários: do comércio, serviços das ruas da região, inclusive para a atração do grande número de camelôs (NAKANO et al., 2004: 138)" (p. 25).

Importantes instituições financeiras, entretanto, permaneceram no Centro, como a Bolsa de Valores e matrizes de grandes bancos (como o antigo Banespa, hoje Santander), o Fórum João Mendes Jr., assim como estratos médios e médios alto. Deste modo, é preciso não sobrestimar as argumentações de fuga de capital e da classe média, pois regiões como a R. São Luiz e Vieira de Carvalho, bem como Consolação e Pça. da República são áreas importantes de moradia de estratos médios, com sua série de edifícios requintados.[6]

Nos anos 2000, Frúgoli Jr. (op. Cit.) nos descreveu um cenário aproximado:

> "Há uma enorme diversidade sociocultural nos espaços do Centro, complexa e conflitiva, sendo impossível reconstituí-la em sua totalidade, bastando aqui frisar seu forte caráter interclasses, em que membros das classes médias e altas que trabalham em empresas, escritórios e instituições cruzam cotidianamente com os oriundos das classes populares, desde os que também trabalham e moram na região, até os milhares de usuários do transporte coletivo, em meio à ocupação já mencionada de seus espaços públicos para atividades informais, isso sem tentar abarcar outros inúmeros usos ligados a consumo, entretenimento, lazer etc." (p. 59).

Suplicy – PT (2001-2004) desenvolveu, por sua vez, políticas sociais de moradia (como o Plano Reconstruir o Centro e o Programa Morar no Centro), aprovou o Plano Diretor Estratégico para o município assegurando instrumentos do Estatuto da Cidade, como as Zonas Especiais de Interesse Social, uma delas, a ZEIS 3, localizada na região central, e transferiu da sede da Prefeitura de São Paulo para o Edifício Matarazzo. Ambas as gestões foram intercaladas por outras que não tinham a região central como prioridade em suas políticas públicas: Mário Covas – PSDB (1983-1985) priorizou investimentos na periferia, Paulo Maluf – PPB (1993-1996) e Celso Pitta – PPB (1997-2000) priorizaram obras viárias no setor sudoeste. Mais detalhes em Frúgoli Jr. (2000, p. 63-68) e Kara José (2010, p. 27-39).

[6] Cito como exemplo edifícios assinados por renomados arquitetos brasileiros como Ed. Louvre de João Artacho Jurado; Ed. Copan e Ed. Eiffel ambos de Oscar Niemeyer; e Ed. Esther de Vital Brazil e Adhemar Marinho, todos eles nos arredores da Pça. República e Av. São Luís. Ver Almeida e Chizzolini, 2008 e Chizzolini, 2009.

Mais recentemente, depois desse período de perda de importância econômica e prestígio relatados acima, o Centro de São Paulo tem passado por processos parciais de valorização como um *importante espaço cultural, econômico, decisório e histórico da cidade*, tornando-se um objeto de intensa disputa política e simbólica entre instituições, movimentos sociais de luta por moradia, grupos econômicos e os seus próprios moradores, a exemplo do que acontece com diversas regiões centrais das grandes cidades como Nova Iorque, Bruxelas, Lyon e Barcelona (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SASSEN, 1998; FRÚGOLI JR., 2000, 2001; FRÚGOLI JR., AQUINO E COSTA, 2006).

A partir da década de 1990, passaram a se consolidar políticas de intervenção na região central da cidade de São Paulo, notadamente em torno da ideia de "revitalização", que foram seguidas (a partir da segunda metade da mesma década) por um aumento significativo de ocupações realizadas pelos movimentos de moradia "explicitando a tensão entre as formas populares de apropriação do espaço e as expectativas para a região" (KARA-JOSÉ, 2010, p. 13). O Centro se configura, deste modo, como um espaço de encontro entre grupos com interesses diversos (e por vezes antagônicos), dentre eles a Associação Viva o Centro (AVC) e movimentos sociais de luta por moradia.

A Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revitalização do Centro de São Paulo – criada em 1991, em meio a esse cenário de retomada de importância da região, passou a reunir proprietários de imóveis localizados na região central preocupados em reverter o processo de "deterioração urbana" pelo qual a região vinha passando, dada a falta de investimentos em equipamentos urbanos e a desvalorização das propriedades dos participantes da organização, entre eles importantes instituições financeiras, como Banco de Boston e a Bolsa de Valores e Mercadorias, escritórios de advocacia e comerciantes (FRÚGOLI JR., 2000, p. 70 e 2001, p. 33-35).

Desde sua fundação a entidade busca se estabelecer como uma interlocutora com o poder público a fim de encaminhar as reivindicações de seus membros e propor diagnósticos e políticas públicas de revalorização da região.

Esse cenário de fortalecimento da ideia de "revitalização"[7] da região central e das demandas da AVC pela criação de um canal de interlocução com o poder público resultou na criação, em 1993, do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo, ProCentro, organismo da Prefeitura criado para enfrentar os problemas da região. Isso ocorreu durante a gestão

[7] Sobre o sinal gráfico das aspas e o uso do itálico, estabeleci a seguinte distinção: aspas são usadas por mim para relativizar os termos destacados, e o itálico refere-se à reprodução e citação de termos utilizados pelos(as) agentes em campo. Adotei essa diferença de modo a eliminar o excesso de aspas no texto diante a citação de termos empregados pelos(as) interlocurotes(as), e, sobretudo, para evitar o surgimento de ambiguidades quando do uso de algum termo êmico e relativizações da minha própria fala, deixando claro graficamente quem está falando, se eu ou os(as) agentes.

de Paulo Maluf (1993-1996), bastante marcada por altos investimentos viários no setor sudoeste da cidade (KOWARICK, 2007, p. 204; FRÚGOLI JR., 2000, p. 79-84).

Dois anos mais tarde a AVC criou as Ações Locais (AL), organizações formadas por pessoas físicas ou jurídicas que moram ou possuem propriedades na região central; cada AL corresponde a uma rua ou região do Centro, que foi dividido em 56 unidades, das quais 31 encontram-se ativas[8]. Esses grupos têm como objetivo articular a comunidade local com o poder público e com a AVC, estimular parcerias entre o poder público e privado, propor melhorias para a região relatando problemas de infraestrutura, como calçadas esburacadas, bueiros entupidos, guias com problemas de acessibilidade, que são depois repassados às subprefeituras (FRÚGOLI JR., 2000, p.87-95).

Tendo em vista o cenário acima exposto, sigo adiante para descrever como a pesquisa passou a se configurar, com o acompanhamento de uma atividade específica, até a adoção gradual de outras frentes de pesquisa e alargamento da rede estudada.

Caminhos da pesquisa

Esse recente interesse pelo Centro fez-me pensar a respeito de como esses agentes, sejam eles moradores(as)[9], comerciantes ou proprietários(as), representam, vivenciam e participam dessas intervenções na região por parte do poder público[10] e por parte de organizações locais, a partir da hipótese de que tais intervenções incluem processos de ressignificação do lugar e modificações de seu uso. Compreender que valores são esses e como eles se relacionam com o projeto de cidade em jogo é um dos pontos centrais desenvolvidos na pesquisa, visto que a literatura sobre o assunto já tematiza o caráter pouco conciliador e por vezes estigmatizante de práticas populares veiculado nas reivindicações da AVC e de algumas ALs (FRÚGOLI JR., 2000 e KOWARICK, 2007).

---

[8]Para mais informações, ver página da AL no site da AVC. Disponível em: http://www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais.aspx. Acessado em 15/7/2010. A lista completa das ALs encontra-se no Anexo I.

[9] Para a redação deste texto adoto linguagem inclusiva (ou abrangente) de modo a contemplar a representação equilibrada de mulheres e homens observada no meu campo, bem como não incorrer em erros analíticos advindos do uso do masculino neutro. Utilizei o sinal gráfico dos parênteses [p.ex.: moradores(as)] na redação dos trechos correspondentes exclusivamente à minha fala. Não estendo a utilização dessa linguagem para as demais falas, seja de informantes, quanto de referências teóricas, porque eles não apresentaram tal emprego. Para mais detalhes sobre o uso de linguagem inclusiva ou não sexista, ver Franco e Cervara, 2006; Bengoechea, 2002 e López, 1992.

[10] Como exemplo de tais intervenções, menciono a Operação Urbana Centro, projeto de lei criado em 06 de junho de 1997, que abrange as regiões do chamados Centro Velho e Centro Novo, e Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia. Segundo consta no site da Prefeitura, a operação "visa a requalificação urbana buscando estimular investimentos nessas áreas específicas, que está consolidada desde meados do século XX e possui a maior densidade construtiva da cidade". Para mais dados sobre legislação, perímetro da operação, resumo financeiro, reuniões e outros, podem ser encontrados no mesmo ver site da Operação Urbana Centro. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/centro/index.php?p=19592. Acessado em 23/09/2013.

A presente dissertação reconstitui uma rede de contatos de agentes envolvidos em dinâmicas de "requalificação urbana",[11] de modo a analisar que valores são veiculados; quão heterogêneos ou não são esses grupos; e em que medida, por meio de suas ações, eles apontam certo tipo de uso do espaço que esperam encontrar na região em suas próprias práticas espaciais.

A etnografia (que contou com levantamento pontual de dados em pesquisas anteriores)[12] foi iniciada em fevereiro de 2012 com a observação de atividades abertas desenvolvidas por algumas Ações Locais (ALs) específicas,[13] que, como dito anteriormente, fazem parte da Associação Viva o Centro (AVC).

Tal discussão, invariavelmente, remete àquela em torno do conceito de *gentrification*[14] ou enobrecimento.[15] Contudo, desde o início do projeto destaquei as restrições e especificidades dessa aproximação, que se colocou mais como questão e menos como uma afirmação categórica, visto que o processo de enobrecimento, tal como foi concebido, depende da ocorrência de uma série fatores que, por sua vez, exigem, em geral, um tempo de observação etnográfica maior do que o possibilitado por um mestrado. Não posso deixar de mencionar também as indagações levantadas por estudos recentes (FRÚGOLI JR. e SKLAIR, 2010; BOURDIN, 2008) que questionam a viabilidade da adoção dessa teoria a contextos diferentes do londrino e norte-americano, onde ganhou maior destaque. Voltarei a esse ponto nas considerações finais da dissertação.

Os primeiros contatos da pesquisa foram feitos com Carlinhos[16], integrante da Ação Local Barão de Itapetininga que conheci em 2009 durante minha pesquisa de iniciação científica.[17] A

---

[11] Neste texto emprego termos como revitalização, requalificação e similares quando são mobilizados pelos(as) informantes contatados durante a pesquisa. Estou ciente da polêmica e dos múltiplos significados associados a essas expressões, tais como aqueles relativos a intervenções urbanas que recebem críticas de limpeza social; ou então, do uso mais corrente que, não mais dotado do seu sentido originário, abarca posições bem diversificadas, como destaca a autora Silvana Rubino (2009, p. 34- 35), que oferece outros detalhes relevantes acerca dessa controvérsia.

[12] Ver Almeida e Chizzolini, 2008 e Chizzolini, 2009.

[13] As Ações Locais etnografadas foram: Barão de Itapetininga, 24 de Maio, 7 de Abril, Ipiranga I, Dom José de Barros, Arouche e São João/Júlio de Mesquita, lembrando que cada Ação Local corresponde a uma rua ou microrregião e, como pode ser observado consultando o Mapa 1, tratam-se ALs localizadas nas adjacências do restaurante Apfel, na R. Dom José de Barros, cujo dono, Carlinhos, é o organizador das reuniões semanais onde representantes dessa lista de ALs comparecem e onde uma das observações etnográficas mais regulares foi realizada.

[14] O texto "A *gentrification*: conceito e método" oferece um panorama profundo do debate ao retomar autores fundadores e contemporâneos, e especialmente, reconstruir o debate entre esses intelectuais e as diversas fases pelas quais a discussão passou. Para mais detalhes, ver Martinez I Rigol (2008).

[15] Ver detalhes sobre o conceito de enobrecimento urbano em Rubino (2004, 2009).

[16] Os nomes de interlocutores(as) que aparecem na pesquisa foram substituídos de modo a preservar suas identidades, exceto para pessoas que ocupam cargos públicos ou que são publicamente conhecidas, como o Secretário de Segurança Urbana, cujo nome real poderia facilmente ser encontrado em jornais e sites da internet e alguns comerciantes, como é o caso de Carlinhos e Toninho, que pelas atividades que organizam, respectivamente a caminhada Noturna e a presidência do CONSEG-Centro, podem ser rapidamente identificados.

[17] Durante iniciação científica realizada em 2009 sob orientação do Prof. Dr. Heitor Frúgoli Júnior, pude realizar um contato inicial com as Ações Locais e o agenciamento dessa rede heterogênea de profissionais para o encaminhamento de demandas do grupo já fora notada. A pesquisa tinha como ponto de partida o Edifício Copan e buscava entender as razões que levaram seus moradores a ali se instalarem e porque haviam decidido morar na região central da cidade. Observou-se, entre outras coisas, uma valorização simbólica e econômica do edifício,

partir de fevereiro de 2012 tracei uma estratégia de pesquisa que consistiu em começar o trabalho de campo observando regularmente a Caminhada Noturna (atividade gratuita de caminhada e apresentação de diferentes regiões do Centro desenvolvida e financiada por Carlinhos), para mais adiante avaliar a possibilidade e viabilidade de acompanhar as reuniões de algumas Ações Locais. Tal caminho me permitiu construir laços de confiança que possibilitaram minha aproximação com integrantes das ALs nas reuniões semanais que passei a acompanhar.

Diante do meu interesse em conhecer melhor as ALs e as atividades desenvolvidas por essas pessoas no Centro, Carlinhos me convidou para outras atividades relevantes, como encontros ocorridos na prefeitura de São Paulo entre ALs, Conselhos Comunitários de Segurança da região (CONSEG) e o Secretário de Segurança Urbana à época, Edsom Ortega, tendo como tema o plano de segurança para a Virada Cultural, e eventos realizados pela AVC, como a série de debates com candidatos(as) à prefeitura em 2012.

O interesse pelas Ações Locais reside no fato dessas entidades representarem experiências e práticas políticas diversas daquelas de sujeitos associados a contextos de marginalidade e pobreza, entendendo que parte dessa diversidade se manifesta em seus discursos sobre a cidade e acesso estratégico a representantes da municipalidade e de forças policiais, como é o caso de integrantes das ALs e CONSEG-Centro estudados. Argumento que a investigação desses(as) agentes, com seu feixe de relações e contatos permite acessar os modos de encaminhamento de demandas, articulação entre a sociedade civil e o poder público e de que maneira esses estratos sociais também se envolvem no debate acerca dos destinos da cidade. Investigar, dessa maneira, a zeladoria urbana posta em prática por eles(as) evidencia relações cotidianas com a cidade, os valores e sentidos atribuídos a ela, bem como disputas relativas ao uso dos espaços públicos, enriquecendo assim uma visão etnográfica sobre o espaço urbano.

Passados alguns meses de acompanhamento das reuniões semanais, das quais fui convidada por uma das integrantes das ALs a acompanhar uma reunião do Conselho Comunitário de Segurança do Centro (CONSEG-Centro), e dado que integrantes não só frequentam como também são membros efetivos dessa entidade, achei pertinente a inclusão dessa nova frente de pesquisa com vistas a entender seu impacto nos desdobramentos da rede em construção.

---

acompanhada por uma mudança de perfil dos moradores, resultando na saída de grande parte de inquilinos ligados a grupos marginalizados, como prostitutas, travestis e traficantes de drogas. Durante a pesquisa senti necessidade de expandir meu recorte e analisar como esses comportamentos e fenômenos investigados se relacionavam com outros edifícios da região, ou em outras palavras, como esses dados construídos podiam ser relacionados com o seu entorno. Foi a partir desse novo recorte que entrei em contato como moradores de estratos sociais mais elevados que residem no Centro, e aqueles organizados em associações como as ALs. Ver Almeida J. e Chizzolini B., 2008 e Chizzolini, 2009.

Os CONSEGs[18] são entidades compostas por pessoas do mesmo bairro ou município (sejam elas moradoras, comerciantes, estudantes ou membros de associações da localidade), o Comandante da Polícia Militar da área e o Delegado de Polícia Titular do correspondente Distrito Policial, reunidas com o intuito de "discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais".[19] Uma vez por mês seus(suas) integrantes se reúnem para acompanhar a resolução dos problemas levantados em edições anteriores e apontar outros que tenham surgido nesse ínterim, e por vezes as reuniões contam com a presença de um palestrante que fala sobre um tema considerado importante naquele momento para a comunidade, tais como impactos do uso de drogas, apresentação de alguns vereadores recém-eleitos (tal como ocorreu em 2013) e policiamento comunitário. As reuniões do CONSEG-Centro, desse modo, sinalizam quais os temas mais caros aos(as) participantes, como são encaminhadas as demandas apresentadas e posteriormente avaliadas por moradoras(es) e comerciantes, e, especialmente, como a mobilização dessa rede impactas as práticas espaciais da região central e os valores atribuídos a ela. A Caminhada Noturna, por sua vez, permite o acesso a categorias próximas a essas por meio dos roteiros de passeios elaborados a cada semana por Carlinhos e seus apoiadores. Os espaços contemplados a cada edição também fazem referência aos temas mais importantes para seus(suas) participantes, dizem respeito a preservação de patrimônios históricos, e sobretudo, convidam os(as) presentes a se aproximarem de uma região da cidade tida como insegura e desvalorizada.

O caminho traçado pela dinâmica do próprio campo fez com que questões relativas a enobrecimento urbano imaginadas como importantes no início do projeto se tornassem secundárias, ao passo que outras se destacassem e passassem ao primeiro plano, como noções de comunidade e participação política, a interface desses integrantes com o poder público, visões sobre usos apropriados e inapropriados do espaço e definição de espaço público.

A observação das reuniões mensais do CONSEG-Centro, da Caminhada Noturna e das atividades desenvolvidas na AVC, juntamente com as reuniões nas ALs,[20] mostrou-se muito proveitosa. Ao me deparar com as(os) mesmas(os) agentes em espaços distintos de discussão e

---

[18] O CONSEG foi criado por um Decreto Estadual n.º 23.455, em 10 de maio de 1985. Mais tarde foi regulamentado pela Resolução SSP-37, de 10 de maio de 1985. Os CONSEGS são homologados pela Secretaria de Segurança Pública e hoje estão presentes em 522 municípios (aqueles mais numerosos contam com mais de um CONSEG); em São Paulo capital são 84 Conselhos, e 40 na Região Metropolitana. Fonte: < http://www.conseg.sp.gov.br/historia.aspx >. Acessado em 22/09/2013.

[19] Trecho retirado do site: <http://www.conseg.sp.gov.br/OQueSao.aspx>. Acesso em 24/12/2012.

[20] Entre fevereiro e junho de 2012 etnografei com mais frequência as Caminhadas Noturnas (meu primeiro espaço de inserção na pesquisa), em abril passei a acompanhar as reuniões de algumas Ações Locais, e em maio de 2012 iniciei o acompanhamento das reuniões mensais do CONSEG-Centro abertas à comunidade. As atividades de campo seguiram até fevereiro de 2013.

construção de alianças, a utilização da noção de rede para descrevê-las(os) e analisá-las(os) foi se mostrando cada vez mais adequada e promissora.

O acompanhamento regular dessas atividades me permitiu acessar dimensões da rede de agentes etnografada que complexificam os entrecruzamentos das três frentes de pesquisa (Caminhadas Noturnas, ALs e CONSEG-Centro) e revelam uma série de contradições em torno de temas mais polêmicos que serão apresentados nos próximos capítulos, tais como a presença de usuários de drogas e de moradores em situação de rua no Centro, e quais abordagens deveriam ser desenvolvidas pelo poder público para assistir a ambos.

Busco mostrar como o agenciamento dos contatos, valores, e signos das(os) participantes da rede resulta em mudanças concretas no uso dos espaços da região central da cidade. A título de exemplo cito a alteração do uso de uma rua na região da Luz, que durante a semana chega a reunir dezenas de usuários de crack ao mesmo tempo consumindo a droga nas calçadas e rua, e aos domingos é fechada, a pedido dos moradores, para a instalação de redes de vôlei e outras atividades esportivas; segundo moradores essa atividade acaba afastando os *noias* da rua aos domingos. Outras ações observadas durante a pesquisa foi a prisão de um líder do comércio ambulante de CDs e DVDs piratas, comércio bastante criticado pelas entidades pesquisadas; desocupações de praças ou monumentos que estavam sendo utilizados por moradores em situação de rua e usuários de crack e eram alvo de reclamações por parte de moradores e comerciantes; e a criação de canteiros para plantação de árvores nas áreas cobertas por algumas ALs. Cada uma dessas ações é antecedida por debates entre integrantes (seja nas ALs ou no CONSEG-Centro) e seguida pela busca de novas alianças (ou mobilização daquelas que já existem) para a resolução do que é nomeado como um problema.

Apresento onde estão esses(as) agentes, quais interesses são partilhados, que representações sobre a cidade são enunciadas, e, sobretudo, quais incômodos estimulam esses debates e decisões. Para tal, proponho o emprego do método de análise de controvérsias (Latour, 2012, p. 44-47) – que será discutido no capítulo 1 –, com o intuito de mapear a heterogeneidade dessas opiniões e pensar a cidade como um conjunto de redes de agentes atuantes que representam experiências qualitativamente diversas sobre o urbano.[21]

Ao evocar a noção de controvérsias, não pretendo me ater apenas àquelas de cunho político, e sim expor outras relativas a valores atribuídos a certos espaços, prazeres, medos, nojo de estar em outros espaços: qualidades que podem ser mapeáveis nas falas sobre os espaços da cidade, que se

[21] Agradeço os comentários valiosos e estimulantes do Prof. Dr. Antonio Arantes e da Profª. Dra. Maria Filomena Gregori na ocasião de minha defesa da qualificação, que me ajudaram a chegar a formulações importantes da minha pesquisa.

repetem e se apresentam de diferentes modos nas Caminhadas Noturnas, em reuniões das ALs e no CONSEG-Centro. Tratar-se-á de apresentar e discutir a rede de proximidade e articulação comunitária que etnografei no Centro, e mostrar como se tecem alianças entre essas(es) agentes e certa parte dos movimentos sociais com o poder público e com agentes policiais, podendo mesmo formular tratar-se de respostas em rede aos problemas listados pelos grupos.

Estrutura da Dissertação

No capítulo 1 apresentarei os debates teóricos e conceitos-chave que fundamentam o recorte anteriormente apresentado e que serão trabalhados durante o texto. Discutirei noções como rede social, tanto em termos teóricos como etnográficos, em relação a autores contemporâneos (AGIER, 2011; LATOUR, 2012; MARQUES, 2009), bem como o emprego do método da análise de controvérsias para a presente dissertação (LATOUR, 2012).

Este capítulo também fornece uma apresentação inicial dos(as) agentes pesquisados(as), seus espaços de atuação, setores envolvidos, e relações com o poder público e com outros movimentos da região. Após essa breve introdução dos dados gerais sobre tal rede, passarei à análise da interface da pesquisa com um conjunto de textos etnográficos que tratam de movimentos populares ou temas também ligados à região central que figuram como os "outros" dos(as) agentes que pesquisei, tais como: movimento de luta por moradia na região central (AQUINO, 2008; PATERNIANI & BLINKSTAD, 2012); uma etnografia sobre o Fórum Centro Vivo, composto por movimentos populares (CAPUSSO, 2008); moradores em situação de rua (DE LUCCA, 2007), comércio ambulante (FRÚGOLI JR., 1999) e meninos de rua (GREGORI, 2000). Muitos desses agentes representam os temas mais polêmicos debatidos nas ALs e CONSEG-Centro, tais como a presença de populações altamente marginalizadas como moradores de rua e usuários de drogas; incidência de comércio ambulante, como os *Cdzeiros;* e preocupações quanto aos destinos das ocupações no Centro e a futura composição dos habitantes da região.

Há ainda outra interface etnográfica, com agentes mais aproximados, que também será abordada, como a pesquisa de dois Conselhos Comunitários de Segurança na cidade de São Paulo da Zona Sul da cidade (CRUZ, 2009). O intuito dessa comparação transversal de autores é enfatizar a especificidade do meu recorte (estratos médios) em relação a agentes mais comumente estudados nas ciências sociais (populações periféricas ou marginalizadas) e buscar similaridades e diferenças quanto a sua composição interna, objetivos, relações com o poder público, espacialidade

desenvolvida e áreas do Centro consideradas mais importantes em suas práticas cotidianas.

O segundo capítulo apresenta conjuntamente duas frentes de pesquisa que apresentam profunda articulação entre seus(suas) participantes, as Ações Locais e o CONSEG-Centro, abordando aspectos relativos à sua estrutura e funcionamento atual. Diversos(as) integrantes das ALs comparecem regularmente às reuniões do Conselho Comunitário de Segurança, articulando questões tratadas nos dois espaços e reforçando os laços de troca e parceira com o poder público, também caros a essas duas entidades. Apresento os temas surgidos nas reuniões em consonância com temas observados nas Caminhadas Noturnas, a formação e manutenção das alianças entre os(as) agentes pesquisados(as) e a proximidade com o poder público de modo a evidenciar a composição da rede etnografada.

Serão explorados temas como participação comunitária, mobilização dos estratos médios, rede, parcerias com outros movimentos e com o poder público, incômodos, intervenções no espaço, relação com as polícias, visões do urbano, relações políticas e policiamento comunitário.

Os capítulo 2 e 3 são dedicados ao exercício já enunciado de mapeamento das queixas e incômodos relatados pelas(os) interlocutoras(es), e analisar os desdobramentos práticos e espaciais das demandas apresentadas por elas(es). Explorarei nesses dois capítulos o mapeamento de sentidos atribuídos aos locais estudados, especialmente aqueles marcados por grande fluxo de pedestres e comércio popular, como a Pça. da República, R. Barão de Itapetininga, Pça. Dom José Gaspar, espaços caracterizados por usos de uma grande parcela jovem como o Lgo. do Arouche e Pça. Roosevelt, e outros frequentados por um número considerável de usuários de crack e moradores em situação de rua como o Lgo. São Francisco, a Pça. Julio de Mesquita e as ruas Guaianases e Gusmões. Apresentarei como o agenciamento da rede dos(as) interlocutores(as) resultou em ações de intervenção nesses espaços que, por sua vez, mudaram as percepções atribuídas a eles e, em alguns casos, alteraram seus usos.

O terceiro e último capítulo, antes das considerações finais, analisa a Caminhada Noturna explorando detalhes acerca dos temas sugeridos nos passeios, roteiros percorridos, mobilização de temas relativos à cidade, noções de prestígio e degradação enunciadas durante os passeios, e falas de apego afetivo à região, entendendo essa atividade como um exercício de pensar a cidade vivida em situação.

Capítulo 1

Redes: discussões sobre seu emprego analítico e apresentação das relações pesquisadas

O emprego da noção de rede a esta pesquisa tem como objetivo mapear as ligações entre as(os) agentes etnografadas(os) e descrever a natureza dessas relações e os valores atribuídos ao espaço na região central, o qual, por sua vez requer a construção de dados detalhados das interações, permitindo uma interpretação aberta à discordância e à conferência do(a) leitor(a). Reconhecer redes, contudo, não é uma tarefa fácil e nem dispõe de receitas prontas, como reconhece Sklair (2010):

> "Redes de relações sociais são raramente lineares, e os vários elementos de uma rede podem se conectar com vários outros, sem nenhuma lógica refinada de causa e efeito. Assim, as redes de relações sociais das quais o campo antropológico é constituído são difíceis de descrever e podem receber ênfases e apresentar elementos diferentes, dependendo do antropólogo que as descreve" (p. 82).

Analisar os rendimentos das noções de rede e situação para o estudo de grandes cidades, bem como memórias e práticas espaciais, se apresentam como um dos desafios mais instigantes para o campo analisado.

A proposta de uma Antropologia da cidade que enfatiza a situação, tal como elaborada por Agier (2011, p.73-77), passa pela ênfase na empiria e pelo esforço de teorização e contextualização de alguns tipos de relações interpessoais. Nesse ponto, o conceito de rede não constitui apenas como metáfora, mas um instrumento de pesquisa, tornando-se proveitosa e estratégica na medida em que auxilia a organizar e reconstituir essas interações em cadeia, permitindo ao pesquisador, o autor afirma, enxergar normas e regras entre as relações que de outro modo não seriam acessadas.

Segundo a proposta de Agier (20011, p. 37), os conhecimentos da Antropologia Urbana não partem da cidade em si, mas da pesquisa etnográfica que remonta sequências pontuais da vida urbana retiradas do mundo real; esses conhecimentos são deveras parciais, porém é no segundo momento da análise, de modo indutivo, que é possível reordenar as informações construídas e formular elaborações teóricas sobre a cidade. Situação, rede e espaço são, portanto, noções que

permitem reflexões fundamentais sobre a cidade por meio de uma abordagem situacional e reticular.

1. Noção de Rede

Antes de prosseguir com o detalhamento desses conceitos, penso ser necessária uma breve retomada do debate teórico que antecedeu e inspirou a contribuição mais recente de Agier (2011) e Latour (2012) para a noção de redes. Pretendo discutir em que medida alguns estudos desenvolvidos pela Escola de Manchester construíram ferramentas e conceitos inovadores para pensar a relação de grupos humanos em sociedades de grande escala, ou seja, em contextos diversos das aldeias tradicionalmente estudadas pela Antropologia Clássica e pela Etnologia. Exploro rapidamente as propostas teóricas de Leach (1996) e Gluckman (1987), entendendo que cada um, à sua maneira, questiona as vertentes teóricas vigentes, sobretudo o funcionalismo, e inaugura novas abordagens e metodologias na Antropologia que influenciaram o surgimento da Escola de Manchester e, posteriormente, da Antropologia Urbana.

Cordeiro (2003, p. 04) identifica uma série de fatores internos e externos à disciplina que favoreceram o surgimento da especialização de estudos urbanos, parte deles ligada ao contexto geopolítico pós- Segunda Guerra Mundial, e outros relacionados a embates de ideias no interior da própria Antropologia. Com o fim da guerra e o início dos processos de descolonização da África, muitas das dinâmicas antes encontradas pelos pesquisadores começavam a se modificar.[22] O fluxo migratório do campo (que abrigava, a depender do enfoque, sociedades tidas como exóticas) para as cidades se intensificava paulatinamente e o processo de urbanização parecia irreversível. Ademais, os centros urbanos se tornavam espaços centrais de encontro dessas diferentes culturas migrantes[23] e palco da emergência de diversos problemas sociais como pobreza e marginalidade e questões relativas à etnicidade (Idem, ibidem).

Esse novo contexto estimulou em parte o direcionamento do olhar antropológico para tais questões e suscitou a criação de uma área de estudos que pudesse dar conta de um cenário urbano em gestação. Essas mudanças epistemológicas e institucionais levaram ao questionamento da própria relação entre pesquisador e sujeito investigado, bem como ao comprometimento do modelo antropológico clássico. A mudança do terreno de estudos para a cidade aproximava drasticamente

[22] Até os anos 1950, a Antropologia britânica era desenvolvida nos países sob dominação colonial e, por vezes, encomendada pelo poder administrativo nas colônias, o que não significava, evidentemente, estreitamento obrigatório com interesses coloniais. O quadro teórico e metodológico era sincrônico e estático, ou seja, a-histórico e voltado à estabilidade social dos grupos analisados, e ainda que fossem observados conflitos em campo, eles eram descritos como integrantes da estabilidade e coesão do grupo. Continuidade, equilíbrio e estabilidade eram contemplados nesse modelo, mas invisibilizavam os conflitos e as mudanças inerentes aos grupos humanos.

[23] Aspecto bem lembrado por Mitchell em The Kalela Dance (1959).

observador e observado e questionava os limites de realização da investigação quando a alteridade já não era a mesma (Idem, ibidem).

Gilberto Velho (1980), no mesmo sentido, dedicou diversos textos a essa temática e, não por menos, é apontado como um dos precursores da Antropologia Urbana no Brasil. Em *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia Brasileira*, o autor comenta o estranhamento dessa relação entre os sujeitos da pesquisa no meio urbano:

> "... dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento. [...] A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas. Isso fica particularmente nítido quando fazemos pesquisa em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade provinda da divisão social do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias. Sob uma perspectiva mais tradicional poder-se-ia mesmo dizer que é exatamente isto que permite ao antropólogo realizar investigações na sua própria cidade" (p. 16).

A Escola de Manchester, surgida em meados dos anos 1950 em torno de Max Gluckman, desenvolveu uma série de estudos no meio urbano e contribuiu, segundo Feldman-Bianco (1987, p. 19-21), para a construção de uma teoria da ação, ou seja, um modelo teórico que propunha simultaneamente a observação do comportamento concreto dos indivíduos e a análise de representações sociais baseada em questionamentos verbais, e que tinha por objetivo reconstruir certa visão de mundo dos atores envolvidos, entendendo que tal separação metodológica (entre observação do comportamento e análise das representações) era artificial.

A teoria da ação engendrou, deste modo, desdobramentos metodológicos que permitiram uma combinação dessas duas vertentes a partir de um conjunto de eventos que reunisse pessoa, lugar e tempo. Essa perspectiva contestava, com isso, a fixidez suscitada pelos estudos do funcionalismo estrutural e a aparente estabilidade e isolamento das sociedades de pequeno porte consideradas anteriormente como simples, homogêneas, marginais à sociedade capitalista e totalidades ou microcosmos em si. Os teóricos da ação propunham o uso combinado da História, de dados documentais e a análise antropológica dos processos sociais, possibilitando com isso a identificação daquilo que era sublimado pelas correntes anteriores: o conflito, a contradição, o fluxo social e a variação (Feldman-Bianco, 1987, p. 20-21). Nas palavras de Kuper (1978),

> "A análise pormenorizada de Gluckman de uma única 'situação social' na Zululândia indicara

> o descontentamento com os modelos convencionais de apresentação do material etnográfico ilustrativo, uma reação contra a seletividade da técnica malinowskiana de 'ilustração apta'" (p. 177).

Esse método apostava em descrições que levassem em conta não apenas papéis sociais, mas indivíduos reais em relação, e em busca dos sistemas "de relações subjacentes entre estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade" (GLUCKMAN apud Feldman-Bianco, 1987, p. 238), o que lhe permitiu, no caso da análise da inauguração de uma ponte na Zululândia, acessar as relações e conflitos entre brancos ocidentais colonizadores e zulus. Os dados etnográficos não são meramente ilustrativos, mas sim o material por excelência que é analisado. Gluckman introduziu nos estudos de sociedades centro-africanas a importância dos conflitos nos processos sociais, enfatizando a observação da situação política total e a adoção de novas metodologias.

Epstein[24] e Mitchell[25] (ambos influenciados por Gluckman) desenvolveram estudos em áreas urbanas africanas cuja oposição estrutural principal era entre brancos e negros, e sobre como as relações pessoais das antigas lealdades tribais se reconfiguravam no contexto industrial. Os autores investigaram as novidades nas interações humanas trazidas pela sociabilidade em cenários urbanos e de regime de trabalho industrial e capitalista, situações em que o parentesco não teria mais papel preponderante na organização social dos grupos migrantes.

Kuper aponta que grande parte dos temas desenvolvidos por Epstein e Gluckman eram variações dos temas trabalhados por eles e pelos seus colegas do Instituto Rhodes-Livingstone preocupados com as relações rurais da África Central, tais como problemas de organização social, papel do tribalismo (tradição) em contextos urbanos e redes. Contudo, foram além e argumentaram como as "normas conflitantes e os interesses concorrentes da sociedade rural tornaram-se tipos alternativos de ação e opuseram, de maneira profunda, os blocos raciais nas cidades" (KUPER,

---

[24] Em 1961, Epstein publicou na revista do Instituto Rhodes Livingstone um texto em que empregava a noção de rede social, desenvolvida por J. A. Barnes (1969) e por Elizabeth Bott (1971), para analisar problemas da organização social na África. Partindo da observação das relações pessoais de seu assistente de pesquisa africano, Epstein argumentou que cada morador urbano africano deveria ser considerado um ponto focal de relações sociais definidas em termos de papéis sociais, e estes derivariam de sua posição tribal ou de sistemas sociais mais amplos e recentes. Neste sentido, a estrutura social da cidade poderia ser vista como resultante de um complexo de ligações em uma cadeia incomensurável de relações diádicas. Atentar para o conteúdo dessas relações em rede, por sua vez, poderia iluminar problemas de controle social encontrados na África urbana, tais como, de que maneira normas de comportamento são definidas, mantidas ou difundidas. Para mais detalhes, ver "The Network and Urban Social Organization" in Mitchell (1969).

[25] Em "The Kalela Dance", Mitchell (1959) analisa uma dança tribal rural reproduzida no meio urbano a fim de investigar as relações sociais entre africanos de uma cidade da Rodésia do Norte, localizada no Copperbelt. A dança kalela permitia entrever o papel do tribalismo nas interações urbanas, como os africanos interpretavam a estrutura social, e a existência de hierarquizações entre brancos e negros e no interior da própria sociedade africana expressa, entre outras coisas, pela ocupação dos indivíduos ou posição de classe.

1978, p. 182). O autor mostra como o desenvolvimento dos estudos no Instituto não pode ser separado da influência das ideias de Gluckman, especialmente das produções da Escola de Manchester, que, na década de 1950, tornou-se um centro importante de oposição ao estruturalismo britânico.

Simultaneamente Leach (1996), partindo de outro lugar e independentemente do grupo, convergia com os interesses de Gluckman sobretudo quanto ao tópico político. Embora Leach e Gluckman tenham se mantido alinhados a tradições antropológicas distintas, ambos se interessaram pelas mesmas questões relativas ao conflito de normas e suas resoluções e manipulações, e empregaram o método de análise de caso e perspectiva histórica. A convergência entre esses dois autores se dá na ênfase ao aspecto dinâmico dos sistemas sociais, o qual é dado pela atividade política de pessoas que, competindo entre si dentro do feixe de normas e regras sociais disponíveis (e por vezes controversas), buscam melhorar seus recursos e status perante o grupo (KUPER, 1978, p. 171).

Enquanto Gluckman admitia a existência de conflito e dinamismo nos sistemas sociais, bem como de períodos de calma e estabilidade que poderiam ser estudados pelos métodos tradicionais, Leach discordava dessa perspectiva, preferindo afirmar que as sociedades se mantinham em um sistema débil de equilíbrio e num estado constante e potencial de mudança e fluxo. As normas não seriam absolutas, nem totalmente móveis ou inflexíveis e, sim, resultantes da tensão entre interesses conflitantes e comportamentos divergentes. O objetivo principal de Leach reside em conferir maior dinamismo ao modelo analítico dessas relações e à interpretação do social ainda muito influenciado pela fixidez do modelo funcionalista (KUPER, 1978, p. 184).

Os autores analisados, cada qual à sua maneira e olhando para grupos humanos distintos, argumentam a favor da incorporação do aspecto dinâmico como fundamental para a compreensão dos sistemas sociais. Defendem que o pressuposto do equilíbrio é uma ficção analítica, ou uma abstração idealizada, que até poderia ser mobilizada num primeiro momento, mas que deveria logo dar espaço para o fluxo de interesses pessoais e o conflito que alteram o sistema.

Os estudos de Manchester, que se desenvolveram a partir dessa perspectiva, especialmente os de John Barnes (1969), Arnold Epstein (1968), James Mitchell (1969) e Elizabeth Bott (1957) introduziram a noção de redes sociais como uma ferramenta de análise rica para as situações em espaços urbanos. Tal noção, além de seu emprego metafórico, ganha um significado analítico promissor, possibilitando a construção de redes sociais diversas que permitiriam a revelação de estruturas sociais ocultas contidas nas relações observadas.

A inclusão do dinamismo e dos conflitos à noção das redes sociais faz dessa abordagem uma das mais estratégicas para o meu campo de pesquisa, dado que o mesmo conta com agentes

heterogêneos quanto a suas opiniões e interesses – são moradoras(es), políticos, policias, comerciantes e representantes de movimentos sociais –, com espaços múltiplos de discussão e mobilização política em torno da *recuperação* do Centro (e nesse sentido, as reuniões das Ações Locais, do CONSEG-Centro, da Caminhada Noturna e as atividades da AVC são espaços que apresentam singularidades entre si), nos quais um conjunto de controvérsias que traduz a diversidade e tensão do campo analisado, elementos e temas que tal método de análise e aproximação me permitiu entrever.

Segundo Mitchell (1969, p. 1-2), existem dois usos recorrentes da noção de rede que predominaram nas Ciências Sociais: um metafórico e outro analítico, ou ilustrativo; o uso analítico teria se tornado comum a partir de 1952 com o surgimento dos estudos de Manchester. O autor aponta duas razões distintas para a popularização do emprego da noção de rede. A primeira seria resultado de uma crescente insatisfação frente aos modelos analíticos propostos pelo funcionalismo-estrutural e uma busca por modos alternativos de interpretação do mundo e das ações sociais – oposição teórica central da Escola de Manchester, que via na teoria funcionalista pouco espaço para a análise de transformações sociais, geralmente tidas como desestruturantes. A segunda razão seria o desenvolvimento de rigorosas técnicas matemáticas não-quantitativas que levavam em conta as implicações presentes nas relações entre um dado número de pessoas.

A imagem da "rede de relações sociais" para representar um conjunto de inter-relações em um sistema social não é recente; entretanto, limitou-se, muitas vezes, ao uso metafórico dessa expressão. O recurso analítico, diferentemente, propõe a observação de um círculo restrito de ligações entre um círculo bem definido de pessoas, com a propriedade adicional de poder interpretar as características dessas ligações e, então, analisar o comportamento social daqueles envolvidos.

Mitchell (1969, p. 2) lembra que no momento em que Radcliffe-Brown (1952) definiu estrutura social como uma rede de relações existentes no mundo real, tal autor usava rede em um sentido metafórico e não analítico. O uso analítico do termo implica investigação da *qualidade* das conexões contidas na rede, enquanto o uso metafórico mobiliza apenas uma imagem de interconexões de relações sociais, sem detalhar as especificidades e propriedades dessas ligações. Segundo Mitchell, o uso metafórico da noção de rede resulta no esvaziamento de inúmeros aspectos diferentes das relações sociais em ação como conectividade, intensidade, status e papel. O autor enfatiza que, embora a noção de rede social seja proveitosa, ela é complementar e não substituta dos modelos analíticos antropológicos ou sociológicos vigentes à época (1969, p. 8).

Partindo de contextos sociais diversos dos acima mencionados, há o emprego de redes pela Antropologia Simétrica latouriana e por estudos de pobreza urbana nas ciências políticas, com destaque para os trabalhos de Marques (2009). A abordagem de redes empregada por Marques

busca, por meio dessa representação analítica, estudar "padrões de relações ligados à sociabilidade cotidiana dos indivíduos" (p. 25) em situação de pobreza urbana, e de que maneira as características das relações e vínculos que compõem a rede de cada pessoa influencia seu acesso a bens e serviços fora do mercado.

Para construir dados precisos sobre os conteúdos de auxílio na rede estudada, Marques (2009) faz perguntas sobre migração, construção de habitação e pequenos reparos, cuidados com as crianças e a casa, problemas de saúde, empréstimo de comida e dinheiro, confidências e apoio emocional, obtenção de cônjuge, obtenção de emprego, e acesso a informações sobre políticas, serviços e políticas públicas, e outros; trata-se de uma série de conteúdos similares com aqueles presentes em minha etnografia. Alguns pontos coincidem: problemas de saúde, confidências e apoio emocional, obtenção de cônjuge, obtenção de emprego e acesso a informações sobre políticas, serviços e políticas públicas. Ainda que Marques esteja tratando de grupos urbanos de baixa renda, argumento como a relação entre agentes de estratos médios que etnografei também é uma rede de ajudas e reciprocidade por onde circulam informações de acesso a serviços públicos, empregos, ajudas de natureza diversa, informações políticas entre outras.

Em *Reagregando o Social* (2012), Latour apresenta uma densa introdução à Teoria do Ator Rede (ANT), argumentando sobre a necessidade e importância de se resgatar o sentido original da palavra social e de sua capacidade de rastrear conexões, sejam elas entre humanos e não-humanos, indo além do uso adjetivo (e restrito) do termo que se convencionou empregar. Trata-se de um texto complexo, repleto de idas, vindas, experimentações e com níveis de dificuldade que não me propus abranger aqui. Ative-me, nesse sentido, a um exercício reflexivo sobre as contribuições do método proposto pelo autor afim de aplicá-lo a cenários urbanos e com atores humanos. Não ignoro, todavia, o contexto de discussão sobre os rumos da Sociologia presente nesse texto.

A orientação reiterada ao longo do texto por Latour e, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes quanto ao método proposto por ele, é simples e clara: é preciso seguir os próprios atores (2012, p. 31) para compreender os meandros de suas práticas coletivas, quais métodos empregam e que adequações e associações esses atores fazem ao longo do caminho.

O autor caracteriza a *viagem com a ANT* como um movimento lento e vagaroso, cheio de pausas, atravessado pelas controvérsias que compõem cada cenário e por incertezas de múltiplas ordens: da formação dos grupos, suas ações, dos objetos em ação, das questões de interesse e, por fim, da própria escrita (p.47).

A ANT não limita ou recorta de antemão os grupos que compõem o social; ao invés disso parte das "controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence" (2012, p. 52); dessa maneira:

> "(...) em lugar de assumir uma postura sensata e impor de antemão um pouco de ordem, a ANT se considera mais capaz de vislumbrar ordem *depois* de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias nas quais de meteram. (...) A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. É por isso que para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear conexões *entre* as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las" (2012, p. 44).

O recorte do meu campo foi, passo a passo, delimitado por essa orientação metodológica: segui os lastros de relações deixados por meus(minhas) interlocutores(as) e me deixei levar pelos vetores das relações que estavam postas diante de mim. O contato inicial com Carlinhos me mostrou a Caminhada Noturna, na qual fui conhecendo alguns agentes que trabalhavam em outras atividades importantes da região, como é o caso de Carlos M. – jornalista e editor do Jornal Centro em Foco – e Inês – assistente social, moradora da Luz e participante das reuniões do CONSEG/Centro – dois *habitués* da Caminhada Noturna. No fim de março de 2012, recebi a notícia de um anúncio de jornal para voluntariar na Ação Local Barão de Itapetinga e dias depois manifestei a Carlinhos minha vontade de ocupar essa vaga, que, para minha frustração, já havia sido preenchida. Diante do meu interesse em acompanhar a reunião das ALs em seu restaurante às quintas-feiras pela manhã, fui convidada a assistir esses encontros e na semana seguinte passei a acompanhar essa atividade. Defini Carlinhos como o ponto inicial da pesquisa por notar seu papel central em relação a organização da Caminhada Noturna – primeira atividade que acompanhei regularmente – e por sua generosa disponibilidade em me apresentar diversas pessoas, que como ele, se envolviam em atividades relacionadas a debates sobre melhorias na região central da cidade. Desse modo, defini-lo como ponto de partida da rede me permitiu investigar de que maneira a rede de agentes mobilizados em prol da *recuperação* do Centro é cotidianamente articulada, incrementada e tensionada.

Durante cerca de três meses acompanhei as Caminhadas Noturnas e as reuniões das ALs do entorno da R. Barão de Itapetininga no restaurante de Carlinhos. Nesses encontros falava-se frequentemente de outro espaço importante para elas(es), o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG-Centro), onde se encontra a *comunidade*[26] do entorno da Pça. da Sé, Pça. da República, Luz e outros, e autoridades das diferentes polícias e do poder público municipal. Diante do meu interesse em assistir essa atividade e seguir com o exercício de acompanhar meus informantes (onde quer que suas controvérsias me levassem), perguntei sobre a possibilidade de comparecer a essas

[26] Ao longo da dissertação emprego *comunidade* como categoria nativa que os(as) próprios agentes usam para falar de si e do agrupamento que representam nas ALs e no CONSEG-Centro, termos utilizados com frequência por Carlinhos e Toninho, os participantes de maior influência nesses dois espaços da pesquisa.

reuniões abertas e mais uma vez me foi permitido adentrar uma nova dimensão da rede etnografada.

O contato frequente com o grupo e o fato de ser vista e apresentada como uma pesquisadora interessada pelo Centro e pelos grupos atuantes na região logo resultaram em diversos outros convites, fosse para acompanhar reuniões desses(as) agentes com representantes da prefeitura ou para atividades temáticas e abertas da Associação Viva o Centro. Em todas essas oportunidades, os temas mais controversos eram postos em discussão para a elaboração de algum plano de intervenção ou para a apresentação de resultados de planos já executados ou em andamento, num claro momento de prestação de contas as pessoas que participam e integram as ALs, CONSEG-Centro e que frequentam atividades abertas da AVC. Esses(as) agentes são próximos de representantes da municipalidade e de forças policiais, e na maior parte do tempo suas aliadas nos planos de intervenção da região, contudo tensionam o poder público quando veem suas aspirações e desejos para a região não serem contemplados. Inspirada pelo método proposto pelo autor e também pela pesquisa coletiva do GEAC[27], seguir as controvérsias suscitadas pelos agentes me permitiu, sobretudo, "rastrear conexões sociais" presentes no meu campo (LATOUR, 2012, p. 53).

Além de seguir as controvérsias, o autor sugere que o investigador tenha um porta-voz que "'fale pela' existência do grupo", entendendo que estes "não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele" (2012, p. 55). O pertencimento a um grupo se faz por meio da confluência de vozes "de dentro" bem como pela comparação com outros grupos. Esses *vínculos concorrentes,* segundo o autor, apontam para uma lista de *antigrupos* que delineiam as fronteiras de cada um e permitem ao observador acessar o mapeamento das relações sociais que os próprios atores fazem do contexto em que estão inseridos. Segundo o autor, o delineamento do grupo é uma tarefa desenvolvida não só pelo analista, mas também pelo próprio grupo estudado.

Tal delineamento foi bastante frequente durante a pesquisa, especialmente as menções feitas a outros movimentos organizados, como os movimentos de luta por moradia, bem como a usuários de crack e moradores em situação de rua. Mais adiante apresento uma comparação entre esses dois

[27] Entre 2008 e 2012 participei da pesquisa coletiva "Abordagens etnográficas sobre o bairro da Luz (São Paulo): gentrification em questão na Antropologia" (CNPq, 2008-2010), sob orientação do Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr. Investigamos as atuais políticas de intervenção no bairro, sobretudo as ligadas ao Projeto Nova Luz, que, apostando na vinda de novas instituições culturais e de empresas para a região (por meio de concessões urbanísticas), prometia uma reformulação e valorização do bairro, comumente associado ao uso massivo de crack (intitulada sobretudo pela mídia como cracolândia) e prostituição. Essa pesquisa propôs uma análise para além da separação crua entre ações ligadas aos interesses do grande capital e os usuários de crack nos espaços públicos, investigando como outros agentes participam e significam essas intervenções, tais como moradores, comerciantes e organizações não governamentais que atuam na região. Participei, juntamente com meu orientador, da elaboração do artigo "Moradias e práticas espaciais na região da Luz" e colaborei na investigação de outras frentes etnográficas. Os artigos resultantes dessa pesquisa foram publicados em um dossiê online da 11ª edição da revista Ponto Urbe. O Dossiê Luz, São Paulo está disponível em <http://www.pontourbe.net/edicao11-dossie-luz>. Acesso em 26/08/2013.

universos de agentes da região central da cidade por meio da leitura transversal de uma série de etnografias a respeito desses *outros agentes* em relação àqueles do meu campo.

Latour (2012) enfatiza de sobremaneira o aspecto móvel e dinâmico da metodologia que propõe, bem como o que entende por *rede*:

> "[A ANT] não designa um domínio da realidade ou um item especial; é antes o nome de um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro" (p. 99).
> "(...) rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito" (p. 192).
> "(...) uma rede não é feita de fios de *nylon*, palavras ou substâncias duráveis; ela é o traço deixado por um agente em movimento" (p. 194).

Rede, portanto, não se refere unicamente ao formato de algo descrito (p. 207), mas, sobretudo, aos fluxos e movimentos daquilo que é descrito. A narrativa produzida pelo investigador deve, portanto, contar com atores que agem, e não com meros expectadores das ações de outrem. Latour aposta na produção de novas descrições como o caminho para se alcançar o movimento do social e, consequentemente, um bom relato ANT.

Durante a investigação da rede de agentes por mim etnografada, busquei elaborar esquemas ilustrativos que dessem conta da distribuição dos agentes pesquisados, dos laços existentes entre eles, das trocas realizadas ou alianças cultivadas e não cheguei a nenhum resultado inovador. Tanto a representação gráfica mais usual dos estudos de redes que utilizam pontos interligados por fios, quanto a simples representação de conjuntos circulares sobrepostos não me forneceram um resultado gráfico esclarecedor da rede observada e dos fluxos da rede. Diante da inviabilidade dessas duas ferramentas, passei a elaborar uma tabela para visualizar a presença dos meus(minhas) interlocutores(as) nas diferentes frentes de pesquisa, a frequência dessa participação, figuras de maior destaque – para além das mais evidentes – e os eventos que contavam com maior adesão e de quais agentes.

Elaborei, para isso, uma tabela que cruza em seus dois vetores as datas das principais atividades etnografadas entre 2012-2013 e todos os(as) agentes do meu campo. Por se tratar de uma tabela muito extensa (seis páginas), ela será apresentada no Anexo IV. Uma análise rápida da tabla permite a visualização dos(as) agentes centrais da pesquisa, e especialmente a presença importante de mulheres na rede estudada – o que fundamenta empiricamente o uso da linguagem inclusiva

nesse texto.[28] Em um de seus livros recentes, Agier (2011) apresenta o *método situacional* que, aliado à noção de rede, fornece um enquadramento proveitoso para o estudo dos agentes em interação envolvidos nas atividades das Ações Locais, CONSEG-Centro e demais atividades que são apresentadas nessa dissertação. O autor faz uma defesa desse método para a observação de fenômenos sociais na escala urbana inspirado nas leituras de Manchester (especialmente Gluckman (1958) e Mitchell (1959)); ele inicia a argumentação demonstrando o lugar importante alcançado com certas dificuldades pelos estudos urbanos nas últimas décadas, suas contribuições para a Antropologia e seus atuais desafios teóricos e metodológicos.

A mudança do estatuto de alteridade destacada anteriormente gerou uma série de questionamentos: como o antropólogo conseguiria analisar um campo tão amplo, heterogêneo e diverso como as grandes cidades? Como apreender esse objeto tão pesado e vasto para a pesquisa etnográfica? Nesse contexto, o método da pesquisa local, precisa e microssociológica que parecia ser o obstáculo da Antropologia da cidade (dividida entre as preocupações de alcançar simultaneamente as perspectivas micro e macro de análise) torna-se a abordagem que possibilita a investigação no meio urbano (CORDEIRO, 2003, p. 10; AGIER, 2011, p. 19 e p. 37).

A abordagem situacional contribui com um olhar menos formalista e apriorístico da cidade, como enfatizado por Agier, visto que ela se define pelos limites da interação e não por limites espaciais. Essa abordagem é composta por duas noções-chave: situação e *setting* (quadro social). A primeira é resultado da escolha de um acontecimento ou série de acontecimentos a fim de facilitar a análise coerente. Essa coerência é garantida por um significado comum e partilhado por aqueles que participam da situação, conferindo a ela uma percepção social e não apenas individual.

O quadro social, por sua vez, é o contexto estrutural onde se localizam as interações observadas e o conjunto de constrangimentos globais capazes de influenciar a situação, sejam eles de cunho econômico, cultural, étnico, político, administrativo, relativo ao mundo do trabalho ou à densidade demográfica, dentre outros. A cada situação há uma combinação específica entre esses sentidos compartilhados e os constrangimentos estruturantes ou globais, e interessa saber quais os efeitos (ou não) desses constrangimentos sobre o comportamento dos atores. Munido dessa abordagem, afirma Agier, o pesquisador torna-se móvel para ver e seguir as diferentes redes sociais que emergem da observação das situações e interações sociais que operam no campo (AGIER, 2011, p. 74-78).

Ao apresentar o método situacional, Agier defende que a Antropologia Urbana dispa-se de toda definição apriorística e normativa de cidade, seja ela geográfica, cartográfica, urbanística ou

[28] Para facilitar a visualização dos(as) agente mais assíduos(as) da rede, colori seus nomes com a cor cinza clara.

econômica, e procura descrever processos; que adota o método indutivo, e fica atenta às experiências dos indivíduos na cidade e, sobretudo, apreende a cidade vivida em situação, descrevendo-a a partir de situações etnográficas presenciadas pelo pesquisador (2011, p. 36 -38). O autor destaca que essa construção do objeto e sua descrição devem passar pela observação das práticas, relações e representações citadinas, o que permite entrever o processo criador da cidade e seu caráter dinâmico.

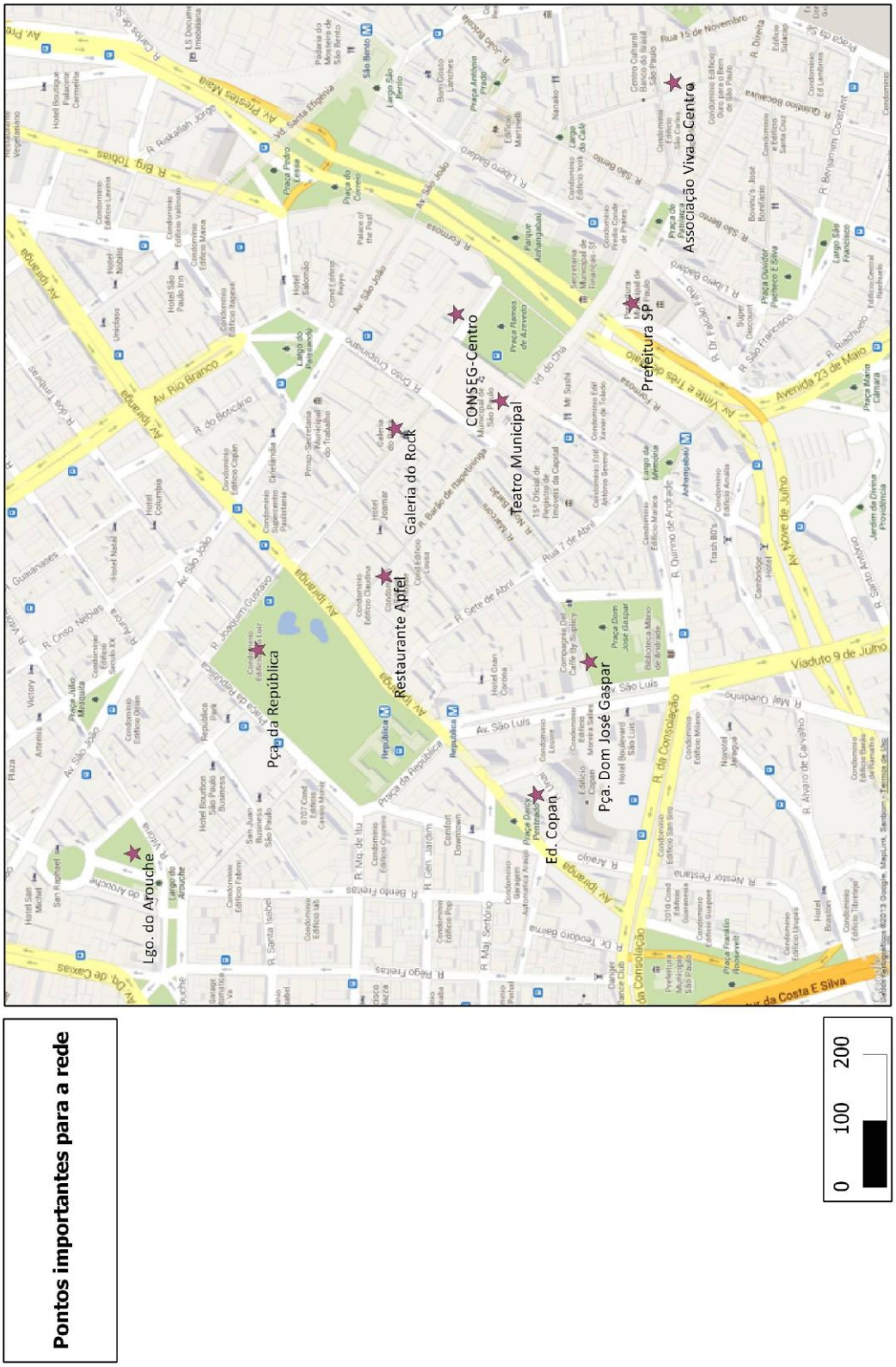
Tendo em mente esse quadro teórico e metodológico, interessou-me investigar as definições de cidade, interesses e tensões em jogo nessas definições, e agenciamento da rede e relação com o poder público para integrantes das Caminhadas Noturnas, CONSEG-Centro e algumas ALs de modo a entender se essas visões expressam disputas em torno do uso do espaço na região central de São Paulo. Busco investigar mais detidamente os conteúdos dessas atividades, os temas mais recorrentes e os mais polêmicos, os roteiros privilegiados pelos passeios, bem como espaços destacados nas falas desses(as) agentes, assim como os detalhes históricos escolhidos para se contar a história desses espaços, entendendo que esses elementos também contribuem para a investigação das visões sobre o Centro suscitadas por eles(as).

Agier argumenta que é abandonando as categorias normativas da cidade, e se apoiando nas categorias dos próprios atores urbanos (procurando evitar o máximo possível qualquer discriminação) que se torna possível apreender os sentidos do lugar e construir uma cartografia imaginária da cidade baseada na experiência dos indivíduos que vivem em certas partes da cidade e que possuem ideias, imagens ou experiências sobre os demais espaços.

2. Um exercício de rede: Apresentação dos agentes da pesquisa e alteridade no campo

Apresento a seguir as(os) principais agentes da minha pesquisa: interlocutoras(es) do exercício desenvolvido de mapear as ligações entre moradoras(es), comerciantes e proprietárias(os) envolvida(os) em discursos e ações de requalificação da região central da cidade. Pretendo com isso descrever os primeiros detalhes sobre a natureza das ligações da rede etnografada, a qualidade dessas conexões, bem como os espaços políticos e geográficos onde estão tais agentes. A rede pesquisada possui ao todo 77 pessoas, das quais 22 do poder público (policiais, funcionários de diferentes órgãos públicos e vereadores). Não seria proveitoso apresentar cada uma dessas pessoas em sequência, pois isso traria um excesso de informações pouco esquematizadas. Optei, dessa maneira, por trazer os(as) principais agentes da rede, cerca de oito pessoas, e analisar as implicações dos(as) demais ao longo da discussão sobre controvérsias e espacialidades observadas.

A inclusão de um mapa simples da região central da cidade guiará o(a) leitor(a) na localização dos(as) agentes da pesquisa e permitirá a visualização inicial dos primeiros fios que ligam essas pessoas



Mapa 1 – Pontos importantes para a rede. Concepção e realização: Bianca B. Chizzolini.

Inicio a apresentação pelo interlocutor central da pesquisa, Carlinhos, que foi meu ponto de partida e de intersecção de várias outras relações: o nó forte da rede analisada. Carlinhos é proprietário de um restaurante vegetariano da região central localizado na esquina das ruas Dom José de Barros e Barão de Itapetininga; inaugurado há 25 anos, esse restaurante é uma referência entre vegetarianos(as) na cidade. Em um breve texto disponível na página virtual do estabelecimento, a escolha dos alimentos (orgânicos e oriundos de pequenos produtores) é relacionada com questões ambientais, com a cidade e com a promoção da *revitalização* do Centro:

> "Trabalhando com produtos orgânicos, o Apfel Restaurante oferece um cardápio diário que varia constantemente, respeitando a produção sazonal. O incentivo ao pequeno produtor e a preservação dos recursos ambientais fazem parte de ações de conscientização entre os funcionários e clientes, promovendo o consumo consciente dos recursos naturais do nosso planeta. Isto tudo demonstra a preocupação do Apfel Restaurante com o solo, o meio ambiente e a sociedade que queremos construir. Na unidade do centro, o Apfel Restaurante participa ativamente da *transformação* de São Paulo e da *revitalização do centro da cidade*, promovendo caminhadas noturnas pela região. O apoio à cultura é outra contribuição do Apfel Restaurante, que patrocina pequenos grupos de teatro, festivais de cinema e de artes" (grifos meus).[29]

Nas paredes do restaurante são expostos trabalhos fotográficos com cenas da região central da cidade; a ilustração de um grande mapa do tempo em que São Paulo era apenas um vilarejo; trabalhos artísticos de clientes organizados em uma pequena exposição; cartazes orientando frequentadores a evitarem o uso de aparelho celular no salão e lembrando os problemas ambientais causados pelo desperdício de alimento. Próximo aos banheiros há duas paredes onde são expostos uma série de cartazes e flyers de atividades culturais, peças teatrais variadas e eventos ligados ao vegetarianismo.

Carlinhos é bastante gentil e atencioso com seus(suas) clientes e nas diversas ocasiões em que almocei no seu restaurante pude presenciar momentos em que se senta para conversar, faz piadas, e os(as) convida para atividades da Caminhada Noturna. Ele "cultiva" sua clientela assim como "cultiva" o Centro. Cultivando amigos e clientes, Carlinhos vai dia a dia convidando pessoas ao seu redor para participarem das atividades que organiza pela região ou aquelas de terceiros que divulga em seu restaurante.

O restaurante também é um centro de convergência dessa rede etnografada. Além de ser o local das reuniões semanais das ALs do entorno (e onde realizei parte significativa da etnografia), é possível observar ali traços do pertencimento de outros(as) integrantes à rede pesquisada e aos laços

[29] Trecho retirado do site do restaurante. Mais detalhes em: < http://www.apfel.com.br/>. Acessado em 22/07/2012.

de proximidade e afeto de Carlinhos. No restaurante ficam expostos os trabalhos de seus amigos e amigas: o livro de poemas de Carlos M. (poeta e jornalista do Jornal Centro em Foco) e Gattoni, o livro com curiosidades históricas da cidade de São Paulo de Laercio (guia de turismo oficial da Caminhada Noturna), um quadro de pintura de Neusa com uma cena do Centro (frequentadora da Caminhada Noturna), uma urna para doação de notas fiscais sem CPF para serem entregues a Raquel (voluntária do Instituto do Câncer e participante das reuniões das ALs) e as bolsas feitas de *banner* doados pelo Teatro Municipal e costuradas por mulheres do Grajaú, projeto apoiado pela ONG coordenada por Marina (também participante das reuniões das ALs e do CONSEG-Consolação – que representa a região onde mora).[30] O balcão do restaurante, bem como tantos objetos dispostos na prateleira, é como um pequeno instantâneo das pessoas que fazem parte da rede de sociabilidade e militância de Carlinhos. O restaurante se apresentou, deste modo, como um ponto espacial importante de convergência e articulação da rede. Carlinhos também é Diretor Social e de Assuntos Comunitários do CONSEG-Centro.

É em seu restaurante, às quintas-feiras pela manhã, que se reúnem representantes de Ações Locais do entorno: AL Barão de Itapetininga, AL 24 de Maio, AL 7 de Abril, AL Ipiranga I, AL Dom José de Barros, AL Arouche e AL São João/Júlio de Mesquita. A presença de alguns agentes é regular, de outros é flutuante, e a vinda de certos convidados (policiais, capitães da polícia, autoridades públicas ou vereadores) faz com que o quórum desses encontros aumente. A frequência mais constante é de um grupo de mulheres: Cida (comerciante da R. Barão de Itapetininga, e moradora da Zona Norte), Carine (que trabalha e mora na região), Ana Clara (moradora da região), Patrícia (autônoma e que mora na região), Flávia (moradora do Lgo. do Arouche) e Úrsula (que mora na Av. 9 de Julho). Aquelas que são amigas há mais tempo, Flávia e Úrsula, costumam se sentar lado a lado na reunião. Carine é o "braço direito" de Carlinhos e o ajuda a encaminhar a reunião e organizar as pautas a serem discutidas e, juntamente com Cida, ao final da reunião dá prosseguimento às decisões do dia. Ana Clara, Cida e Flávia também são representantes do Conselho de Ética do CONSEG-Centro. Tiago é morador da Av. São João, participante da Caminhada Noturna, membro interino do CONSEG-Centro e um agente importante no debate acerca da reforma da Pça. Júlio de Mesquita, como será detalhado no capítulo 3.

Marina (moradora próxima à R. da Consolação) é consultora ambiental e ativista de movimento de mulheres; Inês (assistente social, moradora da Luz e frequentadora assídua da Caminhada Noturna e do CONSEG-Centro) e Lúcia (funcionária da Biblioteca Municipal Mário de

[30] Trata-se de uma ONG que desenvolve projetos e viabiliza a venda de produtos de responsabilidade ambiental, trabalho diretamente relacionado à atuação de Marina no Centro quanto à gestão de resíduos, bem como com seu tema de mestrado atualmente em curso.

Andrade) são convidadas das reuniões, assim como eu, sem necessariamente integrarem uma AL do entorno.

Robson é ex-morador de rua, presidente do Movimento Estadual da População de Rua de São Paulo e idealizador da Bicicloteca, uma biblioteca itinerante sobre um triciclo motorizado que percorre as ruas do Centro emprestando livros para moradores em situação de rua sem a necessidade de cadastro prévio.[31] Robson frequenta as reuniões das ALs e o CONSEG-Centro como representante da entidade da qual faz parte, e algumas vezes a Caminhada Noturna, bem como reuniões na AVC. Por vezes, a Bicicloteca fica estacionada no restaurante de Carlinhos e na sede da AVC, indicando apoio ao projeto e o fluxo de ajudas que movimentam a rede.

Carlos M. é jornalista e editor do Jornal Centro em Foco, um periódico local com tiragem de 50 mil exemplares distribuídos gratuitamente, que conta com reportagens que vão desde temas locais (dentre eles notícias sobre movimentos sociais organizados na região, como o AMALUZ e as ALs) a assuntos de cunho nacional. Carlinhos paga para anunciar seu restaurante no jornal (como tantos outros estabelecimentos da região) e seu restaurante é um ponto de distribuição do mesmo, onde o restaurante é anunciado.

Toninho é síndico da Galeria do Rock, uma das galerias comerciais mais importantes de São Paulo,[32] e presidente do CONSEG-Centro, o que o coloca em uma posição importante na rede de contatos com o poder público, em especial com autoridades policiais que compõem o conselho. Edsom Ortega foi secretário de segurança urbana do município durante grande parte da pesquisa (até janeiro de 2013, quando da mudança de gestão da Prefeitura) e Zare era seu assessor.[33] Por fim, Ingrid, moradora da Luz há mais de 30 anos e frequentadora assídua e engajada do CONSEG-Centro.[34]

Essa apresentação rápida não tem como objetivo esgotar os detalhes acerca da rede, apenas fornecer um quadro inicial dos agentes que serão mais citados durante minha descrição, pois não me propus a investigar suas trajetórias de vida e os lugares sociais dos quais falam.[35] Destaco aqui que,

---

[31] Para mais informações sobre a bicicloteca, ver: <http://pt.globalvoicesonline.org/2012/08/16/brasil-bicicloteca-livros-moradores-de-rua/>. Acessado em 22/08/2013.

[32] Em um texto de 1995, Frúgoli Jr. analisa a interação social de jovens em espaços de lazer e de consumo como shoppings e galerias do centro, como a Galeria do Rock, destacando as especificidades dos grupos ali encontrados. A distribuição das lojas por estilo de comércio em cada andar parece ter se mantido (andar black, metaleiro, de vinis, e de silk-screen, e pode-se acrescentar a chegada de diversos estúdios de tatuagem e body piercing). A observância de inúmeras lojas vazias, contudo, é a diferença mais sensível em relação à ocupação das lojas atualmente, pois são poucas as lojas nessa condição. Para mais detalhes, ver Frúgoli Jr., 1995: 63-69.

[33] Dois importantes agentes na rede etnografada e que serão citados ao longo do capítulo 2.

[34] Também voltarei a ela com mais atenção no capítulo 2, sobretudo quando discorrer sobre a participação da desses(as) agentes na formulação de políticas de segurança pública e sobre a relação de confiança e parceria com policiais.

[35] Optei por não realizar entrevistas com nenhum(a) desses(as) agentes, apenas conversas informais e acompanhamento regular de suas atividades e debates, por entender que a participação frequente a esses espaços de pesquisa me permitiriam duplamente seguir sem pressa os fios de relações que compõem a rede analisada e as controvérsias

enquanto moradoras(es), essas(es) agentes são diferentes de outros grupos de residentes da região, como aquelas(es) de ocupações de movimentos de moradia, ou de moradias precárias e cortiços. Grande parte não se identifica também com movimentos de cunho popular presentes na região, excetuando Robson (do movimento de moradores em situação de rua), Marina (que assessora movimentos sociais e integra outros) e Carlos M. (que apoia abertamente os movimentos de ocupação de moradia do Centro). Essas exceções, como veremos, não significam que o restante da rede se coloque em absoluta oposição aos demais segmentos politicamente organizados da região.

3. Pensando a alteridade no campo

Estimulada pelos debates desenvolvidos no GEAC[36] e durante minha qualificação, por evidências de relações dos(as) agentes das ALs e CONSEG-Centro com movimentos populares da região central, e com o intuito de enfatizar as razões e o diferencial do meu recorte etnográfico, busco dialogar com uma bibliografia recente que se dedica ao estudo de movimentos sociais considerados *os outros* do meu campo, ou seja, a alteridade do meu próprio recorte. A leitura permite iluminar as matizes do que foi circunscrito pela pesquisa, priorizando o estudo de agentes ligados a estratos médios ao invés de estratos populares, os quais possuem uma documentação mais extensa e repertório mais significativo acumulado nas Ciências Sociais.

Para tal selecionei alguns trabalhos (apresentados na introdução) que, sem a pretensão de apresentar um levantamento bibliográfico exaustivo, abordam temas relativos a estudos de movimento de luta por moradia, uma pesquisa etnográfica sobre o Fórum Centro Vivo, moradores em situação de rua e meninos de rua. Outros dois estudos tratam de agentes mais próximos e serão retomados ao longo da dissertação; são eles as ações filantrópicas realizadas pela elite paulistana (SKLAIR, 2010) e a etnografia dos dois Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG (CRUZ, 2009).

Interessa-me menos retomar ponto a ponto os detalhes de tais etnografias do que compreender, transversalmente, o perfil desses grupos, seus objetivos, e, especialmente, que

---

existentes nesse campo, envolvendo temas que, dado seu caráter polêmico e delicado, dificilmente seriam, em situações de entrevista, enunciados a mim da mesma maneira que nas reuniões que acompanhei. Avalio positivamente os resultados alcançados com essa escolha metodológica, tendo em vista a proposta analítica de etnografar e seguir (tecendo fio a fio) uma rede de pessoas. A utilização de entrevistas possivelmente apressaria sem necessidade a construção desses dados e talvez me afastasse do exercício de seguir os(as) agentes pelo espaço.

[36] O GEAC – Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade – foi criado em 2005 e reúne orientandos(as) do Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr. e demais interessados(as) pela temática da antropologia urbana. O grupo iniciou suas atividades com leituras e discussões de temas ligados a cidade, passando a discussões das pesquisas de seus(suas) participantes, e a partir de 2008, simultaneamente a essas atividades, iniciou a pesquisa coletiva sobre a região da Luz, citada em nota anterior.

relações estabelecem com o poder público; que noções de espacialidade veiculam; quais regiões da área central elegem como mais importantes e como definem e caracterizam o centro da cidade, questões caras também ao meu recorte. Pretendo, desse modo, apresentar uma análise que, levando em conta a heterogeneidade desses movimentos e grupos de pessoas, permita discutir quem (e como se) conforma a alteridade no campo, uma região tida como um forte espaço de disputa, seja no âmbito dos discursos ou das práticas.

As autoras Blikstad e Paterniani (2012), no artigo "Expressões do direito à cidade na luta por moradia em São Paulo", recuperam a trajetória do movimento de luta por moradia nos últimos 40 anos para demonstrar a construção da demanda por moradia popular no centro nesse período, passando de uma *luta por terra* em áreas periféricas, utilizada na autoconstrução das moradias populares e precárias, para uma luta por *moradia digna* (incluindo a adoção de termos usados em estudos urbanistas, como *direito a cidade*) em regiões centrais mais próximas da rede de serviços (como escolas, transporte público e hospitais) e dos postos de trabalho dos militantes. Não se trata somente de uma mudança da região da cidade a ser ocupada, mas de uma alteração da maneira pela qual o movimento reivindica seus direitos: a luta pelo *direito a moradia digna* coloca o acesso a habitação como um direito coletivo que lhes é negado e tal privação passa a ser entendida como um crime. A entrada da região central na agenda política dos movimentos de luta por moradia, segundo Cavalcanti (*apud* Blikstad e Paterniani, 2012: 11), se deu pelo esgotamento de terras disponíveis na periferia da cidade, pela identificação de inúmeros prédios sem uso no Centro e pelo avanço do debate em torno de instrumentos legais urbanísticos (idem, ibidem) que possibilitavam a transformação desses prédios em habitação popular.

A espacialidade das demandas por moradia, como dito anteriormente, também muda e deixa de ser por moradia em áreas periféricas, e em algumas cidades do ABC (como São Bernardo e Diadema), para focar, a partir de 1990, o centro da cidade de São Paulo, cuja centralidade seria propiciadora da dignidade advinda do acesso à infraestrutura que a região apresenta em contraposição com sua ausência ou escassez em regiões periféricas; tal acesso figura como elemento definidor de cidade para os envolvidos em tais reivindicações.

A ideia de Centro aparece, portanto, vinculada à ideia de *direito à cidade*, aquilo que possibilita acesso a uma vida digna, assim como um espaço de visibilidade e disputa política entre interesses diversos e conflitantes, dentre os quais, e mais recentemente, os do setor imobiliário e da função social da propriedade, disputa representada na oposição que fazem ao projeto Nova Luz,[37]

[37] O Projeto Nova Luz é um projeto de lei de intervenção urbana de 2005 que, apostando na vinda de novas instituições culturais e de empresas para a região, prometia a reformulação e valorização do bairro, comumente associado ao uso massivo de crack (intitulada pela mídia como cracolândia) e prostituição. Um dos mecanismos anunciados para

também na região central da cidade. A estratégia adotada por esses grupos para colocar a pauta da moradia na agenda política foi a ocupação de imóveis ociosos na região central de São Paulo; nesse sentido, ocorreram 44 ocupações entre 1997 e 2005 (Kara-José, 2010, p. 35).

A década de 1990 é simultaneamente o momento de criação da AVC e das ALs, como apontado na introdução, momento em que a região central passava por uma significativa desvalorização simbólica e econômica, bem como alvo de grande interesse por parte dos movimentos políticos (sejam os de caráter popular, como os de luta por moradia digna, sejam os de estratos médios e altos interessados na revalorização da região, como a AVC). Tal cenário de emergência de movimentos políticos a princípio díspares evidencia o caráter de disputa sobre a região nos últimos 30 anos, bem como as apropriações diversas, e por vezes controversas, que a região comporta, ponto que será constantemente destacado ao longo da argumentação.

Em outros dois trabalhos, "Como se constrói uma coletividade? Notas sobre memória e espaço no movimento de moradia de São Paulo" (2012) e "Transitoriedade e permanência: histórias e desenrolares envolvendo a ocupação Mauá, no centro de São Paulo" (2012), Paterniani afirma que a relação dos moradores das ocupações com o poder público é, na maior parte do tempo, marcada por tensões, sobretudo no momento das desapropriações (episódios marcados por truculência policial) e, posteriormente a elas, quando as famílias desalojadas são encaminhadas para locais considerados inadequados pelo grupo ou quando recebem auxílio habitação inferior aos preços dos aluguéis praticados na região central. O poder público também é acusado de ser ineficaz quanto aos projetos de moradia voltados à população de baixa renda e de criminalizar os movimentos sociais, ainda que, em certas ocasiões, estes movimentos recebam o apoio de alguns vereadores.

A lógica de organização das tarefas e da atuação de cada movimento de moradia resulta na demarcação do território para cada entidade. Com isso, cada prédio em desuso na região central pertence a um dos movimentos de moradia atuantes no Centro e é organizado por. As ruas eleitas pelos integrantes como mais importantes são aquelas próximas ao Polígono Nova Luz (Ruas Mauá e Plínio Ramos e avenidas Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Cásper Líbero), usualmente chamada de cracolândia. Noto que apenas duas dessas ruas (Mauá e Plínio Ramos) não possuem Ações Locais[38], ou seja, trata-se de uma região importante também para os movimentos de requalificação e zeladoria urbana da região.

---

viabilizar o projeto era a concessão urbanística, que previa o loteamento e a venda de grandes áreas da região para a iniciativa privada. Ao menos desde 2010 o projeto vem sendo alvo de denúncias e mobilização de moradores e comerciantes da região contrários a sua implementação. Com a mudança de gestão da prefeitura em 2013, o prefeito Haddad suspendeu o avanço do projeto por tempo indeterminado. Cf. Dossiê Luz, São Paulo. Disponível em <http://www.pontourbe.net/edicao11-dossie-luz>. Acesso em 26/08/2013.

[38] A lista completa das Ações Locais pode ser verificada no Anexo I. A espacialidade da distribuição das ALs na região central, por sua vez, pode ser observada no mapa I, apresentado no capítulo 2.

A autora destaca que a percepção de Centro para os movimentos de moradia passa pela disputa sobre quem deve ocupá-lo, ou seja, a região é entendida como uma área consolidada da cidade a ser habitada pela população de baixa renda, percepção que foi produzida e legitimada por uma série de apoiadores que pertencem à rede dos movimentos.[39] Definir quem deve ocupar a região também é uma das preocupações dos grupos presentes nesta pesquisa, o que aponta para a diversidade de interesses que a região reúne.

Fala-se pouco sobre a face pública do movimento e mais sobre sua organização e usos dos espaços internos. E é durante a descrição dos episódios de despejo, quando as famílias montam barracas em frente aos edifícios em que moravam e passam a dormir nas calçadas, que o movimento passa a ser descrito em relação ao espaço público, evidenciando o problema de moradia para os transeuntes que passam por ali. Aquino (2008) etnografou o MSTC, Movimento Sem-Teto do Centro (originário de uma desvinculação do Fórum dos Cortiços), a partir do qual se articulam famílias de baixa renda com o intuito de acessar programas habitacionais públicos. Ainda que heterogêneo em sua composição interna (ex-sindicalistas, ex-integrantes da associação de Trabalhadores da Mooca, ex-participantes de comunidades eclesiais de base, ex-moradores de cortiços), o movimento, como argumenta o autor, não está isento de conflitos e desentendimentos entre lideranças, resultando em uma coletividade situacional, fluida e inconstante (pp. 14). Quanto ao perfil dos participantes, Aquino destaca a existência de uma relação de identificação dos moradores pelo tipo de trabalho que exercem (ex.: camelôs, seguranças, faxineiras, manicures, catadores de material reciclável, garçons) e locais de origem (pessoas vindas do Nordeste e também da Bolívia). O autor aponta ainda que a elevada presença feminina nas ocupações e na liderança dos movimentos pode ser explicada pelo fato de mulheres serem socialmente mais ligadas à casa, ao cuidado e à preocupação com a família (pp. 99).

Os integrantes do movimento reivindicam o acesso à moradia central e permanente e, visando a concretização dessas demandas, ocupam prédios abandonados no centro da cidade para denunciar seu desuso e abandono, bem como propor que sejam transformados em moradia popular pelo poder público e repassadas a eles via financiamento. Para integrantes da ocupação Prestes Maia, as áreas da região central entendidas como mais importantes eram a Av. Prestes Maia (ocupação do MSTC), Rua Mauá (ocupação Mauá), Vila Formosa, Brás, Ipiranga (áreas de atuação do Fórum dos Cortiços), Av. São João (sede do movimento) e Rua Brigadeiro Tobias, perto da estação da Luz.

A pesquisa de Aquino traz avanços importantes com relação ao que fora até então

[39] Para outros trabalhos que também se aproximam desses argumentos, ver Aravecchia (2005), Caldeira (2000) e Kowarick (2000).

desenvolvido sobre os movimentos de moradia no que diz respeito à sua relação com o poder público, questão que se mostrou central em meu próprio trabalho. O autor propõe que poder público e movimentos sociais não sejam pensados como blocos unívocos e dicotômicos, haja vista que se tratam de segmentos multifacetados, relacionados de variadas formas e de maneira contingencial. Há, portanto, uma alternância entre momentos de conflito e embate, e aqueles de negociação e entendimento que tornam mais complexas as interpretações que atribuem a estes movimentos apenas o lugar de oposição ao poder público. De maneira semelhante observo essa alternância no meu campo quanto a momentos ora de crítica ora de parceria com o poder público e com forças policiais, como trato adiante.

Curiosamente a indagação que me conduziu a leitura dos textos quanto à espacialidade que esses agentes desenvolvem na região central não funcionou como eu esperava para os movimentos de moradia já pesquisados pelas(os) autoras(es) citadas(os), visto que possuem um discurso, na maior parte do tempo, auto-referenciado e mais focado em sua dinâmica, regras, sociabilidade e atividades internas, mesmo quando essas últimas possam estar voltadas ao público externo, como no caso de atividades abertas a não moradores das ocupações. Em comparação aos movimentos que pesquisei, pouco se fala sobre concepções do espaço público. Em pesquisa coletiva desenvolvida no GEAC, sob orientação do Prof. Heitor Frúgoli Jr.[40], intentou-se pesquisar a ocupação Mauá e suas representações do entorno da região da Luz, por exemplo. Contudo, quando convidávamos integrantes para falarem sobre o assunto, e a nos levarem a um passeio pelo bairro, fomos conduzidos invariavelmente às relações do próprio movimento e com outras ocupações de moradia; em outras palavras, a fala política de alguns líderes falava mais do movimento e de suas lutas do que propriamente da cidade.

De maneira aproximada, mas partindo de atores e unidades de análise distintas, o trabalho de De Lucca (2007) apresenta como objetivo principal reconstituir a formação histórica, a contestação política e a regulação institucional da população de rua enquanto uma questão social. Para tanto, lança mão do estudo de algumas instituições que trabalham com pessoas em situação de rua cujas abordagens variam internamente: aquelas de caráter religioso, que realizam distribuição de comida, conversa e pregação religiosa; outras, também religiosas, que se dedicam a encontrar oportunidades coletivas de trabalho para moradores em situação de rua; um terceiro grupo, formado por movimentos sociais, que busca o reconhecimento de direitos direcionados a essa população; e por fim, as entidades públicas, como albergues, que se encarregam de prover alimentação, espaço para

[40] A pesquisa resultou na publicação do *Dossiê Luz, São Paulo* na Ponto Urbe (FRÚGOLI JR., dez./2012). Sobre a investigação desenvolvida junto a movimentos de luta por morada no contexto dessa pesquisa, cf. FRÚGOLI JR. e CHIZZOLINI, 2012.

pernoite e atendimento com assistente sociais para usuários cadastrados. A relação dessas entidades com o Estado é marcada basicamente por uma sucessão de avanços e retrocessos de políticas públicas voltadas à população marginalizada da região central. As fases de proximidade com o poder público e maior sensibilidade deste para com as questões de visibilidade da população de rua coincidem com as gestões petistas de Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001-2004), e são intercaladas por gestões pouco abertas ou refratárias às demandas dessas entidades, como nas gestões de Jânio Quadros (PTB 1985-1988), Paulo Maluf (PPB 1993-1996), Celso Pitta (PPB 1997-2000), José Serra (PSBD 2004-2006) e Gilberto Kassab (DEM/PSD 2006-2008).

De maneira semelhante, ainda que marcada por especificidades, Frúgoli Jr. (2000) e Kara-José (2010) destacam que as tentativas de revalorização do centro da cidade de São Paulo também foram instáveis e dependeram do lugar de relevância que a região ocupava em cada gestão, obedecendo à mesma divisão apresentada pelos movimentos voltados aos moradores em situação de rua: durante as gestões petistas, a região foi alvo de uma série de planos importantes com vistas à sua valorização simbólica e econômica, enquanto nas demais figurou como uma área de menor interesse na cidade em termos de políticas públicas (ver nota 4 na Introdução).

Embora na maior parte do tempo os movimentos sociais estudados por De Lucca se coloquem em oposição ao Estado (como nas situações em que a polícia acionada em episódios de conflito realiza uma impaciente mediação entre funcionários e usuários dos albergues), essas relações possuem mais nuances do que essa posição inicial prevê, chegando até mesmo à configuração de situações de proximidade que são posteriormente encaradas como contrárias aos objetivos e à luta do grupo. Uma das ocasiões descritas por De Lucca (p. 109) é quando uma liderança do MNPR (Movimento Nacional de Luta pelos Direitos da População de Rua) escolhe a vereadora Soninha (PT) e o secretário da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro (PSDB), descrito como um opositor político do próprio MNPR, para serem madrinha e padrinho de seu filho. Tal aliança inesperada resulta em uma série de conflitos internos no movimento. Aliás, Floriano Pesaro também faz parte da rede de agentes presentes em minha pesquisa, especialmente no segundo semestre de 2012, momento de propaganda política que antecedeu as eleições municipais. Essa aproximação entre Pesaro e integrantes das ALs, contudo, revelou tensões e antigas alianças, trocas que não teriam sido honradas em seu mandato anterior da maneira como o grupo gostaria, mesmo após ter recebido apoio desses agentes para sua eleição.[41]

Ainda que a abordagem de De Lucca dê maior ênfase às ações internas dos grupos e entidades por ele estudadas, é possível entrever alguns elementos que dialogam com construções

[41] Voltarei a isso quando tratar especificamente das ALs no capítulo 2.

discursivas sobre a região central da cidade e sua espacialidade. Uma dessas associações, a OAF (Organização de Auxílio Fraterno),[42] decide, no início dos anos 1980, voltar seus trabalhos para pessoas desfavorecidas de *outra periferia urbana*: a *periferia do Centro* (p. 57-8), passando então a atuar nas ruas, em albergues e estabelecendo sua sede na Baixada do Glicério, de modo a permanecer mais próxima dos moradores de rua. Essa região é vista como um espaço que dificulta a ação das entidades que assistem moradores em situação de rua, dada a forte presença de traficantes de drogas. Outras regiões são lembradas como espaços modelados por artefatos "anti-mendigo" como rampas e bancos que impedem a presença prolongada de pessoas, o que o autor qualifica como práticas segregadoras relativas ao processo de *gentrification* (p. 229).

Segundo pesquisa do FIPE realizada na década de 1990 sobre a população de rua, citada pelo autor (p. 22), as regiões com maior concentração de moradores em situação de rua (majoritariamente homens) são: Sé, República, Brás e Liberdade. Outras regiões de destaque em sua etnografia são: Luz, Glicério e Parque Dom Pedro, onde se localizam as bases da Comunidade dos Sofredores da Rua; e Brás, Belém e Mooca, onde atua o Pe. Julio Lancellotti. Parte dessas regiões destacadas (Sé, República, Luz e Glicério) também figuram nos discursos e práticas dos agentes apresentados em minha pesquisa como áreas importantes de sua atuação política, de suas moradias e trabalho, reforçando a pluralidade de interesses e disputas que atravessam a região central da cidade.

A menção ao Pe. Julio Lancelotti nessa etnografia remete, mais uma vez, à rede por mim etnografada, visto que essa liderança da população de rua é alvo de críticas nas reuniões as ALs e CONSEG-Centro e tida como alguém que defende a manutenção da situação de rua dessas pessoas (e não a sua melhoria) e que se beneficia política e economicamente dessa situação. Essa crítica também parte de integrantes do Movimento Estadual da População de Rua de São Paulo que participam desses espaços de debate, revelando dissenções internas ao próprio movimento de moradores em situação de rua.

Andrea Matarazzo, ex-subprefeito da Sé, também é um agente em comum à minha rede e à de De Lucca, porém de maneira inversa: na primeira é tido como um importante e influente aliado do grupo e no segundo caso um forte adversário, sobretudo por conta de uma série de medidas polêmicas, como a instalação das barreiras físicas em praças e bancos anteriormente citadas. O apoio que Matarazzo recebe da rede por mim etnografada, contudo (e mais uma vez), não é unânime: essas medidas são vistas como excludentes e *higienistas* por parcela dos(as) agentes

[42] A OAF (Organização de Auxílio Fraterno), é uma organização composta tanto por leigos quanto por religiosos e fundada em 1955, cuja procedência remonta a práticas católicas e humanistas registradas em Montevidéu, Uruguai. (De Lucca, 2007: 43).

pesquisados(as) e por vezes sua postura pública – pouco acessível e por vezes arrogante – não é bem recebida.

Matarazzo também figura como um opositor das ideias defendidas por outro grupo organizado do Centro, o Fórum Centro Vivo (FCV), criado em 2000 por estudantes, movimentos populares e de moradia com o objetivo de articular posições contrárias a projetos de renovação urbana e ações públicas que afetam negativa e diretamente a população menos abastada da região central, em detrimento de interesses privados e do setor imobiliário. Segundo Capusso (2008, p. 10), ao se referir à população que pretende dar visibilidade, o FCV fala da população pobre em oposição ao "nobre conde", Andrea Matarazzo, que mais uma vez, como apontado anteriormente, é tido como uma oposição importante ou mesmo referencial dos movimentos populares.

Capusso argumenta que tanto a FCV quanto a AVC são associações referenciais para se pensar processos de mudança que afetam a região central da cidade, e que ambas possuem definições distintas sobre as funções social ou econômica do Centro e quem deve ocupá-lo (p.19).

O perfil dos integrantes do FCV inclui pessoas participantes de movimentos sociais populares (movimentos de moradia, de catadores de material reciclável, de população em situação de rua), partidos políticos (Partido dos Trabalhadores), Marcha Mundial de Mulheres, Ação Local Pça. Roosevelt e Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, em diferentes graus de assiduidade (p. 08-10).

A pesquisadora acompanhou o Fórum também no período eleitoral, com atenção às alianças mobilizadas nesse ínterim e os impactos desse momento na paralisação temporária das atividades do Fórum, demonstrando que, embora o mesmo seja um espaço apartidário, os compromissos de militância da maior parte dos seus integrantes inviabilizou por um período de tempo as atividades e reuniões do FCV. Tal proximidade de integrantes do FCV com o PT, entretanto, não se faz sem a presença de certos conflitos e críticas, destaca Capusso (p.13-16).

De maneira semelhante aos demais autores, a autora aponta a diferença de abertura das gestões do PT e PSDB às demandas do FCV, destacando uma maior abertura da primeira, não sem conflitos também[43]. Ressalto os conflitos e tensões advindos dessas relações, pois a autora chama a atenção para uma tendência, presente inclusive em estudos anteriores, que considera a FCV um bloco homogêneo, seja em sua proximidade com o PT e sua gestão municipal, ou de afastamento em relação à Associação Viva o Centro e o poder público. Capusso afirma que tal polaridade esconde a diversidade interna das opiniões do FCV (p.19).

Um dos pontos que mais interessam na interlocução que busco construir com a leitura desses

[43] Para uma avaliação dos canais de participação criados no governo Marta Suplicy (2000-2004) e da experiência de participação no Plano Diretor Regional, ver material produzido pelo Instituto Pólis (TEIXEIRA, 2008).

trabalhos em comparação a minha pesquisa diz respeito à crítica da autora à simplificação contida na leitura da FCV e AVC como entidades que se constroem em oposição uma à outra. Segundo Capusso, ainda que o nome e o manifesto do Fórum Centro Vivo expressem uma oposição em relação à Associação Viva o Centro, suas ações não são respostas àquelas da AVC e nem buscam confrontá-la. A autora não nega o elemento de oposição entre as entidades, mas propõe entender o FCV para além de tal característica, destacando a diversidade de opiniões internas e até mesmo uma participação inesperada de uma integrante do FCV em atividades da AVC, como é o caso da integrante que participa da AL Pça. Roosevelt.

Analisando práticas de apropriação do espaço da região central da cidade, e também partindo de outros atores, o estudo de Gregori (2000) sobre meninos de rua trata do fenômeno da mudança de tutela de crianças que não moram com seus pais ao longo de sua criação e crescimento, ou o que ela chama de circulação, e a "manipulação adequada de códigos" na rua que oscilam entre mendicância e furtos, além da combinação estratégica de acesso a diferentes assistências, ou viração (p. 123). A autora apresenta uma discussão sobre o surgimento dos estudos urbanos no mundo para, em seguida, introduzir a questão das crianças de rua no debate nacional, vista como um problema ou vício que precisaria ser enfrentado. Em sua retomada sobre estudos urbanos, a autora apresenta um debate bastante instrutivo sobre os valores associados à rua e como se trata de articulações construídas ao longo do tempo. Entre elas estão associadas à rua noções como miséria, falta de controle, vagabundagem e delinquência. A autora argumenta como a rua é, ainda hoje, tida como um local onde floresce a imoralidade e a injustiça, a arbitrariedade e a violência, associando-se dessa maneira rua e perigo no imaginário popular.

A análise de Gregori evidencia a presença de meninos de rua em determinadas regiões da cidade e não em outras, explica-se, entre outras coisas, pela acolhida que os mais vulneráveis encontram nas ruas, seja por parte de organismos públicos, ONGs, entidades religiosas ou ações individuais (p. 71). Destacam-se espaços da cidade como Pça. da Sé e Ibirapuera, locais onde os meninos de rua acessam a assistência dessas entidades, conseguem dinheiro para comprar drogas e doação de comida. O circuito dos meninos de rua também incluía as escadarias da Ladeira da Memória na R. Xavier de Toledo, um trecho da Av. Liberdade, viaduto do Chá e as arcadas da Faculdade de Direito, todos esses (com exceção da Av. Liberdade) espaços constantemente referidos como espaços de controvérsia em minha pesquisa, como será discutido adiante.

Segundo Gregori, a série de práticas que meninos de rua desenvolviam no espaço público, tais como dormir nas praças, tomar banho em chafarizes, se esquentar nas saídas de ar quente do metrô durante a noite e o ato de cumprimentar os passantes, resultava em sua privatização, e tal uso, argumenta, traria sérias implicações para a não-formação da individualidade e cidadania desses

jovens:

> "A implicação mais notável dessa forma de ocupação é, sem dúvida, o não-exercício de etiquetas próprias, que conformam e diferenciam, estabelecendo fronteiras, uma ação pública e uma ação privada. Há uma indiferenciação de atitudes, que coloca em risco algo fundamental para o aprendizado sobre a individualidade: os meninos expõem as funções mais íntimas no cenário público, sem que possam aprender que a um espaço anônimo deve corresponder uma cerimônia ou até pudor. (…) A sociedade, ao permitir que esses espaços públicos sejam privatizados pelos meninos, pode estar colocando em riso o aprendizado de noções caras ao desenvolvimento não só da auto-estima, mas também de uma consciência de cidadania" (p. 116-117).

A descrição de usos privados, tais como aqueles destacados pela autora, são igualmente e com frequência lembrados por alguns agentes do meu campo como inapropriados – inclusive sob essa mesma nomenclatura, *usos privados de espaços públicos.* Esse conjunto de reclamações revela expectativas quanto ao uso e preservação de uma série de patrimônios da região central (como fontes d'água, praças, estátuas e coretos que por vezes são usados como dormitório ou "sanitário") bem como uma série de incômodos relativos à publicização de ações íntimas por parte de moradores em situação de rua e usuários de drogas. Fala-se pouco sobre meninos de rua, exceto quando praticam repetidamente e de forma organizada, segundo relatos, furtos em locais como a Pça. Dom José Gaspar, despertando indignação e raiva em alguns(algumas), e em outros(as) preocupação quanto ao destino dessas crianças no caso de intervenção policial e da assistência social.

A autora também aponta que a relação dos meninos e meninas de rua com a polícia é duplamente marcada por momentos de violência, torturas, abusos de autoridade e momentos de assistência e auxílio quando precisam, por exemplo, serem levados com urgência para hospitais. Ela argumenta, contudo, que o maior perigo e risco nas ruas advém das relações instáveis entre os próprios meninos de rua, e menos da relação com a polícia, que, de uma forma ou outra, tem suas ações reguladas pelas normas de suas corporações, diferentemente dos conflitos entre meninos de rua, resolvidos de maneira arbitrária e onde impera a violenta lei do mais forte (p. 145-149).

A leitura transversal desse conjunto de temas abre, portanto, uma interlocução possível entre grupos sociais aparentemente díspares que ocupam uma região ampla da cidade e sob diferentes disputas políticas e simbólicas, seja quanto ao seu uso, perfil de sua ocupação residencial e mesmo os valores a ela associado. As aproximações estabelecidas com a alteridade dos(as) agentes do meu campo não tem por intuito desfazer e apagar as diferenças que os compõem, mas apontar possíveis proximidades e diálogos, para, uma vez mais, iluminar a complexidade de atores e interesses que

compõem a região central, para além de polaridades estáticas que separam os movimentos populares, Estado, classes médias e altas no centro da cidade de São Paulo.

A defesa da região central enquanto um território sob disputa pode ser exemplificada através da análise da espacialidade resultante da escolha de ruas, avenidas, praças e largos para atuação dos movimentos sociais ou de grupos de pessoas analisada pela bibliografia aqui apresentada. A leitura dos textos acima mencionados me permitiu levantar 23 localidades importantes para os agentes pesquisados. O tratamento dos dados construídos ao longo da etnografia, por sua vez, aponta a existência de 20 localidades importantes e por razões variadas: locais associados a degradação, prestígio, práticas ilegais, usos indesejados, áreas de intervenção e/ou planejamento de ações e outros. No capítulo 2 apresentarei o mapeamento extensivo dos valores associados a esses espaços de atuação das(dos) interlocutoras(es) de minha pesquisa. Por ora, apresento apenas a listagem comparada de regiões importantes de atuação desses diferentes agentes:

1. Bibliografia sobre movimentos populares na região central de São Paulo	*2. ALs, Caminhada Noturna e CONSEG-Centro*
Glicério	Glicério
Ladeira da Memória	Ladeira da Memória
Pça. da Sé	Pça. da Sé
Pça. da República	Pça. da República
Lgo. São Francisco	Lgo. São Francisco
Pq. D. Pedro II	Pq. D. Pedro II

Tabela 1 – Espaços coincidentes

1. Bibliografia sobre movimentos populares na região central de São Paulo	*2. ALs, Caminhada Noturna e CONSEG-Centro*
Viaduto do Chá	R. Barão de Itapetininga
Av. São João	Pça. Júlio de Mesquita
Av. Ipiranga	R. Sete de Abril
Av. Liberdade	Pça. Ramos de Azevedo
Av. Duque de Caxias	Lgo. do Arouche
Av. Prestes Maia	Pça. Roosevelt
R. Brigadeiro Tobias	Lgo. Paissandu

Av. Cásper Líbero	Pça. Dom José Gaspar
R. Mauá	R. Vitória
R. Plínio Ramos	R. dos Gusmões
Luz	R. General Osório
	R. Guaianases

Tabela 2 – Espaços aproximados

Dada a diversidade de espaços, nem todos da região central (como é o caso da menção ao Ibirapuera, ou ao Ipiranga), não é possível organizar os dados de modo a parear ou igualar os espaços dispostos em cada linha. Foram criadas, entretanto, duas tabelas que permitem algumas comparações.

A primeira indica espaços mencionados simultaneamente pelos dois "blocos" de agentes, enquanto a segunda indica ruas, avenidas, praças e largos que foram mencionados sem necessariamente coincidirem, ainda que por vezes sejam próximos geograficamente. A Tabela 2 reúne diferentes ruas e avenidas que integram a região da Luz, que por muitas vezes é chamada pelos agentes (em ambos os casos) de *cracolândia*, e que parecem ter significados diferentes para cada "bloco". A coluna 1 da Tabela 2 destaca ruas e avenidas onde estão localizadas ocupações de moradia bastante conhecidas, como a Prestes Maia e a Mauá: um território de atuação política desses movimentos. Os espaços da coluna 2, na mesma tabela, são lembrados por seus(suas) agentes como espaços de moradia que conflitam com a presença de tráfico de drogas e de usuários de crack. Lembro, entretanto, que as ruas e avenidas onde se localizam ocupações de moradia também são atravessadas pelos mesmos elementos mobilizados pelos agentes da coluna 2 (tráfico e consumo de drogas).[44]

A presença dos movimentos de luta por moradia, movimento de moradores em situação de rua, movimento de catadores de materiais recicláveis e associações que reúnem moradores de estratos médios revela a diversidade da composição não só habitacional da região central, como também política. A diversidade de suas demandas e reclamações aponta para disputas em torno dos usos considerados mais apropriados e de quem deve ocupar o Centro. Assim como os(as) autores(as) mencionados(as) nesse tópico, defendo que a compreensão desse panorama não deve se

[44] O *Dossiê Luz, São Paulo* mencionado anteriormente fornece um panorama denso sobre as mais variadas manifestações políticas, habitacionais, de vizinhança e artísticas presentes na região, além de apresentar uma bibliografia específica sobre a região e os temas mais comumente associados a ela, tais como prostituição, intervenções urbanas e assistência aos usuários de drogas.

apoiar na adoção de blocos unívocos e dicotômicos para analisar as relações que integram essa rede de agentes. Pensar essas relações como multifacetadas e contingenciais confere mais flexibilidade à análise, assim como inteligibilidade a parcerias e críticas inusitadas e inesperadas entre setores sociais e políticos *a priori* apartados. Busco, com esse apontamento, não apenas defender a abordagem aqui desenvolvida, mas reiterar os cenários de alianças multifacetadas vistas em campo.

Destaco ainda a presença de algumas figuras políticas simultaneamente nas pesquisas sobre movimentos populares e na rede etnografada: Soninha Francine – vereadora pelo PT entre 2004-2007, subprefeita da Lapa em 2009; Floriano Pesaro – vereador pelo PSDB entre 2008-2012 e reeleito em 2012; Andrea Mattarazo – Subprefeito da Sé entre 2005-2007, Secretário de Coordenação das Subprefeituras de São Paulo entre 2007-2009 e eleito vereador pelo PSDB em 2012; e Pe. Julio Lancelotti – que já foi membro da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo e hoje é Vigário Episcopal do povo de rua. Cada um deles ocupa papéis de parceria ou oposição política entre os(as) agentes pesquisados(as) a depender do grupo e da situação analisada. Voltarei aos detalhes sobre isso quando tratar das alianças políticas das ALs e CONSEG pesquisados no capítulo 2.

A década de 1990 pode, portanto, ser entendida como um momento importante de emergência de disputas simbólicas, econômicas e políticas sobre o uso e a composição do público que poderia ocupar com maior legitimidade a região central da cidade. A concomitância do auge de ocupações dos movimentos de moradia, que reivindicavam o destino dos imóveis desocupados para moradia popular, e de criação da AVC e das ALs, mobilizadas em torno da revalorização da região e tendo como parceiros grandes instituições financeiras, comerciantes e proprietários da região, aponta para um momento de acirramento e diversificação dos interesses em disputa na região central da cidade de São Paulo.

Capítulo 2

Ações Locais e Conselho Comunitário de Segurança: participação comunitária e visões do urbano

Nesse capítulo apresentarei as Ações Locais e o CONSEG-Centro, abordando aspectos relativos à sua organização e funcionamento atual. Apresentarei os temas surgidos nas reuniões, a formação e manutenção das alianças entre as(os) agentes pesquisadas(os) e a proximidade com o poder público; desse modo, pretendo evidenciar qualitativamente a composição da rede etnografada.

Seguirei com uma análise mais detida de uma série de reclamações e percepções sobre a região central, que nomeei "incômodos", para discutir os desdobramentos práticos e espaciais das demandas apresentadas pelas(os) agentes. Um dos objetivos desse capítulo é explorar o mapeamento dos sentidos atribuídos aos locais estudados por meio das ALs e CONSEG-Centro, especialmente Pça. da República, Lgo. do Arouche, Pça. Dom José Gaspar, Pça. Roosevelt, Lgo. São Francisco, Pça. Julio de Mesquita, R. Barão de Itapetininga, R. Sete de Abril, R. Guaianases e R. dos Gusmões; com isso, espera-se entender de que maneira o agenciamento da rede pesquisada resultou em ações que mudaram as percepções atribuídas a esses espaços, sobretudo no caso de intervenções que alteraram seus usos.

Seguindo o plano de apresentação do mapeamento de valorações do espaço, apresentarei (ao longo desse capítulo) um mapa sobre a localização das ALs, uma tabela sobre tais incômodos e intervenções observadas no período da pesquisa, além de um segundo mapa, com oito roteiros das Caminhadas Noturnas, que será apresentado no próximo capítulo. A sobreposição dessas camadas permitirá a visualização dos dados construídos em espaços diferentes da pesquisa, porém em estreita comunicação: Caminhadas Noturnas, Ações Locais, CONSEG-Centro, e os incômodos e intervenções observadas nesses espaços.

1. *Apresentando as ALs e o CONSEG-Centro*

Como indicado na introdução desse texto, etnografei simultaneamente diferentes atividades e espaços de interação de moradoras(es), comerciantes e proprietárias(os) da região central da cidade. Foram eles: a Caminhada Noturna, algumas Ações Locais, o Conselho Comunitário de Segurança (unidade CONSEG-Centro) e certas atividades pontuais desenvolvidas pela Associação Viva o Centro. Elaborei um esquema explicativo que ilustra a relação entre essas frentes de pesquisa e os principais setores que as compõem. O círculo da AVC indica a frente de pesquisa secundária em relação às demais, que foram etnografadas mais sistematicamente. As reuniões das ALs e a Caminhada Noturna são atividades semanais, e as reuniões do CONSEG-Centro, mensais.

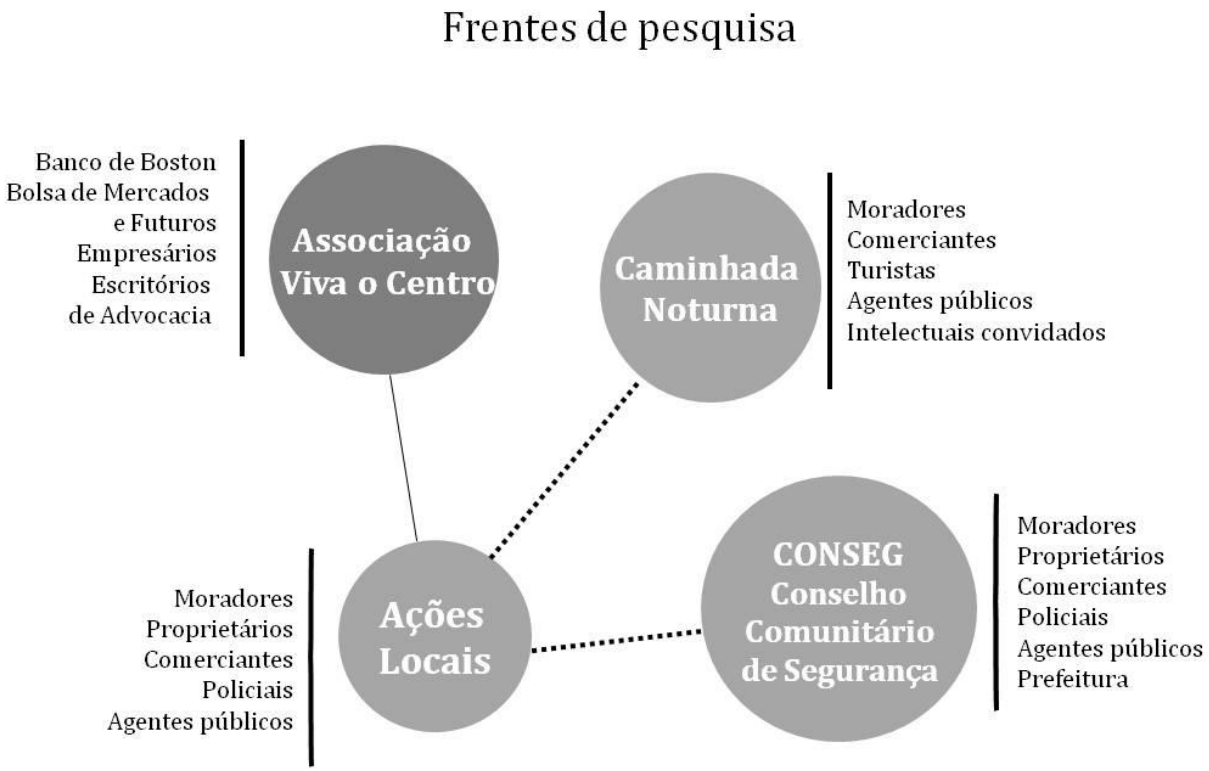


Fig.1 Frentes de pesquisa

As reuniões das ALs que acompanhei acontecem às quintas-feiras no já mencionado restaurante de Carlinhos, e reúnem Ações Locais próximas à R. Barão de Itapetininga. Pela manhã, as mesas do restaurante são reordenadas, de modo a formar uma mesa longa onde podem se

acomodar cerca de dez pessoas. Reuniões com convidados estimados pelo grupo costumam agregar mais participantes, chegando a quinze ou vinte pessoas; em dias de reuniões rotineiras, o grupo conta com oito pessoas. As reuniões não podem se estender por muito tempo, pois isso atrapalha o início das atividades do restaurante. Ao final da reunião Carlinhos oferece água, café, leite e pão com manteiga – momento em que os temas da reunião geralmente prosseguem em grupos menores de conversas mais informais ou sigilosas.

As(os) principais frequentadoras(es) dessas reuniões são: Carlinhos (comerciante e morador do Centro), Carine (que trabalha e mora no Centro), Cida (comerciante da região), Ana Clara, Flávia, Úrsula e Patrícia (moradoras do entorno), Antonio de Souza Neto (mais conhecido como Toninho, síndico da Galeria do Rock e presidente do CONSEG-Centro) e Carlos M. (jornalista de um periódico da região central), além de, eventualmente, representantes da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar, bem como de órgãos municipais.

As reuniões do CONSEG-Centro acontecem no prédio do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, na Pça. Ramos de Azevedo, em uma sala de cerimônias suntuosa. A longa mesa e as cadeiras são de madeira entalhada, essas têm encosto elevado, e a cadeira (central), ocupada pelo presidente, é a mais alta e robusta. Todas as reuniões são filmadas e se iniciam com todas(os) voltadas(os) em direção à bandeira do Brasil para a execução do Hino Nacional. Terminado esse momento protocolar, a secretária lê rapidamente a ata da reunião anterior e a submete à aprovação da plenária; em seguida esta já pode começar a se inscrever para falar. O presidente dá alguns informes gerais, anuncia a presença de algum convidado especial e, então, passa a palavra à *comunidade* antes que este fale, enfatizando que é importante que o convidado ouça o que a mesma tem a dizer antes que faça sua palestra e, porventura, vá embora sem ouvir os anseios das pessoas presentes.

Os membros efetivos do CONSEG-Centro são: o Presidente, Antonio de Souza Neto (Toninho, síndico da Galeria do Rock); o Vice-Presidente, José Bordini (presidente da AL Pça. Ramos de Azevedo); a 1ª Secretária, Marina de Almeida Barbosa; o 2º Secretário, Carlos Telles; o Diretor Social e de Assuntos Comunitários, Carlos Beutel (Carlinhos); o Conselho de Ética, formado por Carmen Gimenez, Cida (AL Barão de Itapetininga), Flávia, Ana Clara (as três últimas, participantes assíduas das reuniões as ALs). Os membros natos são: o capitão da Polícia Militar Claudio Antunes[45], comandante da 2°Cia–7°BPM/M-CPA M1 e Antonio Luiz Tucumantel, Delegado Titular do 3°DP.

[45] Ao longo da pesquisa esse cargo foi ocupado por três policiais distintos, sendo essa a nomeação mais recente, de agosto de 2013.

A etnografia consistiu na observação regular dessas reuniões, com a anotação criteriosa de informações e conversas com participantes. Não realizei, deste modo, nenhuma entrevista formal, e dava minhas opiniões sobre os temas tratados apenas quando era solicitada pelo grupo a fazê-lo. As reuniões observadas se mostraram oportunidades ricas de acompanhamento de debates em torno de temas relativos à zeladoria urbana, insegurança e, especialmente usos dos espaços urbanos e relação desses(as) agentes com o poder público para encaminhamento de demandas relativas a essas questões. Desse modo, esses espaços (formais ou informais) efetivamente propiciam a elaboração de iniciativas públicas para resolução de conflitos presentes na região central da cidade.

As anotações de campo, desse modo, se tornaram uma fonte importante de rememoração das situações vividas em campo e dos detalhes acerca dessas representações sobre o urbano, bem como da composição da rede social pesquisada. Tendo isso em mente, apresento a seguir o relato de uma reunião das ALs, na qual uma série de temas, conflitos, controvérsias e relações vêm à tona, para em seguida apresentar uma discussão mais detalhada sobre os temas mais importantes observados nas ALs e no CONSEG-Centro.

Utilizo esse longo trecho de caderno de campo para duplamente fornecer ao(a) leitor(a) as pistas para que possa seguir a rede durante o desenvolvimento do texto, e para compartilhar uma série de exemplos etnográficos observados em campo que me permitiram acessar valores e sentidos atribuídos à região central da cidade, e que serão analisados de maneira mais sistemática a partir de agora.

Não pretendo com a análise que se segue conferir coerência ou ordem à pletora de opiniões e relações que compõem essa rede (tal empreitada contrariaria o objetivo apresentado no início desse trabalho); pretendo, ao invés disso, não limitar meu texto ao material etnográfico, fazendo, deste modo, um exercício de abstração, compreensão e reflexão sobre o cenário estudado e os padrões de relação encontrados.

Comecemos, portanto, com um trecho do diário de campo:

> Início de dezembro, e a reunião, que estava bem cheia (22 pessoas), começou pontualmente às 10h: nem todas as pessoas estavam sentadas junto à mesa, que não comportava um grupo tão grande e não usual. Cida, Carlos Telles, Toninho, Edson, Vanda, Dulce e Gilmar se sentaram fora da mesa, sem apoio para escrever, os demais estavam sentados à mesma, e à medida que alguma autoridade pública chegava, alguém cedia seu lugar e se sentava ao redor.
>
> Estavam presentes Úrsula (presidente da AL 9 de Julho e frequentadora do CONSEG-Centro), Carlinhos (mora e trabalha no Centro, organizador da Caminhada Noturna, membro da AL

Barão de Itapetininga), Carlos Telles (2º secretário do CONSEG-Centro), Cida (comerciante do Centro, presidente da AL Barão de Itapetininga e frequentadora do CONSEG-Centro), Celso Reeks (ator, palhaço e bailarino, integrante do Movimento de Artistas de Rua), Coronel Camilo (ex-Comandante Geral da PM, empossado vereador em janeiro de 2013), Inês (moradora da Luz, assistente social e frequentadora assídua da Caminhada Noturna e do CONSEG-Centro), Edson (amigo de Celso Reeks e Eric), Dulce (mora no Centro, e é integrante da AL 9 de Julho), Eric (professor de canto da Cooperativa de Teatro e integrante do Movimento de Artistas de Rua), Iaco (professor e filho de Inês), Gilmar (agente de saúde da Unidade Básica de Saúde – unidade República), Rita (mora na região central e preside a AL Amaral Gurgel), Leonardo (funcionário da AMLURB, Autoridade Municipal de Limpeza Urbana), Lotardo (policial militar), Patrícia (mora e trabalha no Centro, integrante da AL 7 de Abril e frequentadora do CONSEG-Centro), Sol (mora no Centro, preside a AL Lgo. do Paissandu e é frequentadora da Caminhada Noturna e do CONSEG-Centro), Nilson (guarda da GCM), Toninho (integrante da AL 24 de Maio, presidente do CONSEG-Centro, frequentador da Caminhada Noturna e síndico da Gal. do Rock), Carine (mora e trabalha no Centro, integra a AL Barão de Itapetininga e é o braço direito de Carlinhos na organização das reuniões), Vanda (assistente social) e Venâncio (policial militar).

Ao longo de 2012, o coreto da Pça. da República (que passara por uma obra de restauração havia pouco tempo) permaneceu ocupado por famílias em situação de rua, e tal cenário, bem como a deterioração física da estrutura e percepções tanto de insegurança quanto de aumento de assaltos na praça associados à ocupação foram repetidamente reportados às autoridades participantes das ALs e do CONSEG-Centro. Após sucessivas reclamações relativas à ocupação e aos usos considerados indesejados, o coreto foi alvo de uma ação conjunta da GCM, PM e assistência social para desocupar o local e encaminhar as famílias para albergues. A desocupação ocorreu sem grandes conflitos e uma viatura da GCM ficou por mais de dois meses estacionada ao lado do coreto para coibir novas ocupações. Após a desocupação, contudo, o grupo temia que o "não uso" do coreto resultasse em novos usos indesejados, dado que a viatura da GCM não poderia ficar por tanto tempo num único lugar. Foi então que Carlinhos convidou Celso Reeks para participar das reuniões e ajudá-los a elaborar uma atividade cultural para o coreto.

Nessa reunião, Celso Reeks contou que a Cooperativa de Teatro (da qual Eric faz parte) havia elaborado um projeto para a utilização do coreto do Parque da Luz para aulas de canto gratuitas, e, juntos propuseram uma oficina de canto como essa no coreto da Pça da República dia 12 de dezembro às 17h. Nilson, guarda da GCM, anotava as informações, e garantiu que uma viatura daria suporte para a atividade. Carlinhos perguntou a Leonardo, da AMLURB, se ele poderia realizar às pressas mais uma limpeza do coreto.

Carlinhos pediu que Patrícia reunisse as sugestões feitas durante a reunião, e ela anunciou que na semana seguinte se reuniria com mais integrantes para a redação de um plano para o coreto, que incluiria a apresentação de uma banda. Nesse momento, Ana Clara interveio e pediu que fosse

feita uma seleção cuidadosa da atração cultural, para evitar que fosse uma *forrozada;* e pediu também que as autoridades presentes cuidassem da prostituição que estaria *tomando conta do Centro*. Carlinhos, em tom de discordância, respondeu que não é possível cuidar de todos os temas que ela levantara, e Patrícia defendeu sua proposta dizendo que não é essa a intenção do plano. Em outra reunião, Ana Clara criticou a prostituição e Carlinhos rebateu afirmando que a atividade não é crime, apenas sua exploração por terceiros, e que o grupo não poderia intervir na prostituição em si.

Aproveitando o tema da prostituição, Gilmar, farmacêutico com ênfase em saúde pública, falou aos presentes sobre os projetos da UBS voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade social, como *os* travestis[46], pessoas que cheiram Thinner (solvente), ingerem álcool e outros.

Um dos projetos é a terapia medicamentosa assistida, que consiste em não entregar diretamente os remédios aos pacientes, mas ir até eles para que sejam medicados, o que evitaria que os pacientes vendessem os remédios, trocassem por drogas, trocassem entre si, ou se tornassem dependentes da medicação. Gilmar contou que crianças do Vale do Anhangabaú estavam inalando cápsulas de amoxicilina como se fosse cocaína. São situações como essa que esse projeto busca evitar, segundo Gilmar. Para as travestis, o projeto elaborou iniciativas de inclusão no mercado de trabalho. Quanto ao uso de álcool, os organizadores do projeto estavam tentando dialogar com donos de bares para que evitassem vender a *barrigudinha*, uma pequena garrafa redonda de cachaça que custa R$ 0,80, quantia de dinheiro que, segundo Gilmar, é facilmente conseguida por qualquer pessoa que pedir nas ruas.

Gilmar falou também sobre a antiga prática de usuários de cheirar cola. Tal produto deixou de conter componentes alucinógenos, razão pela qual foi substituído entre usuários pelos solventes, como o Thinner, que também está sendo estudado para deixar de conter tais substâncias. Gilmar, contudo, levantou uma questão: caso os solventes deixem de ser atrativos, para qual droga as pessoas em situação de vulnerabilidade migrariam? E destacou a necessidade de se fazer um trabalho social com usuários. Diante da fala de Gilmar, Ana Clara comentou que *tudo de ruim está no Centro* e Gilmar disse que tal situação não era acidental, visto que o Centro reúne tudo o que eles precisam: tenda para tomar banho, médicos e policiais para olhar por eles.

Coronel Camilo é um parceiro das ALs e CONSEG-Centro e bem quisto pela maioria; ele era o mais esperado do dia e chegou assim que Gilmar encerrou sua fala. Os dois policiais militares presentes se levantaram e bateram continência. A rede política do grupo é bem heterogênea, e com o anúncio da nomeação de Camilo como vereador em janeiro de 2013, ele passaria a figurar também como um parceiro na Câmara Municipal.

Carlinhos anunciou aos presentes que eles convidariam Floriano Pesaro (PSDB) para uma vinda à reunião, e Celso Reeks sugeriu um convite a Jamil Murad (PCdoB), ao que foi prontamente negado por Carlinhos, que logo explicou seu ressentimento com Murad, após este ter criticado as

[46] O tempo todo, o agente de saúde se referiu às travestis usando o artigo masculino, o que revela certo despreparo no atendimento a esse público.

ações da PM em janeiro de 2012 na Luz [Operação Centro Legal][47] e ter dito que a internação compulsória era uma prática nazista. No final de 2012, Carlinhos explicou, o PT passou a apoiar a internação compulsória no Rio de Janeiro, mas não em São Paulo, tudo por interesses político-partidários, ele ponderou.

Carlinhos pediu que Camilo apresentasse seus planos para usuários de drogas e poluição sonora na região central. Camilo iniciou dizendo que o usuário de droga é um doente, mas isso não significa que ele tenha que ser "bajulado"; como os usuários de droga são a *mola* para o tráfico de drogas, ele argumenta, devem ser punidos por portarem a substância, nem que seja com a internação. O ex-coronel elogiou a Cristolândia, um projeto da Igreja Batista na Luz,[48] dizendo que eles resgatam pessoas. Ele afirmou que entre os usuários há muitos *sem-vergonha*, pessoas que não querem *nada com nada*. Segundo Camilo, o *espaço público* é de todos, não apenas *dos drogadictos*; trata-se de uma questão de *ordem pública*, defendeu Camilo. *Drogadictos e traficantes querem ambientes degradados*, diz ele. Contou que quando era capitão, eles chegaram a lavar a R. Guaianases, [49]em frente à Folha de São Paulo, quinze vezes num único dia.

Carlinhos disse que há 22 anos,[50] quando ele começou a trabalhar pela melhoria do Centro, o número de turistas, hotéis e a porcentagem de quartos ocupados eram muito menores, e que depois do trabalho das ALs e da AVC tudo estava melhor, mas era inaceitável que pessoas ainda fossem assaltadas, como vinha ocorrendo na região central.

---

[47] A Operação Centro Legal foi deflagrada em janeiro de 2012 pela prefeitura e pelo governo do estado de São Paulo na região que ficou conhecida como Cracolândia, com o intuito de coibir o tráfico de drogas e prover atendimento às pessoas em situação de risco na região. Essa ação provocou bastante polêmica, sendo alvo de denúncias de abuso de autoridade por parte de policiais contra usuários de drogas, gerou discussões sobre o tipo de tratamento oferecido aos adictos, gerou debates sobre a possibilidade de internação compulsória dos mesmos, e animou o debate em torno do Projeto Nova Luz e dos interesses que o movem. Entre as reações observadas contrárias à Operação Centro Legal, a mais inusitada, na esteira das manifestações ocorrida em 2011 em Higienópolis em favor da construção de uma estação do metrô no bairro, foi a realização de um "Churrascão de gente diferenciada - versão Cracolândia" organizada via internet. No mesmo período, contudo, a Polícia Militar divulgou uma pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha e pelo Instituto Informa que aponta um índice de aprovação da Ação de mais de 80%. O blog da Associação de moradores e comerciantes de Campos Elíseos (AMCCE) publicou um interessante relato da manhã do dia 05 de janeiro. Para além da crítica pungente à Ação, o autor da postagem realiza como uma espécie de caminhada por esses espaços, uma descrição detalhada da ação da Polícia Militar, GCM e dos funcionários de limpeza da prefeitura em diferentes ruas ao longo da manhã. Neste relato é possível entrever a atuação de uma comunidade religiosa, a Comunidade Belém, junto aos usuários, a relação destes com comerciantes e moradores da região, bem como os momentos de venda da droga e os deslocamentos dos usuários em razão da chegada dos traficantes ou da polícia. Sobre a Operação Centro Legal ver site da Polícia Militar com os pormenores e dados de balanço da Ação, bem como um painel de opiniões favoráveis e contra a intervenção, fotos e vídeos: < http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html>. Sobre a polêmica em torno da Ação ver, Bedinelli e Correa (05/01/2012). Sobre o Churrascão na Luz ver Folha de São Paulo (10/01/2012). Sobre o relato da AMCEE ver:< http://associacaocamposeliseos.com.br/wordpress/?p=371>. Acessado em 10/07/2012. Para mais informações sobre ações policias na região da Luz, ver introdução ao Dossiê Luz: http://www.pontourbe.net/edicao11-dossie-luz/261-introducao. Acesso em 28/01/2013.

[48] Para mais detalhes sobre o trabalho da Primeira Igreja Batista e outras entidades na Luz, ver artigo "Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz", integrante do Dossiê Luz, São Paulo, publicado na revista PontoUrbe. (Spaggiari, Rodrigues e Fonseca, 2012).

[49] Sobre a R. Guaianazes e as mudanças quanto ao seu uso – que compunha a territorialidade da cracolândia anteriormente as demolições de 2007 e que nos últimos anos apresenta um uso majoritariamente noturno – ver FRÚGOLI JR., e SPAGGIARI, 2010.

[50] Voltarei à discussão desse marcador temporal das atividades da AVC e das ALs no capítulo 3.

Camilo disse ao grupo que não adianta este *chegar e bater na mesa dos vereadores*, era preciso buscar alianças para tratar desses temas, justamente o que ele vem buscando fazer com o Coronel Paulo Adriano Telhada (vereador eleito pelo PSDB e ex-comandante da Rota; ele fora um dos convidados da reunião de novembro CONSEG-Centro), Abou Anni (vereador pelo PV) e outros (são sete vereadores ao total).

Carlinhos pediu a Camilo que falasse sobre o segundo tema do dia: *poluição sonora*. Carlinhos aborda esse tema regularmente, e em diferentes espaços de atuação que frequenta, além de relembrar o caso de dois amigos seus que morreram no Centro por conta de complicações de saúde advindas, segundo ele, da *poluição sonora e da perturbação do sossego*. Ele afirmou que a CET, a PM e outros órgãos consultados dizem que esse problema não é da competência deles, e perguntou ao futuro vereador se ele criaria *mecanismos mais ágeis para proteger os cidadãos*. Camilo citou, em tom de elogio, o exemplo da prefeitura de Osasco que criou uma multa de R$ 6 mil para carros que usam som alto em locais proibidos (a multa vai para o CPF da pessoa, e não para a carteira de motorista, o que coibiria reincidências, segundo ele).

Carlinhos contou que Sol fez uma reunião com as *comunidades* da Santa Cecília e Higienópolis e o vereador Gilberto Natalini (vereador do PV – outro parceiro do grupo, que também já participou de uma Caminhada Noturna como convidado) para tratar da questão do barulho na região da R. Maria Antônia (onde ocorrem festas na rua com distribuição gratuita de cerveja), sugerindo que ela repetisse esses encontros. Sol fez um depoimento bastante ressentido com as autoridades ali presentes, e se perguntou quem é que permite tais festas, e quem as sustenta. Ela é presidente da AL Lgo. do Paissandu e todos os dias tem que lidar com a Feira do Rolo[51]: os guardas ficam na ala norte do largo, e a feira na ala sul; basta os guardas se movimentarem, que a feira também o faz. Camilo não respondeu às críticas de Sol e disse que todos precisam se unir e não desistir, pois *os olhos da polícia são a população* e disse que isso não ocorre só no Centro e já viu na R. Vergueiro pessoas fechando a rua para beberem.

Carlinhos anunciou que o próximo convidado a falar nas reuniões das ALs seria Eliseu Gabriel (vereador pelo PSB), para apresentar seu plano como secretário do trabalho, e que ele poderia pensar em políticas de inserção de usuários de drogas e demais grupos mencionados naquela reunião.

Uma vez por ano, as ALs premiam funcionários públicos e demais servidores, bem como pessoas que ajudam o grupo a realizar seus planos, seus parceiros de trabalho, e na próxima edição (que ocorrerá em março de 2013), eles iriam homenagear três garis da área. Também pretendiam

[51] A Feira do Rolo é uma reunião noturna e informal de dezenas de pessoas (homens, em sua grande maioria) para venda e troca de objetos variados (celulares, roupas, sapatos, bicicletas) ao ar livre e nos arredores do Lgo. do Paissandu. Acredita-se que a feira reúna, sobretudo, objetos advindos de roubos e furtos. A feira é itinerante, e ao longo da pesquisa observei as vendas e trocas sendo realizadas no Lgo. do Paissandu, nas calçadas da Av. São João próximas ao largo, e na R. Dom José de Barros. Com a aproximação da GCM (responsável por coibir o comércio ambulante na região central), os vendedores rapidamente reúnem suas mercadorias em malas ou sacolas plásticas e se dispersam em grupos pequenos, mas com o afastamento da guarda o grupo volta a se reunir instantes depois.

chamar o vereador Roberto Trípoli (PV) para apoiá-los no plano de impedir a construção de um piscinão no vale do Anhangabaú, como querem as grandes empreiteiras, diz Carlinhos, e para viabilizar planos de permeabilização do solo e combate às enchentes. Carlinhos também convidou os presentes a um sarau que aconteceria no dia seguinte em um restaurante no Copan, propondo que no próximo mês a atividade fosse feita em um espaço público.

Celso Reeks comentou que já existem alguns projetos para ocupação e uso das praças públicas, e que é preciso descentralizar as atividades da Pça. Roosevelt, que após sua reinauguração (setembro de 2012) passou a concentrar diversas atividades culturais, parte delas independentes da ajuda da prefeitura. Edson disse que atividades culturais em praças costumam atrair famílias e pessoas interessadas em assistir, e afastam aqueles que vão ao lugar para fazer outras coisas, como *puxar um fumo*.

Carlinhos passou a palavra a Toninho, que falou do contexto político e de insegurança atual;[52] sua fala revelou uma tensão e controvérsia latente entre ele e Camilo. Nesse momento algumas pessoas saíam, outras se despediam de Camilo, e isso tirava a atenção dos(as) presentes; Toninho parecia apreensivo, pois esperava que o convidado escutasse sua opinião marcadamente oposta àquela defendida pelo ex-comandante o tempo todo. Toninho, como em outros momentos que presenciei, fez uma dura crítica à falta de política pública para a segurança no estado de São Paulo, e disse que o governo, os policiais, e mesmo o secretário de segurança urbana à época, Edsom Ortega, passam por uma crise de autoridade diante dos seus subordinados; a cidade estaria *desmantelada*, e caberia a eles *buscar uma cidade melhor e com mais qualidade de vida,* ele argumentou. Durante o final de fala de Toninho, Camilo se levantou, mas ele prosseguiu: *pequenos grupos articulam ideias, isso está provado*, ele diz, *e fazem mudanças.*

Camilo parecia apressado para ir embora, mas também incomodado com as críticas, e em cada extremidade da mesa os dois estavam de pé enquanto falavam. Camilo começou a responder colocando seu gabinete à disposição. Toninho se sentara. O ex-coronel disse que trabalha no Centro há 30 anos, e tudo está melhor, o que não quer dizer que não haja deficiências. *É preciso que todos participem, e a prefeitura tem dinheiro e estrutura para colocar planos em ação.* Ele elogiou a gestão do PSDB no estado e na prefeitura, dizendo que tal gestão economizou dinheiro. Toninho se levantou: *vamos falar francamente, a cidade está ruim e há crise de autoridade.* Camilo disse que Toninho tinha que ser mais *otimista*, e Toninho disse que estava lá pelo otimismo. Nesse momento, Carlinhos encerrou a reunião, resgatando a mensagem de otimismo de Camilo.

Ao final da reunião, Rita me disse que gostou do encontro, e que viria novamente para trazer representantes de outras ALs, como a da Santa Cecília.

[06/12/12 – Reunião Ação Local - caderno de campo nº08]

[52] Refiro-me aos meses de outubro e dezembro de 2012 quando houve um aumento do número de chacinas na cidade.

A partir desse trecho de caderno de campo,[53] buscarei desenvolver uma descrição qualitativa da rede etnografada e discutir os seguintes pontos: como se manifesta o tema da participação comunitária e da mobilização dos estratos médios estudados; a relação desses grupos com a Associação Viva o Centro; como se compõe a amplitude dos problemas tratados nas reuniões, ou seja, a abrangência espacial dessas articulações; as parcerias com outros movimentos e com o poder público; como praticam a zeladoria urbana; a relação com as polícias e o policiamento comunitário, incômodos e intervenções no espaço, bem como as controvérsias daí resultantes e as visões e representações do urbano que sustentam as posições das(os) agentes dessa pesquisa.

2. Participação comunitária e mobilização dos estratos médios

Apesar de se tratar de um grupo onde todas(os) a princípio têm direito à palavra, e não se entrevejam (nem se valorizem) estruturas de poder e liderança muito verticais, o contato mais aproximado e contínuo com as(os) integrantes aponta para o reconhecimento coletivo de algumas lideranças locais, ou daquelas pessoas sem os quais parte do grupo não apresentaria iniciativa para tomar decisões. Nesse sentido, Carlinhos é a principal figura de liderança nas reuniões das ALs que acompanho: as reuniões não começam antes da sua chegada; no caso de sua (rara) ausência, o encontro torna-se "consultivo" ao invés de "deliberativo", ou é então cancelado; é ele quem inicia e finaliza a reunião, distribui tarefas, concede a palavra a integrantes e convidados(as), e chama a atenção de quem conversa paralelamente. Sua opinião sobre outras lideranças políticas também é relevante para o grupo, influenciando a proximidade do coletivo com algumas delas e o afastamento (temporário ou não) de outras. Essa liderança, todavia, se faz de modo tranquilo e é bem recebida pelo grupo, que destaca o caráter alegre, divertido e por vezes atrapalhado de Carlinhos, chamando-o carinhosamente de *menino maluquinho.*

Embora seja tratado como um líder comunitário, isso não significa que todos(as) sigam sua opinião. Ele apenas representa uma referência importante para os(as) demais integrantes e tem um protagonismo importante na rede etnografada.

Um momento que exemplifica esse cenário foi o período que precedeu as eleições municipais de 2012 para a Prefeitura e a Câmara Municipal de São Paulo. Preocupado em garantir a

[53] O relato de uma reunião importante das ALs, importante por reunir num único dia diversas pessoas da rede falando de lugares sociais variados: policiais, políticos, agentes de saúde, artistas, moradoras(es) e comerciantes, ilumina uma série de temas que também surgem na terceira frente de pesquisa, a Caminhada Noturna, e serão retomados (em parte) no capítulo 3.

eleição de vereadores próximos ao grupo, Carlinhos elaborou uma carta a ser divulgada por e-mail e no *Jornal Centro em Foco,*[54] na qual discorria sobre a importância de escolher com clareza quem ocuparia as 55 vagas na Câmara, e finalizava com uma lista de 10 candidatos a quem ele declarava apoio e que gostaria que fossem eleitos para a formação de uma *frente parlamentar pelo Centro.* Carlinhos mostrou a carta aos(às) integrantes da reunião das ALs, mas terminou publicando a carta apenas em seu nome. A lista de candidatos, na ordem em que foi divulgada, segue abaixo. Para a visualização dos resultados da eleição, incluí o número de votos obtidos e a situação de cada um:

Jamil Murad (PCdoB) – 17.574 votos – não eleito
Eliseu Gabriel (PSB) – 53.634 – eleito
Nabil Bonduki (PT) – 42.411 – eleito
Gilberto Natallini (PV) – 26.806 – eleito
Donato (PT) – 47.039 – eleito
Police Neto (PSD) – 28.278 – eleito
Andrea Matarazzo (PSDB) – 117.617 – eleito
Coronel Camilo (PSD) – 26.966 – suplente (assumiu em janeiro de 2013)
Floriano Pesaro (PSDB) – 37.780 – eleito
Chico Macena (PT) – 20.869 – não eleito

Dessa lista de vereadores, eleitos ou não, passadas as eleições, alguns foram novamente convidados a participar de reuniões das ALs, do CONSEG-Centro e de uma Caminhada Noturna; outras alianças, contudo, parecem temporariamente desfeitas. Jamil Murad é um exemplo de aliança temporariamente abalada. Como mostrei anteriormente, Murad fez duras críticas à ação da polícia militar na Luz em janeiro de 2012, e chegou a chamar de nazista a opção pela internação involuntária de usuários de drogas.[55] Passadas as eleições, a presidenta Dilma teria defendido a mesma abordagem para usuários de crack no Rio de Janeiro, o que Carlinhos encarou como um jogo político inadmissível, que só reforçaria a *disputa entre PT e PSDB* sem enfrentar a questão de fato; ele apresenta, em momentos diferentes, seu apoio ora à internação involuntária, ora à política de redução de danos.

O vereador eleito, Eliseu Gabriel, foi designado para assumir a Secretaria de Trabalho, e sua

[54] A carta pode ser acessada na p.09 do arquivo em pdf. disponibilizado no site do *Jornal Centro em Foco*: <http://www.jornalcentroemfoco.com.br/PDF/102.pdf>. Acesso em 24/12/2012.

[55] Após a Operação Centro Legal, os temas da política assistencialista e da internação compulsória de usuários ganharam grande repercussão na imprensa. Destaco as seguintes reportagens: KERBER (07/02/2012) e LEÃO (10/01/2012).

assessora, Vera, esteve próxima do grupo desde o fim das eleições, mostrando-se disposta a pensar projetos para inserção de jovens usuários de drogas, moradores em situação de rua e outros no mercado de trabalho. A secretaria ficaria na Galeria Olido (Av. São João), e dada a proximidade com o Apfel (R. Dom José de Barros), ela continuaria frequentando o restaurante e atenta as demandas do grupo.

Nabil Bonduki foi convidado para falar sobre o Minhocão (Elevado Costa e Silva) em uma Caminhada Noturna de novembro de 2012, e, nessa edição com um percurso maior do que o habitual, caminhou-se pelo Centro e depois sobre o Elevado, ouvindo-se suas impressões de variados dos pontos de vista: de urbanista, de militante e, mais recentemente, de vereador.

Andrea Matarazzo e Coronel Camilo foram convidados a uma reunião do CONSEG-Centro em outubro de 2012. Apenas Camilo compareceu, e a ausência de Matarazzo foi muito mal recebida pelos(as) participantes da entidade e também das Ações Locais. Em dezembro de 2012, Camilo foi convidado para a reunião das ALs que relatei acima, e a presença desse convidado estimado pela *comunidade*[56] trouxe vinte e duas pessoas à reunião, número que eu não havia presenciado desde então.

De maneira geral o grupo é heterogêneo em suas opiniões, mas apresenta pontos de concordância em diversos temas: incomodam-se com o descarte irregular de lixo e com a suposta corrupção de policiais; ajudam nas investigações contra a venda de CDs e DVDs piratas na região; criticam os movimentos de moradia e suas ações, associando-os por vezes a uma deterioração futura do entorno caso ali se instalem para morar, e afirmam existir assaltantes e desocupados entre os militantes com o consentimento dos moradores das *invasões*.

Essa heterogeneidade é elogiada e bem vista por Carlinhos, que defende o caráter aberto das reuniões a quem se interessar em participar. Contudo, setores como o movimento de moradia não seriam bem-vindos, já que têm modos de pensar e de agir muito diferentes, segundo o integrante da AL. Há exceções, evidentemente, como no caso de Carlos M., amigo de Carlinhos e editor do Jornal Centro em Foco, abertamente apoiador dos movimentos de moradia no Centro, tendo inclusive declarado seu voto para Gegê (um líder do movimento de moradia) nas eleições do Conselho Consultivo do Programa de Metas (conselho ligado às Subprefeituras); há também Robson, líder do movimento de moradores de rua, que está presente não só nas ALs, mas também no CONSEG-Centro e em atividades da AVC.

Essa postura ora conciliadora das diferenças, ora defensora de um espaço exclusivo para o desenvolvimento das ideias do grupo a que se pertence, não deixa de causar estranhamento por sua

[56] Emprego comunidade como categoria nativa que os próprios agentes usam para falar de si, e do grupo que representam.

atitude paradoxal, visto que Carlinhos defende um ideal de *democracia* que prevê alianças entre *esquerda* e *direita*, e constantemente fala com muito pesar de situações em que as pessoas mobilizadas não parecem inclinadas a tal conciliação.

Outras integrantes do grupo, por sua vez, apresentam posturas pouco receptivas a opiniões que divirjam das suas. Durante uma viagem de dez dias de Carlinhos à Europa, houve uma reunião das ALs em que duas integrantes se desentenderam. Uma delas, que integra a reunião há bastante tempo, destacou uma diferença entre membros e convidados, e seus direitos nas reuniões, diferença que até então não havia sido acionada nem comentada nas reuniões, e que dava menos poder de voz e de decisão aos convidados. Após esse acontecimento, a convidada em questão deixou de frequentar as reuniões às quintas-feiras; sua postura, mais enérgica, bem informada e mais impositiva, não agradava a grande parte dos(as) integrantes.

Meses depois notei que algumas integrantes desaprovaram as opiniões de outra convidada acerca de atitudes violentas cometidas pela Polícia Militar de São Paulo, e mesmo sem darem ouvidos às razões de suas explicações, ambas se irritaram e evitaram o contato com ela até o fim da reunião. Como será discutido mais adiante, a GCM e a PM são tidas em alta estima pelo grupo de maneira geral, razão pela qual críticas como essa não costumam ser bem recebidas.

A observação simultânea das ALs e do CONSEG-Centro me permitiu notar diferenças quanto ao tempo de ação de cada um: nas primeiras, as demandas precisam ser repassadas para os órgãos responsáveis após as reuniões; no segundo caso, parte dos órgãos responsáveis já está presente no encontro, como representantes das Polícias Militar, Civil e GCM (Guarda Civil Metropolitana), CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana), Ilume (Departamento de Iluminação Pública da Prefeitura de São Paulo) e Prefeitura. Tal configuração parece agilizar a efetivação dos pedidos, como no caso da criação da rua de lazer na Santa Ifigênia,[57] fruto de seguidos meses de queixas por parte de Ingrid, síndica de três prédios da região e moradora do bairro há 30 anos. No caso das ALs, durante o ano presenciei o surgimento de demandas variadas que não receberam continuidade, ou ainda não tinham sido esgotadas até o encerramento do meu trabalho de campo.

[57] Em outubro de 2012, a pedido de moradores e após a entrega de um abaixo-assinado, a R. Guaianases foi incluída no programa de "Ruas de Lazer" da Secretaria Municipal de Esportes, que bloqueia a rua aos domingos das 8h às 17h e fornece material esportivo como bolas e redes de vôlei ou travas de futebol. Para mais detalhes, ver reportagem que anuncia tal inclusão. Disponível em: <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/39693/Moradores+conseguem+rua+de+lazer>. Acessado em 22/09/2013.

3. Adensando a rede: participação em conselhos públicos

Ainda que as(os) integrantes das ALs e do CONSEG-Centro defendam o poder de prevenção, coerção e resolução de problemas por parte da polícia, elas(es) sabem que apenas essa abordagem não é capaz de resolver os temas mais polêmicos discutidos nessas reuniões: a presença de moradores em situação de rua e usuários de drogas na região. Com isso, após as ações de janeiro de 2012 na Luz e os efeitos de dispersão dos usuários por diversas ruas do Centro, esse tema tornou-se central nas reuniões do CONSEG-Centro e ALs, e veio a ganhar novas configurações. Dentre elas, foi ficando mais clara a disposição desses grupos de aproximações a outras instituições, como secretarias de saúde e assistência social, para resolver essas questões. Essa disposição é sentida e vista com mais objetividade nas ALs que no CONSEG-Centro, que ainda conta com uma participação majoritária de policiais entre os representantes públicos.

Em outubro de 2012 Carine, integrante da AL, se tornou conselheira da UBS República (Unidade Básica de Saúde) e pude então perceber que o grupo costuma utilizar os serviços públicos de saúde (UBS, Santa Casa, Hospital das Clínicas) e os elogiam bastante. Nos meses seguintes, três agentes da UBS República foram à reunião e contaram sobre seus projetos (já em ação) de assistência a moradores de rua, usuários de drogas nas ruas, travestis (tríade de pacientes majoritários dessa unidade, segundo o agente de saúde), crianças obesas com deficiência intelectual, e usuários de drogas em clínicas de recuperação, como o Complexo Prates,[58] na Luz.

Um mês depois, em novembro, houve eleição para representantes no Conselho Consultivo do Programa de Metas. Um dos integrantes das ALs tentava sua reeleição e Carlinhos, sua primeira participação. Ele obteve o segundo lugar, ficando com o cargo de suplente; o vencedor foi Gegê, líder do movimento de moradia no Centro, com grande margem de votos. O grupo também deseja que Inês se candidate a conselheira tutelar assim que novas eleições forem abertas, e ela prontamente aceitou a proposta.

A disposição dos(as) integrantes das ALs em ocupar certos postos para conhecer melhor seu

[58] Segundo o site da prefeitura de São Paulo, "O Complexo Prates é destinado a moradores em situação de rua da região da Nova Luz e dependentes de álcool e drogas. Trata-se de um equipamento de assistência social ligado à Saúde, que irá funcionar como porta de entrada dos usuários nos serviços da rede sócio-assistencial. Ele possui uma área de 11 mil m², e contará com um Espaço de Convivência, com capacidade para atender até 1.200 pessoas por dia, um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Abrigo), com 20 vagas, e um Centro de Acolhida para Homens (Albergue), com 120 leitos. A Secretaria Municipal de Saúde também vai instalar no local uma AMA (Assistência Médica Ambulatorial) e um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), ambos com funcionamento 24 horas, com mais de 120 profissionais de saúde e 11 leitos para observação e internação emergencial". O Complexo fora criado após as ações de janeiro de 2012 de maneira atrasada, segundo Inês, assistente social, um *elefante branco*, ela diz, por ser subutilizado. Marina, por sua vez, criticava o fato do Complexo funcionar apenas durante a semana. Trecho retirado do site da prefeitura, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/empreendimentos/unidades_de_assistencia_social/index.php?p=37275>. Acessado em 24/08/13.

funcionamento e fazer valer suas opiniões e aspirações para a região parece reforçar sua inclinação de participação nos destinos do centro da cidade, e também no cuidado diário que dedicam a tal região. Tais estratégias de aproximação de diferentes cargos, bem como a diversificação do público convidado para as reuniões indicam que os(as) integrantes das ALs têm clareza da necessidade de diferentes profissionais para tratar de temas que consideram problemáticos, como a presença de usuários de crack na região. Ter parceiros na UBS, na Subprefeitura da Sé, na Câmara dos Vereadores, no Conselho Gestor do Plano de Metas e nas polícias torna a construção de alianças e a concretização de demandas uma realidade possível.

A proximidade que buscam construir com alguns vereadores, como Coronel Camilo, Nabil Bonduki, Floriano Pesaro, Eliseu Gabriel, Telhada ou Andrea Matarazzo, seja nas reuniões das ALs, CONSEG-Centro ou mesmo na Caminhada Noturna reitera esse esforço de construção de alianças políticas favoráveis às aspirações desses agentes, que se baseiam mais em laços de reciprocidade construídos nesses espaços (vários deles receberam convites para debate com a comunidade antes das eleições, outros foram ajudados por alguns integrantes em suas campanhas) do que nos corredores da Câmara: nas vésperas das eleições, a convite de Carlinhos, Floriano Pesaro foi a uma reunião das ALs apresentar seu plano de candidatura. Quando questionado pelo grupo sobre seu afastamento da *comunidade* após vitória nas eleições de 2008 mesmo tendo sido ajudado por eles, ele rebateu: “Vocês não foram uma única vez ao meu gabinete!”.

Dedicar, portanto, tempo para comparecer a esses espaços alternativos de construção da política parece, ao meu ver, ser o que mais efetivamente dá força aos laços de proximidade que essas ALs e o CONSEG-Centro estudados constroem: se pudesse usar alguma metáfora, diria que valorizam uma política caseira, com conversas entre amigos e parceiros, ao invés da política formal e (tecnicamente) impessoal dos corredores e protocolos da Câmara. O grupo, contudo, nos últimos meses, passara a reconhecer que precisavam também se aproximar de seus parceiros dentro dos protocolos da Câmara, fazendo visitas a eles, como constata Carlinhos no final do relato de campo exposto anteriormente.

4. Organicidade de baixo e a rede em agência

Como indicado na introdução, as Ações Locais têm por objetivo articular a comunidade local (seja ela formada por moradores, comerciantes ou proprietários) em torno da identificação de uma série de problemas posteriormente encaminhados aos órgãos competentes, bem como realizar melhorias na região central, e mais especificamente na rua por eles(as) representada. Segue abaixo

um mapa que elaborei contendo as ruas contempladas pelas 31 ALs ativas no momento (agosto 2013); cada traço ou polígono azul representa uma AL. O mapa I[59] permite a visualização do esquadrinhamento da região central e as áreas cobertas por esses grupos de interesses variados. Pode-se observar que grande parte das ALs concentram-se em torno da Pça. da República (centro novo) e da Pça. Da Sé (centro velho), sendo que as demais regiões (Luz, Santa Ifigênia – ao norte do mapa e a região da Consolação – região sudoeste do mapa), são menos cobertas pelas ALs. A posterior sobreposição de camadas de dados que realizarei ao longo desse capítulo permitirá a visualização das áreas mais relevantes para os agentes estudados e seus impactos na espacialidade da região central.

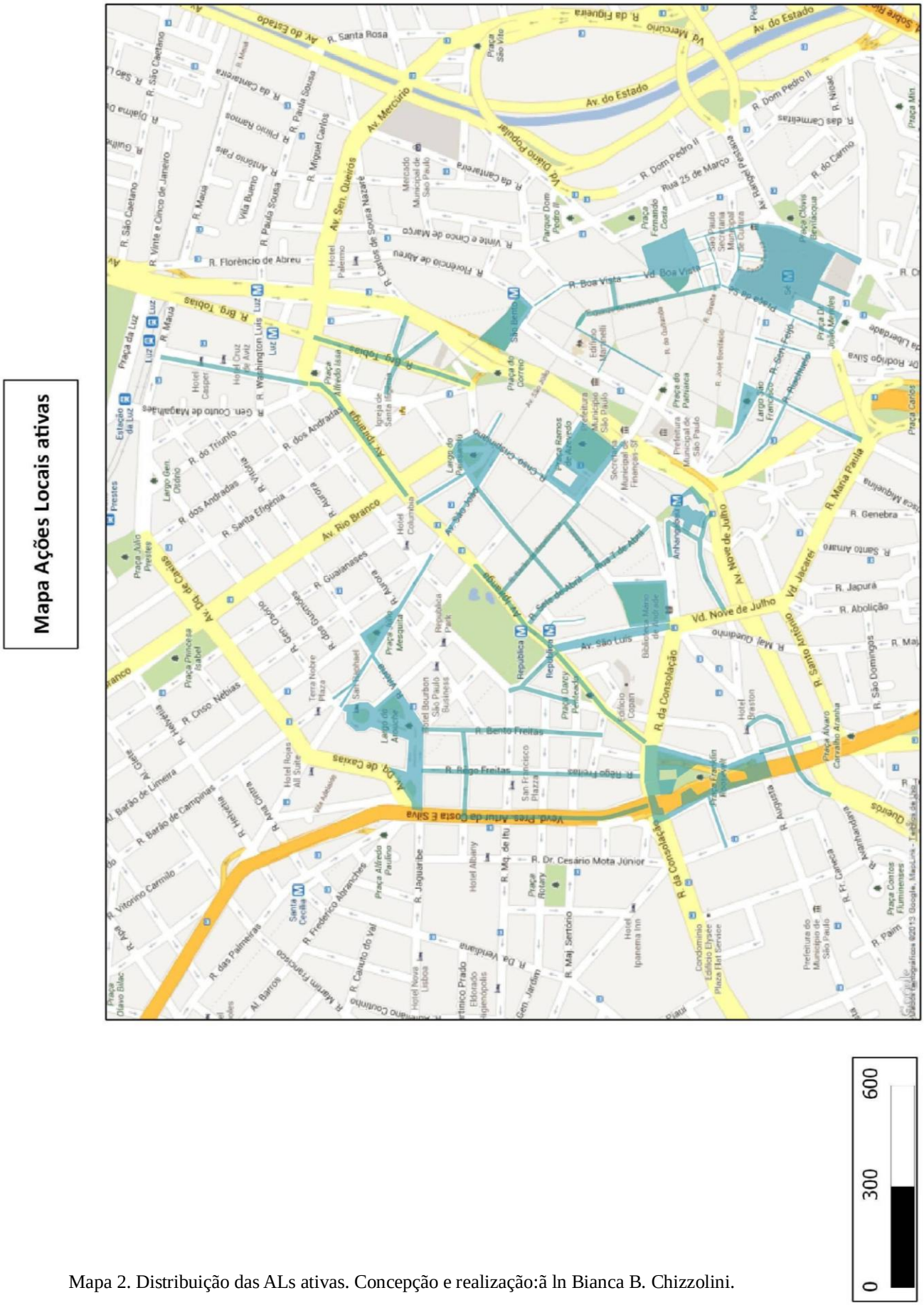
Essa particularidade dos grupos quanto à observação detalhada e sistemática das ruas, praças e avenidas do Centro, bem como das atividades que se desenrolam nesses espaços figura como uma espécie de *organicidade de baixo* da AVC (Frúgoli Jr., 2000: 95) e está diretamente atrelada às aspirações quando da criação das ALs por tal Associação. A observação de cada rua por moradores(as) e comerciantes permite o levantamento de uma quantidade importante de informações que mais tarde compõem a demanda dos grupos por melhorias na infraestrutura e políticas específicas para a região.

A pesquisa realizada por Frúgoli Jr. traz dados importantes sobre a situação das ALs nos anos 2000 e já indica perfis de atuação diversos entre as próprias ALs, mostrando que a orientação em prol de interesses de lojistas da região central (que se mostravam refratários à presença de comércio ambulante e de moradores em situação de rua no entorno de seus comércios) não era uma opinião unânime, visto que outras ALs realizavam trabalhos de organização de cooperativas de catadores de material reciclável e reinserção de pessoas em situação de rua, como era o caso da AL Boa Vista e São Luís na época dessa pesquisa (2000: 94).

São vários os temas listados como problemáticos pelos(as) participantes das ALs: vão desde infraestrutura urbana, como calçadas esburacadas,[60] a ilegalidades, como o comércio ambulante de CDs e DVDs pirata e a presença de jogo do bicho; essas últimas denúncias, contudo, são acompanhadas de tensão, e por vezes, ameaças aos(às) denunciantes.

[59] Para a lista das ALs ativas, ver Anexo I.

[60] Cito como exemplo uma pequena nota publicada no Jornal da AL Dom José de Barros de novembro de 2012, no qual, sob o título "UTILIDADE PÚBLICA", o jornalista informa que após a publicação de uma reportagem na edição do mês anterior denunciando a presença de buracos na rua, a Prefeitura já enviara técnicos para consertarem os problemas relatados. Ver: Jornal AL Dom José de Barros, ano II número 13, p. 02.



Mapa 2. Distribuição das ALs ativas. Concepção e realização:ã ln Bianca B. Chizzolini.

O tema do comércio ambulante de CDs no Centro, os *CDzeiros*, é bastante recorrente nas reuniões. Claudete, antiga coordenadora das Ações Locais e ex-integrante da AVC, esteve presente na reunião de maio de 2012 do CONSEG-Centro, e disse, de modo a exaltar o trabalho de seus colegas, que em diversos bairros da cidade são os flanelinhas que *tomam conta*, mas no Centro *a comunidade* é que toma conta das ruas ainda que *outros grupos tentem fazê-lo,* e anunciou que naquele dia *os últimos camelôs seriam retirados do espaço público*.

Toninho contou no CONSEG-Centro que, certa vez, encontrou o secretário de segurança pública à época, Edsom Ortega, caminhando pelas ruas do Centro impressionado com a presença dos camelôs na R. Barão de Itapetininga e Av. São João. Segundo Toninho, o chefe dos *CDzeiros* estava andando ao redor deles, pois não conseguia realizar suas vendas, ao que alguém na plenária disse em voz alta: *É o Xaropinho!* e muitos concordaram. Segundo Toninho, todos no Centro sabem quem é o responsável pelo controle da venda de CDs piratas, mas que a polícia é omissa em não resolver essa situação. Tempos depois soube, por intermédio de Carlinhos, que Xaropinho havia sido preso, o que teria enfraquecido temporariamente a presença dos ambulantes na região, mas solto cem dias depois, retomando o controle da venda de CDs falsificados.

Ainda sobre o uso dos espaços e ilegalidades, é possível observar formulações interessantes que comparam um imaginário de uso em regiões periféricas e centrais. Uma moradora da R. Barão de Campinas durante meses fez denúncias sobre a presença de jogo do bicho, de uma loja transformada (sem autorização da prefeitura) em um bar, e do *bicheiro* fechando essa rua para realizar churrascos no final de semana. Segundo Olívia, o *bicheiro* e o bar (que costuma tocar música em volume elevado) ocupam o *espaço público* de modo *privado;* ela custava a acreditar que estava vendo no *Centro* um uso que sempre fora visto na *periferia*. Na reunião de julho do CONSEG-Centro, essa mesma moradora agradeceu a três policiais, ao representante da Subprefeitura ali presente (Francisco Rueda) e a um capitão da PM sua ida a reunião de outro CONSEG, o Santa Cecília, para acompanhar sua denúncia, e contou que documentos sigilosos que ela havia entregado à mesa daquele conselho haviam sido mostrados ao comerciante denunciado, e ela então passara receber muitas ameaças depois desse episódio. Sua fala tensa e preocupada revelava não apenas conflitos quanto ao uso do espaço naquela rua, mas um possível rompimento de laços de confiança dentro do próprio CONSEG-Santa Cecília, pois os membros daquele conselho poderiam, segundo ela, ter interesses em beneficiar *ilegalidades* no Centro.

5. Zeladoria, acionamento do poder público e bom posicionamento na rede: um exemplo de encaminhamento de internação compulsória

Marina é uma integrante de destaque dessa rede. Ainda que não pertença às ALs etnografadas nem ao CONSEG-Centro, durante alguns meses frequentou essas reuniões como convidada para desenvolver um trabalho de melhor encaminhamento dos resíduos sólidos do entorno (essa é uma de suas especialidades como consultora de gestão ambiental), além de frequentar o CONSEG-Centro em episódios pontuais.

Em junho de 2012 ela apresentou o I Festival de Gastronomia e Cultura em São Paulo, que estava co-organizando. O festival pretendia abarcar desde (e especialmente) lanchonetes populares a grandes restaurantes do Centro, de modo a melhorar, segundo as organizadoras, o serviço de alimentação oferecido na região por meio do que ela nomeia *controle social*. Entre seus apoiadores constam: Comissão de Acessibilidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, com apoio da Secretaria de Participação e Parcerias da Prefeitura de São Paulo, SPTuris (agência municipal de turismo da cidade de São Paulo), AVC, GCM, CONSEGs, Sindicato dos Engenheiros e IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil). Os bairros que poderiam se inscrever eram: Arouche, Bela Vista, Bom Retiro, Campos Elíseos, Cambuci, Consolação, Higienópolis, Liberdade, Pacaembu, Perdizes, República, Santa Cecília, Santa Efigênia e Sé, e estabelecimentos que desejassem participar assumiam o compromisso de adequação a no mínimo 70% das normas de boas práticas e de acessibilidade (como algumas práticas de higiene, cardápio em Braille e acesso a cadeirantes)[61] até agosto de 2012, e nesse ínterim elaboravam um prato para concorrer no festival, que contava com um corpo de jurados de quatro ou cinco chefs de cozinha famosos para eleger o estabelecimento vencedor.

Marina é uma entusiasta do projeto e acredita ser importante realizar atividades *mais refinadas no Centro, e não apenas nos Jardins ou na Vila Madalena*. Ao falar de lanchonetes e restaurantes menos sofisticados da região, ela se refere a eles como *boca de corvo*, aludindo às más

[61] No momento da inscrição, os participantes tinham de responder a um questionário que serviu de material para que Marina mapeasse as condições sanitárias e de acessibilidade de bares e restaurantes da região central. Dentre essas perguntas constam as seguintes: "Estabelecimento possui pia exclusiva para higienização das mãos? Possui sabonete antisséptico para higienizar as mãos? Todas as lixeiras possuem tampa acionada por pedal? Possui local exclusivo para armazenamento do lixo? (casinha, câmara, etc.) Utilizam álcool 70 % para esterilizar utensílios? Todos os funcionários utilizam uniformes da empresa? Possui manual de boas práticas? Possui CMVS (cadastro municipal da vigilância sanitária)? Possui termômetro para controle de temperatura? Possui controle de troca de óleo registrado em planilha? Possui entrada para cadeirantes e pessoas de baixa mobilidade? Possui cardápio em Braille? Possui calçadas com piso tátil? Possui banheiro para cadeirantes? Possui colaboradores portadores de necessidades especiais? Possui colaboradores que comunicam-se em libras? Possui curso de atendimento ao publico LGBT da SPTURIS? Mantém calçadas em bom estado? Pratica coleta seletiva? Recicla óleo de cozinha? Seu estabelecimento é grande gerador? Seu estabelecimento está cadastrado na AMLURB? Separa lâmpadas de mercúrio, baterias e pilhas? Possui porta-bitucas na área externa?". Trecho retirado do material 1º Festival de Gastronomia e Cultura do Centro de São Paulo.

condições do serviço e aspecto do local, e afirma que a intenção do Festival não é fechar esses locais, e sim convidá-los a melhorar e ter acesso a informação das leis municipais que regem os comércios. Ela lembrava que aqueles que não se adequassem estariam sujeitos a sanções, visto que uma equipe técnica da prefeitura, composta por organismos como Vigilância Sanitária, Sindicatos dos Engenheiros e de Arquitetos e GCM, exigiria a adequação às leis sob a pena de aplicar multas ou mesmo lacrar estabelecimentos irregulares.

Ela apresentava uma postura firme e por vezes constrangedora de convidar os estabelecimentos a participarem do festival, afirmando que se não se adequassem às normas, poderiam ser multados e até fechados. O fechamento desse comércio, contudo, não era o objetivo principal do evento, visto que a desativação desses pontos comerciais estimularia, segundo ela, a presença de moradores de rua e usuários de crack na frente dos estabelecimentos a portas baixadas, e estes se tornariam espaços de descanso, o que por sua vez diminuiria o fluxo de pessoas no entorno, algo que não é almejado pelos(as) integrantes das ALs, que lamentam a falta de comércios abertos, por exemplo, no período noturno.

Marina pratica a *zeladoria urbana* cotidianamente em seus deslocamentos pela região central. Especialista em descarte de resíduos e legislação sobre esse tema, ela costuma fazer denúncias de estabelecimentos comerciais que descartam irregularmente o lixo (citou o restaurante Sujinho da Av. Rio Branco, e um hotel da Av. São Luís). Ela conhece detalhadamente a legislação sobre administração pública e disse que costuma dar *carteirada* e usar seu conhecimento quando precisa fazer uma reclamação com uma autoridade, com a polícia ou cidadão comum. Ela também contou que tem o costume de gritar "óóó o rapa!" quando quer espantar camelôs, mesmo sendo um blefe.

Na reunião da AL do dia 28 de junho de 2012, Marina estava atrasada, e sua amiga Vanessa, presente na reunião para apresentar com ela o projeto *Festival de Gastronomia e Cultura no Centro* que estavam organizando, avisava as presentes que ela estava na região da Luz ajudando na internação de alguns usuários de crack. Ao final da reunião, pedi que Marina me explicasse melhor esse episódio. Ela contou que no dia anterior, ao passar pela Pça. Júlio Prestes, viu um moço rasgando uma sacola de lixo à procura de algo, ela ficou brava e se aproximou para conversar com ele pedindo que não fizesse aquilo.[62]

Marina dizia a ele que se o seu objetivo era se drogar não havia problema, ele era homem e adulto, e, portanto, tinha o direito de fazer o que quisesse com o próprio corpo – *diferente das*

[62] Eu mesma presenciei uma cena parecida com essa meses depois caminhando com ela pela R. Augusta, região central.

mulheres que não podem abortar nem fazer laqueadura, ela enfatiza. Explicou que ela já morara em Bruxelas durante muitos anos, cidade onde as pessoas usam drogas, *mas não sujam as ruas*. O homem então respondeu que ela não estava se importando com o fato de ele se drogar, e ela disse que não se importava mesmo, mas sim com o centro da cidade, pois se ele mesmo não se importava com os danos que podia causar ao próprio corpo usando drogas, por que ela haveria de se importar? Ela contou a ele sobre a disponibilidade de vagas no Complexo Prates e que poderia ajudá-lo a se tratar se ele quisesse. O homem nunca havia procurado ajuda por não saber como era o complexo.

Eles continuaram conversando sobre as estruturas daquele espaço, Marina o convenceu a se internar, e marcaram um encontro no dia seguinte às 8h na porta do Complexo Prates. Na manhã seguinte, como combinado, o moço aguardava Marina, mas nenhum representante do poder público que ela havia acionado estava presente. Ela então ligou, sem sucesso, para a assistente social responsável. Fez outra ligação, dessa vez para o gabinete do prefeito, e em pouco tempo duas viaturas da GCM e dois profissionais haviam chegado ao complexo. Ela contou que se a internação é feita por seu intermédio, o processo funciona mais rápido e melhor.

Ao final daquela manhã, conseguira convencer ao todo três homens a se internarem: um professor de educação física, um metalúrgico, e um ex-integrante de uma banda de pagode famosa. Marina também perguntou a um deles com o que gostaria de trabalhar, pois havia conseguido uma vaga em um curso de manipulação de alimentos; o moço do começo do relato quer ser marceneiro. Marina ficara visivelmente emocionada ao relatar a história.

Na reunião de 9 de agosto de 2012 três convidados de Marina para a reunião das ALs revelaram um alcance da rede que até então eu desconhecia, e posteriormente como tal espraiamento não é desejado por alguns integrantes das ALs.[63] Nessa ocasião, estavam presentes os seguintes convidados: Joseph, comerciante da Santa Ifigênia; Antonio Santana, morador da Luz e representante da Associação de Moradores do Bairro Santa Ifigênia;[64] Marcelo, candidato a vereador pelo PSOL, membro da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, e participante do CONSEG e da Frente de Movimentos Contra a Especulação Imobiliária (atuante também na Luz).

Esses convidados estavam representando movimentos contra o projeto Nova Luz[65] do qual fazem parte, cada um à sua maneira. Joseph acredita que a *degradação* da área é uma ação engendrada propositalmente pela prefeitura e citou a especulação imobiliária da região por parte do mercado imobiliário. Diante da sugestão de Carlinhos para que o vereador Police Neto viesse a uma

[63] Voltarei a esse ponto mais adiante.
[64] Mais informações sobre a AMSI podem ser obtida em seu site: <http://amsi.org.br/site/>. Acesso em 23/07/12.
[65] Cf. Dossiê Nova Luz, São Paulo. Ponto.Urbe (USP), dez./2012.

reunião explicar aos integrantes o projeto Nova Luz, Antonio explicou que o vereador é o redator da Lei de Concessão Urbanística,[66] e que já havia sido cassado em 1ª instância por ter recebido 400 mil reais de setores do mercado imobiliário e do Secovi (Sindicato do Mercado Imobiliário). E foi enfático ao dizer que para discutir o uso da cidade não era plausível convocar um vereador comprometido com interesses que são contrários aos dos moradores da Luz.

Os moradores da Luz presentes nesse dia pareciam bastante engajados em barrar a lei de concessão urbanística. Antonio é bem informado, explicou ao grupo o que são operações urbanas, concessão urbanística e mercado imobiliário, e como vem dificultando a mobilização na Luz e também em Pinheiros (bairro da zona oeste). Esses dois moradores da Luz foram a princípio contra o convite de debater com vereadores, especialmente com Police Neto, pois 80% dos vereadores teriam recebido propina para aprovar a lei de concessão urbanística, e sugeriram a criação de um centro de informações para difundir o que sabem sobre o Nova Luz.

Marcelo, o terceiro convidado do dia, falou ainda sobre outras ferramentas de readequação viária e a especulação imobiliária em uso no bairro de Moema, zona sul da cidade. Segundo ele, os maiores anunciantes dos grandes jornais de São Paulo são do setor imobiliário, razão pela qual o movimento não recebe espaço para divulgação de seus problemas e das informações que conseguem acessar, o que dificulta o fortalecimento de sua mobilização. Além disso, destacou, ele estima que 50% dos vereadores receberam dinheiro do mercado imobiliário em suas campanhas.

Entre os convidados, o uso de termos como *revitalização* ora era usado como sinônimo de reforma de calçadas, nova iluminação e restauração de fachadas, ora era entendido como um termo equivocado que dava a impressão de atribuir à região falta de vida.

Segundo Antonio, o então prefeito Gilberto Kassab, responsável pelas negociações em torno do projeto Nova Luz, enfatizava a separação entre comerciantes, moradores e movimentos de ocupação de moradia da região da Luz e estimulava a falta de diálogo entre as partes, de modo a desarticulá-los. Ele conta que buscaram aproximação com o movimento de moradia na Luz para que soubessem que é o mecanismo de concessão urbanística, e na Câmara Municipal os vereadores passaram a criar embates entre os grupos ao dizer que o movimento de comerciantes era contra a moradia popular na Luz, mostrando como Kassab manipulava e queria provocar dissensões no interior da mobilização contra a concessão urbanística.

Os convidados daquele dia demonstravam um vasto conhecimento sobre o projeto Nova Luz, o urbanismo e os impactos da especulação imobiliária no planejamento e na política da cidade. Além disso, era possível entrever os desdobramentos de sua mobilização contra o projeto e contra a

[66] Dispositivo legal que, no caso do Nova Luz, previa a participação da iniciativa privada na desapropriação de cerca de dezoito quarteirões da região.

lei de concessão urbanística que, aparentemente, superou separações (talvez apriorísticas) entre moradores, comerciantes e movimentos sociais na região da Luz.[67]

Voltemos a Marina. Segundo ela, que me identifica como integrante de movimentos sociais de mulheres, e, portanto, uma interlocutora, é preciso se aliar aos movimentos sociais, entender a legislação para agir com o apoio da lei e do estado que nos rege, pois este deve dar as condições que necessitamos para viver. Ela sente cada vez mais necessidade de estudar advocacia, e pretende cursar outra faculdade quando terminar sua pós-graduação na PUC. Ela explica que tem uma *postura arrogante e prepotente* pois só assim as pessoas a escutam e encaram com seriedade o que ela tem a dizer, pois, sendo mulher, ela precisa preencher os espaços com essa postura para ser *ouvida*. Marina possui e mobiliza diversos contatos para encaminhar suas demandas e dos grupos que participa, circula e atua bastante pelo Centro, intervindo cotidianamente nesse espaço. Contudo, após seu afastamento voluntário das ALs às quintas-feiras de manhã, nossos encontros se tornaram bastante esporádicos no campo.

Mais recentemente, passamos a nos encontrar eventualmente em espaços de militância feminista que frequento, e ela me convidou para o lançamento do novo projeto que está envolvida, o "Aquele Abraço", um programa socioeducativo laico voltado para "usuários de crack, moradores das ocupações, os dependentes químicos em álcool da região da Luz e do Centro".[68]

O projeto, composto por uma assistente social, dois arquitetos, o diretor de teatro do grupo Faroeste e Marina, a consultora em gestão social e ambiental, estabelece como objetivo ressocializar dependentes químicos em álcool e drogas da região central da cidade, despertando neles um interesse sobre sua atual situação de vida, e estimulando-os a melhorarem por meio do apoio de profissionais da saúde mental, assistência social e demais serviços de saúde já existentes no bairro. Segundo as(os) organizadoras(es) do projeto, "esses grupos são vítimas da criminalização das drogas, que fragiliza movimentos de resistência contra projetos autoritários de reforma urbana. Esse é o caso da região da Luz: que é Cracolândia, foi Boca do Lixo e quase se tornou Nova Luz".[69]

Esse pequeno trecho revela uma preocupação que envolve as condições dos usuários de droga e álcool, bem como a interlocução com outros movimentos sociais da região que trabalharam pela anulação do projeto Nova Luz; as(os) integrantes do projeto se mostram preocupadas(os), de maneira ampla e por diferentes frentes, com os destinos da região da Luz, apontado por pesquisas

---

[67] Uma etnografia do clube de futebol de várzea na região da Luz, Nova Portuguesinha da Luz, apontou, da mesma maneira, aproximações entre comerciantes da região e integrantes da ocupação de moradia Mauá. Para mais detalhes cf. FRÚGOLI JR., 2013, p. 60.

[68] Trecho retirado da descrição do programa. Disponível em: <http://transformandosucataemcidadania.blogspot.com.br/2013/08/aquele-abraco-quem-pita-e-quem-apita.html>. Acesso em 28/08/13.

[69] Idem, ibidem.

recentes como um espaço sob intensas e variadas disputas.[70]

Durante a pesquisa, observei a zeladoria urbana ser realizada voluntariamente por um agente do poder público: é o caso de Marcos, agente da Guarda Civil Metropolitana que frequentava as reuniões das ALs às quintas-feiras pela manhã. Como discutirei mais adiante, a participação dos agentes policiais nas reuniões é muito bem vista pelas(os) integrantes, contudo é instável, e tal incerteza causa bastante frustração as(aos) agentes pesquisadas(os), uma vez que se empenham para a adoção do policiamento comunitário. Por ora, basta dizer que Marcos foi um parceiro bem recebido pelo grupo durante sua curta estadia nas reuniões.

Em julho de 2012 ele apresentou às(aos) presentes um material que havia preparado em março daquele ano por iniciativa própria, o "Programa de Proteção às Pessoas em Situação de Risco e o Programa de Recuperação e Controle do Espaço Público". Por meio de fotos e observação das ruas, Marcos mapeou o que considerava *irregularidades* do entorno da Pça. da República nos três períodos (manhã, tarde e noite): pontos de vulnerabilidade com moradores em situação de risco *(excrementados, bêbados, urinados),* moradores em situação de rua (adultos, adolescentes e crianças), comércio ambulante, pontos de tráfico de drogas e descarte irregular de lixo.

Marcos fez esse mapeamento em seus momentos de folga e sem vestir sua farda. Naquele dia, se preparava para encaminhar a documentação ao secretário de segurança urbana à época, Edsom Ortega, para que fosse feita uma reunião entre várias secretarias de modo a auxiliá-los a lidar com essas questões. Não pude ter acesso ao material por se tratar de um documento que já havia sido entregue à GCM, e que necessitava da aprovação de seus superiores para repassá-lo a mim. Meses depois voltei a falar com ele sobre esse documento, todavia não havia obtido nenhum retorno de seus superiores em relação ao seu material, o que contribuía para que ele não se sentisse reconhecido em seus esforços. Marcos mora na periferia da cidade, e em seu bairro é voluntário de uma paróquia que traz alimento para a população de rua da região central e tenta convencê-los a buscarem abrigos; trabalho de convencimento esse que ele também realiza cotidianamente enquanto agente da GCM.

6. Rede em agência: reciprocidade entre participantes

Marques (2009) realizou uma pesquisa sobre redes com 209 moradores de sete regiões de concentração de pobreza na RMSP e outros 30 indivíduos de classe média, de modo a investigar

[70] Para um panorama de tais disputas, ver *Introdução* ao Dossiê Luz, São Paulo. Ponto.Urbe (USP), dez./2012.

como o pertencimento dessas pessoas em uma rede influenciava o acesso a bens e serviços por meio de ajudas e trocas, ou seja, fora do mercado. O autor identificou padrões de mobilização de redes para o acesso a esses bens e definiu a troca, a confiança e a intimidade como os principais elementos das relações de ajuda. As ajudas analisadas por ele envolviam trocas de bens materiais, imateriais e simbólicos (como reconhecimento e prestígio), além da combinação singular de cada um desses elementos na formação dos padrões de ajuda e reciprocidade.

O que busco evidenciar com a menção ao trabalho de Marques é uma via de comparação possível entre esses dois cenários socioeconômicos bastante distintos e, não menos importante, explorar ferramentas analíticas que ajudem a qualificar a rede analisada. Na presente pesquisa, a rede política de agentes de estratos médios também é utilizada como via de fluxo de informações de acesso a serviços públicos, empregos, informações políticas e afins.

O autor criou tipologias de ajuda que envolvem diferentes níveis de custo – materiais e imateriais – e de confiança – "entendida como segurança do cumprimento das expectativas da relação" (Marques, 2009: 38) – mobilizados pelos atores participantes da relação. As ajudas, portanto, seguem um contínuo e incluem ações pouco custosas e com baixa confiança demandada – como p. ex. o auxílio a uma pessoa durante uma crise de saúde ou emergência médica, empréstimo de objetos e mantimentos ou troca de informações sobre empregos e serviços em geral; em nível intermediário estariam as ajudas que envolvem custos constantes e com algum nível de confiança, como ajudas frequentes que podem envolver o pagamento de certa quantia de modo a amenizar os custos da ajuda, como levar crianças à escola, ou cuidar de um idoso; até ajudas altamente custosas e que demandam elevados níveis de confiança[71] (que podem ser do tipo pessoal, profissional ou política) e intimidade, p. ex. empréstimos de elevada quantia ou "confidências e apoio emocional e político" (Idem, ibidem).

Na rede por mim etnografada, são comuns trocas de ajudas que envolvem diferentes tipos de bens trocados: informações sobre acesso a serviços públicos da região, informações políticas e de acesso a "nós políticos" da rede – como vereadores e representantes do poder público –, apoio a eventos realizados por integrantes da rede – como a Caminhada Noturna, palestras na AVC, exposições, lançamentos de livros, campanhas de arrecadação de fundos, dentre outros.

Raquel é moradora da região da Luz, presidente da AL Lgo. do Arouche e voluntária do Instituto do Câncer. Todo o ano organiza diferentes festas para as crianças da instituição e pede

[71] Marques (2009) destaca que esse último tipo de ajuda é a mais rara e aquela que, em sua ausência, pode afetar o acesso da população mais pobre a certos bens e aumentar sua vulnerabilidade; em outras palavras, indivíduos mais pobres têm menos chances de mobilizar ajudas de elevados níveis de custo, o que contribui para a conservação das desigualdades sociais. Segundo Marques, essa relação é circular e essas mesmas ajudas raras, por outro lado, contribuem para alterar as relações e podem aumentar a confiança e a intimidade mobilizadas e permitir a veiculação de ajudas com índices mais elevados de custo e intimidade.

ajuda para seus colegas das ALs. Um junho de 2012 ela estava envolvida na preparação de uma festa junina, e, com o intuito de arrecadar fundos para o evento, comentou que buscava notas fiscais sem CPF para serem doadas ao IC, assim o instituto usaria essas notas para reaver parte dos impostos municipais. Marina, que naquele mês já iniciava a organização do *I Festival de Gastronomia e Cultura do Centro de São Paulo*, se comprometeu a sugerir para os restaurantes participantes que disponibilizassem uma urna para depósito das notas fiscais sem CPF de seus clientes, a fim de serem doadas para Raquel. Em outra ocasião, Cida já havia ajudado Raquel a recolher e digitar as notas fiscais e também doar à voluntária do IC as notas fiscais dos clientes de sua banca de jornal. Dias depois, Carlinhos, que também já fazia doação de suas notas sem CPF, disponibilizou (por muitos meses) uma urna no balcão de seu restaurante para depósito de notas fiscais.

Na mesma reunião, Raquel contou mais detalhes sobre outras necessidades do IC e conseguiu o apoio de outras três participantes: uma tentaria apoio de laboratórios para doação de medicamentos, Marina buscaria doações de lençóis novos e Patrícia se disporia a costurar sacolas para a entrega de materiais de um projeto do IC. Carine, também integrante da AL, perguntou a Raquel se o instituto poderia ajudar Robsom – presidente do Movimento Estadual da População de Rua de São Paulo e parceiro dos integrantes das ALs –, que fora diagnosticado com câncer de pulmão.

Na rede etnografada são muitas as informações que circulam, e todos(as) buscam, cada um(a) dentro de suas possibilidades e alcance, ajudar de alguma maneira, seja acionando seus contatos ou oferecendo sua mão de obra e seu tempo para a execução de uma tarefa. Essas ajudas implicam, como apontado por Marques (2009), expectativas de reciprocidade e, eu acrescentaria, em um conjunto de etiquetas de conduta no cumprimento dos acordos tácitos estabelecidos (como no caso das ajudas) entre membros e no relacionamento com agentes considerados pares e parceiros dos membros das ALs.

Sugiro, desse modo, uma via de interpretação que inclui os relacionamentos entre parceiros das ALs (sejam eles vereadores ou policiais) também na chave da troca e da reciprocidade, especialmente por se tratarem de relações que, por vezes, extrapolam espaços formais e protocolares, e se realizam em espaços de negociação informais (reuniões das ALs, conversas antes e depois das reuniões do CONSEG ou mesmo no restaurante de Carlinhos), ou em espaços institucionais, como é o caso do CONSEG, mas ocupado, majoritariamente, por pessoas de estratos médios que não são totalmente representativas dos demais interesses em curso na região.[72]

[72] A análise da relação desses integrantes com agentes policiais, mais adiante, esclarecerá essa sugestão analítica.

Antes de passar a esse tema, analiso a seguir o exemplo de uma situação etnográfica que mescla as expectativas de reciprocidade e etiqueta acima mencionadas e dá as primeiras pistas dos achados de campo que explorarei ao falar sobre força policial e alianças na região central da cidade.

No final de julho de 2012 presenciei uma cena em campo que permite a discussão ao menos quatro temas enunciados até aqui: zeladoria urbana, encaminhamento de demandas, reciprocidade e trocas, e etiqueta no trato com parceiros da rede.[73]

Após o término de uma reunião das ALs, segui caminhando com Marina pela R. Barão de Itapetininga; iria com ela até o Teatro Municipal, de onde seguiria para outro compromisso. Ainda nessa rua, ela avistou cartazes com anúncio de empregos e serviços presos com fita adesiva ao que ela chama de *postes da época da República*,[74] antigos e de metal adornado que iluminam a zona exclusiva de pedestres. Marina se irritou e começou a arrancá-los; vários homens que costumam ficar parados próximos aos postes para fazer propaganda dos anúncios afixados permaneceram olhando, e um deles disse que ela era funcionária da Prefeitura.

Marina retirou cartazes de outros dois postes e os juntou em uma grande bola de papel amassado e fita adesiva retorcida. Íamos em direção ao Teatro Municipal, mas antes passamos em frente à banca de jornal da Cida, e Marina fez meia volta para falar com ela. A conversa foi rápida, porém tensa visto que Marina cobrara de Cida um favor que esta havia se disposto a ajudar: recolher óleo de cozinha usado do comércio da rua para ser levado a um projeto que recicla o resíduo.

Seguimos em direção ao Teatro Municipal e Marina parou em frente à base móvel da GCM, que naquele momento tinha três agentes (2 homens e 1 mulher); sem se apresentar pediu licença, e solicitou que aqueles papéis fossem entregues ao Inspetor daquela unidade colocando-os no chão da base. Disse ainda que os guardas tinham sido esperados na reunião das ALs naquela manhã e que nenhum representante da GCM comparecera. O guarda presente, um senhor negro e alto, do interior da base disse "bom dia", olhou para os papéis e perguntou se ela os deixaria ali (num tom de descrédito e surpresa); perguntou então quem ela era e porque estava fazendo aquilo. Ela se identificou dizendo que pertencia a uma ONG e afirmou que a retirada dos anúncios de um poste público deveria ser feito pela GCM.

---

[73] Além do tema da preservação de patrimônio, que será abordado no próximo capítulo.

[74] Um arquivo de vistorias da Subprefeitura da Sé, de junho de 2011, apresenta o detalhamento de atividades de limpeza e conservação de ruas, praças e largos da região central, e em ao menos sete deles (Lgo. do Paissandu, Pça. do Patriarca, Pça. Ramos de Azevedo, R. 24 de Maio, R. Barão de Itapetininga, R. Sete de Abril e Viaduto do Chá – todas região próximas das ALs pesquisadas) foram listadas a retirada de lambe-lambes (anúncios de papel colados sobre alguma superfície) de postes. O documento se encontra disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/upload/se/RELAT0RIO%20DE%20VISTORIAS%20SITE2_110624%20a%20110630.pdf>. Acesso em 30/08/2013.

Seguimos andando pelo Viaduto do Chá. Uma amiga de Marina, da prefeitura, se aproximou de nós e nos apresentou Xuxa, uma travesti que trabalha com ela em um programa de sensibilização de diversidade sexual na região central. Ela contou que Xuxa havia sumido e a funcionária havia encontrado-a naquele dia e já estava chamando-a para trabalharem juntas de novo. Marina conta que se empenha na realocação profissional de travestis que abandonaram a prostituição e já conseguira trabalho para algumas delas em lanchonetes e restaurantes da região; ela falava com muito entusiasmo do gradual sucesso e estabilização no emprego que essas funcionárias iam adquirindo, não tendo que voltar às ruas para se prostituírem. Despedimo-nos e cada uma seguiu para seus respectivos compromissos.

Cida acha que Marina precisa agir de uma maneira diferente ao pedir as coisas, e discorda bastante de sua abordagem, o que a deixava irritada com o jeito da colega. Disse que não iria mais pedir o óleo usado em sua igreja *para não mais misturar religião, política e ação social.* Esse exemplo, a meu ver, ilustra bem uma série de atributos da rede etnografada. A preocupação que expressam com a conservação de alguns monumentos históricos da região dá início a uma controvérsia tensa e delicada no interior da própria rede por expor diferenças quanto a reciprocidades esperadas, e especialmente diferenças quanto à abordagem e ao convencimento de comerciantes da região e parceiros da rede, sejam eles comerciantes ou servidores público, no caso, os guardas civis metropolitanos. A impessoalidade com a qual Marina tratara os(as) guardas naquela ocasião instaurou um distanciamento e frieza que não parecia esperada entre parceiros(as); não foi à toa que horas depois dois guardas foram até o comércio de Cida, considerada uma parceira, para entender o que havia se passado.

A abordagem por vezes impositiva e pouco aberta ao diálogo de Marina não parecia seguir os códigos tácitos de etiqueta, troca e reciprocidade acordados entre os agentes da rede, e Cida deixava claro o quanto aquela abordagem destoava da sua e não era esperada por parte do grupo, revelando assim, um dos pontos que venho reiterando ao longo do texto: a complexidade e diversidade interna de opiniões dos agentes pertencentes a rede pesquisada, que, embora utilizem termos como *grupo* e *comunidade* para falarem de si, não podem ser entendidos como uma massa coesa e homogênea em seus pontos de vista. Episódios como esse apontam para a existência de uma série de "protocolos" para o agenciamento da rede, que, quando descumpridos, colocam a possibilidade de colocar em xeque a construção de laços.

Outro ponto que merece destaque e contribui para o argumento apresentado acima diz respeito à análise da relação entre as ALs e a AVC. Formalmente as ALs possuem com a AVC um

contrato de *franchising*, ou seja, de licenciamento o uso da marca Ação Local, e como apontado por Frúgoli (2000: 92) em entrevista com Marco Antonio Ramos de Almeida (agente presente também no meu campo como superintendente da AVC), essa parceria inclui uma série de apoios logísticos, como fornecimento de papel timbrado, consultoria jurídica e urbanística, além de suportes institucionais, como realizar o contato entre as ALs e com o poder público.[75]

Os dados construídos em campo permitem afirmar que, embora as ALs sejam entidades diretamente ligadas à AVC, elas se diferenciam quanto à sua lógica interna, são interdependentes entre si, e, por vezes, apresentam dissensos importantes quanto a essa "filiação", demonstrando, uma vez mais, a importância de se observar mais detidamente essas entidades e não analisá-las como simples reflexo da AVC. A discussão de um episódio específico releva o desconforto pelo qual o grupo passou, depois das mudanças organizacionais colocadas em curso pela AVC que afetaram diretamente as ALs.

A partir de junho de 2012, a notícia do desligamento da idealizadora e coordenadora de apoio das mesmas junto à AVC desde sua fundação, Claudete, provocou uma inquietação que se tornou uma constante nas reuniões que acompanhei. Tal notícia surpreendeu e causou indignação entre muitos(as) integrantes, especialmente pelo modo como foi feita: sem consultar as ALs e sem uma explicação posterior das causas desse desligamento.

Carlinhos é abertamente crítico a decisão e a postura do superintendente da AVC, e acredita que a associação tem uma *elite* que não valoriza o trabalho desenvolvido pelas ALs, considerando-os *peixes pequenos.* Contudo frisa que se dedica ao Centro há mais de vinte anos, razão pela qual exigia uma explicação formal dos dirigentes. A preocupação quanto ao destino das ALs levou o grupo a cogitar, durante um tempo, formas alternativas e independentes de financiamento, pois acreditavam que a decisão da AVC sinalizaria o fim das Ações Locais e eles não pretendiam encerrar suas atividades na região. Por duas vezes ele me perguntou se eu gostaria de trabalhar com a ex-coordenadora das ALs para ajudá-la a estruturar um plano de desenvolvimento local para o Centro e articular as lideranças da região.

Outro integrante dessas reuniões, um colaborador assíduo das demais atividades da rede, Carlos M., acredita que as decisões da AVC são tomadas apenas entre Marco Antonio (superintendente da associação) e seus patrocinadores. Os(as) integrantes das ALs se veem, desse modo, apartados das decisões da associação, mesmo daquelas que os afetam diretamente, como o já

[75] Documentos recentes das ALs, tais como: "Missão e princípios das Ações Locais", "Código de Ética dos dirigentes das Ações Locais", "Regimento Padrão das Ações Locais", e outros estão disponíveis em: <http://www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais/documentos-b%C3%A1sicos.aspx>. Acessado em 30/08/2013.

mencionado desligamento de sua coordenadora, uma parceira de longa data e muito bem quista. Carlos M. contou-me um episódio passado alguns anos atrás que fornece mais pistas do seu desentendimento e discordância das opiniões da AVC. Em 2010, ele e Carlinhos organizaram o *Fórum do Centro,*[76] uma atividade que objetivava (independentemente da AVC) incentivar a participação de movimentos populares *de esquerda* presentes no Centro e que não participam da AVC por discordarem de sua inclinação mais à *direita*. Carlos M. contou que no dia em que Marco Antonio compareceu ao *Fórum do Centro*, este leu uma carta que, segundo sua interpretação, dizia que aquilo que o Fórum estava fazendo, a AVC já fazia há 20 anos, e Moura se irritou. Ele interveio em voz alta, sem microfone, discordando da fala do representante da AVC e deixou o espaço da reunião. Pessoas foram atrás dele e pediram que voltasse. Carlos M. e Carlinhos acham que Marco Antonio não dialoga com quem não seja da *elite da AVC*, e tampouco com movimentos sociais.

Tentei por algumas vezes conversar sobre esses dissensos com Carlinhos, de modo a compreender melhor a institucionalização das ALs dentro da AVC, mas a saída de Terezinha causara tamanha frustração que não consegui avançar nas conversas que passavam por esse tema.

7. A amplitude dos problemas tratados nas reuniões das ALs ou a espacialidade das demandas

Como dito anteriormente, cada AL corresponde a uma rua ou a uma microrregião do centro da cidade e deve realizar zeladoria urbana, apresentar projetos e demandas relativos ao espaço ao qual sua associação corresponde. As reuniões promovidas por Carlinhos, contudo, representam uma tentativa de articulação de ALs no entorno da R. Barão de Itapetininga e de identificação de demandas similares para a elaboração de ações conjuntas de enfrentamento do que possa ser considerado pelas(os) integrantes como um problema. Com isso a espacialidade de atuação dessas ALs ganha dimensões mais alargadas e as demandas passam a ser mais abrangentes, tocando não apenas em assuntos pontuais de zeladoria urbana de uma única rua ou praça – como postes de iluminação com defeito ou buracos nas calçadas –, mas abrangendo temas de maior complexidade, como a política de assistência social do município, quando passam a eleger como questões principais a serem resolvidas a presença de usuários de drogas e de moradores em situação de rua na região central da cidade. Abordarei nesse tópico, portanto, a composição dessa espacialidade alargada construída por algumas ALs, e como novas demandas e novas(os) agentes – que

[76] Para mais informações sobre o Fórum do Centro, ver blog do evento: <www.forumdocentro.wordpress.com>. Acesso em 28/08/2013.

contribuem para novos alargamentos – são incorporados ou não ao escopo do grupo.

Voltemos ao exemplo etnográfico da reunião que contou com representantes de associações diversas do bairro da Luz. Naquela ocasião, o espraiamento geográfico dos problemas relatados alcançou a região da Luz e outras ainda mais distantes como Pinheiros e Moema. O alcance dos problemas discutidos também se alargou e deixou de se remeter apenas ao uso de drogas na região central, chegando mesmo a incluir o complexo tema da especulação imobiliária e seus impactos na economia, na malha urbana e na vida das(os) habitantes de toda a cidade. Falar sobre especulação imobiliária, por sua vez, envolvia falar sobre mercado imobiliário, interesses econômicos e partidários, neoliberalismo e desigualdade social: temas de uma tal amplitude que não pareciam caber no escopo local daquela reunião. A participação de pessoas de outros bairros e mesmo de outras ruas do Centro não é encarada como proveitosa por Carlinhos, por tirar o foco das demandas enfrentadas pelas ALs daquele entorno específico.

Tal posicionamento, contudo, não impede que integrantes convidem outras pessoas para exporem problemas que não dizem respeito especificamente ao entorno da R. Barão de Itapetininga, como a ocasião em que um agente da GCM fora convidado para falar sobre tráfico de pessoas no Centro, tema que inevitavelmente remete a uma escala transnacional.

Diversos temas vistos como *problemas* pelo grupo, tais como usuários de drogas, poluição sonora, destino dos resíduos sólidos e baixa qualidade de vida possuem uma amplitude maior que uma espacialidade imediata. Não há uma incompreensão da magnitude de cada problema, mas uma eleição de temas com os quais se envolverão, e a escolha de um viés para a construção de sua agenda política, que no caso pesquisado é o marcador espacial da R. Barão de Itapetininga e adjacências, ou da rede social centrada em Carlinhos; rede social e espacialidade se sobrepõem, desse modo, para a composição do desenho de atuação das ALs.

As principais áreas abrangidas são Pça. Ramos, Pça. República, Pça. Dom José Gaspar e Lgo. do Arouche. Quando alguns temas se tornam muito candentes na agenda política da região central, ocorre certa tentativa de espraiamento para áreas mais distantes, como em direção à Pça. Roosevelt, durante os meses em que a relação entre transeuntes, comerciantes moradores e skatistas se agravou; no caso da Pça. Roosevelt, onde já existe uma Ação Local e uma mobilização considerável para a resolução do conflito quanto ao uso da praça,[77] essa aproximação não

[77] A Pça. Roosevelt, um espaço de 25 mil metros quadrados localizado entre duas importantes ruas da região central (Augusta e Consolação), passou por uma importante reforma entre 2010 e 2012 que mudou radicalmente sua disposição abrindo espaços antes tidos como muito fechados e de difícil acesso. Logo após a inauguração da praça, em agosto de 2012, grupos de skatistas passaram a usar a praça intensivamente, dando início a um conflito entre eles, moradores, comerciantes e guarda civil metropolitana. As principais queixas endereçadas aos praticantes do skate são o barulho causado pela prática (especialmente de noite), desgaste físico dos corrimões e bancos de madeira utilizados para a execução de manobras, e a dificuldade de compartilhamento da praça pelos demais

aconteceu. Observei, contudo, o espraiamento da rede em direção Pça. Júlio de Mesquita, uma região não muito próxima das ALs pesquisadas, mas que apresenta outros motivos além de sua localização geográfica para ser incorporada a agenda do grupo.

A Pça. Júlio de Mesquita, como veremos no capítulo 3, é alvo de disputas quanto ao seu uso e seu destino por ser utilizada por moradores de rua, e requerido como patrimônio histórico por moradores e comerciantes. O Lgo. do Arouche, com será discutido mais adiante, também tem seus usos sob intensa disputa, e não está tão próximo espacialmente do nicho das ALs estudadas. A presença desses dois espaços na rede analisada se explica, portanto, menos por proximidades físicas e mais por pertencimentos afetivos e políticos da rede de Carlinhos, como Tiago, que é presidente da AL São João/Júlio de Mesquita, membro do CONSEG-Centro, apoiador das Caminhadas Noturnas, e representante de uma AL que cobre um dos temas caros a Carlinhos, as fontes d'água do Centro – tema que já fora revisitado em diversas edições da Caminhada Noturna.

Outro fator que contribui para o alargamento da rede é a parceria das ALs com outros movimentos sociais e entidades, como no caso da participação de Robson (do movimento de moradores em situação de rua), do Instituto do Câncer (via Raquel), de catadores de material reciclável (via Marina), e mais atualmente, do Movimento de Artistas de Rua (via Celso Reeks, que será apresentado ainda nesse capítulo) e o projeto Travessia (tendo em vista os indícios dessa parceria com as ALs pelo anúncio de Caminhas Noturnas temáticas e pelo material do grupo dispostos no restaurante).[78] Tratam-se de parcerias, nesses casos, que adensam o componente social da rede, mas não necessariamente expandem sua espacialidade. [79]

---

usuários. Em janeiro de 2013, durante uma dessas situações de conflito, um guarda da GCM sem farda agrediu e insultou um skatista (acusado de jogar pedras nos guardas). O vídeo da agressão recebeu milhares de visualizações num curto período do de tempo, o que contribuiu para a repercussão do caso, para o debate sobre a regulação do uso da praça e na demissão do policial envolvido em setembro de 2013. No final de 2012 representantes da AL Roosevelt, da GCM, da Confederação Brasileira de Skate e comerciantes passaram a se reunir para debater o uso da praça e encontrar maneiras de estabelecer um convívio mais harmonioso entre as partes envolvidas. Sobre o episódio de agressão mencionado e as reuniões sobre usos da praça, ver Deodoro (2013). Sobre a demissão do agente da GCM, ver comunicado da Prefeitura: Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=155858>. Acessado em 24/09/2013.

[78] Frúgoli Jr. (2000: 87-95) nos fornece mais pistas dessa relação ao apontar a proximidade entre o projeto Travessia e a AVC nos idos de 2000. Embora nas vésperas das eleições municipais eu tenha presenciado um debate acalorado e de enfrentamento entre integrantes do Travessia e da AVC quanto o projeto de Centro da associação, em desacordo com aquele dos integrantes do projeto social, os aspectos por mim encontrados parecem indicar que essa parceria indicada pelo autor ganhou outras configurações ao longo tempo, aproximando-se mais das ALs do que da AVC.

[79] Contudo destaco que os desdobramentos dessas novas parcerias e seus impactos ou não em sua espacialidade precisaria ser investigada por mais tempo.

8. Relação com as polícias e policiamento comunitário: rede, espacialidades e políticas de segurança pública

Após meses de observação, pude notar que algumas das pessoas mais ativas no campo, ou aquelas que frequentam com mais assiduidade as reuniões das ALs que acompanho, são também membros efetivos[80] do CONSEG-Centro: Toninho é síndico da Galeria do Rock, presidente do CONSEG-Centro e mais recentemente foi indicado para ser subprefeito da Sé[81]; Arnaldo é segundo secretário; Carlinhos é diretor social e de assuntos comunitários, integrante da AL Barão de Itapetininga, organizador da Caminhada Noturna e dono do restaurante Apfel; Cida (comerciante e integrante da AL Barão de Itapetininga), Flávia (moradora do Lgo. do Arouche e integrante da AL Lgo. do Arouche) e Ana Clara (moradora do Copan e integrante da AL Ipiranga) são representantes do conselho de ética.

Esse dado, que nada tem de fortuito, confirma a estruturação em rede da mobilização e aliança dos grupos de moradoras(es), comerciantes e proprietárias(os) em questão. As reuniões do CONSEG-Centro se mostraram importantes momentos de encontro, sociabilidade e fortalecimento dos laços que compõem essa rede, onde novas queixas são trazidas à baila; novas alianças são criadas; novidades são informadas; demandas são gerenciadas quanto aos problemas de segurança trazidos pela comunidade. Contudo isso não se faz sem a aparição de certos conflitos.

Um deles, e talvez um dos mais importantes para as(os) participantes, seja o conflito de interesses em torno do projeto de policiamento comunitário. As expectativas envolvidas são múltiplas: da população participante, de membros da elite da Polícia Militar e do próprio governo do estado.[82] De um lado pessoas mobilizadas há alguns anos em torno da adoção de um novo modelo de segurança para a região, e de outro, parcelas do alto comando da segurança pública que parecem retardar a adoção de tal plano.

---

[80] Segundo Cruz, "Para ser membro efetivo é preciso não possuir antecedentes criminais, residir ou trabalhar na área circunscrita pelo Conseg ou área vizinha que não possua a instituição e ter idade mínima de 18 anos. A Coordenadoria recomenda como "públicos básicos" uma lista extensa de representantes, entre as quais prefeitos, administradores públicos regionais, vereadores, juízes, representantes da Justiça e Ministério Público, Conselho Tutelar, jornalistas, líderes religiosos, professores, empresários e comerciantes, representantes de estabelecimentos de saúde, da FEBEM, órgãos da defesa dos direitos humanos, institutos de pesquisa, administração prisional, associação de amigos de bairros, de assistência a vitimas de atos violentos, idoso, mulher, migrante, moradores de rua etc., entre tantos outros. A lista inclui 102 tipos de representantes (...)". (CRUZ, 2009: 46).

[81] Toninho aceitou o convite e a lista de indicados foi enviada ao Prefeito Haddad, que por fim nomeou outro candidato, Marcos Barreto.

[82] Cabe destacar que as três polícias citadas na dissertação, segundo dados oficiais dos sites de cada corporação, possuem atribuições distintas. A Polícia Militar é de responsabilidade do governo estadual e a principal responsável pela segurança pública, atuando na repressão de infrações penais e administrativas e pela manutenção da ordem. A Polícia Civil, também ligada ao governo estadual, é responsável pela investigação de crimes. Já a Guarda Civil Metropolitana pertence à municipalidade e atua, dentre outras coisas, na proteção ao patrimônio público e às pessoas em situação de risco.

Toninho e Carlinhos criticam nesses encontros o desmantelamento do projeto de policiamento comunitário que há cinco anos eles vêm intentando implementar, e são diretos ao expressar sua frustração diante de oficiais presentes nas reuniões pela não adoção do projeto por parte da Polícia Militar. Ambos enfatizam que um dos pilares do modelo de policiamento comunitário, a fixação de um agente na comunidade, é desrespeitado pelos comandantes, que constantemente mudam os policiais de base e de região.

Alguns moradores, como Cida, sabem o nome dos policiais que costumam ficar nas bases próximas à sua casa ou trabalho, e lamenta a saída desses agentes policias sem que a comunidade seja consultada. O vínculo de confiança entre os policiais e a comunidade é diversas vezes mencionado como o eixo central do policiamento comunitário.

Susana Durão (2008), pesquisadora portuguesa, tematiza a segurança em um texto etnográfico sobre os caminhos percorridos por três tipos de policiamento em Lisboa: patrulha à pé (*apeado*), dupla de policiais em um carro-patrulha, e uma agente que trabalha em um programa de proximidade com idosos. A autora descreve as especificidades de cada um desses trajetos, e a "produção de ordens socioespaciais, negociação de poder e ordens morais para a cidade" (2008, p. 79), evidenciando também as hierarquias internas aos três tipos de policiamento. Ao discorrer sobre este último tema, uma questão interessante e que apresenta certa similitude com aquilo que observei em campo vem à tona: o modo como o policial é visto pela comunidade. Segundo Durão, os policiais apeados ocupam a função menos valorizada pela corporação policial a que pertencem, e não raro são alvo de chacota e zombaria de seus colegas de trabalho dos carros patrulha (função de maior prestígio):

> Numa certa medida, os agentes apeados são os polícias socialmente mais controlados. Primeiro, têm menos liberdade e são mais supervisionados pela organização e pelos superiores. Segundo, são controlados pelo próprio público, na medida em que deles se exigem determinados comportamentos de simpatia e conhecimento da cidade. De acordo com os agentes experientes dos carros-patrulha, os apeados são ironicamente designados como *guias turísticos* e, num sentido mais crítico, como *cabides* da organização (2008, p. 87).

Esse desprestígio revelado entre os pares da corporação, contudo, não é verificado na comunidade, como argumenta Durão: "(...) se na organização o estatuto do apeamento é quase nulo, frequentemente desconsiderado e muitas vezes indesejado, na comunidade ele continua a ser requerido e a tradição do 'polícia em cada esquina' uma exigência social recorrentemente reclamada" (Idem, ibidem). Embora observação que venho desenvolvendo não pretenda percorrer os caminhos traçados pelos policiais, ou esmiuçar as categorias internas à corporação, tal como fez

Durão, é possível afirmar que a valorização do policial da rua, que conhece os moradores e comerciantes, cumprimenta-os de maneira cordial, e acompanha o cotidiano da região central é um elemento bastante valorizado entre integrantes das ALs e do CONSEG-Centro – bem como o elemento de controle e observação sobre o exercício de sua profissão na rua – e constantemente reiterado como o eixo do projeto de policiamento comunitário que eles vêm buscando implementar na região.

Em seu estudo sobre dois CONSEGs da cidade de São Paulo[83] e sobre representações acerca da violência urbana, Cruz indica questões por vezes bastante similares às minhas:

> Este trabalho não busca classificar as opiniões da população entre 'conservadores' e 'progressistas' ou 'classe trabalhadora' e 'classe média ou média alta", mas esmiuçar - por assim dizer -, quem são, o que querem e o que fazem esses grupos sociais que comumente foram abordados em categorias amplas e genéricas que, tudo indica, escondem múltiplas nuances de representações da violência. Em uma perspectiva comparativa, a pesquisa buscou os dissensos no interior dos grupos da sociedade, entre moradores de um mesmo espaço social, a partir de suas experiências de sociabilidade nos territórios (CRUZ, 2009, p.17).

Mas as similaridades não se resumem à abordagem não apriorística desses grupos, se estendendo ao conteúdo e às dinâmicas das reuniões que ela acompanhou. Um desses temas é justamente a sensação de não cumprimento dos planos relativos ao policiamento comunitário, no caso do Centro, e de desvinculação dos planos da Secretaria de Segurança Urbana e as funções do conselho. Essa descontinuidade entre os desejos de adoção de um policiamento constante e próximo à comunidade e a lógica interna das corporações policiais já havia sido apontada brevemente por Frúgoli Jr., quando destacara o episódio de desapontamento de um participante de uma ALs, diante da mudança do comando da polícia da sua microrregião, o que significou um retrocesso no projeto de policiamento apeado que sua AL havia conquistado (2000: 94).

Cruz apresenta uma densa retomada história da formação dos CONSEGs, demonstrando haver uma estreita ligação entre três tipos de orientações: as inclinações políticas de prefeitos e prefeitas que ocuparam a prefeitura da cidade de São Paulo desde 1985; orientações da política de segurança pública da cidade, ora mais rígida e dura, ora mais voltada aos direitos humanos; a reverberação dessas duas na tratativa das demandas e composição dos participantes dos CONSEGs ao longo do tempo: ora emitindo aos participantes uma postura mais aberta aos direitos humanos, ora mais afeita ao cumprimento rígido da lei e a punição severa das ilegalidades. Ela pontua:

[83]Trata-se dos CONSEGs Sapopemba, na Zona Leste e Campo Belo, na Zona Sul.

> O cenário atual é, portanto, paradoxal. A participação da sociedade civil na discussão dos problemas locais foi ampliada, ao mesmo tempo em que as insatisfações de parte da população aumentaram com demandas por punições mais severas cujo horizonte é restaurar a segurança, a lei e ordem; ainda que essa possa não ser uma tendência geral. Do ponto de vista da formulação de políticas públicas de segurança, tudo indica que São Paulo não desenhou uma política pública de prevenção à violência. Os Consegs, apesar de tentarem valorizar formas de interação sociedade e Estado, não têm nenhuma relação com uma política pública sistêmica e intersetorial. Esse é o drama de São Paulo no contexto mais amplo do paradigma da prevenção (2009: 18).

Tal paradoxo ou ambiguidade sobre as expectativas em relação à ação policial também pode ser observada nas reuniões do CONSEG-Centro. Integrantes cobram dos policiais uma postura mais firme e incisiva para com usuários de drogas, e eles respondem que só podem agir se os usuários estiverem de fato cometendo alguma infração, ou seja, dentro das normas e protocolos existentes. Essa cobrança, seguida de um grave sentimento de impotência por parte de vários guardas – especialmente da GCM – é flagrante nessas reuniões.

Durante as reuniões das ALs e do CONSEG-Centro, os representantes das forças policiais (civil, militar e municipal) são enfaticamente cobrados para a resolução de problemas que, claramente, estão fora de suas alçadas profissionais, como o caso da presença massiva de usuários de crack e moradores de rua em espaços específicos da região central da cidade.[84] A situação de vulnerabilidade dessas pessoas inspira atendimento médico, psicológico e de assistência social e não apenas repressão policial – fato reconhecido pelos próprios policiais presentes nesses espaços. Cobrados simultânea e sistematicamente pela *comunidade* onde trabalham, por lideranças locais e pela mídia, mas sem ter nada a oferecer senão sua força repressiva, que eles sabem não ser capaz de resolver essas questões – muitos desses policiais passam a expressar frustração e desgaste emocional diante da posição em que são colocados por seus superiores.

Ao longo da pesquisa, foram se delineando situações em que a presença dos agentes policiais no CONSEG-Centro é meramente figurativa. Dada a dureza da hierarquia interna de suas corporações, eles acabam figurando como "bodes expiatórios", especialmente, do governo estadual, que não apresenta políticas claras e concretas para cuidar do sério problema de saúde pública e de direitos humanos que tem se tornado a condição de centenas de usuários de crack na região central, mas envia "para linha de frente" seus comandantes para ouvirem a população, num movimento pouco convincente de diálogo com a sociedade civil para a elaboração conjunta de políticas públicas.

[84] Para mais detalhes sobre regiões da pesquisa associadas à presença de usuários de crack, para além da região da Luz, tradicionalmente enfocada, ver Tabela 3, partes 1 e 2, e Mapa 4.3.

Submetidos a pressões advindas de vários lados, e enviados para controlarem situações não menos tensas com usuários de crack no Centro (ouvi ao menos três vezes diferentes relatos de usuários que, p. ex., arremessaram urina e fezes contra policiais), não raro surgiram notícias de policiais que cometiam abuso de autoridade e violação dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade social; com isso, o foco midiático (com razão de ser, mas caindo em uma possível armadilha) deixava de ser a ausência de políticas adequadas de saúde e assistência social dessa população para enfatizar os atos delituosos de policiais, por isso "bodes expiatórios". Não pretendo com essa análise isentar de responsabilidade os agentes policiais que violam direitos básicos, majoritariamente, da população pobre de nosso país, e tampouco ignorar os significados de se trabalhar em um órgão estatal de uso da força. Busco, ao invés disso, um olhar que vá além dessas críticas políticas, e entreveja as demais relações burocráticas, de poder, pessoais e afetivas que atravessam e afetam as práticas cotidianas de agentes policiais da região central da cidade.

Em junho de 2012, surgiram muitas reclamações, tanto nas ALs como no CONSEG-Centro, sobre a presença de moradores em situação de rua dormindo e estendendo seus colchões e demais pertences nas grades próximas à entrada do prédio da Faculdade de Direito da USP, no Lgo. São Francisco (um local onde conseguem se abrigar do vento e da chuva). O Inspetor da GCM presente na reunião das ALs informava que a guarda havia recebido ordens de retirar os moradores em situação de rua e encaminhá-los a albergues, mas estava com dificuldade de aplicá-las, pois os alunos da faculdade faziam um cordão humano impedindo a ação dos guardas. Segundo esse agente policial, os alunos se aproximavam da GCM para tirar fotos e os guardas viravam alvo de chacota, sentindo-se acuados e sem autoridade. As ordens vindas diretamente do secretário de segurança urbana, contudo, continuavam vigentes, o que causava um grande mal-estar em sua corporação.[85]

Cabe lembrar que as(os) integrantes das ALs e CONSEG-Centro eram muito próximos do então secretário à época, Edsom Ortega, e de seu assessor e especialista em policiamento comunitário, Zare. Essa proximidade evidentemente facilitava o acesso a informações bem como o exercício de pressão do poder público pelo encaminhamento direto das demandas por segurança urbana. O cenário novamente se completa: a *comunidade* é próxima dos comandantes e inspetores da GCM e os pressiona; é próxima também das autoridades de segurança urbana as quais a GCM é subordinada, que repassam aos comandantes as reclamações e demandas que recebem. Ainda que existam protocolos recentes de abordagem à população em situação de rua, e a GCM seja mais atenta a essas questões que a Polícia Militar, uma vez mais, profissionais muitas vezes despreparados e sob intensa pressão são enviados para lidarem com situações que necessitariam de

[85] Para mais detalhes a respeito da operação, ver Rodrigues e Deodoro (2012).

uma abordagem multidisciplinar.

Outro exemplo dessa controversa posição de policiais no cenário descrito pode ser observado na Pça. Roosevelt: moradoras(es) dizem que o projeto inicial previa a construção de uma pista de skate, mas após modificações (que não foram acompanhadas de consultas públicas), esse equipamento foi suprimido das obras; contudo, após a inauguração da praça, com espaços amplos e planos de concreto liso, a praça foi apropriada por skatistas como uma grande pista de skate com bancos e corrimões que fazem as vezes de obstáculos para a realização de manobras. O compartilhamento da praça entre skatistas, moradores, comerciantes e transeuntes foi crescentemente se tornando tensa e episódios de truculência policial não tardaram a aparecer.

Nesse caso, à maneira dos exemplos anteriormente discutidos, existe uma pluralidade de elementos que compõe esse cenário de tensão e disputa em torno do uso da praça: a cidade de São Paulo carece de espaços de lazer, sobretudo com pistas e equipamentos voltados para o grande público de skatistas da cidade (sem mencionar as divergências de expectativas de uso dos espaços entre skatistas e poder público)[86]; não há em nossa cidade uma educação de convivência entre diferentes no espaço público; não havia logo após a inauguração da praça regras ou orientações básicas quanto ao uso dos seus variados espaços. Moradores(as) e comerciantes passaram então a se queixar do barulho provocado pelas manobras de skate, pelo pouco espaço que restava a práticas diferentes do skate, e pela rápida deterioração física dos equipamentos recém-instalados, como bancos de madeira e corrimãos arranhados pelas rodinhas dos skates.

Assim que esses conflitos e reclamações se intensificaram, a secretaria de segurança urbana, mais uma vez em uma manobra pouco atenta a essas dinâmicas, sem dar conta das questões anteriormente elencadas, e em uma medida paliativa, designou guardas da GCM para permanecerem durante todo o dia abordando usuários da praça, para constar que práticas eram ou não permitidas; uma postura socioeducativa bem intencionada, mas que novamente submetia os agentes da GCM a situações de pressão, conflito e falta de autoridade que, não tardou, resultou em conflitos graves entre a GCM e skatistas.

Voltemos ao tema do policiamento comunitário. A proximidade entre Zare[87], assessor do ex-secretário de Segurança Urbana (Edsom Ortega), e agentes pesquisados(as) ao longo de 2012 parecia sinalizar uma retomada do projeto de policiamento comunitário, ao menos na região central da cidade. Zare é um jovem recém-chegado ao país depois de muitos anos morando e estudando policiamento comunitário no Japão. Em meados de junho de 2012, ele, Carlinhos e Toninho se reuniram no terraço da Galeria do Rock para conversar sobre esse tema (fui a convite de Carlinhos),

[86] Para uma abordagem etnográfica da prática do skate em São Paulo, ver Machado (2011).
[87] Por se tratar de uma figura pública, mantive seu nome real.

e nessa ocasião, Zare anunciou que estava elaborando uma cartilha de bolso sobre policiamento comunitário para ser entregue a policiais, e perguntou a eles o que pensavam que esse material deveria conter, quanto a suas próprias posturas e condutas. Carlinhos e Toninho estavam mais interessados em dar sugestões quanto à organização e funcionamento dessa nova estrutura policial, e Zare, percebendo tal "desvio" do tema, tentava, sem muito sucesso, reconduzir a conversa para o tema da cartilha.[88]

Em novembro de 2012, com muita satisfação, Toninho anunciou que o tema da reunião de dezembro do CONSEG-Centro seria a apresentação do plano de policiamento comunitário adotado pela GCM na região: uma vitória para o grupo. Nessa reunião não foi dado o espaço de praxe para a plenária se manifestar, pois não seria uma reunião de *reclamações*, mas de apresentação do plano, de agradecimento aos participantes e aos agentes públicos que estiveram presentes durante o ano, anunciou Toninho. A reunião foi seguida de uma confraternização no terraço da Galeria do Rock. Todos(as) estavam bem entusiasmados(as) com a *nova GCM*, que portava o uniforme da corporação com os dizeres *Polícia Comunitária* estampados no colete, e três guardas foram apresentados à comunidade.

O sentimento de que os planos do grupo pareciam enfim estar se concretizando (aquele de conseguir manter um comandante policial fixo em seu posto por bastante tempo) logo sofreu um revés. Na segunda semana de janeiro de 2013, Toninho anunciou em uma reunião das ALs que o Capitão Nobre (PM), um importante parceiro do grupo que será apresentado mais adiante, recebera a oferta de transferência para a Assessoria de Comunicação do Comando Geral da Polícia Militar, o que significava uma promoção em sua carreira. Toninho disse a Nobre que eles poderiam interferir pedindo a permanência do capitão se ele assim desejasse, mas esse respondeu que consultaria sua família antes de tomar essa decisão.

O grupo recebeu a notícia com muita surpresa e indignação: a sina da descontinuidade dos laços entre comunidade e agentes da segurança pública parecia mais uma vez se repetir. Uma semana depois, Carlinhos me contou que Nobre havia de fato aceitado seu novo posto de trabalho.

As(os) agentes pesquisadas(os) apresentam uma relação próxima e respeitosa com as instituições policiais; seu apreço, valorização e afeto por alguns policiais são notórios. Integrantes possuem os telefones de vários inspetores responsáveis pela região onde moram e trabalham, e cobram a presença de PMs e GCMs nas reuniões às quintas-feiras pela manhã, por defenderem e apostarem na proximidade entre policiais e comunidade.

Essa comunidade conta com a atuação da polícia para resolver seus problemas relativos à

[88] Zare já foi a uma reunião das ALs que observei e a uma edição da Caminhada Noturna.

segurança pública, mas essa proximidade não se faz sem conflitos, visto que buscam a implantação do policiamento comunitário e fazem críticas abertas aos altos comandos da PM e da GCM, que não parecem colaborar com a implementação do projeto, quando p. ex. não priorizam a fixação de seus agentes em uma localidade.

Quando a polícia é deslocada de seus lugares habituais para cobrir operações específicas, as(os) integrantes rapidamente se mobilizam pela volta da viatura. Em agosto de 2012, o carro que ficava diariamente na Pça. Ramos foi deslocado para o Lgo. São Francisco quando da ação de desocupação dos moradores de rua do local (como citado anteriormente). Integrantes das ALs enviaram um e-mail para o Inspetor Paulo Rogério (CETEL – Central de Telecomunicações da Guarda Civil Metropolitana) e para o Inspetor Narciso Casemiro (Inspetoria Sé-República) pedindo a volta da viatura, pois com sua saída, a situação no entorno teria piorado. Dias depois, a mesma havia retornado à Pça. Ramos.

Entre agosto e setembro de 2012 o grupo não contou com a participação de PMs nas reuniões, o que causava grande desconforto e frustração entre os(as) participantes; mas Carlinhos pediu a Ana Clara que ela cuidasse do assunto, convidando o Capitão Nobre para acompanhar uma reunião e designar um policial para comparecer semanalmente aos encontros. A partir de novembro de 2012, o sargento Venâncio passou a frequentar as reuniões às quintas-feiras pela manhã (exceto quando deslocado para alguma ação específica).

Após o afastamento não muito esclarecido de Marcos, a GCM ficou mais de dois meses sem enviar representantes ao encontro, e em novembro do mesmo ano, com a notícia da implantação do policiamento comunitário no Centro, o Inspetor Ademilson (Inspetoria Consolação-Pacaembu) passou a acompanhar as reuniões.

A instabilidade da participação dos policiais relatada acima causa grande descontentamento entre as(os) participantes, mas, quando podem estar presentes, os policiais são muito bem recebidos, elogiados e tidos como *parceiros* do grupo para a melhoria da região. Integrantes das ALs e também do CONSEG-Centro valorizam o policiamento a pé, com policiais que não ficam apenas no interior da base policial, que circulam pelas ruas, cumprimentam os passantes e *veem a realidade*, segundo eles.

No início de cada ano, as ALs do entorno da R. Barão de Itapetininga fazem um café da manhã para premiar e homenagear profissionais que ajudaram o grupo durante o ano, como funcionários públicos e policiais. E por mais de uma vez, Carine, uma das integrantes, falou sobre o curioso efeito de afastamento que esse prêmio provoca em alguns policiais, que, depois de elogiados e homenageados, deixam de frequentar as reuniões do grupo, gerando questionamentos sobre as razões desse comportamento. Alguns dizem, em tom de brincadeira, que deixarão de

premiar policiais para que eles estejam sempre por perto.

Na cidade de São Paulo, em locais de grande fluxo de pedestres, como na Av. Paulista, R. Barão de Itapetininga e Av. Ipiranga, são dispostas algumas unidades de supedâneos, pequenas cabines móveis com lugar para um policial, que lhe dá uma visão mais elevada do nível da rua. Na região central da cidade essas bases pertencem à polícia militar, mas são reformadas e cuidadas pelos moradores e comerciantes da região (uma dessas bases, por exemplo, é guardada durante a noite dentro do Edifício Esther, um edifício privado localizado na Av. Ipiranga). Proponho a seguir a análise das reformas dos supedâneos da região central para investigar as relações de troca e reciprocidade desses(as) agentes e policiais.

Ao longo de 2012, diversos supedâneos do Centro estavam em desuso por conta de sua má conservação, e integrantes das ALs, sobretudo Carlinhos e Toninho, pediam que esses equipamentos voltassem a ser utilizados, pois aumentavam a sensação de segurança nas ruas; até meados de outubro daquele ano a reforma ainda não havia sido feita. Moradores(as) e comerciantes da ALs pesquisadas desejosos de que eles fossem reformados, mas sem encontrar meios de envolver o poder público nessa tarefa, começaram a se organizar internamente para viabilizar essa reforma: cerca de quatro pessoas se responsabilizariam pela reforma de dois ou três supedâneos cada uma; era preciso consertar as rodinhas, as rachaduras e realizar uma nova pintura branca.

Em uma reunião das ALs no início de novembro, Carlinhos acordou com Capitão Nobre (PM) que Toninho (presidente do CONSEG-Centro e síndico da Galeria do Rock) ficaria responsável pela reforma de duas unidades, os síndicos do Copan e do Edifício Itália outras duas unidades cada, e ele próprio cuidaria de duas. Nobre disponibilizaria o caminhão do Centro de Suprimento e Manutenção da Polícia Militar para levar os supedâneos até o local em que seriam reformados e, por fim, a PM se encarregaria de realizar os grafismos do seu logo após a reforma.

Tal acordo, com ares de informalidade entre comunidade e polícia, gerando custos privados para a primeira, me chamou a atenção, por revelar níveis importantes de proximidade entre os agentes, engajamento com a melhoria do entorno e mobilização da rede para a resolução de problemas locais. Segundo o modelo de Marques (2009) apresentado anteriormente, uma ajuda que envolve altos custos de tempo, de dinheiro e de envolvimento emocional, e níveis elevados de reciprocidade e intimidade.

Essa mobilização em torno da reforma dos supedâneos, sem dúvida, não se faz sem a criação de expectativas de dádiva e reciprocidade, ou seja, viabilizar a reforma dos supedâneos num certo sentido garante que aquela região não ficará sem policiamento por falta de equipamento adequado e em boas condições. Minha hipótese é a de que caso esses supedâneos recém-reformados fossem deslocados para policiamento de regiões distantes do Centro, os laços de proximidade e confiança

antes estabelecidos estariam em risco, por não atenderem as expectativas criadas durante essa relação de troca e ajuda mútua.

9. Acionamento da rede e policiamento: um jogo de cabo de guerra que cria novas espacialidades e fluxos na região central da cidade

A discussão do tema de expectativas de reciprocidade entre policiais, moradoras(es) e comerciantes pode ser ainda acessada por outra via e relacionada a outros dois fenômenos observados: a) o do acionamento da rede para a solicitação de policiamento e resolução de conflitos; b) seus impactos na espacialidade da região central. Argumentarei como o acionamento de apoio policial (via participação das reuniões) depende de um bom posicionamento na rede, muitas vezes envolve reciprocidades e ajudas mútuas entre as partes envolvidas, e como o remanejamento das forças policiais para resolução de conflitos pontuais gera mudanças espaciais importantes quanto ao fluxo de usuários de drogas.

Em seu estudo sobre dois CONSEGs da região sul da cidade de São Paulo, Cruz aponta que na unidade de Sapopemba, escolas, postos de saúde, representantes de entidades locais de direitos humanos e o Conselho Tutelar participavam das reuniões, enquanto na unidade do Campo Belo predominava a participação de associações de bairro (2009: 58). No CONSEG-Centro encontrei um cenário associativo semelhante ao do Campo Belo, predominando integrantes das Ações Locais e, com raríssimas exceções, integrantes de movimentos sociais populares, não sendo comum a expressão de opiniões que divirjam daquelas expostas pelos membros da mesa e componentes da plenária.

Prevalecem desse modo, quando o assunto é o controverso tema do consumo de crack no Centro, opiniões favoráveis aos planos de internação compulsória de usuários de drogas. Esse plano fora apresentado por Edsom Ortega na reunião de dezembro de 2012 como uma política pública ainda não anunciada oficialmente; a nova orientação da prefeitura foi ovacionada pela plenária. Salvo momentos em que certos(as) integrantes se referem aos usuários de drogas de maneira muito desrespeitosa e até mesmo agressiva, outros(as) participantes demonstram em suas falas posicionamentos mais amenos e reconhecedores de direitos básicos dessa população vulnerável, fazendo com que posições mais radicais e intolerantes quanto ao tratamento dessa questão não sejam predominantes.

As reuniões do CONSEG-Centro seguem um roteiro básico (apresentado anteriormente) e é no momento em que a plenária se inscreve para falar, que é possível entrever diferentes níveis de

articulação prévia entre moradores(as) e comerciantes de cada rua, entre si e com o poder público ali presente. Essa articulação prévia determina o poder de convencimento desses agentes para com as autoridades presentes no encaminhamento de suas demandas; assim, em outras palavras, ruas que apresentam moradores mais organizados entre si e que frequentam as reuniões do CONSEG-Centro com mais assiduidade, são aquelas mais próximas das autoridades públicas capazes de atender seus pedidos e assim conseguem, com mais êxito que as demais, lograr suas demandas. Um bom posicionamento na rede, que não dependa apenas de possuir contatos, mas de cultivar relações, resulta em maior sucesso na concretização das demandas apresentadas.

Um exemplo do cruzamento entre pertencimento à rede e impactos na espacialidade é a dispersão e mobilidade dos usuários de drogas na região da Luz, resultante da presença de bases comunitárias da GCM em algumas ruas.

As Ruas dos Gusmões e Guaianases são constantemente representadas nas reuniões do CONSEG-Centro por Ingrid e seu esposo. Em todas as reuniões, Ingrid agradece entusiasmadamente o trabalho do delegado da polícia civil Tucumantel e dos guardas da GCM que ficam nas bases estacionadas no cruzamento dessas duas ruas, destacando como a presença policial na região diminui a permanência de *noias* nessa localidade e aumenta a segurança do entorno. Em todas essas ocasiões, Toninho lembra como Ingrid era refratária em conversar com a polícia, não acreditava que era possível mudar seu bairro, e destaca como o envolvimento da *comunidade pode mudar e melhorar a cidade.*

Na reunião de junho de 2012, Toninho comemorava o fato de usuários de crack terem deixado as ruas 24 de Maio, Barão de Itapetininga, Lgo. da Memória e outros locais, apontando para as melhorias e avanços conquistados. Toninho prossegue: *a cidade está muito mais tranquila com a ação da GCM, que age como amiga e não como policial, agora é amiga da comunidade. Coragem e determinação.* Seu diagnóstico otimista fora logo confrontado pelo relato contundente de duas moradoras e uma comerciante das ruas Aurora e Vitória: se os *noias* haviam saído das ruas listadas por Toninho, haviam se deslocado para a R. Vitória, R. dos Gusmões e R. Guaianases, elas diziam. [89]

Luzia, uma das representantes da Luz, morou por 29 anos na R. Barão de Itapetininga, e atualmente reside na R. dos Gusmões. Ela conta que após a já mencionada ação da PM na Luz em

[89] A abordagem etnográfica da região que se convencionou chamar Cracolândia tem rendido análises que complexificam as relações entre moradores, usuários e transeuntes de regiões centrais da cidade. Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) investem nessa abordagem para analisar a atuação de agentes de saúde (redução de danos) junto a usuários de crack, e revelar dinâmicas de deslocamento dos usuários e o que denominaram territorialidade itinerante da Cracolândia.

janeiro de 2012, os usuários saíram da R. Helvetia e se deslocaram para a R. dos Gusmões, onde realizam assaltos, são perigosos, e *fazem pagode a noite toda na cabeça dos moradores*. O problema, ela diz, não é falta de policiamento, mas de saúde pública; contudo, ela salienta, os moradores não podem continuar nessa situação: *Estou vivendo um pesadelo.* Luzia conta que já não pede mais ajuda para a polícia militar, após ter sido, repetidas vezes, *maltratada, ignorada e ridicularizada* pelos atendentes.

No mês seguinte, uma discussão entre integrantes do CONSEG-Centro me permitiu acessar mais detalhes sobre controvérsias existentes em torno do deslocamento de usuários de crack para ruas da região da Luz. Inês, assistente social e moradora da R. Vitória, dizia que, infelizmente, não tinha o que agradecer, como os demais estavam fazendo, pois onde mora nada havia melhorado. Ela trabalha com moradores de rua e *noias*, e na sua rua a situação estava insuportável, sendo difícil até mesmo passar pela rua, que ficava tomada por usuários. Os moradores da sua rua também queriam uma solução, e se não pudesse ser a presença de uma base móvel, que fosse ao menos a passagem regular de viaturas pelo local. Em seu trabalho, ela entrega cobertores aos *noias*, e depois eles a abraçam para assaltá-la.

Ingrid, sua vizinha de bairro, disse que ela não deveria dar cobertores, e Inês respondeu que devia, por ser seu trabalho e para evitar que aquelas pessoas morressem de frio (como chega a acontecer em dias de inverno mais rigoroso na cidade). Ingrid rebateu dizendo que os *noias* podiam sim morrer de frio e Inês tentou argumentar que se trata de um *problema da sociedade, do capitalismo* e que é preciso enfrentá-lo.

Segundo Ingrid, que mora na R. Guaianases há 38 anos e é síndica de três edifícios no bairro, os policiais *só não fazem melhor porque a lei não deixa, não pode bater nos noias, se pudesse bater* [nos noias], *jogar no trilho, seria bom, porque os direitos humanos só defendem eles*, e recebeu o apoio de outra mulher na plenária, pois *eles não têm recuperação*. Sua fala não recebeu qualquer tipo de ponderação ou advertência por parte das pessoas ali presentes.

A situação relatada pelas moradoras da Luz estabelecia um dilema para a GCM, que para atender aos pedidos de segurança das ruas Aurora e Vitória precisaria deslocar seus agentes, possivelmente das ruas Guaianases e Gusmões, o que provocaria reclamações por parte de Ingrid, uma parceira de longa data. A colocação de bases comunitárias, segundo os sargentos que participam das reuniões, é pensada segundo os índices de criminalidade de uma região,[90] contudo, as reuniões do CONSEG-Centro parecem sinalizar que há também pressões exercidas nesse espaço institucional de maior proximidade entre comunidade e poder público que agiliza e concretiza essas

[90] Para uma discussão mais detalhada sobre a resolução que estipulou o emprego desses índices para o direcionamento das bases comunitárias, ver Cruz (2009: 51-52).

demandas.

A escolha dos lugares que receberiam bases comunitárias móveis da GCM, a meu ver, é influenciada não apenas pelas pressões exercidas nos CONSEGs e reuniões das ALs, mas por relações de troca, reciprocidade, confiança e afeto nutridas cotidianamente entre esses agentes. Ingrid é, nesse sentido, uma agente exemplar do ponto que estou a defender.

Moradora do bairro há mais de trinta anos, e síndica de três edifícios na região, Ingrid conhece muitas pessoas no entorno do seu prédio e conseguiu com o passar do tempo articular com sucesso moradores(as) e comerciantes das ruas dos Gusmões e Guaianases, e é em parceria com síndicos de outros dois edifícios que ela oferece comida aos guardas da GCM das bases estacionadas nessas ruas: um dos síndicos fornece o café da manhã, outro contratou um serviço de *quentinhas* para o almoço (e ela se certifica de que as refeições alternem ao longo da semana), e ela fornece o lanche da noite. Em outra ocasião, com o apoio de Ingrid, policiais ficaram posicionados no alto de um dos prédios administrados por ela para observar quem eram os usuários e quem eram os traficantes na rua, para facilitar flagrantes e prisões.

Não há efetivo policial para ser deslocado ou mesmo permanecer em todas as ruas do Centro, e a articulação de moradores dentro da rede de relações consegue, de maneira mais exitosa, garantir a permanência de uma base da GCM na rua reclamada, ou algum tipo de atenção que resolva, ainda que momentaneamente, aquilo que é considerado um problema; no caso da Luz, a maior reclamação é quanto à presença de usuários de crack. Contudo, dada a itinerância dos mesmos, entre outras razões por conta da presença policial, seus deslocamentos de uma rua a outra deslocam também os incômodos e as mobilizações de moradores e comerciantes para que alguma providência seja tomada. [91]

Aqueles(as) agentes que já conquistaram proteção policial anteriormente não pretendem perdê-la, pois sua saída representa a volta dos antigos "problemas", e antes que isso aconteça, investem seu tempo, dinheiro, afeto, estima e colaboração para que os policiais sintam-se acolhidos e também não queriam sair daquela rua. Esses laços informais, que são menos calculistas que a minha descrição faz parecer, asseguram a permanência e a aceitação do policial numa determinada rua. Nem moradores(as) nem policiais querem romper essa parceria, afinal, se os agentes policias mudarem de posto, nada garante que sejam bem recebidos na outra rua. Trata-se de uma relação de reciprocidade e troca entre os atores envolvidos. A observação da etiqueta entre parceiros, descrita anteriormente, também é importante para a conservação desses laços.

[91] Para mais detalhes sobre o caráter móvel e itinerante do consumo de crack, ver Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) e sobre a percepção de moradores quanto aos usuários da droga na região, ver Frúgoli Jr. e Chizzolini (2012).

Em um verdadeiro "jogo de cabo de guerra"[92] pela presença de policiais em suas ruas, grupos mais fortes – o que significa estar bem posicionado na rede, ter uma comunidade articulada para participar de reuniões e apresentar demandas, e ser um grupo que investe na relação com os agentes policiais "do nível da rua" – levam consigo o policiamento criando regiões mais controladas e com menor presença de usuários de crack, enquanto grupos menos fortes apresentam mais dificuldades de mobilizar forças policiais capazes de auxiliá-los na resolução de seus problemas. Esses deslocamentos policiais impactam, por sua vez, na espacialidade dessas regiões que podem deixar de ter usuários de crack reunidos em grupos de mais de cem pessoas (como é comumente relatado nas reuniões) e até mesmo de comércio ambulante.

Outro exemplo de modificações da espacialidade de uma região foi a criação de rua de lazer na Santa Ifigênia, muito próxima à Cracolândia na Luz. Após inúmeras queixas no CONSEG-Centro por parte de Ingrid e de outros(as) integrantes, uma rua passou a ser fechada ao tráfego de veículos aos domingos para ser utilizada como espaço de lazer; nesses dias uma rede de vôlei é instalada e moradores(as) fazem churrasco na calçada. Tais atividades, segundo ela, desestimulam a presença dominical de usuários de drogas nessa rua.

10. Incômodos e intervenção no espaço

Passarei agora a discorrer sobre alguns incômodos apontados pelos(as) agentes da pesquisa em reuniões das ALs e do CONSEG-Centro, e quais ações foram postas em prática a fim de lidar com os mesmos, grande parte envolvendo temas como barulho, preservação do patrimônio, usuários de drogas, moradores em situação de rua, tráfico de drogas, assaltos, travestis, prostituição masculina e feminina, pedofilia e casais homoafetivos. Os cenários principais da descrição que se segue são Lgo. do Arouche e Pça. da República, cada qual por uma combinação singular de alguns desses temas.

Ao longo da pesquisa, o Lgo. do Arouche figurou nos discursos dos(as) agentes pesquisados(as) com um espaço bastante problemático, por inúmeras razões: consumo excessivo de álcool parte dos(as) frequentadores – menores de idade comprariam bebidas alcoólicas vendidas ilegalmente pelo comércio ambulante; *baixo nível* desses jovens (a maioria é proveniente de classes

[92] "Cabo de guerra" é um jogo no qual uma grande corda é puxada em cada uma de suas extremidades por um grupo de pessoas, vencendo o lado que puxar com mais força e deslocar o grupo adversário em sua direção. Utilizo essa expressão – que não se trata de uma categoria nativa – como uma metáfora das disputas pela presença de policiais nas ruas representas pelas(os) participantes do CONSEG-Centro. A força utilizada nesse caso são os laços de proximidade e reciprocidade para com agentes policiais, assiduidade nas reuniões e nível mobilização local; todos esses elementos aumentam a chance dos(as) jogadores conseguirem a presença de uma base da GCM ou a patrulha em viaturas na sua rua.

populares e moram nas periferias da cidade);[93] falta de banheiro público, o que leva os(as) jovens a urinarem no Largo; presença (majoritária) de casais de gays e lésbicas praticando *atos obscenos* (segundo os relatos, chegando a manter relações sexuais no Largo); e o barulho excessivo provocado por carros tunados[94] que tocam funk – isso ocorreria durante os domingos.

Diante das reclamações frequentes do barulho na região, a PM passou a impedir a permanência dos carros tunados no Lgo. do Arouche e a coibir a venda ilegal de bebidas por ambulantes; todavia, a despeito dos pedidos quanto aos outros tópicos, os policiais reforçavam em reunião que não poderiam fazer nada, apenas coibir atos obscenos se fossem presenciados por eles; a presença desses(as) jovens, o consumo legal de bebidas e as trocas de carinhos não poderiam, portanto, sofrer intervenção policial. De maneira geral, o cenário presente da praça é referido como *degradado* e simbólica e economicamente desvalorizado em relação ao seu passado glamouroso e de prestígio.

A partir de outubro do mesmo ano, a Pça. da República passou a figurar da mesma maneira: o problema para parte dos(as) integrantes seria a presença de michês, travestis, prostitutas, moradores de rua, aumento de assaltos, pedófilos e também casais de gays e lésbicas, ora se beijando, ora *transando* nos bancos da praça. Os relatos de sexo na praça não costumam ser recebidos com muita credulidade por parte dos(as) integrantes das ALs, que perguntam exatamente o que as pessoas vistas faziam, de modo a tentar entender se o que a pessoa presenciara fora de fato sexo. E não há consenso sobre o aspecto negativo de todos os itens listados acima, exceto pedofilia, o único item coletivamente rechaçado.

Em uma dessas ocasiões, Úrsula, moradora idosa da região, descreveu indignada a cena de um casal de lésbicas se beijando na praça, e disse que fora imediatamente procurar os policiais militares da base comunitária móvel, que disseram não poder intervir; tal resposta a deixara ainda mais irritada. Nessa ocasião ela foi timidamente orientada pelo grupo a não fazer mais isso, sob o risco de ser presa, visto que o casal não cometia nenhum crime.

Em outra ocasião, meses depois, Dulce (também moradora) relatou que vira duas lésbicas *transando* durante o dia no banco próximo à escola infantil da praça, o que não pareceu convencer o grupo (constrangido) no início. Ela contou a todos que se aproximou do casal, cutucou o ombro de uma delas e ordenou que parassem o que estavam fazendo; ao final, defendeu o cercamento da

[93] Sobre os usos do Lgo. do Arouche, ver Simões, França e Macedo (2010). O artigo apresenta detalhes sobre a origem social dos frequentadores do Largo, apontando as dinâmicas de sociabilidade que ali se desenvolvem. O contato com essa bibliografia me permite complexificar as impressões acerca do uso do Largo no texto da dissertação, visto que o artigo, diferentemente dos(as) informantes etnografados(as), apresenta uma potencialidade democratizante e de visibilidade da diversidade sexual que esse espaço permite expressar.

[94] Carros que possuem equipamentos de som de alta potência; podem apresentar também modificações na pintura, iluminação e sistema de suspensão do carro, permitindo que façam movimentos não usuais para carros comuns.

praça e foi apoiada por outra integrante, Patrícia. Após a reunião, Carlinhos convidou todos para uma ida rápida à Pça. da República, para checar como estava a circulação de pessoas no entorno da escola. Apenas Inês, Carlinhos, eu e Ana Clara fomos até a praça; Dulce não nos acompanhou e isso não foi bem visto por Carlinhos, que esperava que ela nos acompanhasse para mostrar o que considera ruim na praça. Ao chegarmos à escola, a contornamos e não vimos nada de anormal, a maioria dos bancos estava vazia, e o ambiente naquela manhã estava tranquilo.

Na reunião em que esse tema veio à tona, foi curioso notar como parte dos(as) integrantes associa, sob o signo da degradação do espaço, elementos de natureza diversa, entre eles uso de drogas, descarte irregular de lixo, moradores de rua, assaltos, presença de travestis, prostituição, pedofilia e homossexualidade. Todos passam a figurar como incômodos que precisam ser resolvidos para melhorar a situação do local, e isso serve tanto para a Pça. da República como para o Lgo. do Arouche.

Em outra ocasião, durante um encontro na AVC com Gabriel Chalita (PMDB), então candidato à prefeitura de São Paulo, foi interessante notar como algumas pessoas presentes projetavam o uso do termo *recuperação* e *revitalização* do espaço para usuários de drogas, dizendo que era preciso *fazer uma recuperação dos usuários*, no caso de Tiago (participante das ALs e CONSEG-Centro), e *revitalização dos usuários*, no caso de Chalita. O que essa fusão revela? A recuperação pretendida da região passaria pelos usuários? Ou os usuários são tidos como fatores que desvalorizam a região? É instigante notar esse uso diverso da linguagem, e observar em que medida o uso do termo 'recuperação' por vezes assume o sentido médico, e por outras se funde ao próprio território e aos equipamentos urbanos do Centro.

Ainda quanto à Pça. da República, em meados de abril de 2012, o grupo recebeu a visita de Nelson, um representante da Ilume[95], parceiro do grupo há alguns anos, para explicar às(aos) presentes alguns novos planos de iluminação para a região e os materiais que substituiriam as antigas lâmpadas amarelas. O objetivo da Ilume é substituir tais lâmpadas pelas brancas, que, segundo ele, incomodam os moradores em situação de rua, especialmente debaixo de viadutos; ele chama essa "técnica" de *lavagem de luz*. Algumas pessoas na reunião reclamaram da iluminação de suas ruas e de algumas regiões específicas da região central, como a Luz e a Pça. da República, mais especificamente o caso do coreto, que é ocupado por meninos em situação de rua durante a noite.[96]

---

[95] Órgão responsável pela iluminação da cidade. Mais informações sobre o Ilume: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/servicos/ilume/>. Acessado em 22/05/012.

[96] Em março de 2005 a prefeitura de São Paulo, gestão José Serra, instalou rampas de concreto na passagem subterrânea que dá acesso à Av. Dr. Arnaldo, que ficaram mais conhecidas como "rampa antimendigo". A cobertura inclinada e áspera nas laterais da passagem tem o intuito de dificultar a permanência de moradores em situação de rua no local.

Segundo membros da reunião, os guardas da base comunitária da praça também solicitaram que o coreto fosse iluminado durante a noite, e Nelson deu as orientações para que o grupo encaminhasse corretamente seus pedidos de projetos de iluminação. Um representante da AL Bela Vista disse que instalou lâmpadas na esquina de onde mora para espantar usuários de drogas, pessoas que transavam, dormiam, assaltavam ou deixavam lixo por ali, e todos(as) reclamaram dos problemas de falta de iluminação e assaltos da R. Sete de Abril. Segundo Carlinhos, a AL Sete de Abril é uma das que menos participa das discussões e reuniões, razão pela qual ele acredita que a rua esteja nessa situação.

A partir de setembro de 2012 passaram a ser mais comuns no grupo reclamações relativas ao barulho provocado por artistas de rua que usam amplificadores conectados aos instrumentos musicais e microfones, gerando um volume excessivo ao lado de escritórios, lojas e postos de trabalho, como o comércio de Cida. Por diversas vezes caminhei pelo Centro à tarde e presenciei os músicos se apresentando com os aparelhos sonoros ligados em volume alto, o que segundo o grupo é contrário à lei do PSIU.[97] Cida, que é próxima de um inspetor da GCM da Pça. Ramos, geralmente pede sua ajuda para a resolução de conflitos dessa ordem, contudo não é sempre que ela consegue resolver essa situação.

Meses depois, em novembro de 2012, Celso Reeks, bastante afinado com as intenções do grupo, participou de algumas reuniões das ALs defendendo a presença de artistas na rua, desde que o barulho por eles causado não fosse estimulador de conflitos como aqueles relatados pelo grupo. Reeks defende a arte como uma *agente pacificadora do espaço público*, mas para tal, ele explica, é preciso conscientizar artistas para que não abusem do som alto durante suas apresentações (ao que foi aplaudido por Carlinhos), pois isso gera *estresse* e *conflitos* na comunidade.

Ele representa a Associação de Artistas de Rua recém-criada em dezembro, fruto de uma mobilização após o início da Operação Delegada (criada dois anos atrás por Coronel Camilo, um parceiro do grupo), que resultou em episódios de violência da polícia contra artistas de rua.[98].

Juntamente com um colega, Eric, professor de coral da Cooperativa de Teatro, eles

---

Tal medida gerou bastante polêmica e críticas por parte de movimentos de moradores de rua, como a Pastoral do Povo da Rua e mesmo protestos com instalações de arte no local. Ver a respeito as seguintes matérias: Balazina (23/09/2005) e Cariello (28/06/2006).

[97] Programa de Silêncio Urbano (PSIU) da Prefeitura de São Paulo, lei 15.133/10. Mais informações: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/zeladoria/psiu/index.php?p=8831> . Acesso em 23/01/2013.

[98] A esse respeito, ver as seguintes reportagens: "Artistas de rua fazem passeata contra supostas restrições da Prefeitura" disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/artistas-de-rua-fazem-passeata-contra-supostas-restricoes-da-prefeitura.html>. Acesso em 24/12/2012, e "Prefeitura expulsa artistas de rua da av. Paulista; para jurista, proibição é 'ato nazista'". Disponível em:<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/22/prefeitura-expulsa-artistas-de-rua-da-av-paulista-para-jurista-proibicao-e-ato-nazista.htm>. Acesso em 24/12/2012.

propuseram um novo uso para o coreto da Pça. da República recém-desocupado: aulas de coral abertas à população. A primeira ocorreu em 12 de dezembro e contou com a participação de cerca de dez pessoas. Carlinhos fez um acordo com Eric, e aulas como aquela serão ministradas uma vez por semana a partir de janeiro 2013, e serão pagas por Carlinhos. Este pretende que moradores do entorno desçam de suas casas para participarem, e ao final, seja feita uma roda de conversa, para que todos falem a respeito de melhorias que esperam para a praça.

Esquematicamente temos o seguinte cenário de articulação entre queixas apresentadas pelos(as) participantes, mobilização da rede e ações do poder público, processo que chamei de "respostas em rede":

Figura 2 – Esquema gráfico de respostas em rede

O acompanhamento das reuniões do CONSEG-Centro entre fevereiro e dezembro de 2012 me permitiu notar a ocorrência de temas relativos ao uso do espaço que são simultâneos às duas outras frentes (Caminhadas e reuniões das ALs), tais como: barulho, presença de moradores em situação de rua e usuários de drogas, descarte indevido de lixo e a presença de jogos ilegais, como jogo do bicho.

Tiago, membro da AL São João/Júlio de Mesquita, agradeceu em diferentes oportunidades o trabalho da GCM, que atendeu seus pedidos de retirada dos *noias*, da fonte da Pça. Júlio de Mesquita (mais precisamente, *tirar os dito cujos de cima de um monumento)* em meados de maio de

2012. Na reunião de junho de 2012, ele voltou a falar desse tema se referindo a eles como *urubus*. Meses depois foi anunciada a reforma e restauração da fonte, que por algumas semanas resultou no afastamento dos usuários do entorno da obra (fechada por altos tapumes). Em dezembro de 2012, contudo, Tiago levou à reunião do CONSEG-Centro (reunião em que se tornou também membro efetivo), um documento com mais de 50 páginas contendo dezenas de fotos da fonte que ele mesmo tirou da janela de seu prédio e que mostravam o entorno do tapume ocupado por dezenas de usuários de crack.

As fotos estavam organizadas de modo a mostrar como era a fonte originalmente, a ocupação por usuários de crack, a reforma e a reocupação do entorno da reforma; os dizeres *antes e depois dos noias* organizavam uma linha cronológica. Tiago alertava seus colegas para o *risco* da fonte ser reocupada pelos *noias* assim que fosse reinaugurada, caso não houvesse um plano de policiamento para coibir tal ação; pediu também a instalação de câmeras de vigilância e a presença de uma viatura da GCM no local.

Nas reuniões de 2012 que acompanhei, alguns(algumas) comerciantes disseram que o número de assaltos na região central havia aumentado, e Toninho levantou a hipótese, sem afirmar categoricamente, que essa mudança poderia ser um reflexo das ações de janeiro de 2012 na *Cracolândia*. Os assaltos na região são associados, por participantes do CONSEG, à presença dos *CDzeiros* que *puxam uma onda de crimes na rua*. Segundo eles(as), a presença dos *CDzeiros* na rua sinaliza para os assaltantes que a polícia não está próxima, com isso eles se sentem encorajados para agir, especialmente abordando pessoas nas saídas das agências bancárias. Toninho elogia comentários como esse, chamando-os de *inteligência que vem da comunidade*, e que fornece *gratuitamente* informações importantes para as autoridades presentes no CONSEG.

Outro tema constantemente lembrado é o da presença de moradores em situação de rua na região. Arnaldo, que já esteve presente nas reuniões das ALs que acompanhei, pediu mais atenção das autoridades presentes quanto aos moradores de rua (ele não usa a expressão *em situação de rua, ou em situação de risco*, como faz a GCM), pois considera desagradável sua presença quando recebe visitas em sua casa, e também para turistas. E não entendia como nem ele, nem as autoridades podiam fazer nada em relação a pessoas que usam o *espaço público* para dormir ou fazer suas necessidades; lembrou que, num passado recente, tais *moradores de rua* eram retirados, mas que, atualmente, isso havia mudado, e ele gostaria de entender o porquê.

Esse fato foi muitas vezes lembrado nas reuniões e aludido a uma liminar concedida a um morador em situação de rua, que recebera um salvo conduto que o impedia de ser retirado da rua

sem explicações por parte da autoridade policial que o abordasse.[99] A inspetora da GCM presente, Simone, explicou que aos moradores em situação de rua é oferecido deslocamento para abrigos e hospitais, mas que encontram resistência e não podem obrigá-los a irem. Rueda, representante da subprefeitura da Sé, disse que a legislação vigente não permite que os moradores em situação de rua sejam retirados, apenas que os papelões que usam para dormir o sejam, cabendo o encaminhamento aos assistentes sociais.

Alguns meses depois, a prefeitura de São Paulo anunciou duas proibições que muito se relacionam com as discussões realizadas nas reuniões das ALs descritas acima: a interdição de camelôs na região central e em outras subprefeituras, e a de distribuição de alimento (*sopão*) a moradores em situação de rua no Centro, permitindo-a apenas no interior das tendas, alegando que a distribuição na rua seria uma prática insalubre e indigna para os próprios assistidos, além de gerar uma grande quantidade de lixo nas ruas após as refeições.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, sob a alegação de "desobstruir as calçadas, preservar o patrimônio histórico e fomentar o comércio formal",[100] o prefeito à época "extinguiu bolsões de camelôs na região central e suspendeu os TPUs (Termos de Permissão de Uso) de ambulantes que trabalhavam nas áreas das subprefeituras da Sé, Lapa, Pinheiros, Vila Mariana e São Miguel Paulista".[101] Nas semanas seguintes, contudo, uma contenda judicial se estabeleceu, e várias liminares anulando e reafirmando a decisão da prefeitura foram expedidas.[102]

No final de junho, quando esse tema recebeu um posicionamento favorável aos camelôs por parte do STJ, a Secretaria de Segurança Urbana – ligada à municipalidade – anunciou que puniria civil e criminalmente as entidades que distribuíssem alimento à população em situação de rua no Centro, estimulando a distribuição em uma única tenda mantida pela prefeitura.[103]

---

[99] Após a Ação Centro Legal, como fora dito na nota anterior, o Ministério Público recebeu uma série de denúncias sobre casos de abuso de força policial na região. Uma delas, contra o morador em situação de rua Carlos Eduardo de Albuquerque Maranhão, resultou na publicação de um salvo conduto em seu nome garantindo sua circulação e permanência "em locais públicos de uso comum do povo a qualquer hora do dia, não podendo ser removido contra a sua vontade salvo se em flagrante delito ou por ordem judicial", como detalha reportagem do jornal Folha de São Paulo. Após essa decisão, diversos integrantes das reuniões que venho etnografando, bem como alguns policiais, reclamaram do posicionamento do juiz, dizendo que tal decisão inviabiliza os trabalhos da polícia, aumentando o mal-estar entre moradores e autoridades policias, uma vez que esses são acionados pela população para lidar com a presença de moradores de rua e usuários de drogas sem poderem intervir como é demandado. Carlinhos, contudo, por diversas vezes chamou a atenção para a má interpretação da decisão, que se refere a uma pessoa específica, não se estendendo a todos os moradores em situação de rua. Ele atribui essa confusão a uma *ma fé* de setores da imprensa que não estariam comprometidos com o esclarecimento da situação, e critica os policiais que reproduzem essa confusão, dizendo que poderia refletir uma indisposição e desânimo da corporação para resolver a situação. Mais informação e íntegra da decisão, ver: Folha de S. Paulo (26/04/2012).

[100] Ver, a respeito, Folha de S. Paulo (28/05/2012).

[101] Idem, ibidem.

[102] Destaco as seguintes reportagens do jornal Folha de S. Paulo (22/05/2012; 25/05/2012; 12/06/2012; 20/06/2012; 27/06/2012); Cambricoli, (21/06/2012).

[103] Destaco algumas reportagens sobre o tema: Mendes (27/06/2012); Baroni (29/06/2012; 06/07/2012).

Não é possível dimensionar se esses grupos estiveram presentes em reuniões na prefeitura para tratar desses temas e se elas existiram. De todo o modo, essas duas medidas do poder público convergem com as falas e demandas observadas nesses espaços de mobilização coletiva, e coincidem com certas aspirações de uso dos espaços públicos que privilegiam o comércio formal ao informal; não são a princípio favoráveis a medidas de assistência social que, segundo opinião de alguns integrantes das ALs e CONSEG-Centro, se restringem ao oferecimento de comida a moradores em situação de rua, e não preveem, necessariamente, uma mudança de sua situação vulnerável.

11. Virada Cultural e expectativas sobre os usos dos espaços

Em maio de 2012, a convite de Carlinhos, acompanhei duas reuniões entre membros da prefeitura de São Paulo, integrantes da ALs e de diversos CONSEGs da região central sobre a Virada Cultural que seria realizada naquele ano. A primeira reunião ocorreu um dia antes do evento e outra alguns dias depois, e se mostraram bastante proveitosas para entrar em contato com opiniões heterogêneas e divergentes sobre a atividade, e, uma vez mais, sobre os usos esperados do Centro, de seus equipamentos urbanos e do conteúdo das atrações culturais desejadas para a região. A primeira reunião tratou do plano de segurança da Secretaria de Segurança Urbana do município para a Virada Cultural, e a segunda seria uma avaliação da *comunidade* sobre o evento, tendo contado com a presença do organizador da Virada Cultural, José Mauro Gnaspini.

Criada em 2005, a Virada Cultural é um evento anual organizado pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo que conta com apresentações artísticas variadas (teatro, música, dança, artes plásticas e outros) por um período de 24 horas ininterruptas. Grande parte das atividades do evento concentra-se na região central da cidade, e parte considerável é realizada ao ar livre. O evento ainda conta com a parceria de museus e instituições culturais diversas, além da rede SESC (Serviço Social do Comércio) e da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. A cada ano milhões de pessoas participam do cronograma proposto pela Virada, e diversas ruas do Centro são interditadas para se transformarem em grandes áreas destinadas a pedestres que circulam de uma atração a outra.[104]

O secretário de segurança urbana à época, um grande parceiro, sobretudo, do CONSEG-Centro, dizia aos(as) presentes que estava ciente dos incômodos gerados pela Virada Cultural para

[104] Para mais informações sobre a Virada, ver Site do evento: <http://www.viradacultural.org/>. Acessado em 25/07/2012. Para uma abordagem antropológica da atividade, ver Dossiê Virada Cultural, disponível na Revista Ponto.Urbe: <http://pontourbe.net/dossie-virada-cultural>. Acessado em 22/09/2013.

moradores do Centro, como em qualquer grande cidade, mas que a secretaria trabalhava para que a Virada fosse um *jogo de ganha-ganha*, e não apenas de *pessoas se queixando do palco de rock em frente às suas casas*; e chamava atenção para as vantagens do evento, que valorizava a região central.

As autoridades públicas presentes afirmaram diversas vezes que iriam cuidar de um problema amplamente conhecido em grandes eventos na região: a venda ilegal de vinho químico[105] – também chamado de vinho Chapinha – e pediu para que os presentes ligassem para o número 153 para denunciar a venda da bebida. O foco da política de segurança da secretaria seria o combate ao comércio ambulante, ao vandalismo e a atenção a pessoas infiltradas entre moradores em situação de rua e usuários de drogas que cometiam crimes – Ortega classificava como positiva a participação dos moradores de rua das atividades da Virada.

A reclamação unânime entre participantes fora o barulho causado pelas atrações: ora pelo volume excessivo de alguns palcos, ora pela continuidade do som por 24 horas, o que impedia o sono e mostrava descaso para com moradores próximos aos palcos. Um morador relatou que no ano anterior, na Av. São João, um palco fora montado ao lado de um CAS, Centros de Acolhida Especiais, equipamentos públicos destinados a idosos, a mulheres com ou sem filhos, a catadores e a pessoas que precisam de cuidados especiais de saúde após alta hospitalar da rede pública, o que gerou grande desconforto aos acolhidos. Outros disseram que as janelas e o interior de seus apartamentos vibravam com o volume dos palcos, e moradores com idosos ou pessoas de mobilidade reduzida em casa não tinham condições de sair de casa durante a Virada.

Sugeriu-se, diante desses relatos, que a Prefeitura fizesse um levantamento dos locais com grande concentração de idosos e demais pessoas com necessidades especiais de saúde para que os palcos não fossem instalados no entorno dessas moradias. Além disso, solicitaram que o volume do som dos palcos fosse mais baixo, que fossem instaladas conchas acústicas diante de palcos como o Copan (que reúne mais de 5 mil moradores) e que fossem feitas mais apresentações acústicas e de pequeno porte. Houve o caso de uma integrante das ALs e do CONSEG-Centro, Ana Clara, moradora do Copan, que, após conversar com o técnico de som do palco diante do seu edifício, convenceu-o a baixar um pouco o volume do palco durante a apresentação. Carlinhos concorda com o desconforto citado por seus colegas, mas argumenta que ao invés de reclamarem sobre a

[105] O vinho químico é uma bebida artesanal e ilegal com elevado percentual alcoólico (96% de etanol, e 4% de pigmento e doçura similares a groselha) e vendida em grandes festas de rua, como a Virada Cultural e a Parada Gay. Reportagem de 2011 do portal IG o compara ao "crack das bebidas" enfatizando os danos que causam à saúde. Disponível: <http://saude.ig.com.br/minhasaude/vinho+quimico+pode+causar+lesoes+no+figado/n1596848387401.html>. Acessado em 17/06/12. Na reunião relatada acima falou-se bastante sobre o plano de segurança para impedir a venda da mercadoria durante a Virada de 2012. Dias depois, foram divulgados no portal da prefeitura os dados da operação, que resultou na apreensão de 4,8 mil litros da bebida. Disponível: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=32688>. Acessado em 16/06/12

intensidade do barulho concentrado em um único dia do ano, como é a Virada Cultural, a *comunidade* deveria se empenhar pelo aperfeiçoamento da lei PSIU, que os protege todos os dias do ano dos demais problemas de barulho que enfrentam no Centro.

Embora muitos(as) criticassem o barulho dos palcos, a sujeira deixada nas ruas após do evento, o mau funcionamento dos banheiros químicos, arrastões em ruas que ficaram sem atração (como a R. Sete de Abril), depredação de postes, de árvores (plantadas por integrantes das ALs) e de semáforos, o saldo geral era de elogio ao evento como um momento de descontração e de muitas atrações de qualidade.

Ortega também falou um tema bastante controverso entre os(as) agentes pesquisados(as): o direito de ir e vir dos moradores em situação de rua, classificando-o como um direito óbvio, quando foi então interrompido por um membro do CONSEG que disse exaltadamente que tal afirmação tratava-se de um absurdo. Ortega explicou a lei na qual se baseava e disse que ela visa evitar abusos de poder. *Os moradores em situação de rua têm o direito de ficar onde quiserem como qualquer outro cidadão – só não podem ficar como quiserem, por exemplo, deitados de atravessado na calçada, no meio da via pública onde possam colocar suas vidas em risco, na entrada de edifícios, impedindo a passagem, ou na grama de uma praça,* ele disse. E finalizou dizendo que a lei deve ser igual para todos e o morador de rua merece uma explicação das razões de sua abordagem pelas autoridades policiais.

Na semana seguinte a reunião fora com José Mauro Gnaspini, organizador da Virada desde 2005, e ligado à Secretaria Municipal de Cultura, apresentado como Zé Mauro. Ele cresceu no Centro, estudou na faculdade de direito São Francisco, tem intimidade e carinho pela região[106], e disse que busca trazer atividades de cultura e lazer da Secretaria para a localidade por gostar muito. Contou que nas primeiras edições da Virada havia palcos na periferia da cidade e eles eram pouco frequentados; era a época em que a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) ainda não havia aderido ao evento para funcionar 24 horas. Quando a CPTM passou a apoiar a Virada esses palcos esvaziaram ainda mais, o que mostrou, segundo ele, a vontade das pessoas de irem e passearem no Centro, e que, por sua vez, demandou um grande esforço de infraestrutura da cidade. *Quando fechamos o trânsito de algumas ruas, a cidade aparece!*

Zé Mauro explicou que a estratégia de fechar ruas é um convite para as pessoas conhecerem a cidade a pé: *As pessoas que não têm intimidade com o Centro e se relacionam com ele à sua*

[106] Em entrevistas dadas aos dois principais jornais de São Paulo, José Mauro citou seus lugares favoritos no Centro, como cinemas e restaurantes, e sua trajetória como organizador do evento desde sua primeira edição, em 2005. Revista São Paulo, 29/04/2012; e O Estado de São Paulo, 04/05/2012. Para um relato autobiográfico de memórias sobre o Centro da cidade, ver Barbeiro, Heródoto. *Meu velho Centro. Histórias do coração de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2007.

maneira; É preciso ainda trabalhar a recuperação física do Centro; a Virada é uma recuperação afetiva da cidade; O Centro não é um pedaço do inferno; A intensidade da Virada é uma intensidade de olhares para o Centro, continuou.

Sua fala enfatizou seu desejo de *criação de novas afetividades* por parte da juventude, e sobre *recuperação da afetividade* por parte de pessoas mais antigas que perderam essa relação com a região e que hoje têm medo de circular pelo Centro. O interesse da Secretaria de Cultura estaria para além dos shows e da diversão, e iria no sentido da *recuperação da afetividade pelo Centro*. Zé Mauro enxerga-o como um espaço da cidade que vai mudar radicalmente nos próximos anos, e a Secretaria e a Virada seriam parte importante disso.

O inspetor Rubens Trapiá – GCM – representando a corporação, destacou as ações da guarda durante o evento e a importância das informações passadas na reunião anterior. O maior problema enfrentado foi, de acordo com ele, o da *desordem urbana*, fazendo com que o trabalho dos agentes fosse para restaurar um *espaço público controlado*. Essa é uma expressão bastante empregada pelos agentes da GCM e policiais militares participantes da rede estudada.

Uma das participantes da rede, Carine, não participa da Virada por decisão própria há três anos, outras duas integrantes das ALs, Flávia e Úrsula também não gostam do evento, e concordam que o maior incômodo é o barulho. Ana Clara, que na semana anterior estivera receosa sobre o conteúdo do palco de cabaré e *pole dance* que seria instalado diante do Copan, mudara de opinião, avaliando positiva e entusiasmadamente as atrações do palco que, ao invés de estigmatizar aquele espaço como um lugar de prostituição e boates (seu maior temor), revelou-se uma surpresa muito agradável. Ela conta que a região do Copan valorizou-se nos últimos anos, chegando a ter apartamentos no valor de 1 milhão de reais (na Av. São Luís), e não desejava que o local *virasse um Largo do Arouche*, referindo-se à desvalorização econômica e simbólica associada ao largo.

Houve ainda propostas que defendiam a descentralização da Virada Cultural para outros bairros da cidade, como o caso do Superintendente Geral da AVC, Marco Antonio Ramos de Almeida. O representante da AVC argumentou que a Virada tornara-se um evento de massa, e portanto poderia ser expandido para outras regiões, permanecendo o Centro um polo importante do evento (ele sabe da existência de palcos da Virada no SESC, mas disse que estavam lotados). A Virada, ele prossegue, é uma *oportunidade para revelar o Centro*, e este poderia concentrar os eventos mais *tranquilos*, e os *musicais* poderiam ir para outros lugares, como o Sambódromo, que fora citado por outro integrante. Isso resolveria a principal queixa da reunião, o som elevado dos palcos. O Centro, ele argumenta, é a segunda região de maior densidade habitacional, depois da Bela Vista; *é um mito dizer que o Centro não tem moradores*, de modo a refutar possíveis argumentações que justificariam a atividade pela baixa densidade dos mesmos.

Sugeriu ainda que os bares e restaurantes também funcionassem durante a Virada e fizessem cardápios especiais (citou a *Nuit Blanche* de Paris e outros eventos em grandes capitais).[107] Ele acha que muitos equipamentos e serviços ficam fechados durante a Virada, como museus e restaurantes, e defendeu que é preciso não apenas montar atrações na Virada, mas também aproveitar o que o Centro já possui, como a Sala São Paulo, o Teatro Municipal, a torre do Banespa, sebos das ruas, cinemas e outros – elencando curiosamente atrações que já fazem parte da Virada há pelo menos três edições como o Teatro Municipal e cinemas da região.

O Centro seria palco desse tipo de atração: teatro e música tranquila, e os shows de som mais alto em outros lugares. *A cidade toda em festa*, ele diz. *Multidão no Centro, mas dispersa, e não concentrada.* É preciso *fazer do Centro um museu a céu aberto* (várias pessoas bateram palmas para sua fala) e finalizou se colocando à disposição da Secretaria para ajudar com o tema da Virada Cultural.

As opiniões de moradas(es) e comerciantes da região central sobre a Virada Cultural, sem dúvida o evento cultural mais importante da cidade de São Paulo, revelam uma série de controvérsias sobre os espaços e seus frequentadores. Alguns desejam que o espaço seja vivenciado sob as lógicas da ordem, organização e disciplina – são o caso da GCM, da AVC e de alguns moradores. Em sua fala, Marco Antonio parecia demonstrar conhecimento pouco atualizado sobre as atividades que envolviam as instituições culturais da região central, e, sobretudo, um desejo de que o Centro fosse usado de maneira calma, disciplinada e contemplativa – comportamento esperado de visitação a museus. Tal expectativa vai na contramão dos anseios exploratórios e diversificados abordados pelo organizador da Virada; esses parecem mais atentos a identificar e, sobretudo, aceitar a multiplicidade de perfis dos frequentadores(as) da Virada Cultural, seja por seus repertórios culturais, origens sociais, intenções e modos de viver a cidade, o espaço público, e, mais especificamente, o Centro.

Reclamações quanto à sujeira gerada pelo evento, ou sobre o mau funcionamento dos banheiros químicos são temas consensuais e que, imagino, receberiam apoio de diversos

[107] A *Nuit Blanche* é um evento promovido pela prefeitura de Paris no início de outubro de cada ano que se inicia às 19h do sábado e termina às 7h do domingo. Um grupo de diretores artísticos seleciona, a cada ano, artistas de renome internacional e os convida para criar instalações, ou para adaptarem suas obras a regiões específicas da cidade. Além disso, uma série de outros projetos ocorrem em instituições parceiras, como museus e galerias de arte. O foco do evento, diferentemente da Virada Cultural, recai sobre trabalhos de escultura, instalações, projeções, vídeos e performances que ocorrem também ao ar livre, convidando as pessoas a se locomoverem pela cidade (o que a aproxima da Virada nesse sentido). Entre 2009-2010 realizei um intercâmbio acadêmico em Paris e participei como expectadora da edição de 2009 da Nuit Blanche, quando constatei que essas e outras diferenças eram notáveis. Além de a programação ser mais voltada para as artes plásticas e visuais (não observei nenhum palco de apresentação musical), a dimensão numérica do público em nada se compara àquela da Virada, que nos últimos anos já ultrapassou a marca dos dois milhões de pessoas. Para mais informações sobre a *Nuit Blanche*, ver: <http://www.paris.fr/loisirs/les-grands-rendez-vous/nuits-blanches/p6806>. Acessado em 10/07/2012.

frequentadores da Virada. Os relatos que trazem o ponto de vista e a vivência da Virada sob a ótica de moradores(as) tornam as queixas sobre o barulho dos palcos um tópico compreensível e razoável, o que colabora para a desnaturalização dessas reclamações como unicamente refratárias ao evento por seu caráter marcadamente, mas não unicamente, popular. Mas reclamações e sugestões que visam à descentralização do evento e a concentração de eventos de alta cultura (como os palcos ditos calmos, que em sua maioria são os de dança, teatro, piano e jazz) parecem revelar desconfortos de outra ordem, e nesse sentido, aparentam se referir ao perfil desejado de transeuntes, moradores e usuários esperados para o Centro.

A fala de Ortega sobre os direitos da população em situação de vulnerabilidade, e mesmo o emprego dessa terminologia por parte da maioria dos agentes públicos que compõem essa rede ilumina uma das controvérsias mais importantes que destaquei ao longo do texto, aquela da presença de moradores em situação de rua e de usuários de crack na região central. O que essa e outras cenas que presenciei revelam, inesperadamente, é a defesa dos direitos dessa população por setores que muitas vezes são acusados de violá-los em contraposição a falas de moradores(as) e comerciantes que, em seus posicionamentos mais exaltados, esperam certas ações e posicionamentos do poder público e das polícias que não respeitam direitos humanos básicos, como nas falas de uma frequentadora do CONSEG-Centro em julho de 2012, relatada anteriormente.

A presença de moradores em situação de rua, sacos de lixo rasgados e revirados, odores que por vezes também me causavam dificuldade de respirar e certo incômodo, pessoas revirando lixo à procura de algo que lhe interessasse a vender ou comer, *CDzeiros*, prostituição, e usuários de drogas não são, de todo modo, especulações ou fantasias dos(as) agentes da pesquisa.

Por inúmeras vezes, em minhas caminhadas pessoais pelo Centro, ou acompanhando as Caminhadas Noturnas, me deparei com essas cenas e com esses “outros” personagens da região. A princípio a descrição desse cenário me parecia exagerada, e por vezes preconceituosa, mas era preciso que eu entendesse de que lugar falavam aqueles(as) agentes, ao invés de buscar classificações apriorísticas de suas opiniões.

Essas cenas de fato ocorrem com a intensidade das tintas que lhe são dadas por essas pessoas, há de fato cenas de extrema pobreza e marginalidade no Centro. Contudo, a interpretação que cada agente faz desses temas, pode sim dar margem a visões pouco conciliadoras da convivência no espaço público com agentes que são seus *outros*: não é raro criticarem prostituição, michês, travestis, homossexuais, associando-os à degradação de certos espaços e sem deixar clara a razão do incômodo: se é a situação de exclusão e precariedade que muitos(as) ali naquela região se encontram, ou se é a presença deles(as) em si.

Das conversas e discussões que acompanhei, dos relatos de cenas que apenas ouvi sem

presenciá-las, sinto por vezes uma inclinação à intolerância e ao incômodo diante da presença de figuras que perturbam esquemas de moralidade dominantes por parte daqueles que criticam *a prostituição que está dominando o Centro, os michês do lado da escola, ou o nível das pessoas que frequentam o Lgo. do Arouche*.

Opiniões sobre o uso do espaço como essas não são compartilhadas pelos *nós* da rede estudada, Carlinhos, Toninho, Inês, Marina não compartilham dessas posições, contudo, elas também fazem parte e circulam por essa complexa e diversificada rede pesquisada.

12. Mapeamento dos incômodos associados a espaços da região central

Ao longo da pesquisa, anotei uma série de expressões que as(os) agentes da pesquisa empregam como referência a vinte espaços da região central, a maior parte deles associados a certos incômodos. A partir dessas anotações, agrupei as palavras em torno de termos mais amplos; p. ex., expressões relativas a barulho como *poluição sonora* e barulho excessivo foram agrupados como *barulho*, contudo, no caso de origens particulares do barulho considerei pertinente manter termos específicos, como é o caso do barulho provocado pelo agrupamento de usuários de crack nas ruas (que aparece como *barulho/usuários de drogas*) ou barulho provocado por bares que fazem rodas de samba de noite (que consta como *barulho/samba*), ou ainda o caso de suposto tráfico de drogas somado a concentração de pessoas nesses bares (citado como *barulho/samba/tráfico*). Dessa maneira pode-se entrever, em alguns casos, a combinação de dois ou mais temas considerados incômodos pelas(os) agentes da pesquisa, e de que maneira eles revelam práticas associadas a esses espaços, detalhes que se perderiam se fossem agrupados sob uma única categoria.

A análise dos dados dessa tabela permite antever que alguns dos incômodos frequentemente relatados perpassam transversalmente diversos espaços da região central, é o caso da presença de usuários de crack na região central da cidade, que, seguindo a categoria êmica do campo, consta na tabela como *crack;* outros termos recorrentes são *insegurança, sujeira* e *barulho.* A tabela com a distribuição desses termos pelo espaço é a seguinte:

Espacialidade dos incômodos

Glicério	Largo do Arouche	Largo da Memória	Largo Paissandú	Largo São Francisco	Passarela Term. Bandeira	Praça Dom José Gaspar	Praça Júlio de Mesquita	Praça Ramos de Azevedo	Praça da República
insegurança	atentado ao pudor	assaltos	feira do rolo	crack/assaltos	assaltos	assaltos	barulho/usuários de drogas	odor de urina	atentado ao pudor
medo	barulho/ bares/ jovens	fonte d'água inativa		conflitos com a GCM		barulho/ samba/tráfico	crack	fonte desativada	assaltos
tráfico de drogas	consumo de álcool	insegurança		moradores de rua nos patrimônios		crack	retorno dos noias (tapumes)	*casais namorando*	homossexuais
	degradação	sujeira deixada pelos usuários de drogas		Padre Julio Lancelotti		insegurança	sujeira deixada pelos usuários de drogas	*segurança aumentou nos últimos 20 anos*	insegurança
	jovens transando/ homossexuais	*patrimônio*		tráfico de drogas para os estudantes		meninos de rua	*restauração da fonte*		lésbicas
				desocupação		morador de rua	*saída dos noias*		michês
				patrimônio		*biblioteca*			moradores de rua nos patrimônios
									pedofilia
									prostituição
									tráfico de drogas
									travestis
									patrimônio
									desocupação
									base comunitária móvel PM

Tabela 3. Parte 1. Legenda: os termos não sublinhados designam aspectos negativos destacados pelos(as) interlocutores(as) da pesquisa, enquanto os sublinhados significam pontos positivos.

Praça Roosevelt	Praça da Sé	Pq. D. Pedro II	R. Barão de Itapetininga	R. Cons. Crispiniano	R. dos Gusmões	R. General Osório	R. Guaianases	R. Sete de Abril	R. Vitória
barulho	morador de rua	assaltos	Cdzeiros	*mais universidades*	barulho/usuários de drogas	barulho/usuários de drogas	barulho/usuários de drogas	assaltos	barulho/usuá-rios de drogas
conflitos de uso	insegurança	crack	poluição sonora (músicos de rua)	*base GCM*	crack	crack	crack	crack	crack
conflitos com a GCM	*patrimônio*	insegurança	*segurança aumentou nos últimos 20 anos*		insegurança	insegurança	insegurança	insegurança	insegurança
skate	*obras de arte/ espelhos d'água*	má iluminação	*menos camelôs nos últimos 20 anos*		tráfico de drogas	tráfico de drogas	tráfico de drogas	lixo irregular	tráfico de drogas
base GCM	*segurança aumentou nos últimos 20 anos*	tráfico de drogas				*base GCM*	*base GCM*	má iluminação	
beleza da nova praça	*casais namorando*					*rua de lazer*	*rua de lazer*	meninos de rua	
reforma								morador de rua	
reuniões entre skatistas, prefeitura e AL Roosevelt								barulho/samba/tráfico	
								poluição sonora	

Tabela 3. Parte 2. Legenda: os termos não sublinhados designam aspectos negativos destacados pelos(as) interlocutores(as) da pesquisa, enquanto os sublinhados significam pontos positivos.

O termo *crack* foi associado, sobretudo, a ruas da região da Luz, contudo não se limita a elas, já que também abrange as R. Sete de Abril (ao lado da Pça. da República), Pça. Dom José Gaspar, Pça. Júlio de Mesquita, Lgo. São Francisco e Pq. Dom Pedro II, reforçando os relatos de dispersão de usuários após janeiro de 2012. Para a construção dessa tabela mantive as especificidades dos termos êmicos associados às drogas, por isso podem ser encontrados outros termos parecidos quanto à sua natureza, mas bastante diferente quanto ao que representam para

os(as) agentes e seus impactos nas relações construídas nesses espaços (é muito diferente relatar a presença de tráfico de drogas para frequentadores de bares que organizam rodas de samba e pagode após às 18h, tráfico de drogas para estudantes, e a presença de grupos de 30, 70 ou 100 usuários de crack em uma rua consumindo a droga).

Em todos os espaços tidos como *inseguros* há alguma queixa relativa ao tráfico de drogas – citado em metade dos espaços pesquisados – e por vezes este aparece associado a atividades de lazer, como as rodas de samba de alguns bares acima mencionadas, para onde iriam traficantes interessados em vender drogas para os frequentadores dessas atividades. O crack é citado em nove espaços analisados, e é seguido de queixas relativas à dinâmica entre os próprios usuários (relatos de barulho, algazarra e mesmo rodas de pagode que realizariam de noite), de sinais deixados pela sua presença no local (como sacos de lixo rasgados, fezes e urina), e assaltos que cometeriam contra transeuntes e moradores.

As queixas relativas a *moradores de rua* (cinco ocorrências) são relacionadas, em quatro delas, a reclamações de descaso com o patrimônio público, mais especificamente, pelo uso que moradores e meninos em situação de rua fazem desses patrimônios (das arcadas da Faculdade de Direito, dos jardins e bancos da Pça. Dom José Gaspar, do coreto da Pça. da República e da Pça. da Sé), denotando que parte do incômodo deve-se à presença dessa população, bem como do uso que desenvolvem dos equipamentos urbanos, estátuas, fontes e praças da cidade. Por fim, o *barulho*, é citado em dez dos vinte espaços listados e é associado às atividades de bares que promovem as rodas de música já citadas, bem como ao barulho provocado por usuários de drogas, e, por fim, *poluição sonora* (categoria êmica) provocada por artistas de rua que utilizam aparelhos sonoros em volume elevado.

Embora a tabela concentre a listagem de incômodos associados a esses espaços, não pude deixar de mencionar os pontos positivos associados a eles com o intuito de sinalizar que, como espaços de controvérsia que são, não são referidos apenas a aspectos negativos, e sim a pontos positivos que ora representam divergências quanto às percepções desses espaços, ora são desdobramentos de ações engendradas pelo poder público como resposta às controvérsias trazidas à tona nas reuniões das ALs, Caminhada Noturna e CONSEG-Centro pelos(as) agentes da rede estudada.

Esses pontos positivos foram graficamente ilustrados como termos sublinhados e geralmente referem-se à presença de algum patrimônio que valorizam (como obras artísticas, fontes e demais monumentos), à restauração desses patrimônios, a melhorias identificadas nos últimos vinte anos, à presença de bases comunitárias da GCM e a ações de desocupação de espaços com usos conflitantes (resultantes da mobilização da rede de agentes).

Desse modo, a presença de casais namorando na Pça. Ramos de Azevedo e na Pça. da Sé é destacada por Carlinhos, durante as Caminhadas Noturnas, como um sinal de que aqueles casais consideram o espaço seguro e agradável de se estar; casais de lésbicas e homossexuais namorando na Pça. da República e no Lgo. do Arouche, por sua vez, não despertam em suas parceiras de AL o mesmo entusiasmo, como vimos no tópico anterior, embora esses casais possivelmente considerem esses espaços de intensa frequentação gay como locais seguros e confortáveis para a expressão de sua sexualidade.

A reforma ou restauração de praças inteiras (Pça. Roosevelt) ou de alguns de seus elementos (Fonte Monumental na Pça. Júlio de Mesquita[108], ou o coreto da Pça. da República) são destacados como pontos positivos associados a esses espaços, e no primeiro caso tal reforma resultou posteriormente em conflitos de uso entre moradores, transeuntes, skatistas, comerciantes, prefeitura e a GCM. Nos outros dois casos, tais intervenções são resultado da articulação de demandas para que o poder público interviesse nesses espaços de modo a resolver as queixas associadas a ele. Por fim, a presença da polícia nesses espaços é destacada como algo positivo em cinco espaços estudados.

Busquei nesse capítulo apresentar o tema do associativismo comunitário sob a perspectiva da participação de estratos médios da região central de São Paulo, fenômeno raramente referido na literatura a grupos que não sejam de classes populares. Em "O associativismo na cidade de São Paulo", Avrtizer aponta que o perfil da participação na cidade de São Paulo é predominantemente popular e religioso, entendendo por associativismo popular a "agregação do grupo de associações relevantes na tematização e solução de questões comunitárias abrangendo as associações comunitárias e aquelas ligadas às questões de moradia, saúde e educação" (Avritzer, 2004: 22).

As demandas de moradia e infraestrutura referidas pelo autor dizem respeito a regiões periféricas da cidade e aquelas carentes de recursos, contudo, o que minha pesquisa mostra é que tal articulação entre moradores e comerciantes de uma dada localidade em torno de demandas por infraestrutura também ocorrem em uma região rica em equipamentos urbanos e rica economicamente, como é o centro de São Paulo.

Os(as) agentes pesquisados(as) apresentam demandas relativas a estrutura física da cidade de uma maneira específica – bueiros entupidos, calçamento, acessibilidade, iluminação, coleta de lixo, limpeza urbana e outros – bem como pretendem ser ouvidos quanto a destinação das moradias existentes; não identifiquei entre eles demandas por moradia para estratos médios, mas opiniões controversas quanto à destinação das moradias sociais.

[108] Volto a esse ponto com detalhes no capítulo 3.

Esse tema, uma vez mais, remete aos usos esperados da região. Agentes como Carlinhos, Marina e Carine, veem com bons olhos a destinação de edifícios reformados para moradia popular, desde que garantida a *diversidade* do perfil dos moradores da região; outras interlocutoras, como Cida, Ana Clara, Rita e Patrícia, cada uma à sua maneira, são contra a transformação de edifícios abandonados em moradia popular por acreditarem que isso levaria a uma *favelização* da região e dos edifícios, dado que os novos moradores, segundo elas, não teriam dinheiro para pagar a unidade comprada, nem a taxa condominial e rapidamente a situação sairia de controle.

Patrícia defende[109] que os prédios abandonados do Centro sejam transformados em moradia para policiais militares, que, segundo ela, moram na periferia da cidade, pegam horas de condução para chegar aos postos de policiamento no Centro, e se expõem a perigos morando nessas regiões (destaco que tratava-se da época de ataques a policiais em horário de folga, sobretudo na periferia). Rita, por sua vez, é contra a reforma de antigos apartamentos amplos da região que teriam sido divididos em unidades menores para moradia popular. Ela acha que esses apartamentos são valiosos e deveriam servir a outros fins. Outro integrante das ALs e participante das reuniões do CONSEG-Centro diz que o Centro *já tem pobres demais e precisa de gente de alto nível* e, endossando a ideia de Patrícia, acredita que essas moradias possam ser destinadas a professores e funcionários públicos.

Ao descrever detalhes quanto a participação desses(as) integrantes em conselhos públicos (como a UBS-República, no caso de Carine, e a candidatura de Carlinhos ao Conselho Consultivo do Programa de Metas), sua relação com vereadores e a vontade de garantir uma ampla aliança política na Câmara Municipal, as ajudas internas realizadas entre colega da rede, sua relação com policiais e com integrante de outros movimentos sociais, busquei fornecer informações capazes de qualificar a rede apresentada e adensar a compreensão acerca dos lugares de fala desses(as) agentes e de suas controversas visões sobre a cidade e seus usos, configurando assim uma imagem multifacetada e não-linear sobre a pletora de interesses, desejos e opiniões encontradas em campo.

Outro ponto que busquei enfatizar nesse capítulo é a heterogeneidade de opiniões entre agentes da pesquisa e qual a natureza de temas controversos caros a esses(as) participantes das ALs e CONSEG-Centro. A exemplo do tema da presença de moradores de rua e usuários de drogas na região central, as controvérsias sobre esse assunto são de diferentes ordens: há aquelas relativas aos incômodos que a presença dessas pessoas causa a moradores(as) e comerciantes da região central – alguns(algumas) lidam com ele sem muito cuidado, referindo-se a essas pessoas em situação de vulnerabilidade em uma linguagem agressiva e pejorativa e acionando a rede a qual pertencem para

[109]E busca, sem muito sucesso, apoio dos(as) demais integrantes das ALs.

retirá-los de seus espaços de circulação; outros(as) entendem a situação de exclusão de uns e doença de outros e esperam que o Estado faça algo, e cuide dessas pessoas fornecendo-lhes a ajuda especializada mais adequada. Dentro desse segundo grupo há, contudo, outras controvérsias sobre quais ajudas são mais adequadas: as sugestões englobam internação compulsória ou involuntária, trabalhos forçados e redução de danos.

Por fim, e não menos importante, busquei enfatizar a estreita relação observada entre os agenciamentos da rede e a espacialidade das ações engendradas por essas(es) agentes. A prática da zeladoria urbana e do acionamento do poder público para a resolução dos problemas levantados por essa espécie de "esquadrinhamento do espaço público" é exemplar dessa relação entre rede e espaço. Sugeri ainda uma interpretação sobre os deslocamentos de efetivos policiais pelo Centro que justamente acompanha os "fios mais importantes" ou os mais bem articulados dessa rede, ou seja, um bom posicionamento na rede é capaz de garantir um encaminhamento mais eficiente das demandas de um grupo, e a destinação de uma base móvel da GCM para uma rua em detrimento de outras tem efeitos práticos e simbólicos reais sobre as dinâmicas espaciais das regiões "cobertas" e "descobertas" pela ação da polícia.

Capítulo 3

A Caminhada Noturna:

zeladoria urbana, preservação de patrimônio e memória

1. Apresentando a atividade

Partindo das escadarias do Teatro Municipal todas as quintas-feiras às 20h, a Caminhada Noturna percorre as ruas da região central da cidade em passeios temáticos gratuitos com, aproximadamente, duas horas de duração. Por vezes os passeios contam com a presença de convidados especiais, como historiadores, vereadores, professores e pessoas que de alguma maneira estejam relacionadas à história do lugar e do tema apresentado na semana. A cada encontro, guias de turismo, moradores(as) de diversos bairros, turistas (estrangeiros e de outros estados), estudantes e integrantes de ALs vestem o colete amarelo símbolo da atividade, confere-se o funcionamento do microfone e da caixa de som, e uma quantia de panfletos de divulgação do evento é reservada. Um dos participantes segue o trajeto empunhando a bandeira com o logo da Caminhada, permitindo assim que aquelas(es) que caminham no final do grupo ou possíveis retardatários(as) visualizem o a direção do passeio.

A Caminhada Noturna foi criada em setembro de 2005 por Carlinhos e duas integrantes das ALs, Carmen Gimenez (moradora da região) e Nadir Khouri (antiga proprietária de um restaurante no Lgo. do Arouche), e, em suas edições iniciais, partia das escadarias da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. O *Jornal Centro em Foco,* cujo editor é um grande amigo de Carlinhos, destaca na edição de março-abril de 2006 que:

> "O principal objetivo dessa iniciativa da Ação Local é demonstrar às autoridades municipais que moradores, trabalhadores e comerciantes da região central querem a recuperação completa do Centro, não apenas porque vivem e/ou tiram o seu sustento de alguma atividade desenvolvida na área, mas principalmente porque a amam, respeitam, e desejam vê-la totalmente ocupada por cidadãos que cumpram com os seus deveres e saibam exigir os seus direitos". (JORNAL CENTRO EM FOCO, 2006, p.03).

Alguns anos depois, na edição de outubro-novembro de 2009, Carlinhos afirma em entrevista ao mesmo jornal que a atividade havia sido criada para "demonstrar à população da cidade que é, sim, possível caminhar pelo Centro à noite, e que a região tem uma população vigilante, que a ama e a respeita" (JORNAL CENTRO EM FOCO, 2009, p.04.). Outro objetivo destacado correntemente por Carlinhos é o de *fazer o paulistano conhecer a própria cidade* e, para isso, financia a presença de um guia de turismo que ao longo do trajeto destaca episódios históricos associados aos lugares visitados, bem como detalhes arquitetônicos dos monumentos observados. Demais colaboradores(as) *habitués* da Caminhada, sejam historiadores(as), arquitetos(as) e guias de turismo, também interagem ao longo da atividade adicionando informações que consideram relevantes.

Cidadania, amor à cidade e *ao Centro,* conhecimento de *sua história,* e *ocupação do espaço público* em horários associados ao perigo compõem, portanto, o conjunto de elementos mobilizados nas falas dos organizadores e frequentadores(as) da Caminhada Noturna tanto nos documentos que reportam ao início da atividade, como nas falas que presenciei durante o período etnografado.[110] A recorrência desses elementos, como veremos, se relaciona com o modo como veem a região e aspiram projetos e ações para a mesma. Acompanhei vinte e uma edições da Caminhada, todas elas com temas diferentes que ora se relacionavam a assuntos abrangentes, como saúde, impostos, energia e meio ambiente, ora à temática da cidade e seu patrimônio.

Os temas das Caminhadas etnografadas nesse período foram:

a) Fevereiro de 2012: *Saúde* – visita ao Instituto Clemente Ferreira[111] e à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo,[112] com a presença do médico e vereador Gilberto Natalini (PV) e do secretário de Segurança Urbana à época, Edsom Ortega; *Energia* – visita ao Museu da Energia que fora a antiga casa de Santos Dumont, na *Luz*;

b) Março de 2012: mês dedicado ao tema da água que contou com a visitação de fontes d'água ativadas e desativadas – como a fonte da Ladeira da Memória e espelhos d'água da Pça. da Sé – e de locais com rios canalizados que passam pela cidade, como os rios Tamanduateí e Bixiga.

c) Abril de 2012: *A história da Marquesa de Santos* – visita ao Solar da Marquesa,[113] próximo ao

[110] Acompanhei diferentes edições da Caminhada Noturna entre fevereiro de 2012 e janeiro de 2013
[111] Um centro de referência ambulatorial especializado em diagnóstico e tratamento de tuberculose e outras doenças pulmonares.
[112] Um renomado Hospital de Ensino (filantrópico e privado) instalado no bairro de Santa Cecília desde 1884.
[113] Edifício que abriga diversas atividades museológicas e a sede do Museu da Cidade de São Paulo.

Pátio do Colégio;[114]

d) Maio de 2012: mês dedicado aos movimentos sociais e associações do Centro: Associação Comercial de São Paulo (visita à sua sede), Maçonaria e Associação Viva o Centro (com a presença do superintendente Marco Antonio Ramos de Almeida);[115]

e) Junho 2012: *O legado da família Matarazzo na cidade*, com a presença do ex-subprefeito da Sé (2005-2007) e vereador pelo PSDB, Andrea Matarazzo; *Grafite no Centro*, com a presença do grafiteiro Mauro (projeto "Ver a Cidade") do Grajaú, bairro periférico da Zona Sul; *Marcos e personagens dos clubes de futebol paulistanos no centro de São Paulo*, com Sérgio, guia e frequentador assíduo da atividade.

f) Julho 2012: apresentação do livro do poeta e cordelista Costa Sena, seguido de um sarau na Pça. da República; *Praça da Sé*, com visitação da Pça. das Artes, Espelho D'Água, Catedral e Tribunal de Justiça;

g) Agosto 2012: *Catadores de material reciclável* e visita a Cooperglicério,[116] com a presença do catador Bispo, líder da cooperativa; *Adoniran Barbosa, 102 anos do seu nascimento* – visita a lugares que ele frequentava e aqueles citados em suas músicas; *Hiroito, rei da Boca do Lixo* – visita à região da Luz; *Fontes do Centro* – visita à restauração da fonte da Pça. Júlio de Mesquita;[117]

h) Novembro de 2012: *Minhocão, Elevado Costa e Silva*, com a presença do urbanista e vereador Nabil Bonduki, PT.

i) Janeiro de 2013: *Caminhada de aniversário da cidade de São Paulo: Caça aos Fantasmas*.

Apresento a seguir um Mapa III que elaborei com os espaços percorridos por oito edições da Caminhada Noturna.[118]

---

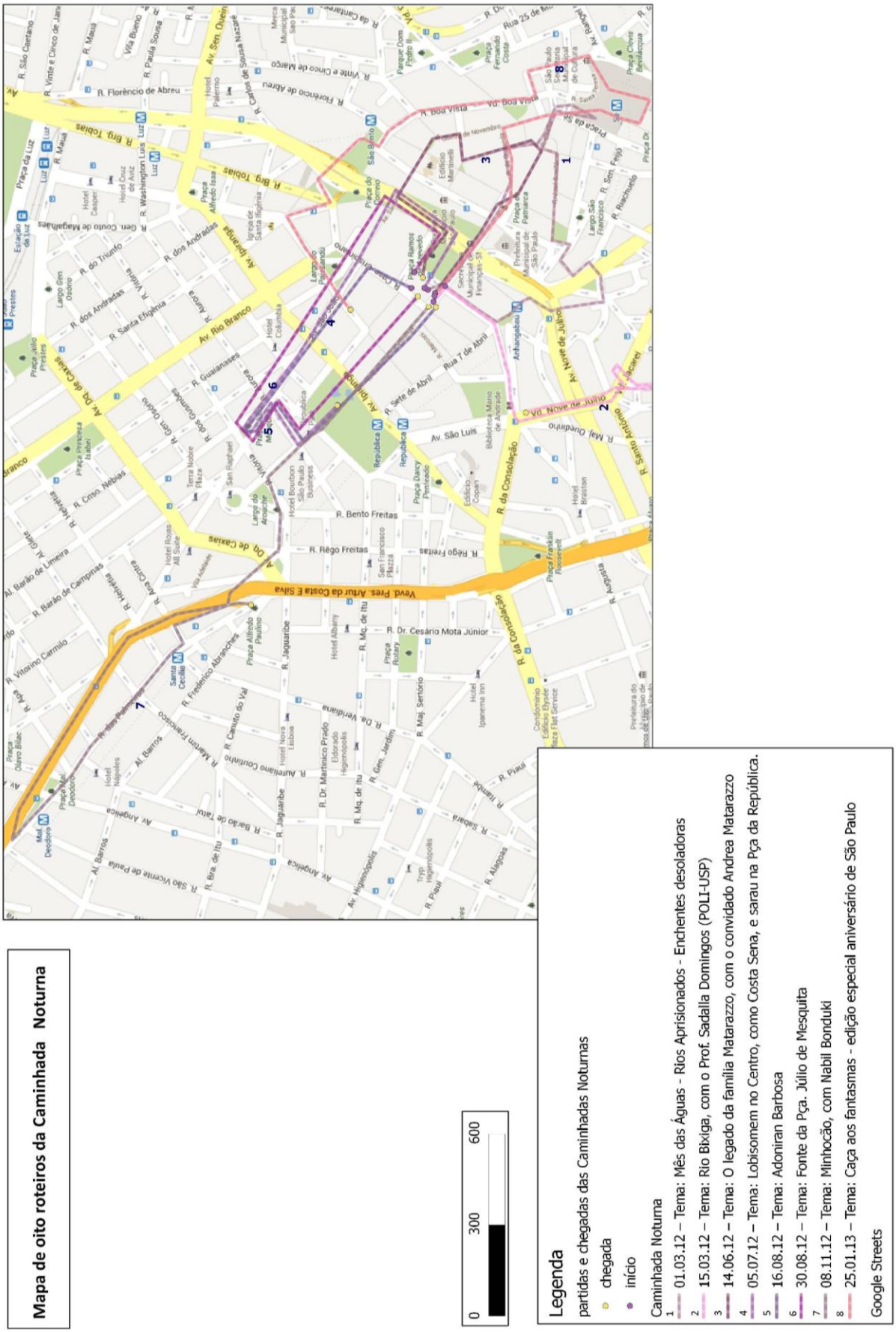
[114] É o sítio histórico da fundação da cidade de São Paulo que hoje abriga o Museu Anchieta, uma biblioteca e uma igreja.

[115] Outros dois passeios também integraram o calendário daquele mês, um sobre o Partido Comunista, e outro sobre Movimentos de Moradia.

[116] A Cooperglicério é uma cooperativa de catadores de material reciclável fundada em 2006, com sede na Baixada do Glicério. Para mais informações, ver site da cooperativa: <http://www.cooperglicerio.org.br/sobre/>. Acesso em 16/09/2013.

[117] A Fonte Monumental já havia sido visitada nos roteiros dos meses anteriores.

[118] Os detalhes desses percursos, rua a rua, podem ser consultados no Anexo II.



Mapa 3. Caminhada Noturna. Concepção e realização: Bianca B. Chizzolini.

Embora as edições da Caminhada Noturna apresentem grande variedade quanto aos assuntos abordados, e mesmo quanto a seus convidados e os lugares sociais dos quais falam (políticos, médicos, catadores, engenheiros, professores, guias, urbanistas, grafiteiros), os temas da semana, em sua maioria, podem ser organizados em três subáreas:

i. temas que incluem a visitação de instituições, praças, largos e que remetem à discussão do patrimônio histórico da região (como o Tribunal de Justiça, Santa Casa de Misericórdia, Solar da Marquesa, Museu da Energia, Praças da Sé e da República, Largos São Bento e do Arouche, e diversas fontes d'água);

ii. temas que remetem diretamente a questões consideradas relevantes para Carlinhos e demais integrantes das ALs, tais como lixo e resíduos sólidos (expressos no passeio que visitou a Cooperglicério) e restauração das fontes de água da região central (menção registrada em sete edições da Caminhada e em ao menos cinco roteiros que passaram pela Pça. Júlio de Mesquita);

iii. temas que mobilizam a rede de agentes (sejam eles políticos ou intelectuais) acionada por Carlinhos para a discussão de um tema eleito importante em determinada conjuntura (com a presença de Gilberto Natalini, Andrea Matarazzo, Nabil Bonduki, entre outros).

Embora os(as) demais integrantes das ALs não participem da escolha dos temas e nem sejam frequentadores(as) assíduos(as) das Caminhadas, há uma conexão entre os assuntos discutidos nas reuniões das ALs e do CONSEG-Centro e o recorte temático que guia e orienta o percurso de uma Caminhada Noturna, tal como pode ser observado na ocorrência constante dos tópicos citados no capítulo 2 e ao longo da dissertação nas demais frentes de pesquisa.

O número de participantes a cada edição é bem variado: pode ser de quinze ou vinte pessoas (como nos dias de chuva) e chegar a duzentos (quando grupos escolares, geralmente de cursos noturnos, acompanham o passeio). Embora Carlinhos possua assessoria de imprensa para publicar notas sobre a Caminhada Noturna e ajudar na sua divulgação, ele prefere que a atividade não seja amplamente noticiada, evitando, desse modo, que o número de frequentadores cresça substancialmente, o que o obrigaria a mudar o formato atual para oferecer infraestrutura adequada, aumentando consequentemente os custos da atividade hoje financiada pelo seu restaurante.[119] Após

[119] Com exceção das edições que chegam a contar com duzentos participantes, comparecem à Caminhada Noturna geralmente quarenta pessoas. Uma única vez ao ano, no aniversário da cidade, Carlinhos organiza uma Caminhada especial de Caça aos Fantasmas. A edição de 2013 se iniciou à meia-noite, teve a participação de atores fantasiados de monstros contratados por Carlinhos, equipamento de som mais potente que a caixa de som usada habitualmente, e finalizou com a exibição de um filme de terror no Cine Dom José Gaspar, de propriedade de um antigo dono de inúmeros cinemas no Centro, um amigo de Carlinhos. A atividade terminou por volta das 4h30 da madrugada e

a definição dos temas do mês, as informações são publicadas no site da Caminhada Noturna e enviadas para a lista de e-mail de pessoas que se cadastram durante o passeio ou no seu restaurante.

Antes de prosseguir com a análise dos temas suscitados por essa atividade e seus(suas) agentes, apresento o relato detalhado de uma Caminhada Noturna de modo a permitir ao(a) leitor(a) seguir os passos desses(as) caminhantes pela região central e a ocorrência de diversos temas relativos aos usos dos espaços e as tensões daí resultantes, rede de agentes envolvidos na discussão acerca da *recuperação* da região e mesmo modelos de urbanidade pretendidos pelo grupo em suas ações e discursos:

> Primeiro dia de março de 2012, um mês inteiramente dedicado às águas na Caminhada Noturna: *Mês das Águas – Rios Aprisionados – Enchentes desoladoras*. A proposta, anuncia Carlinhos, é visitar algumas fontes do Centro e os rios que não vemos, *os rios tampados*.
>
> Enquanto esperávamos o início da atividade nas escadarias do Teatro Municipal (local da concentração do passeio), um músico se apresentava em frente à loja das Casas Bahia. Embora Carlinhos considerasse indesejado um uso do espaço público como aquele, achava que a música estava *agradável*. Não é sempre que as apresentações de músicos nas zonas destinadas só a pedestres da região agradam a ele e aos demais integrantes das ALs. Aparelho de som da Caminhada checado e funcionando – seria o sinal de um "barulho" tolerável? –, coletes amarelos distribuídos e vestidos, panfletos em mãos: estávamos prontos(as) para partir.
>
> Antes da saída do grupo, Carlinhos convidou os presentes ao vernissage da exposição de Neusa Ferreira, "São Paulo: Ícones e Contrastes" (uma apoiadora e frequentadora da Caminhada) e a duas peças de teatro que ele assistira e recomendava (uma no Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB e a outra no Ed. Itália). Carlinhos costuma chamar esse momento de avisos de *notícias da paróquia*. Antes do início, Laercio, o guia de turismo, apresenta de uma maneira irreverente a atividade e convida todos a almoçarem no Apfel, cujo símbolo estampa as costas dos coletes amarelos.
>
> Participantes avisados das novidades estão prontos para partir. Caminhamos pela R. Cel. Xavier de Toledo, descemos as escadas ao lado da estação de metrô Anhangabaú e paramos na Ladeira da Memória. O lugar tinha um cheiro bem forte de urina e fezes e um pouco de lixo dentro da fonte de água que estava desativada; a equipe de limpeza da prefeitura já se preparava para limpar

---

reuniu cerca de mil pessoas. Para atingir tal amplitude, a assessoria de imprensa da atividade divulgou *releases*, pequenas notas, sobre a Caminhada Noturna de aniversário da cidade nos dois jornais mais importantes da cidade: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. A assessoria de imprensa também cuida da divulgação feita pelo metrô ViaQuatro, da Linha Amarela, que divulga as atividades culturais da cidade nas televisões das plataformas, e, dentre elas, a Caminhada Noturna, como pude observar diversas vezes em que estive no metrô da ViaQuatro. Embora seja um local de grande circulação de pessoas, tal divulgação se restringe a essa linha de metrô (mais recente e menor que as demais), o que, a meu ver, garante que a atividade não tenha, até o momento, ganhado proporções que implicariam em mudanças do seu formato.

o local com um jato de água pressurizada. Laercio falou sobre a inauguração da fonte, dos seus usos antigos, dos detalhes contidos nos azulejos que a adornam, dentre outros. É difícil memorizar todos os detalhes históricos resgatados pelo guia e a água jogada pelos funcionários da prefeitura já começava a molhar até meu pequeno bloco de anotações.

Nesse dia conheci melhor Lúcia, funcionária da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (localizada na Pça. Dom José Gaspar), participante assídua da Caminhada, e que meses depois passou a frequentar as reuniões das ALs às quintas-feiras pela manhã a convite de Carlinhos. Seguimos caminhando e a segunda parada, logo abaixo da Ladeira da Memória, foi na ponte do Terminal Bandeira, sobre a Av. 9 de julho, que por sua vez "cobre" o rio Anhangabaú. Em cima da ponte, o que significava estar sobre o rio (as camadas do passado e do presente da cidade vão se sobrepondo), Carlinhos falou longamente das enchentes na cidade causadas, entre outras coisas, segundo ele, pela grande quantidade de asfalto que impermeabiliza o solo. Contou que estava estudando o tema das cidades sustentáveis e projetos que possam melhorar a cidade, tornando-a mais agradável para todos e com mais qualidade de vida. Comentou ainda que, por meio da AL Barão de Itapetininga, ele e seus colegas pediram o plantio de dez mudas de árvores, e após um ano e meio foram abertos os buracos para plantá-las na R. Barão de Itapetininga e R. Dom José de Barros. Carlinhos falou também sobre um estudo que propõe a substituição do asfalto (caro e impermeabilizante) por lajotas (material mais barato) que permitem a absorção de água pelo solo, diminuindo a incidência de enchentes. Seguimos caminhamos. Carlinhos com frequência destaca temas associados à preservação do meio ambiente.

A terceira parada foi no Lgo. São Francisco, mais especificamente na R. José Bonifácio, onde antes havia uma fonte de água. Paradas(os) onde estávamos contei ao menos trinta pessoas em situação de rua, algumas dentro de barracas de acampamento (provavelmente doadas por integrantes do OcupaSampa, que por meses acampou no Vale do Anhangabaú), outras deitadas sobre papelões. Laercio falou sobre a extinta fonte, da Faculdade de Direito São Francisco ali próxima e Carlinhos falou sobre como o programa Bolsa Família mudou a miséria no país; afirmou que deseja convidar o senador Eduardo Suplicy para falar sobre o programa Renda Cidadã.

Seguimos caminhando pela rua de pedestres em direção à Pça. da Sé. As ruas estavam com pouco movimento e as lojas já estavam fechadas. Viam-se poucos transeuntes e alguns poucos moradores em situação de rua já se preparando para dormir. Uma das mulheres (branca) que acompanhava a Caminhada, e que já estava tirando fotos fazia certo tempo, fotografou um grupo de cerca de três moradores em situação de rua. Um deles disse irritado que não queria ser fotografado e que poderia até agredi-la se não parasse. A desigualdade da cena e tensão daí resultante eram flagrantes.

Logo à frente, outra cena curiosa: na R. José Bonifácio havia vários moradores em situação de rua (mais homens que mulheres) sentados nas fachadas das lojas, o restante da rua estava vazio, contudo, mais à frente, no encontro com a R. Quintino Bocaiúva havia um bar e muitas pessoas

sentadas em torno das mesas dispostas em frente a ele. Elas bebiam, se divertiam ao som da música que era tocada ali: a cena de um *happy hour* pós-expediente. O contraste com a cena anterior me chocou: pessoas em movimento, barulho, som e iluminação no meio de ruas vazias, com o comércio fechado, pouca iluminação e pessoas se preparando para dormir ao relento. Homens parados a certa distância dos clientes, supostamente seguranças à paisana, observavam a movimentação.

A quarta parada foi no Lgo. da Misericórdia (bem ao lado do *happy hour*). Carlos falou sobre o desperdício de água em São Paulo e como a concentração do serviço de distribuição e tratamento nas mãos da Sabesp é uma forma abusiva de poder. Em seguida fizeram propaganda do livro do Laercio, "Quando começou em São Paulo? 458 respostas pelo guia de turismo Laercio Cardoso de Carvalho". Um moço mulato e forte que passava, parou e escutou por alguns minutos o que os guias falavam, olhou o grupo durante uns minutos e depois foi embora. Ao longo da Caminhada outras pessoas que passavam observaram o grupo e escutaram o que se falava por alguns minutos, mas não percebi ninguém que tenha se juntado à atividade durante o trajeto.

A quinta parada foi na R. Anchieta, bem próxima ao Pátio do Colégio. Enquanto estávamos parados(as) e o guia usava o microfone, um homem, morador em situação de rua, se aproximou e, muito irritado, interveio gritando: "viva o povo de rua!" e outros pediram para que não fossem fotografados. Outro homem reclamou que o som alto tirava o sono do pessoal de rua e que não poderíamos ficar ali falando enquanto eles queriam dormir. Ao mesmo tempo em que essa cena se desenrolava, Laercio continuou falando sobre o lugar, sem dar muita atenção à situação. Mas os moradores de rua estavam bem incomodados com a nossa presença e a tensão foi aumentando ao ponto de não ser mais possível ignorar o que acontecia; encerrou-se a fala e continuamos no sentido da Pça da Sé.

Dois homens presentes na Caminhada passaram a falar entre si sobre Serra, Kassab, PSDB, seus desgostos e oposições em relação a eles e desapontamento com o PT, especialmente, disseram eles, depois da quase aliança entre o PT e DEM. Eles compreenderam e não condenaram a reação dos moradores de rua. Um desses homens é Carlos M., editor do Jornal Centro em Foco. Ele me contou que foi líder estudantil e nos anos 1980 filiado ao PT, embora hoje ele se considere apenas simpatizante.

Já na Pça. da Sé Carlinhos falou que era uma pena as pessoas não poderem desfrutar do espaço público por questões de segurança, referindo-se indiretamente ao episódio ocorrido minutos atrás na R. Anchieta e nos espelhos d'água na Pça. da Sé, que ele queria mostrar, mas não achava seguro. Afirmou que o Centro mudou muito nos últimos 20 anos, mas que ainda tinha o sério problema do consumo de bebidas e uso de drogas para resolver, e que por ser um tema difícil, não se resolveria rapidamente.

Ficamos cerca de dez minutos na Pça. da Sé, ao lado do marco zero, e, enquanto Laercio explicava o marco, fiquei conversando com o Carlos M. e observando a aproximação e curiosidade dos moradores(as) em situação de rua. Uma delas, Roberta, se aproximou de mim e pediu para usar o

microfone e contar sua história: ela me disse que mora na rua, é mãe de três filhos, soropositiva e estava doente precisando de ajuda. Fiquei conversando com ela, pois sabia que era muito remota a chance dela falar ao microfone para o grupo. Cerca de cinco moradores de rua se aproximaram para ouvir o que Laercio falava.

Segundo Carlinhos, o objetivo da Caminhada desse mês é chamar a atenção do prefeito Gilberto Kassab para o abandono das fontes de água da cidade. Ele falou que a iluminação do Centro e a presença da base móvel da PM foram conquistas da AVC, mas que a sensação de segurança ainda não é total. O passeio previa ainda passar pelo Pátio do Colégio, mas devido ao mal estar de antes, esse último item foi cancelado. Seguimos em direção ao CCBB e Carlinhos e outras pessoas deram os últimos "informes paroquiais" com uma série de dicas culturais na cidade.

Carlinhos falou da recuperação do Centro e do papel que Henrique Meirelles desempenhou nesse plano, que contou com a recuperação do CCBB, a volta de diversos serviços públicos para os prédios do Centro (que geram economia para os cofres públicos já que são mais baratos que os da zona sul, ele destaca) e a chegada de faculdades e universidades. O Centro está recuperado, afirma ele, mas falta o enfrentamento de questões importantes como o uso de álcool e drogas e a coleta seletiva que realoca a mão de obra dos catadores de lixo, ele finaliza. A Caminhada então seguiu para o ponto de partida, o Teatro Municipal, e, como de costume, terminou com alguns participantes em uma pizzaria no Copan.

[01/03/2012 – Caderno de campo nº01]

A citação desse longo e denso relato etnográfico de uma edição da Caminhada Noturna possibilita uma visualização de temas recorrentes nas outras edições etnografadas, bem como nas demais frentes de pesquisa, como observado no capítulo anterior.

O início do relato, no qual um músico se apresenta em frente a uma loja, diz respeito a dois temas bastante debatidos pela rede de agentes: a questão de usos dos espaços considerados adequados ou não, e a do *barulho*, ou *poluição sonora*, como é mais correntemente referida por Carlinhos. Contudo, como argumentarei mais adiante, e como pode ser observado no relato e em outras edições que etnografei, os caminhantes também produzem ruídos e barulhos que incomodam terceiros, mas isso não é necessariamente encarado como um uso indevido do espaço público pelos(as) agentes. Tal situação paradoxal levanta questões controversas: que usos do espaço estão em disputa na região? Quais são considerados (i)legítimos e (in)desejados?

Modelos de urbanidade pretendidos por esses(as) agentes também podem ser previamente acessados por esse relato: desejo de mais áreas verdes, plantio de árvores, permeabilização do solo, rios *destampados*, e, como será discutido, resgate da ocupação e uso das praças públicas como

espaços de lazer e sociabilidade urbana.

As tensões que porventura surgem ao longo do passeio também revelam conflitos de ordens variadas: falam sobre as condições de moradores em situação de rua, desigualdade social, medos, incômodos e insegurança. São todos aspectos associados a espaços específicos da região central e que o entrecruzamento das frentes de pesquisa me permitiu mapear. Destaco ainda outro tema de grande importância para o contexto da pesquisa, aquele da apresentação de um marco histórico na trajetória de modificações pelas quais a região foi exposta, passando gradativamente (no plano do discurso) de uma região degradada a uma região recuperada; história essa na qual o papel da Associação Viva o Centro é constantemente destacada como de suma importância. Passo agora à análise aprofundada desse conjunto de temas suscitados pelas caminhadas pela região central.

2. Memória, monumentos e espaço

Na Caminhada Noturna a dimensão histórica e de memória afetiva associada ao espaço é bastante recorrente. Seja na fala do guia que destaca eventos importantes ou curiosidades associadas ao espaço visitado, seja na fala dos convidados que relembram suas experiências associadas a certos espaços da região central, essas dimensões são o fio condutor dos passeios e dos roteiros percorridos a cada semana.

Em uma das edições da Caminhada de março de 2012, quando o tema foram as fontes e a água da cidade, o vereador Gilberto Natalini, o convidado da noite, lembrava que durante sua infância costumava brincar na Pça. da República, um uso do espaço que teria se perdido, segundo ele. Mais adiante na mesma noite, na Santa Casa de Misericórdia, um dos presentes, um homem idoso, contou que sua mãe usava a fonte de água existente naquele terreno para lavar as roupas da família, quando a cidade ainda contava com um sistema escasso de canalização de água.

Muitos lugares percorridos durante os passeios são acionados como espaços de memória afetiva da cidade ao remeterem à infância, a chegada à cidade, a antigos postos de trabalho, cinemas extintos ou lojas que convidados ou participantes da atividade frequentavam. Meses mais tarde, na edição que teve o legado da família Matarazzo como tema, Andrea Matarazzo contou detalhes sobre a presença de sua família em São Paulo e na constituição de espaços importantes até hoje na cidade, como a doação de terrenos e propriedades que deram origem ao Parque Trianon (na Av. Paulista), ao estádio Palestra Itália (no bairro da Pompéia) e ao terreno no Morumbi onde mais tarde fora construída a atual sede do governo do estado de São Paulo. Uma narrativa de poder e espaço, portanto.

Há ainda as narrativas que remontam ao passado luxuoso da região (em termos de comércio e moradia), geralmente representado na R. Barão de Itapetininga, Av. Vieira de Carvalho e Lgo. do Arouche, ou de efervescência cultural, com a série de cinemas de rua e livrarias que foram progressivamente fechados nesses três pontos referenciais.

A apresentação da cidade e a escolha dos sítios visitados para falar sobre ela, portanto, variam conforme o tema e os convidados da semana: a cidade pelo viés do maçom, convidado a falar dos seus antigos companheiros que participaram da história da cidade, se diferenciara daquela do médico e vereador, que apresentara a trajetória de importantes instituições de saúde do Centro, daquela do historiador, que resgatara a biografia da Marquesa de Santos, ou ainda aquela do engenheiro, que ao falar sobre as bacias de rios da cidade, mostrou ao grupo rios canalizados sob ruas que muitos(as) desconheciam, convidando a uma reflexão sobre modelos de urbanismo. Cada convidado agencia memórias específicas da cidade e aponta ruas, praças e avenidas que juntas compõem o roteiro de uma narrativa única sobre o espaço. O caminhar pela cidade, lembra Arantes (2000), permite a criação de espaços de enunciação:

> "O deslocamento excita a imaginação, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. Um marco remete a outro, logo em seguida, na cidade onde se viveu por longo tempo. A lembrança constitui o trajeto, obscurece as distâncias, estabelece relações. O caminhar permite a recolha de fragmentos de histórias pessoais e do lugar." (p. 120-121).

Uma música composta em 2006 por Carlos M. chamada "Caminhando pelo Centro" ilustra bem os deslocamentos pelos diferentes espaços e marcos históricos do Centro realizados pela atividade. A seguir um trecho:

> "Do Centro Novo caminhamos ao histórico, a Catedral é o lugar de se orar. Na João Mendes praticamos a Justiça, lá no Theatro nós voltamos pra cantar (...) REFRÃO Quem tem amor pelo Centro chega junto, Quem tem amor na região vem para cá. Agora vamos passear, andarmos juntos, chegou a hora, vamos, vamos caminhar! Deixando os Satyros, o encontro é com a Augusta. na Avanhandava, o 34 uma alegria. Tem Jeremias, o Gigetto e o Famiglia, lado de lá Walter Mancini e a Galeria. Pouco adiante tem o pernil do Estadão, para o deleite do noturno cidadão. Ponto de encontro de famílias e amigos, quem não conhece, é muito bom ... vai lá comigo. (…) Outro roteiro passa pela Prefeitura, antes, porém, o Shopping Light está no Chá. Na Patriarca, tem parada para a fé, CCBB, Bovespa em Largo do Café. A Viva o Centro está no Anhangabaú, e na São Bento o Martinelli firme está. Os Homens Pretos estão lá no Paissandu, na Nova Luz, o Museu da Língua é o grande JÁ. (refrão) A molecada vemos lá na Galeria, do rock and roll, rock pauleira e os Racionais. Juntar os três parece até uma heresia, mas no Centrão há muito tempo não é mais. Por todo o Centro estão as Ações

Locais e seu trabalho o paulistano valoriza. A da Barão criou a nossa Caminhada, com o Apfel ela ficou mais colorida".[120]

Nesta música é elencada uma série de marcos importantes para a pesquisa, como o Teatro Municipal, ponto de partida das Caminhadas; o restaurante Apfel, de Carlinhos, que financia a atividade; restaurantes italianos renomados; o conhecido lanche de pernil do bar Estadão servido desde 1968; e o grupo de teatro Satyros localizado na Praça Roosevelt, local que passou por uma recente intervenção urbana, resultando na modificação dos seus usos, passando a figurar no debate sobre a revitalização do Centro.[121] Destaco ainda a menção ao Centro Novo (distritos Sé e República) em oposição ao Histórico (formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro); Prefeitura de São Paulo; Shopping Light; Viaduto do Chá; Pça. do Patriarca; Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB); Bovespa; Ed. Martinelli; Lgo. do Paissandu e Galeria do Rock: todos eles espaços ou edifícios que repetidas vezes estiveram no roteiro das Caminhadas Noturnas etnografadas e destacados como elementos importantes da constituição da história e da memória do lugar. Repetição e ênfase que compõem a construção discursiva sobre o Centro que esses(as) agentes engendram a cada passeio.

Em um mapa desenvolvido por integrantes da Caminhada é possível observar um conjunto de prédios e monumentos destacados como pontos turísticos do roteiro percorrido; alguns deles mencionados na música de Carlos M.. Trata-se de uma seleção que, embora priorize o aspecto arquitetônico e histórico do Centro, com ênfase em construções da primeira metade do século XX, não deixa de apresentar articulação com os temas e lugares visitados pela Caminhada e destacados como marcos atrelados à memória.

[120] Para a íntegra da música, ver: <http://www.caminhadanoturna.com.br/musica.htm>. Acessado em 20/05/2012.
[121] Para mais detalhes sobre a atuação do grupo Satyros na região central, ver Machado (2012).

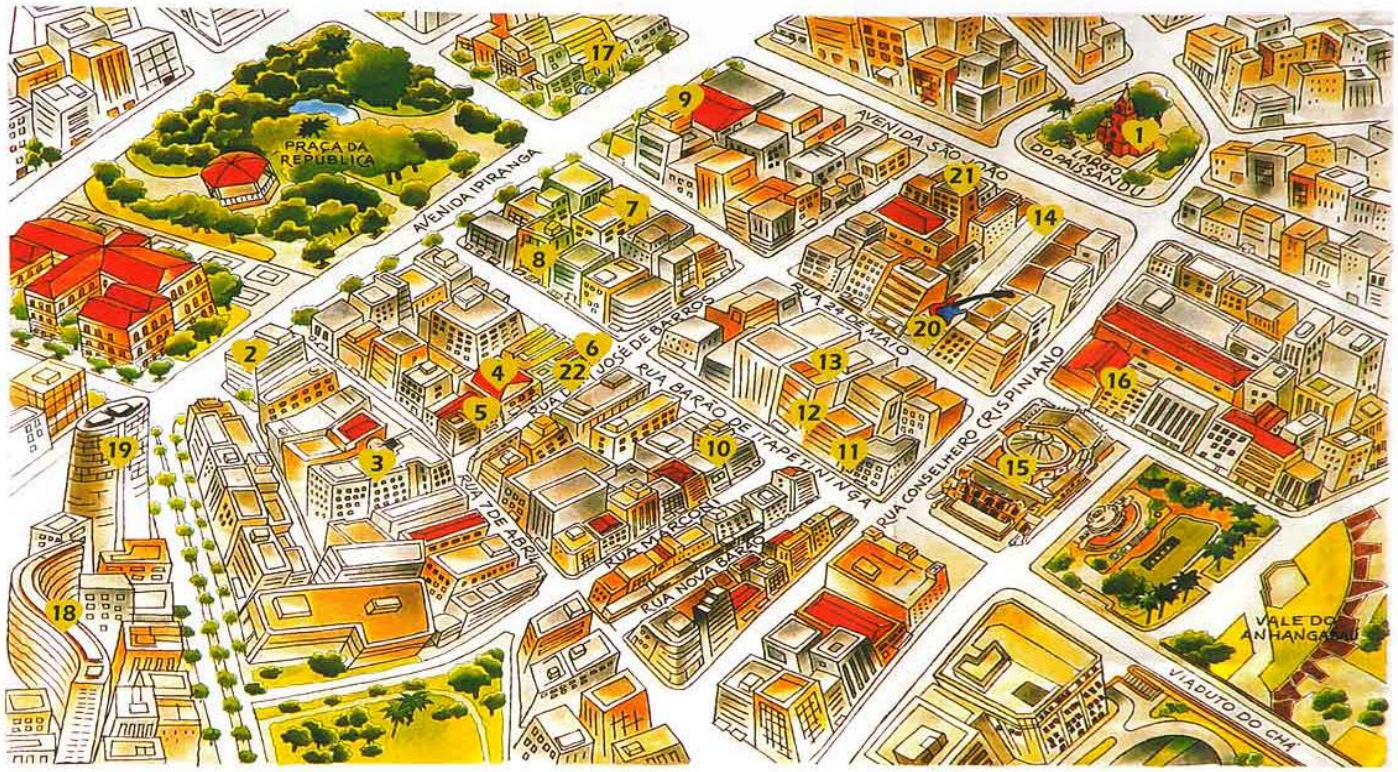


Figura 3. Mapa do Centro - Pontos Turísticos e Roteiro. Fonte: Site da Caminhada Noturna.

No livro "Paisagens paulistanas: transformações do espaço público", Arantes (2000) argumenta que apesar da presença da desterritorialização das práticas sociais em cidades globais, o espaço continua importando às análises (p. 12-13). O autor apresenta uma relação entre memória, território e visões sobre o patrimônio da cidade e destaca alguns eventos marcantes da história da cidade de São Paulo, como o IV Centenário da Cidade e festas populares:

> "são experiências em que várias gerações ancoram as lembranças de sua cidade, e essas lembranças, por sua vez, referem-se a velhos lugares que, de fato, são inseparáveis dos eventos que neles ocorreram. […] Acontecimentos, espaços e lugares, em mútua articulação, participam da trama que resulta dos trabalhos da memória. Cabe indagar até que ponto e de que forma eles perduram na estruturação das práticas futuras" (p. 21).

Na fachada de restaurante de Carlinhos vemos outro indício dessa relação entre espaço e

memória, ou entre a seleção de espaços e eventos na construção de memórias sobre o lugar. Um grande *banner* com um poema "Quando eu morrer quero ficar", de Mário de Andrade, ilustra bem o sentido de memória associada ao lugar e à experiência do poeta na cidade, assim como assinala mais uma vez diversos espaços percorridos nas Caminhadas Noturnas, como o Lgo. do Paissandu, Pátio do Colégio e Prédio dos Correios e Telégrafos, no vale do Anhangabaú:

"Quando eu morrer quero ficar,
Não contem aos meus inimigos,
Sepultado em minha cidade,
Saudade.

Meus pés enterrem na rua Aurora,
No Paissandu deixem meu sexo,
Na Lopes Chaves a cabeça
Esqueçam.

No Pátio do Colégio afundem
O meu coração paulistano:
Um coração vivo e um defunto
Bem juntos.

Escondam no Correio o ouvido
Direito, o esquerdo nos Telégrafos,
Quero saber da vida alheia,
Sereia.

O nariz guardem nos rosais,
A língua no alto do Ipiranga
Para cantar a liberdade.
Saudade...

Os olhos lá no Jaraguá
Assistirão ao que há de vir,
O joelho na Universidade,
Saudade...

As mãos atirem por aí,
Que desvivam como viveram,
As tripas atirem pro Diabo,
Que o espírito será de Deus.
Adeus."

3. Zeladoria

Muitos(as) integrantes das ALs que acompanho têm o hábito de observar cotidianamente como vem sendo usado o espaço público dos lugares que frequentam, seja no caminho para o trabalho ou no entorno de suas casas. Como espécies de zeladores da rua,[122] sabem quais comerciantes descartam lixo irregularmente nas calçadas, identificam lâmpadas queimadas e rapidamente notificam o órgão responsável, conhecem aqueles(as) que colaboram com as demandas das ALs e os(as) que raramente ajudam,[123] e estão atentos(as) à presença dos *CDzeiros*.[124]

Carlinhos busca de modo discreto e pontual incentivar essa postura de observação e zelo do espaço urbano durante suas falas no passeio. Ele elogia a Guarda Civil Metropolitana e incentiva os presentes a ligarem para o 153 (canal de comunicação e informações da GCM)[125] caso queiram fazer denúncias anônimas sobre exploração infantil e depósito ou descarte de entulhos nas ruas. E quando passa próximo às Bases Móveis da Polícia Militar (como na Pça. da República) para, cumprimenta e conversa rapidamente com os policiais, uma prática que considera fundamental para a consolidação do policiamento comunitário na região, tema que já foi pautado em Caminhadas Noturnas e especialmente no CONSEG-Centro e nas ALs, como visto no capítulo anterior.

Em um documento intitulado "Associação Viva o Centro. Propostas e Compromissos" a zeladoria urbana é mencionada como uma das estratégias de *gerenciamento* da região central de São Paulo e definida da seguinte maneira:

> "Devem ser facilitados ao máximo o encaminhamento, acompanhamento e atendimento de reclamações e sugestões da população acerca de equipamentos e serviços públicos em cada logradouro do Centro, para que a região possa garantir condições mínimas de limpeza, funcionalidade e segurança para o morador, o usuário e o visitante. Essa permanente função de 'zeladoria urbana', a cargo do poder público, poderá ser em muito auxiliada pela organização

---

[122] O informe da AVC de março/abril de 2010 traz informações sobre os "zeladores urbanos" da Aliança pelo Centro Histórico, um projeto em parceria com a prefeitura de São Paulo e o governo do estado para mapear os problemas da região correspondente ao triângulo entre Praça da Sé e largos São Bento e São Francisco. Os problemas levantados pela equipe são enviados à sede da Viva o Centro e depois encaminhados aos órgãos públicos responsáveis (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 2010).

[123] Um dos exemplos surgidos no campo foi o da limpeza dos supedâneos, totens móveis utilizados pela Polícia Militar citados no capítulo anterior. Integrantes das ALs vêm se organizando nos últimos anos para assegurar a limpeza e manutenção dessas estruturas, e, para tal, costumam pedir a contribuição voluntária de lojistas da região. Em meados de agosto de 2012, um comerciante bem conhecido na região iniciou sua campanha para vereador e se encontrou com integrantes das ALs para pedir apoio a sua candidatura. Ele rapidamente foi identificado pelo grupo como alguém que não ofereceu ajuda quando precisaram, que *não havia feito muito pelo Centro*, e que se aproximara com fins eleitorais, o que foi mal visto.

[124] Vendedores(as) ambulantes de CDs e DVDs nos calçadões de pedestres e no entorno da Pça. da República.

[125] Sobre os serviços de comunicação da GCM, ver: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/guarda_civil/video_protecao/cetel/index.php?p=10920>. Acessado em 16/06/2012.

> da comunidade do Centro em Ações Locais como as que a VIVA O CENTRO vem estimulando na região" (AVC, 1996, p. 13).

Em outro informativo da AVC (2006) publicado na página da associação, a zeladoria urbana é tema de uma reunião que contou com a presença de parceiros da AVC (como a Bovespa, a Caixa Econômica Federal, Centro Universitário Belas Artes, escritórios de advocacia e representantes do setor de turismo e hotelaria) e tinha como objetivo aprimorar essa *estratégia de gestão* para beneficiar o turismo da região. A *zeladoria* é definida por Marco Antonio Ramos de Almeida, superintendente da AVC, como a observação e relatoria de problemas associados a "sujeira, insegurança, desleixo com o social, falta de iluminação, calçadas e ruas esburacadas e tudo o que possa desmerecer o Centro de São Paulo" (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 2006).

Em uma edição de abril, enquanto o grupo aguardava o início da Caminhada Noturna em frente ao Teatro Municipal, Carlinhos reclamou de duas lâmpadas queimadas e disse que na segunda-feira seguinte entraria em contato com um responsável sobre o assunto, pois *o que a cidade precisa é de um gerenciamento competente*, completou. Em frente ao prédio dos Correios e Telégrafos, no Vale do Anhangabaú, a reclamação foi quanto à falta de iluminação de prédios importantes da região, como a Torre do Banespa e o Tribunal de Justiça (na Pça. da Sé). Durante suas falas na Caminhada Noturna, ele costuma incentivar os presentes a cuidarem e se envolverem nos assuntos e decisões dos condomínios, rua e bairro onde moram, assim como as ALs fazem.

4. Usos do espaço, valores e controvérsias

4.1. Fonte Monumental, usos em disputa

Quando o tema das Caminhadas abordou a questão do não funcionamento de inúmeras fontes de água na região central, dois tópicos surgiram de maneira associada nas falas: usos considerados inapropriados do espaço e preservação de patrimônio. A Pça. Júlio de Mesquita é um caso exemplar do encontro desses temas entre outros, como o da memória, usos do espaço, preservação do patrimônio, desvalorização da região, pobreza e uso de drogas.

Localizada entre a R. Vitória, Al. Barão de Limeira e Av. São João, a praça foi construída em 1911 com o nome Pça. da Vitória, como resultado do alargamento da Av. São João. Em 1927 foi inaugurada a Fonte Monumental e passou a se chamar Pça. Júlio de Mesquita. A Fonte Monumental, informalmente chamada de Fonte das Lagostas, ficou conhecida pelas lagostas em

bronze que a adornavam e o mármore carrara com o qual foi esculpida, elementos que aludem ao requinte da obra de Nicolina Vaz de Assis Pinto do Couto (Campinas, 1874 - Rio de Janeiro, 1941), uma das primeiras escultoras brasileiras a ter suas obras expostas em espaços públicos. Esses componentes decorativos são até hoje lembrados nas falas dos guias da Caminhada Noturna e nas reportagens de jornal[126] como elementos estéticos que remetem ao luxo da região na década de 1920.

Um documento do DPH – Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura – intitulado Coluna Ladeira da Memória, insere a degradação física da fonte no processo de perda de importância da região central, como discutido na introdução:

> "Assim como a Avenida São João, também a fonte da Praça Júlio Mesquita (…) não resistiu ao processo de degradação urbana que atingiu a região a partir dos anos 1960. Aos poucos, os componentes hidráulicos e os elementos decorativos de bronze foram furtados e destruídos."[127]

A música "Roubaram a Lagosta" de Adoniran Barbosa e Tasso Bangel, por sua vez, também remete à fonte, resgatando a atmosfera do dia de sua inauguração e sua posterior depredação:

> "Na praça Júlio Mesquita/ Tem a Estátua da Lagosta/ Quem passa de longe enxerga Quem passa de perto gosta/ E a lagosta de bronze/ Fica esperando bom dia/ Mas tem gente distraída/ Que nem para ela espia. / Por uma razão muito forte/ Ela em bronze foi lembrada/ Inauguração na praça/ Uma fita foi cortada, /Teve discurso, foguetes, / Teve churrasco e bebidas,/ Teve mágicos e palhaços, / Futebol, flerte e corrida. / Mas isso ficou para trás/ Não sei que forma que tinha/ Essas coisas não se faz/ Agulha não vai sem linha/ Deixe a lagosta em paz/ Muito bom ficar sozinha/ Mas é melhor ficar seca ou molhada/ Do que ser derretida ou roubada."

Uma matéria de jornal O Estado de São Paulo que salienta a situação da fonte e de seu uso por parte de moradores em situação de rua e usuários de drogas também anuncia, em julho de 2010, uma obra de restauração que só começaria de fato no segundo semestre de 2012. Fato merecedor de destaque no trecho abaixo é a ênfase que o jornalista destina a sujeira, pobreza, excrementos e demais elementos relacionados a certos tipos de incômodos que também foram encontrados nas outras frentes de pesquisa:

---

[126] Refiro-me a reportagem do jornal O Estado de São Paulo, ver Deodoro, 2012.

[127] Todas as edições da coluna Ladeira da Memória, lançada em 2006, podem ser acessadas pelo portal do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_memoria/index.php?p=8295>. Acessado em 22/04/13.

> "Símbolo da era de ouro da avenida São João nas décadas de 1920 a 1940, a Fonte Monumental, na praça Júlio Mesquita, hoje um ícone da degradação urbana e humana da região central, pode voltar a brilhar na cidade. (…) Os sistemas hidráulico e elétrico, que davam vida à fonte com o chafariz e a iluminação, não funcionam. Nas duas vascas (espécie de tanques para água) que formam a base da obra só há água parada, urina e fezes, resultado da invasão de viciados e moradores de rua. No cume, a estátua do pescador e das três sereias que tentam seduzi-lo estão cobertas por cocô de pombos".[128]

Durante o período em que acompanhei as Caminhadas Noturnas, as reuniões das Ações Locais e reuniões mensais do CONSEG-Centro, a Pça. Júlio de Mesquita foi mencionada inúmeras vezes como um importante tópico de preocupação dos(as) participantes, e tal inquietação geralmente era formulada nas chaves da preservação de um patrimônio histórico relevante para a cidade, descaso do poder público com o local, uso indevido da fonte como moradia e "banheiro" por parte de moradores em situação de rua e *noias*,[129] barulho produzido pelos ocupantes da praça de madrugada, bem como o descarte de lixo na fonte e a sensação de insegurança que a presença de dezenas de usuários de droga consumindo crack em torno da fonte provocava em moradores e transeuntes da região.

Tiago, morador do Centro, membro de uma AL e do CONSEG-Centro, se envolve publicamente nesses espaços de discussão para defender a recuperação da Fonte Monumental. Ele costuma agradecer em diferentes oportunidades o trabalho da GCM, que atende seus pedidos de retirada dos *noias*, da fonte da Pça. Júlio de Mesquita (*tirar os ditos cujos de cima de um monumento)* e por vezes chega a se referir a eles como *urubus*. Tal referência menos cuidadosa aos usuários, contudo, não é comum entre os(as) agentes pesquisados(as), que costumam se referir a eles como usuários, dependentes ou *noias*.

As Caminhadas Noturnas de maio de 2012 (mês das águas e das fontes) mencionadas acima incluíram uma visitação à Fonte Monumental e ao longo do ano presenciei outras três visitas. Em todas essas ocasiões o valor arquitetônico da fonte, o passado glamoroso da região e a vontade de rever aquele espaço para outras utilizações eram destacados. Carlinhos deixava claro que o intuito daquelas visitas à fonte era pressionar o poder público para restaurá-la. Em uma delas, ele falou como as fontes eram antigamente lugares de encontro e que ele gostaria que fosse assim novamente: *A cidade é para as pessoas*, ele diz, para que ela seja usada, sejam elas moradoras ou trabalhadoras do Centro. E argumenta que se as fontes funcionassem as pessoas mudariam seus hábitos de

[128] Trecho da reportagem de Deodoro (2012).

[129] Emprego o termo *noia* como categoria nativa acionada por parte significativa dos agentes pesquisados, visto que outra parte (como agentes policiais e demais representantes do poder público) não emprega esse termo, preferindo termos como usuários de droga, dependentes, químicos e drogadictos. Para mais exemplos da utilização de *noias* como categoria relacional, ver artigos do Dossiê Luz, São Paulo. (FRÚGOLI JR., 2012).

convivência, assistiriam menos horas de televisão à noite e usariam tal espaço para sentar ao seu redor e conversar, assim como devem ser as cidades, segundo ele. Em agosto de 2012, Carlinhos anunciou com satisfação que as obras da Fonte Monumental já haviam começado, uma *conquista* do grupo.

Durante oito meses, ao menos, a fonte permaneceu cercada por tapumes que escondiam a reforma e isso resultou, por algumas semanas, no afastamento dos usuários de crack do entorno da obra. Em dezembro de 2012, contudo, Tiago levou à reunião do CONSEG-Centro (reunião em que se tornou também membro efetivo da entidade) um documento com mais de cinquenta páginas contendo dezenas de fotos que ele mesmo fez da fonte e que mostravam o entorno do tapume ocupado por dezenas de usuários. As fotos estavam organizadas de modo a mostrar como era a fonte na década de 1920, a ocupação por usuários de crack, o esvaziamento momentâneo resultante do início da reforma e a reocupação do entorno dos tapumes. Os dizeres *antes e depois dos noias* foram usados por ele como linha cronológica para organizar seu material. Tiago alertava seus colegas para o *risco* de a fonte ser reocupada pelos *noias* assim que fosse reinaugurada caso não houvesse um plano de policiamento para coibir tal ação; pediu, nesse sentido, a instalação de câmeras de vigilância e a presença de uma viatura da GCM no local.

Em março de 2013, o jornal Folha de São Paulo relatou que o DPH (Departamento do Patrimônio Histórico), dando continuidade à restauração, decidira instalar réplicas em resina plástica das lagostas ao invés de bronze e cercar o monumento com paredes de vidro para evitar possíveis depredações. Segundo Fábio Donado, chefe da Seção Técnica de Monumentos e Obras Artísticas do DPH:

> "[o projeto de reforma] É polêmico e confronta a teoria da restauração, pois cria um 'falso histórico' que engana o observador com uma réplica (…) Mas, no local onde está o monumento, em plena cracolândia, colocar uma lagosta de bronze é pedir para haver vandalismo. (…) Os vidros vão ser colocados para que a fonte não se torne uma piscina, um banheiro público ou um tanque de lavar roupa, como já vimos acontecer".[130]

Em maio de 2013, Carlinhos publicou um texto no site da Caminhada Noturna anunciando um mês inteiro dedicado ao tema das fontes, em comemoração à reinauguração da Fonte Monumental da Pça. Júlio de Mesquita. O texto traz elementos importantes sobre os temas tratados até aqui:

---

[130] Trecho da reportagem "Fonte ganha aquário para não ser mais usada como banheiro". Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1246629-fonte-ganha-aquario-para-nao-ser-mais-usada-como-banheiro.shtml>. Acessado em 21/05/2013.

> "há alguns anos a Caminhada Noturna pelo Centro iniciou uma campanha pela recuperação e restauro das 8 fontes do centro. São monumentos imponentes e ao mesmo tempo acolhedores, capazes de juntar, para sua contemplação, o rico e o pobre, o negro e o branco, o católico e o umbandista, tão próprio de uma cidade que sabe dar oportunidade a todos. O nosso sonho começa a se materializar hoje (dia 2), com a entrega da Fonte da Júlio Mesquita, restaurada no seu esplendor. Faltam só as outras 7 fontes! E não se trata apenas da restauração, mas também de uma visão de futuro voltada para o turismo e lazer, um desafio de gerenciar com qualidade este patrimônio da cidade e vencer com a inteligência da sociedade e do poder público, o medo e o mal uso do espaço público. A Caminhada Noturna provoca, neste momento, e chama para caminhar conosco e refletir sobre a imediata recuperação destes espaços, o Secretário da Cultura, o Secretário da Segurança Urbana, a Presidente do DPH, o Subprefeito da Sé e o Prefeito de São Paulo. Queremos e merecemos ouvir com clareza a determinação do poder público municipal, para recuperar e zelar destes bens que só por jorrarem água, simbolizam vigor e vida. Por ora, comemoremos juntos a reabertura da Fonte da Júlio Mesquita, que é um momento de justa e merecida alegria. Viva São Paulo!"[131]

O roteiro temático da Caminhada Noturna de maio de 2013, como descrito no site, retomou o tema das águas e incluiu visitas à Pça. Júlio de Mesquita, seguida de um sarau na mesma; visita à fonte do Teatro Municipal com destaque para "a beleza do Jardim de Victor Dubugras e a vocação do Anhangabaú para ser o espaço mais querido da cidade"; o Chafariz da Ladeira da Memória, Fonte do Túnel 9 de Julho; a Pça. da Sé e Pça. das Artes**, "**com 14 esculturas contemporâneas – uma das mais belas praças do planeta! Abandonada pela sociedade", lago e águas da Pça. da República seguida de mais uma visita à Pça. Júlio Mesquita.[132]

Esse conjunto de dados, menos que uma feliz coincidência, revela uma resposta em rede da articulação desses agentes nos espaços institucionais e não institucionais que ocupam durante os últimos anos (CONSEG-Centro e Caminhada Noturna) e que apresentam proximidade com agentes do poder público capazes de encaminhar suas demandas.

Esses eventos encadeados (reclamações endereçadas ao poder público nas reuniões do CONSEG-Centro, reportagens de jornal denunciando o cenário de miséria da praça e roteiros das Caminhadas Noturnas que incluíam a Fonte Monumental) indicam também a percepção compartilhada entre parcela dos moradores, transeuntes da região e poder público acerca das condições da praça e aquilo que consideram "problemas", especialmente sua ocupação por moradores de rua e usuários de drogas e os desgastes daí resultantes no monumento.

---

[131] Trecho retirado do site da atividade, ver mais detalhes em Programação. Disponível em: <http://www.caminhadanoturna.com.br/programacao.htm>. Acessado em 04/05/2013.

[132] Idem, ibidem.

4.2. Poluição sonora

Outro tema bastante observado na pesquisa, e que também suscita discussões quanto aos usos do espaço, é o barulho, ou *poluição sonora*, como preferem chamar alguns agentes como Carlinhos e Toninho. No longo relato da caminhada de 1º de março de 2012 esse tema apareceu de uma maneira bastante controversa, pois o barulho gerado por músicos de rua era considerado inadequado por Carlinhos, mas o barulho provocado pelo alto-falante da Caminhada Noturna que incomodou moradores em situação de rua que dormiam não foi encarado da mesma maneira.[133]

4.3. Itinerância do comércio ilegal

Outro tema referente ao uso do espaço público que surgiu algumas vezes foi o da itinerância do comércio ilegal na região, mais especificamente a *feira do rolo*. Em uma Caminhada Noturna presenciei as cenas que ouvia repetidas vezes de meus interlocutores sobre a itinerância do comércio ilegal e o aparente descaso da polícia:

> "Enquanto estávamos no Lgo. Paissandu, um grupo de homens da feira do rolo, que já estava atento à proximidade da polícia e sem as mercadorias expostas no chão, como de costume, começou a andar em grupo em nossa direção e um deles me disse que vários policiais estavam chegando. Cerca de 30 homens seguiram caminhando para a R. Antônio de Godói em direção à Av. Rio Branco. Três minutos depois uma viatura e uma Kombi da GCM surgiram descendo a R. Cons. Crispiniano em direção ao Lgo. Paissandu e viraram na R. Antônio de Godói. Cinco minutos depois os homens da feira do rolo retornaram ao largo em grupo com suas sacolas pretas ou pequenas malas de mão, provavelmente com suas mercadorias. Um homem do grupo passou por nós e disse que éramos turistas. Logo atrás deles dois policiais militares à pé cruzavam o largo, caminhando normalmente."
>
> [Julho de 2012, trecho de caderno de campo].

Em uma das reuniões das ALs em que esse tema surgiu, um policial militar presente explicou que a feira do rolo tem como característica migrar de tempos em tempos pela cidade, não adiantando, portanto, apenas reprimi-la – como muitas(os) na reunião exigiam – mas sim combatê-la com uma equipe de inteligência, como já fizera certa vez a Polícia Civil. Em meus deslocamentos pela região central, seja na região da Av. Ipiranga ou na R. 25 de março, presenciei cenas semelhantes, nas quais, após o sinal de um camelô sobre a proximidade de policias ou fiscais, quase todos os demais ambulantes rapidamente recolhiam suas mercadorias e passavam a andar na rua

[133] Deter-me-ei a essa breve menção ao tema por já tê-lo desenvolvido com mais detalhes no capítulo 2; importa com essa menção apenas apontar a ocorrência simultânea dos temas nas diferentes frentes da pesquisa.

como se fossem consumidores comuns carregando suas sacolas.

4.4. Insegurança, medos e odores

Na edição de 1º de março de 2012, destacada no início desse capítulo, o barulho provocado pelo alto-falante da Caminhada Noturna incomodou moradores em situação de rua que se preparavam para dormir e a tensão resultante desse enfrentamento fez com que Carlinhos cancelasse a visita ao último lugar do roteiro daquela noite, os espelhos d'água da Pça. da Sé, de onde o guia falaria sobre as obras de arte dispostas nessa grande região da praça. Nesse espaço há uma concentração importante de moradores(as) em situação de rua da região, na qual a situação de enfrentamento verbal anteriormente presenciada poderia voltar a acontecer.

Meses depois, no final de julho do mesmo ano, Carlinhos organizou uma Caminhada Noturna especialmente dedicada à visitação dos espelhos d'água da Pça. da Sé, mas dessa vez garantiu o apoio de guardas fardados da GCM durante todo o trajeto, algo que eu não havia presenciado até então e que não se repetiu em outras edições que acompanhei. O passeio daquela noite, segundo Carlinhos, era para que as pessoas *apreciassem a paisagem urbana* em oposição ao ritmo cotidiano acelerado que não estimularia essa prática.

O comparecimento excepcional da GCM evidenciava uma maneira de assegurar a presença dos caminhantes em um espaço associado mais à passagem do que à permanência (embora transeuntes utilizem os degraus e bordas das fontes como bancos durante o dia) e, sobretudo, permanência em um espaço associada ao medo, um medo vago e difuso que não chega a ser claramente definido pelas(os) participantes.

A percepção de que espaços vazios são lugares onde a violência acontece foi observada em outros momentos da pesquisa, como, por exemplo, em uma reunião das ALs pós-Virada Cultural, na qual uma comerciante reclamou que a falta de atrações do evento nas ruas Barão de Itapetinga e Sete de Abril transformaram-nas em corredores de passagem, ruas onde houve assaltos em forma de arrastões e pouca segurança. Magnani (2002) apresenta uma categoria que se aproxima desses "lugares vazios" associados ao caos e a violência, a noção de pórtico:

> "Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem à mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá; escapam aos sistemas de classificação de uma e outra e, como tal, apresentam a 'maldição dos vazios fronteiriços'. Terra de ninguém, lugar do perigo, preferido por figuras liminares e para a realização de rituais mágicos – muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados..." (p. 23).

Em outras ocasiões da Caminhada Noturna, como naquelas em que passamos pela Pça. Júlio Prestes, pela R. Amaral Gurgel (embaixo do Elevado Costa e Silva, ou Minhocão) e pela Baixada do Glicério,[134] Carlinhos e Laercio orientavam as pessoas a caminharem próximas umas às outras, evitando a recorrente dispersão dos(as) caminhantes. Em algumas dessas situações, tal recomendação não era seguida por observações explícitas sobre o perigo ao qual se referiam, em outras ela era acompanhada por uma explicação vaga e imprecisa de se *evitar qualquer tipo de problema*, daí a razão para manter o grupo de caminhantes unido durante o trajeto.

A concepção de risco e de violência que esses agentes mobilizam alude à violência como um sintoma de desorganização urbana (ou *desordem urbana*, formulação muito repetida, nesse contexto de pesquisa, por agentes da GCM), ou então àquilo que acontece quando não há algum tipo de ocupação, como se a violência não fizesse parte das relações sociais e fosse algo da ordem do excepcional.

Outro tema importante, ainda que difuso, é o da percepção de nojo, cheiros e maus odores associados aos espaços visitados pela Caminhada Noturna. Defino-os como difusos, pois é de uma maneira sutil e talvez envergonhada que eles são expressos pelos participantes da atividade. Em uma ocasião, enquanto estávamos na Pça. Antonio Prado, perto da Torre do Banespa e em frente à BM&F, havia um cheiro fortíssimo de urina, mas isso não impediu que a fala do guia e dos convidados fosse feita ali. Algumas pessoas faziam caretas por conta do odor, eu mesma optei por não respirar pelo nariz, apenas pela boca, para evitar sentir o mau cheiro, certa de que passaria mal; contudo nada foi dito sobre esses odores que todos(as) sentiam. Vi essa cena se repetir algumas vezes e em apenas uma presenciei uma manifestação mais contundente de Carlinhos sobre o odor de urina na Pça. Ramos, que, além de incomodá-lo, o constrangia durante a atividade. Segundo ele, é preciso mudar certos hábitos de uso da cidade, como esse de urinar nas ruas, prosseguiu. Nessas ocasiões, os(as) agentes da pesquisa, em todas as dimensões pesquisadas, apontam a falta de banheiros públicos como a principal causa da presença de urina e fezes em ruas e praças da região central.

5. Urbanidade pretendida

Muitas discussões e elaborações na Caminhada Noturna acerca da cidade partem, como já

[134] Regiões marcadas de maneiras diversas entre si por desigualdades sociais relacionadas à presença de usuários de drogas, moradores em situação de rua, tráfico de drogas e moradias precárias, em combinações específicas em cada uma delas.

amplamente visto, de Carlinhos. Há uma espécie de divisão das falas durante o passeio que resulta em uma divisão de papéis e de agência: Laercio, guia de turismo, fornece o panorama histórico e os detalhes que envolvem a atração daquele dia; outro guia, um arquiteto, quando presente, aponta informações de caráter técnico sobre a arquitetura do lugar; e Carlinhos, por sua vez, centraliza a fala política, de denúncia e de incentivo a melhorias da região.

Além de serem falas políticas, as intervenções de Carlinhos permitem entrever visões do urbano e definições de espaço público e sociabilidade que guiam suas ações e a escolha dos roteiros da Caminhada Noturna. Entre as vinte e uma Caminhadas Noturnas etnografadas, há uma clara predileção por visitas a praças e fontes de água: espaços destacados como lugares de uma antiga sociabilidade de encontro entre vizinhos, de brincadeira entre crianças e encontros de casais. Trata-se de usos que não foram observados na maioria dos lugares visitados durante os passeios noturnos[135] e que ele gostaria de ver serem retomados.

Casais namorando nas praças são bem vistos por ele, contudo ele destaca que frequentemente recebe queixas por parte de moradores que relatam *homossexualidade abusiva* em lugares como o Lgo. do Arouche e na Pça. da República, que estaria melhor quanto aos equipamentos urbanos, mas onde se observa a presença de *michês*, numa clara oposição ao estado de melhoria da praça. Espaços públicos são formulados nas falas de Carlinhos como espaços de encontro, lazer e vizinhança, porém no qual não parecem estar previstos encontros marcados por tensões e diferenças de uma sociedade profundamente desigual, ou ainda onde se expressam diferentes sexualidades.

A cidade, segundo o organizador da atividade, é uma *solução para a civilização* e não um problema, pois permite uma redução das áreas ocupadas e concentra serviços; contudo, há aspectos que precisariam ser melhorados, a exemplo de um guarda da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) que, vendo o grupo numeroso de caminhantes tentando atravessar a Av. São João nada fez para auxiliá-los; ou mesmo a indiferença das pessoas para com os policiais ou guardas, que, ao passarem por ele, não o cumprimentam.

A Caminhada Noturna de 08 de novembro de 2012 tematizou o Elevado Costa e Silva (Minhocão),[136] e teve como convidado o arquiteto, urbanista e então recém-eleito vereador de São Paulo Nabil Bonduki. Durante o período eleitoral, Carlinhos fez campanha para Bonduki, ajudou a

[135] Com exceção de dois casais, um na Pça. Ramos e outro na Pça. da Sé, destacados e comemorados por Carlinhos durante a atividade e que foram apontados no capítulo 2.

[136] Trata-se de uma grande estrutura viária suspensa construída nos anos 1970, que liga a região central ao bairro de Perdizes (zona oeste); uma obra conhecida por ter causado grande impacto na paisagem urbana da região, dado que foi construída muito próxima a diversos edifícios residenciais, desvalorizando esses imóveis.

organizar uma roda de conversa entre ele e Camilo (um ex-coronel da PM),[137] declarou publicamente seu apoio ao candidato e disponibilizou material de campanha em seu restaurante. A presença de Bonduki na Caminhada confirma e reforça sua participação na rede de contatos de Carlinhos, bem como a escolha de apresentação dessa controversa obra viária pelo viés de um intelectual e político que ele admira.

As colocações de Bonduki acerca do elevado provocavam bastante interesse por parte dos(as) caminhantes (convidados a observarem detalhes arquitetônicos e de usos irregulares do solo urbano que não tinham ainda sido notados pelo público) e enfatizaram a necessidade de *aumentar a autoestima da cidade*, algo que atividades como a Caminhada Noturna buscam colaborar. Outro recurso, destacou o convidado, seria o investimento, por parte da prefeitura, em filmes sobre a cidade.

Quando perguntado sobre as expectativas do seu mandato, disse que se tratava de *qualificar o espaço público da cidade*, melhorando-o para que possa ser utilizado por todos, de modo democrático. O uso do Minhocão por pedestres – quando o fluxo de veículos é interrompido, a exemplo de outros espaços, como a Pça. Roosevelt, não poderia ser definido pelo gabinete, segundo ele, e sim passar por consulta pública, que pode representar um processo mais vagaroso, mas que apresenta melhores resultados. Segundo Carlinhos, o morador é a pessoa que mais precisa ser ouvida na localidade quando o assunto é a gestão de praças públicas em conflito (como na Pça. Roosevelt), mas Nabil discordou, afirmando que os residentes locais devem ser observados, mas não apenas eles, visto que há moradores do lugar e moradores da cidade que utilizam tais espaços e é preciso equilibrar a variedade de interesses em jogo.

6. Degradação x recuperação (interfaces com a AVC)

Quando fala das mudanças mais recentes pelas quais o Centro passou, Carlinhos não deixa de enfatizar o papel da Associação Viva o Centro nesse processo. E, para tal, mobiliza um marco temporal muito recorrente: os últimos 20 anos que marcam, segundo ele, a mudança de uma região *degradada*, esquecida pelo poder público, marcada por assaltos, comércio ambulante massivo e elevada porcentagem de imóveis desocupados, para uma região *recuperada*, mais segura, com alta taxa de ocupação de imóveis e com a questão do comércio ambulante parcialmente resolvida.

Essa referência temporal constantemente mencionada por Carlinhos coincide e se relaciona com o tempo de existência da AVC. Na cerimônia de posse da presidência da AVC, em março de

[137] Camilo, apresentado no capítulo2, é um parceiro bem quisto por integrantes das ALs e do CONSEG-Centro.

2011 (após oito anos afastado), Henrique Meirelles afirmou que:

> "Nos primeiros 20 anos da Viva o Centro conseguimos demonstrar a importância de recuperar o Centro, mobilizando os vários segmentos da sociedade. Agora, para os próximos 20, temos que repensar o nosso papel e continuar avançando. O Projeto da Nova Luz, por exemplo, está na direção certa. A questão fundiária precisa ser resolvida, até porque o Centro precisa encontrar espaços para poder crescer, principalmente num momento em que o Brasil cresce".[138]

Os roteiros da Caminhada Noturna costumam incluir com bastante frequência o Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB, sempre acompanhado de uma fala explicativa do trabalho da AVC e de Henrique Meirelles no incentivo à recuperação do edifício e para que este se tornasse um centro cultural. Outros elementos relevantes são destacados como mudanças favorecidas pela atuação da AVC, tais como a volta de inúmeros serviços públicos para prédios do Centro (FRÚGOLI JR, 2000, p.108) – que gerariam economia significativa para os cofres públicos, pois são alugueis mais baratos que os da zona sul, por exemplo, onde grande parte se encontrava –, a instalação de faculdades e universidades na região, melhoria do sistema de iluminação e presença de bases móveis da Polícia Militar na região central (ainda que esses últimos dois itens, segundo ele, não garantam uma *sensação de segurança* absoluta).

Kara-José (2010) destaca o papel da AVC no fortalecimento do discurso governamental da década de 1990 em torno da recuperação do Centro pela "implementação de projetos associando recuperação de patrimônio histórico com novos equipamentos culturais" (p. 33), a exemplo de sua participação na gestão de projetos destinados à Sala São Paulo.[139]

Outros edifícios e lugares mencionados por Carlinhos e seus convidados vão compondo uma espécie de mapa mental de locais que passaram por algum tipo de reforma, restauro ou mudança de uso por intermédio das ações e articulações da AVC. São eles: os jardins da Pça. Ramos, que foram reformados e contaram com o apoio do grupo Votorantin (com sede ao lado da praça) de Antonio Ermírio de Moraes, um apoiador da AVC; a manutenção da BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e a Bolsa de Valores (Bovespa) no centro de São Paulo durante a saída dos bancos da

---

[138] Trecho do informativo online da AVC, disponível em : <http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/170311_a_infonline.htm>. Acessado em 13/07/2012.

[139] A Sala São Paulo é uma das salas de concerto mais importantes da cidade, e também sede da OSESP (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo). Inaugurada em 1999, a Sala ocupa uma área interna do prédio da antiga Estrada de Ferro Sorocabana e faz parte dos projetos colocados em prática nas últimas décadas que buscam transformar a Luz em um polo cultural. Para uma abordagem etnográfica em torno de práticas culturais na Luz, envolvendo a Sala São Paulo, ver Silveira, Puccinelli e Talhari (2012).

região;[140] a instalação do pórtico da Galeria Prestes Maia na Pça. do Patriarca e da residência artística da FAAP em um prédio defronte. Segundo Carlinhos, a grande *conquista* para o Centro nos últimos anos, para além daquelas físicas, foi a *articulação da comunidade*.

O trecho de um documento da AVC intitulado "A praça é nossa" explora o tema da reforma de praças públicas e nos ajuda a adensar o "mapa mental" proposto anteriormente, além de permitir entrever as parcerias entre AVC, ALs e seus associados em ações pontuais na região central:

> "A recuperação de praças do Centro tem recebido o apoio das Ações Locais, entidades sem fins lucrativos licenciadas pela Associação Viva o Centro, que têm atuado como articuladoras entre a iniciativa privada e a Prefeitura. Com os objetivos de promover a cidadania e a melhoria na qualidade de vida da região, as Ações Locais têm alcançando grandes conquistas, entre as quais podemos destacar as recuperações da Praça Ramos, feita em parceria com a Klabin e a Cia. Brasileira de Alumínio-CBA, ambas patrocinadoras da Viva o Centro, e da Praça Desembargador Mário Pires, realizada através de parceria com a Quaker. Os jardins e fontes do Vale do Anhangabaú, um dos cartões-postais da cidade, foram recuperados em parceria com o BankBoston, outro patrocinador da Associação. A CBA também patrocinou o restauro do mais antigo monumento da cidade, o Obelisco do Piques, na Ladeira da Memória". (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 2006, p. 09).

A polêmica em torno da presença dos camelôs na região central na década de 1990 também é lembrada como um marco importante do par *degradação vs. recuperação* da região central. Segundo Carlinhos, muitas pessoas escreviam a favor dos camelôs, mas ele preferia denunciá-los por conhecer o outro lado daquele comércio, aquele da máfia que cobrava propina dos trabalhadores e usava da violência como forma de ameaça.[141] Sobre o comércio ambulante mais recente, Carlinhos também se diz contrário, pois, segundo ele, se trata de um comércio que não paga impostos, envolve uma máfia, utiliza o espaço público de modo indevido, obstrui ruas e calçadas e emprega mão de obra de países que desrespeitam o direito dos trabalhadores, como no caso da China.

---

[140] Como discutido na introdução deste trabalho.

[141] Em pesquisa realizada com integrantes das ALs no final dos anos 1990, Frúgoli Jr. já apontava para os embates em torno da presença de comércio ambulante na região e o uso do espaço público. O autor organiza e analisa um conjunto de documentos que retratam a articulação de setores da sociedade civil, da AVC e uma série de ações organizadas pelo poder público para efetivar a retirada dos camelôs do Centro. Para mais detalhes sobre esses embates e documentos, Cf. (FRÚGOLI JR., 2000, p. 99-103).

7. Momentos de se presenciar na rua parte das reclamações observadas em reuniões das ALs e CONSEG-Centro

A Caminhada Noturna, por diversas vezes, mostrou-se uma excelente oportunidade de presenciar *in loco* temas correntemente suscitados nas reuniões das ALs e CONSEG-Centro, especialmente aqueles relativos à presença de usuários de drogas e moradores de rua no Centro, sacolas de lixo rasgadas e comércio ambulante.

Um cenário privilegiado desses relatos é sem dúvida a Pça. Júlio de Mesquita. Certa vez, antes do início da Caminhada Noturna, fiz um desvio no meu caminho para visitar a praça e lá observei a cena descrita incontáveis vezes por um morador do entorno: cerca de vinte pessoas (entre homens e mulheres), todas maltrapilhas e muito magras estavam sentadas na Fonte Monumental. Rapidamente me lembrei que, ao se deparar com essa cena, o morador citado costuma acionar a GCM para que retire as pessoas do local. Nesse mesmo dia, ao final da Caminhada Noturna, na R. Barão de Itapetininga, dois homens rasgavam os sacos plásticos dispostos no chão, e, à procura de algo que lhes interessasse, revolviam-nos deixando restos do seu conteúdo espalhado na rua, como reclamam as(os) integrantes das ALs quanto à grande quantidade de sacos de lixo rasgados por usuários de drogas.

O comércio ambulante, seja dos *CDzeiros* da Av. Ipiranga e da R. Barão de Itapetininga, dos hippies da Av. Ipiranga, defronte à Pça. da República, ou da feira do rolo (como relatado anteriormente) também são facilmente observáveis na região central em dias úteis, com destaque para o período noturno, no último caso.

É bastante comum também que moradores em situação de rua, homens embriagados e meninos de rua acompanhem e interajam com a Caminhada Noturna em alguns momentos. Por vezes, quando pedem para falar ao microfone, ou interrompem bruscamente a fala de alguém, Carlinhos pede licença, e, na maioria das vezes, saem calmamente. O breve trecho de caderno de campo abaixo recupera uma cena de interação de moradores em situação de rua entre si e com integrantes da Caminhada Noturna:

> "Estávamos na Pça. da Sé, em volta do marco zero ouvindo o guia. Um morador em situação de rua se aproximou do grupo, se dirigiu ao centro da roda, e pediu para falar também. Carlinhos disse que depois ele poderia falar, e o moço, irritado, se afastou. Fiquei na borda do círculo e pude ver uma senhora idosa deitada em um papelão, ela parecia embriagada e estava coberta com outro pedaço de papelão. Outro homem aparentando ser um morador em situação de rua se aproximou dela e pediu um pouco da bolacha que ela tinha. Ele recebeu o pacote, comeu algumas bolachas, e quando foi

devolver, recebeu um sinal dizendo que ficasse com tudo. Ele agradeceu e foi embora. Outro jovem, aparentando ser um morador em situação de rua se aproximou do grupo e pediu dinheiro para comer. Quando a Caminhada passa pela Pça. da Sé essas abordagens são mais frequentes do que em outros lugares." (trecho de Caderno de Campo 26/07/13).

8. Nem tudo é tão polarizado como os objetivos da atividade podem sugerir

Embora parte dos passeios organizados na Caminhada Noturna pareça veicular ideias de usos do espaço público pouco plurais – a exemplo das reclamações quanto à presença de moradores em situação de rua e usuários de drogas nas praças e fontes de água, e mesmo o texto do panfleto que caracteriza a atividade como uma *caminhada pela recuperação do Centro* –, é preciso evitar conclusões precipitadas como essas, afim de se buscar uma compreensão mais profunda da atividade.

Ao longo das edições de Caminhadas Noturnas etnografadas presenciei ao menos quatro ocasiões em que a escolha de temas e a interação de seus organizadores com determinados agentes acrescentaram nuances importantes à minha interpretação inicial de uma atividade voltada à recuperação do Centro[142] e pouco inclinada à aceitação de usos populares do espaço público. Tais elementos perturbaram minhas concepções iniciais quanto ao perfil e objetivo da atividade, que foi deixando de ser entendida como um passeio voltado unicamente à veiculação da mensagem binária *degradação vs. recuperação* para ser compreendida como uma atividade cujos temas simultaneamente se relacionam com as preocupações de Carlinhos sobre a região central, e, sobretudo, com a composição de sua diversificada rede de agentes. Essa rede passou a revelar não apenas agentes distintos, como também conexões com bairros marginalizados e não necessariamente localizados na região central.

Uma dessas ocasiões (fevereiro de 2012) foi a visita ao Museu da Energia de São Paulo, localizado na região da Luz. O prédio atual do museu é um antigo casarão do final do século XIX que pertenceu à família de Santos Dumont; entre 1926 e 1951 abrigou o Colégio Stafford, um internato feminino; entre 1952 e 1983, foi sede da Sociedade Pestalozzi. Em 1983 o casarão foi ocupado por pessoas sem moradia e chegou a abrigar mais de uma centena de famílias em condições bem precárias até 2001. Nesse ano, o casarão tornou-se propriedade da Secretaria de

[142] Como divulgado no panfleto e no site da atividade.

Estado da Cultura, que o repassou à Fundação Energia e Saneamento que deu início a sua reforma; o museu foi inaugurado em 2005.[143]

A recuperação do casarão foi feita por crianças da Favela do Moinho (distante um quilômetro do museu),[144] que receberam formação profissionalizante para trabalhar na restauração da casa. Hoje o museu tem um projeto de resgate da memória das diferentes ocupações do casarão e reúne, uma vez por ano, antigas alunas do internato para uma roda de conversa com visitantes. O objetivo do setor educativo do museu é fazer o mesmo com antigos moradores da época da ocupação de moradia, mas tem encontrado dificuldade em trazer ex-moradores, visto que esses têm medo de serem responsabilizados pela antiga deterioração das estruturas físicas do casarão.

Destaco dessa visita o trabalho do museu em recuperar e preservar os relatos de ocupação irregular do prédio, entendendo que esse momento se relaciona com a época de perda de investimentos e importância de um bairro antes associado às elites, como é o caso do bairro Campos Elíseos, onde o museu se encontra. Além disso, o trabalho educativo de envolver crianças moradoras da favela vizinha demonstra uma tentativa de aproximar esses moradores da instituição e dos destinos do bairro, além de garantir a elas uma inserção profissional, projeto que parece introduzir certa perturbação aos modelos teóricos de enobrecimento que preveem o apagamento ou exclusão dos setores menos abastados dos novos destinos de uma região sob intervenção urbanística, ou sob mudança do perfil social de sua ocupação.

Em julho de 2012, outra edição introduziu um tema que duplamente desestabilizou minha concepção da Caminhada Noturna como uma atividade unicamente associada à região central e em prol sua recuperação: o passeio que tematizou o grafite (técnica de intervenção urbana) e que seria apresentado pelo grafiteiro Mauro Neri da Silva, do Grajaú, bairro pobre e periférico da zona sul da cidade. Mauro é um jovem negro, artista plástico, e autor do grafite "Ver a cidade", facilmente encontrado em inúmeros bairros de São Paulo.[145] Naquela noite de chuva forte, apenas cerca de vinte pessoas compareceram.

Mauro começou explicando as variações existentes entre grafite e pixação,[146] as técnicas empregadas em cada caso e, sobretudo, as diferenciações internas entre grupos e artistas que o uso de cada estilo delimita. E daí convidava os presentes a observarem a diversidade gráfica das

---

[143] Informações obtidas no site do Museu da Energia de São Paulo, disponível em: <http://www.energiaesaneamento.org.br/unidades/rede-museu-da-energia/museu-da-energia-de-s%C3%A3o-paulo.aspx >. Acessado em 16/08/13.

[144] Um conjunto extenso de notícias organizado em torno do tema "Favela do Moinho" pode ser encontrado no site do Estadão. Disponível em:<http://topicos.estadao.com.br/noticias-sobre-favela-do-moinho>. Acessado em 01/03/2013.

[145] Parte do seu trabalho pode ser visto em sua página pessoal: <http://www.flickr.com/photos/mauroart/>. Acessado em 12/03/2013.

[146] Ou pichação.

pixações e grafites presente nos tapumes, fachadas de lojas e muros do entorno do Teatro Municipal.

Sem fazer uma defesa veemente da pixação, ele chamou atenção para a diversidade acima destacada, seu aspecto artístico, transgressor, político e arriscado (dado a altura e os diferentes níveis de dificuldade da execução de cada uma, ele destaca).[147] Quando questionado por uma participante (que se identificou como uma profissional da área de restauração de patrimônio) sobre pixação em monumentos históricos, Mauro afirmou discordar das intervenções nesses casos. Contudo, passou a levantar uma série de aspectos positivos relacionados ao grafite em São Paulo, de modo a desmistificar a prática: a cidade é tida internacionalmente como a capital mundial do grafite, pela beleza, diversidade de traços, pela maior quantidade de intervenções e maior facilidade de grafitar e pixar quando comparada a outras capitais; todos esses elementos, segundo Mauro, fazem com que muitas pessoas de fora do país visitem a cidade para pesquisar a pixação e o grafite local.

Na Pça. Roosevelt, em uma rua lateral, Mauro fez um grafite no muro de um bar onde já havia desenhos aludindo à roda de samba que ali acontece toda semana. Tal intervenção iniciou um debate animado entre os(as) presentes quanto à sua validade, pertinência, respeito à obra que estava ali anteriormente e a moralidade de tal prática, e claramente não havia consenso entre os(as) participantes.

O ponto alto desse passeio, em relação aos movimentos de deslocamento de impressões iniciais proposta nesse tópico, diz respeito à revisão da polaridade centro–periferia como algo totalmente apartado das ações e discursos desse grupo. A presença de Mauro na atividade evidenciava não apenas uma interseccionalidade entre essas espacialidades permitida pelo grafite e pelo pixo,[148] como também a extensão mais abrangente da rede de Carlinhos e demais colaboradores da Caminhada Noturna.[149] Não menos importante, a escolha desse tema deu visibilidade a uma prática mal vista por muitos(as), abrindo-se espaço para esse debate, que poderia ter sido ignorado pelos organizadores da atividade.

Em agosto de 2012 um evento pontual reforçou outra proximidade que já havia sido anunciada em maio do mesmo ano: uma interlocução com o movimento de luta por moradia da região central. O tema da noite era a Pça. Júlio de Mesquita e a recuperação da Fonte Monumental.

---

[147] Sobre a relação entre juventude e pixação em São Paulo, bem como a espacialidade central e periférica dessas intervenções, ver Pereira, 2005 e 2010.

[148] Idem, ibidem.

[149] Carlinhos e seus colaboradores organizaram uma série de dez caminhadas intitulada "10 passeios para ler São Paulo: de Paraisópolis ao Pacaembu", e em uma dessas edições, foram ao Grajaú visitar um festival de Grafite, ocasião em que conheceram Mauro, e o convidaram para participar da Caminhada Noturna no Centro. Diferentemente da Caminhada, esse conjunto temático de passeios é pago e requer uma infraestrutura maior, com mais guias, ônibus fretado para levar os participantes e lanches durante as horas de atividade.

Para chegarmos ao destino da noite, percorremos a Av. São João desde o Vale do Anhangabaú, subindo em direção ao Lgo. do Paissandu, quando passamos em frente a um acampamento da FLM (Frente de Luta por Moradia) montado no trecho de pedestres da avenida devido a uma desapropriação do movimento no Centro.

Carlinhos se aproximou dos integrantes da FLM e passou o microfone para Maria do Planalto, uma das líderes do acampamento. Maria explicou aos(as) participantes que a FLM optou pelo acampamento na rua após a ordem de reintegração de posse da ocupação onde estavam, na Av. Ipiranga, não ter sido acompanhada pelo encaminhamento prometido de moradias para tais famílias. Elza, integrante da Caminhada Noturna, observou uma contradição da cena: o acampamento estava em frente à Central de Habitação, que, segundo ela, não se importaria com a situação daquelas pessoas. Ela disse também que nunca havia reparado na quantidade de ocupações de movimentos de moradia no Centro, identificadas pela presença de bandeiras dos movimentos e suas siglas penduradas nas sacadas e janelas.

Depois de cruzarmos a ocupação, fizemos uma parada na calçada em frente à Galeria do Rock. Uma das participantes falou sobre a falta de políticas públicas para os usuários de drogas e sobre a inevitável presença de urina e fezes nas ruas (visto que os usuários precisariam fazer suas necessidades, mas não encontrariam locais apropriados). Ela disse que no entorno de onde estávamos não moravam paulistanos e paulistas, e sim migrantes e imigrantes, pessoas de passagem pela cidade que, segundo ela, não têm apego pelo espaço e não se importariam de *sujar* o lugar. Já observei opiniões similares a essa, sobre apego e cuidado com a cidade relacionado a origem dos moradores, em outros momentos da pesquisa, sobretudo nas reuniões das ALs. Essas opiniões associam cuidado e zelo para com o espaço público a um sentimento de pertencimento a cidade e permanência nela, com isso, pessoas temporariamente na metrópole ou que não se sentissem nativas do lugar, estariam mais propensas a apresentar atitudes de descuidado com ele. Ela ainda chamou atenção para a proximidade das eleições municipais e alertou os(as) presentes para que tivessem cuidado com a reeleição do candidato José Serra que, muito parecido com o prefeito à época, Gilberto Kassab, não mudaria o cenário de ausência de políticas públicas da prefeitura voltadas a usuários de drogas.

Acredito que a relevância do passeio acima destacado se dá por duas razões. Primeiramente evidencia a proximidade, ainda que relativa, entre Carlinhos e alguns integrantes do movimento de moradia. Em uma edição de maio de 2012, ele havia agendado uma Caminhada Noturna sobre os movimentos de moradia do Centro e convidara Gegê, conhecido líder do movimento de luta por moradia, para guiar a atividade que iria até a ocupação Mauá, na Luz. Na véspera, contudo, Gegê desmarcou sua presença e outra líder acompanhou os(as) caminhantes até a porta da ocupação.

Não se trata, a meu ver, de uma relação de parceria ou apoio político, e sim de solidariedade; trata-se de mostrar aos(as) caminhantes que esses movimentos também fazem parte do Centro e evidenciam um problema urbanístico grave para Carlinhos, o da especulação imobiliária que mantém diversos imóveis da região vazios à espera de sua valorização, quando poderiam servir para comércio ou moradia. É preciso lembrar também, como discutido nos capítulos das ALs, que ele acredita que a *comunidade* da qual faz parte e os movimentos de moradia têm modos muito diferentes de encaminhar suas demandas, o que afasta os grupos quanto a suas práticas de construção política. Lembro ainda que, no momento das eleições para o Comitê de Gestão do Plano de Metas, Carlinhos e Gegê disputaram a mesma vaga, representando planos políticos bastante diferentes para o Centro.

A fala de Inês, durante o passeio, também merece destaque quanto ao seu conteúdo de maior atenção e compreensão às condições precárias em que vivem centenas de usuários de drogas da região; uma visão que, em vez de unicamente criticar sua presença (como muitos o fazem nas demais frentes de pesquisa da qual Inês também faz parte), busca provocar os(as) demais quanto aos embates políticos por detrás da ineficácia da assistência social na cidade.

Sem entrar em maiores detalhes, destaco ainda o passeio que tematizou a cooperativa de catadores de materiais recicláveis, a Cooperglicério, anteriormente citada, que além de visibilizar a atividade de dezenas de trabalhadores envolvidos em uma atividade econômica marginalizada, abrangeu uma região do Centro também marginal, a região pobre da Baixada Glicério.

Considerações finais

Nesta parte final, retomo a discussão dos temas centrais dessa dissertação com o objetivo de destacar escolhas teórico-metodológicas realizadas na pesquisa, bem como analisar seus rendimentos.

Um dos desafios propostos foi a adoção do instrumental teórico e metodológico das redes para analisar o contexto etnográfico investigado. Ao invés de ordenar de maneira linear os dados construídos – o que conferiria uma fixidez artificial aos mesmos –, a descrição aqui apresentada pretendeu explorar os limites de tal abordagem, apresentando os temas e práticas que conectam os(as) agentes pesquisados(as). Embora a rede tenha partido de Carlinhos e o mesmo guarde um papel relevante na sua estruturação, as afirmações feitas ao longo da dissertação não se resumem, evidentemente, a sua visão sobre o urbano. A apresentação de outras(os) agentes da rede teve como objetivo demonstrar a diversidade de opiniões, interesses e controvérsias encontradas em campo, bem como fornecer diferentes olhares sobre as relações aqui abarcadas. A abordagem desenvolvida, desse modo, buscou enfatizar os fluxos de interesses, conflitos e dinamismo que compõem a rede de relações de pessoas envolvidas em ações e debates do que tais agentes consideram melhorias para a região central da cidade.

A exposição desses dados e a descrição mais detida da rede (com algumas idas e vindas) têm por objetivo fornecer detalhes acerca de sua qualidade, dos fluxos e direção das ações e informações que por ela circulam, da conectividade entre agentes, e de suas posições e status internos, seguindo à risca o exercício de encarar rede como uma categoria descritiva e analítica.[150] Argumento que tal abordagem me permitiu avançar analiticamente em uma série de pontos, entre eles aquele da espacialização das demandas observadas e dos valores e sentidos atribuídos a esses espaços.

Destaquei ao longo da dissertação a observância de uma relação bem próxima entre essas

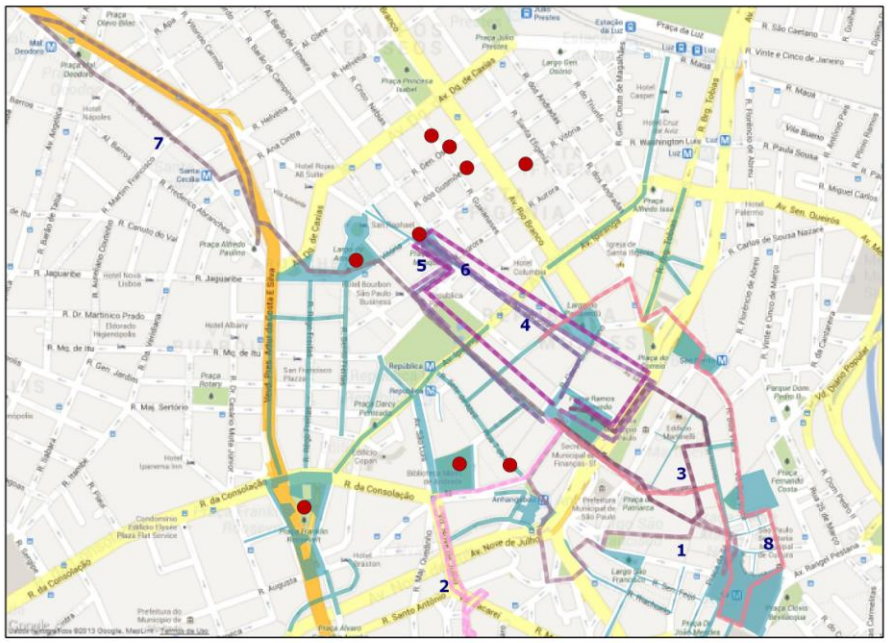
[150] Curiosamente, e sem que eu esperasse, a rede pesquisada chegou até minhas relações pessoais em alguns momentos: o filho do dono de uma série de cinemas antigos do Centro e eu temos um amigo em comum que também atua na área de cinema, Marina e Inês são integrantes do movimento feminista e já militaram com pessoas próximas a mim, Xu (participante da Caminhada Noturna) é mãe de uma colega e dona de uma loja de produtos veganos onde costumo me alimentar (sou vegana) e comprar livros sobre o tema. Essas interconexões não foram pontos de partida para o desenho da pesquisa, nem se tratavam de interlocutoras(es) cuja posição no campo eu conhecia de antemão; ao invés disso, tratam-se de entrecruzamentos que foram surgindo ao longo da pesquisa e enquanto eu seguia os fios e conexões que se espraiaram em várias direções.

duas dimensões acima citadas: as demandas da zeladoria urbana (sejam elas por mais segurança, restauração de patrimônios, melhor iluminação pública etc.) são informadas e atualizadas pelos valores que circulam na rede pesquisada e que são atribuídos a esses espaços. Além disso, apontei os modos de agenciamento de contatos políticos por agentes de estratos médios (não identificados, em sua grande maioria, a movimentos populares) ao pretender, dessa maneira, oferecer uma contribuição a um debate sobre estudos antropológicos de estratos médios urbanos.

Para tornar mais visível a espacialização descrita ao longo da dissertação, desenvolvi uma série de mapas e tabelas que me permitiram apontar a relação entre oito roteiros de Caminhadas Noturnas, ALs ativas nesses espaços, bem como demandas por melhorias nessas áreas visitadas pelos(as) participantes da atividade.

A apresentação dos quatro mapas finais a seguir permite a visualização sobreposta de dados e de três camadas descritivas: Caminhadas Noturnas, Ações Locais e quatro valores atribuídos ao espaço (barulho, crack, insegurança e pontos positivos).[151] A sobreposição desses dados permite considerar que os temas e locais visitados pelas edições da Caminhada Noturna pesquisada não são aleatórios; ao contrário, apontam para preocupações caras as(aos) integrantes da rede constituída e a seus parceiros, como a AVC.

[151] Os valores utilizados para a elaboração desses mapas são os mesmos que constam na Tabela 3, e alguns deles foram aglutinados para simplificar a visualização aqui sugerida. As ocorrências específicas de barulho apresentadas na Tabela 3 (pp. 110-111) , tais como *barulho/usuários de drogas, barulho/samba/tráfico* e outras foram marcadas no mapa unicamente como *barulho.* Os pontos positivos, tais como a presença de um patrimônio histórico valorizado, ou a ocorrência de alguma intervenção favorável às demandas dos(as) agentes pesquisados(as), tais como reforma da Pça. Roosevelt, ou a instalação de bases de policiamento, foram marcadas no mapa como *pontos positivos/intervenções.* A marcação desses pontos em uma dada altura de cada rua ou praça é aleatória, não objetivando demarcar com exatidão o local onde tal reclamação ocorre, e sim sinalizar regiões envolvidas em tais percepções e sua proximidade com as demais regiões estudadas.

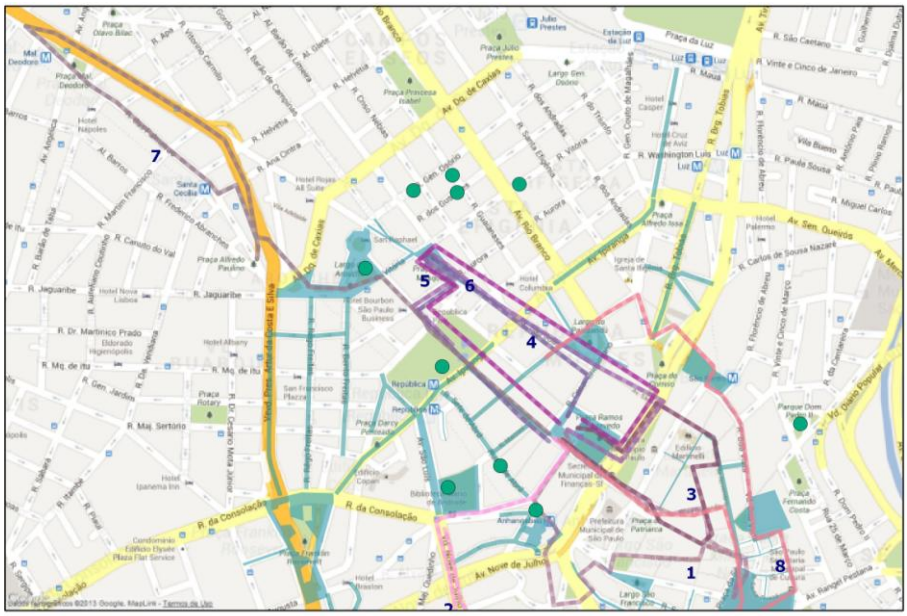


Ações Locais, Caminhadas Noturnas e reclamações de barulho

Legenda:

Linhas e polígonos azuis - Ações Locais
Demais linhas - Caminhada Noturna
Pontos vermelhos - locais com ocorrência de barulho segundo os(as) agentes pesquisados(as)

Mapa 4.1. Sobreposição de dados das ALs, Caminhadas Noturnas e reclamações de barulho. Concepção e realização: Bianca B. Chizzolini.



Ações Locais, Caminhadas Noturnas e reclamações sobre insegurança

Legenda:

Linhas e polígonos azuis - Ações Locais
Demais linhas - Caminhada Noturna
Pontos verdes - locais considerados inseguros pelos(as) agentes pesquisados(as)

Mapa 4.2. Sobreposição de dados das ALs, Caminhadas Noturnas e reclamações de insegurança. Concepção e realização: Bianca B. Chizzolini.

Mapa 4.3. Sobreposição de dados das ALs, Caminhadas Noturnas e reclamações sobre uso de crack. Concepção e realização: Bianca B. Chizzolini.

As Caminhadas Noturnas percorrem locais, em sua maioria, cobertos por Ações Locais parceiras, como as ALs Lgo. do Arouche, República, Paissandu e São João, cujos integrantes são próximos de Carlinhos e de outros(as) integrantes das ALs que se reúnem em seu restaurante. As oito caminhadas analisadas, contudo, não percorrem espaços associados a algum tipo de incômodo, salvo a Pça. Júlio de Mesquita, que nos últimos anos foi um local de grande atenção de Carlinhos, Toninho, Tiago e outros com vistas à restauração da Fonte Monumental. No caso dos pontos negativos levantados pelos(as) agentes pesquisados(as), a sobreposição mais evidente é aquela entre esses valores e a presença de ALs nos locais associados a essas reclamações, cujos membros, em constante articulação, encaminham essas reclamações e incômodos ao poder público nas reuniões do CONSEG-Centro e das ALS, tornando-os visíveis. A única exceção é a região da Luz, que, embora seja bem ativa no CONSEG-Centro, ainda não possui ALs próprias.[152]

[152] No Anexo I consta a lista de ALs ativas, inativas e aquelas em fase de implantação. Destaco que diversas ALs dessa última categoria se encontram na região da Luz, abrangendo inclusive as ruas contidas na Tabela 3.

Mapa 4.4. Sobreposição de dados das ALs, Caminhadas Noturnas e pontos positivos ou intervenções observadas no período da pesquisa. Concepção e realização: Bianca B. Chizzolini.

Os pontos positivos, por sua vez, também coincidem com a presença de ALs e de integrantes do CONSEG-Centro, que articulam seus contatos para realizar intervenções e melhorias nesses espaços, em especial aqueles mais criticados, como foi o caso da Pça. da República, Pça. Júlio de Mesquita e Lgo. do Arouche. O pertencimento a uma AL nesse contexto, todavia, não é condição *sine qua non* para que moradores(as) e comerciantes de uma dada região consigam fazer suas reclamações serem ouvidas, mapeadas pelo poder público e atendidas, como é o caso das quatro ruas mais representadas nas reuniões do CONSEG-Centro.[153] Embora as mesmas não possuam ALs, têm seus problemas bastante conhecidos pelas autoridades presentes nessas reuniões e têm sido atendidas, como na instalação de uma rua de lazer aos domingos e na permanência de duas bases da GCM na região durante a semana.

A análise da proximidade entre as(os) agentes da pesquisa e autoridades policiais também permite entrever os laços de lealdade que têm sido construídos nos espaços políticos pesquisados e como essas relações se exprimem também no espaço, dadas as intervenções policiais que resultaram em desocupações na Pça. da República, Lgo. São Francisco e fiscalização de carros de som no Lgo. do Arouche. Nessa aproximação com forças policiais, categorias de legalidade e ilegalidade são

[153] Ver Tabela 3, pp. 110-111.

constantemente acionadas pelas(os) agentes e pode-se afirmar que, assim como percepções e ordem e desordem, elas organizam o campo etnografado e orientam a prática dos(as) integrantes dessa rede quanto ao encaminhamento de suas reclamações e denúncias cotidianas.

Outro ponto desenvolvido ao longo da dissertação foi o mapeamento das controvérsias compartilhadas entre as(os) agentes da pesquisa quanto às práticas e valores associados aos espaços públicos do Centro, diferenças de opinião que abrangem a presença de moradores em situação de rua e usuários de drogas em locais públicos, e realização de eventos de grande porte (como a Virada Cultural), temas que conformam visões variadas sobre usos considerados apropriados e inapropriados do espaço público.

A concepção de espaço público almejada pela AVC discursivamente preza pela diversidade de grupos e estratos sociais presentes no Centro, sejam transeuntes ou moradores. Contudo, como nos mostra Frúgoli Jr. (2000: 84-103 e 2007: 29-30), parte das ações engendradas pela entidade, bem como seu plano urbanístico proposto em meados dos anos 1990, busca dificultar a presença de atividades relacionadas às classes populares, como comércio ambulante, trabalho informal, mendicância, práticas essas possibilitadas, por exemplo, pelo grande fluxo de passantes no Centro. Argumentei ao longo da dissertação que a concepção de espaço público mobilizada pelas Ações Locais e por integrantes do CONSEG-Centro ora se aproxima ora se distancia daquela da AVC, resultando em elaborações diferenciadas sobre o tema e afeitas ou não às práticas populares acima listadas, não sendo possível afirmar que essas três entidades possuam as mesmas opiniões sobre os temas controversos explorados ao longo da dissertação.

Um desses temas, contudo, aquele da presença de moradores em situação de rua nos espaços públicos é um importante alvo de atenção dessas três organizações, e, no caso das Ações Locais, sua observação é estimulada pela AVC em documentos oficiais como uma de suas tarefas cotidianas de zeladoria urbana.[154] As ALs possuem um *Roteiro para ocorrências de zeladoria urbana* [155] contendo as seguintes categorias e circunstâncias sugeridas para observação dos zeladores urbanos: "limpeza, água e esgoto, bueiro, calçada/leito, luz e força, táxi e ônibus, áreas verdes, mobiliário urbano, poluição visual, gás, poluição sonora, promoção social e obras" (Programa Ações Locais, 2013a, pp.01) Dois desses itens apresentam detalhamentos que corroboram a descrição presente nos capítulos 2 e 3 quanto às controvérsias e aos usos dos espaços preconizados por esses(as) agentes:

[154] A divulgação dos documentos que serão citados a seguir é recente, data de agosto de 2013, por isso, ao longo da pesquisa de campo (que se encerrou em março de 2013) não observei sua utilização por integrantes das ALs. Contudo, incluo seu conteúdo na argumentação por conterem orientações elaboradas pela AVC, a qual todas as ALs estão associadas e devem se reportar, apontando, dessa maneira, expectativas da própria Viva o Centro quanto ao funcionamento das Ações Locais.

[155] Trata-se de um documento público disponível no site da AVC: < http://www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais/documentos-b%C3%A1sicos.aspx>. Acessado em: 22/09/2013. Todos os documentos referentes às ALs citados aqui se encontram no Anexo III.

são eles *poluição sonora* e *promoção social*.

No primeiro item, *poluição sonora*, constam observações quanto a "emissão abusiva de ruído pelo estabelecimento", "emissão abusiva de ruído por parte de vendedores ambulantes" e "realização de show informal com emissão abusiva de ruído", itens que respectivamente se referem a conflitos advindos, p.ex., da realização de rodas de samba depois das 18h em bares e lanchonetes, presença de comércio ambulante que utiliza aparelho de som, como os *CDzeiros*, e a apresentação de artistas de rua com caixas de som e microfone em volume elevado, casos explorados ao longo da dissertação como incômodos e usos considerados inapropriados do espaço pelas(os) agentes da pesquisa.

O segundo item destacado, *promoção social*, enumera os seguintes subitens: "Exploração de crianças por adultos"; "Crianças/adolescentes em situação de rua (especificar o local)"; "Pessoa(s) necessitando de encaminhamento (especificar o local)"; "Instituição(ões) está(ão) fazendo distribuição de sopa de forma desorganizada na rua, causando transtorno e sujeira"; e "Fonte com uso incorreto: Varais improvisados, Lavagem de roupa, Usada para banho, Outros (especificar)".

O estudo de Frangella (2009) sobre moradores em situação de rua traz questionamentos que contribuem de maneira relevante para pensarmos a perturbação da ordem provocada pela presença desses atores. Segundo a autora, moradores em situação de rua são tidos por transeuntes da cidade, instituições sociais e políticos como a expressão máxima e mais aparente de marginalização social e econômica. Tal visibilidade, associada a suas práticas nômades e itinerantes, traduz ameaças às "definições normativas do espaço urbano" (2009, pp.15), e condensa cotidianamente, e aos olhos de todos, dimensões públicas e privadas de suas vidas. É nessa inversão da ordem esperada dos espaços públicos que possivelmente reside uma das razões dos incômodos relatados entre as(os) agentes pesquisadas(os) ao se referirem a *usos privados* de fontes de água, calçadas, coretos e praças do Centro por moradores em situação de rua e usuários de drogas.

Ainda sobre esse tema, destaco que o documento *Missão das Ações Locais* orienta que as ações de cada AL sigam o *princípio* de "Fazer com que o espaço público local seja oferecido à fruição de todos os cidadãos, impedindo-se a ação abusiva de quaisquer setores que queiram se apossar do espaço público" (Programa Ações Locais, 2013b, pp.01). O item 4 do documento *Atividades de rotina das Ações Locais* enumera 5 indicadores que devem ser observados na área de atuação de cada AL, apontando, uma vez mais, como o tema da presença de moradores em situação de rua na região central é cara às ALs e à AVC. São eles: "Acompanhar a qualidade dos serviços relativos à limpeza, segurança, *presença e atenção a pessoas em situação de rua*, iluminação, ocupação irregular do espaço público e reportar aos órgãos públicos". (Grifo meu. Programa Ações Locais, 2013c, pp.01).

As orientações destacadas desses documentos sugerem o esquadrinhamento de um conjunto de práticas observadas na região central, tais como a presença de meninos e meninas de rua, denúncias de exploração sexual (como pedofilia), presença de moradores em situação de rua e usuários de crack, distribuição de alimentos para a população de rua por ONGs, e utilização do patrimônio *público* para fins *privados* e *indevidos*, e constantemente debatidas pelos(as) agentes da pesquisa. A disponibilização por parte da AVC dessas ferramentas de auxílio ao trabalho das ALs parece indicar que a zeladoria urbana pode ser entendida como uma "tecnologia de vigilância do espaço urbano" (Frangella, 2009, pp.16), uma vez que a reunião de todos esses dados de maneira sistematizada permitiria à Viva o Centro uma visualização ampla dos temas relevantes para as ALs e o planejamento de estratégias de enfrentamento a essas questões via acionamento do poder público ou elaboração de projetos em parceria com a iniciativa privada.

Outras duas categorias relacionadas aos incômodos e frequentemente acionadas em campo foram *noias* e *usuários* (referindo-se a usuários de crack) Ambas figuram como marcadores espaciais e temporais para os(as) moradores(as) e comerciantes da rede pesquisada por indicarem espacialmente locais considerados feios, desagradáveis, tensos e associados à insegurança e ao tráfico de drogas, além de, temporalmente, indicarem um "antes e depois" da presença de usuários de crack, que são vistos como responsáveis pela instauração das tensões acima mencionadas, do início da articulação de moradores e comerciantes, e em alguns relatos de campo, da desvalorização simbólica e econômica de algumas ruas e regiões inteiras.

Além da descrição da construção de alianças políticas nas ALs, CONSEG-Centro e AVC, foi também analisada a Caminhada Noturna, uma atividade de passeios noturnos pela região central da cidade que ocorre desde 2005. A Caminhada não se trata de um espaço apenas de lazer e cultura, mas também de controvérsias e negociações sobre a cidade e especialmente sobre a região central – ao discorrerem sobre temas que consideram importantes, os integrantes falam sobre seus lugares na cidade, sobre o que esperam dela e também da sua relação com outros agentes urbanos, sejam esses outros os *noias*, policiais, movimentos populares, skatistas, vereadores, turistas ou moradores em situação de rua. Os(as) agentes participantes dessa atividade ocupam a cidade de maneira singular, constroem discursos sobre seus usos e ocupações, e buscam modificá-la por meio de seus contatos, inserção em redes, ações e planos para a região central da cidade.

Carlinhos costuma falar bastante durante o passeio e é bem afetuoso com todos(as), cumprimentando muitas pessoas que o conhecem na rua, liderando o que chama de uma *caminhada de amor pela cidade*. A observação da Caminhada sugere que essa atividade busca resgatar a memória associada ao Centro**,** bem como suscitar, nas pessoas que acompanham a atividade, mais atenção e simpatia para com o debate de recuperação da região, bem como um maior envolvimento

com questões relativas à cidade.

Além de sugerir tal aproximação, este resgate da memória associada ao lugar é utilizado, ao menos no plano discursivo de integrantes das atividades, para desfazer a imagem do Centro como uma região degradada e perigosa. A todo o momento, integrantes da Caminhada enfatizam as mudanças positivas pelas quais a região tem passado e de que maneira atividades como essa permitem trazer as pessoas para o *Centro* a fim de apreciarem o que a região possui, bem como para que se construa uma cidade mais agradável para todos.

Posto isso, é possível apontar que existe uma economia em funcionamento nesse cenário, um mercado em movimento, na concepção ampla do termo. Valorizar simbolicamente a região por meio dessa atividade pode trazer benefícios de diferentes ordens para a comunidade envolvida: desmistifica o medo associado ao lugar, traz mais turistas para a região e, consequentemente, para a rede de comércio ali estabelecida, visibiliza questões consideradas importantes para os(as) integrantes, e, especialmente, mantém atualizados o debate em torno da *recuperação* do Centro e a rede de contatos e de afetos de Carlinhos.

Um exemplo dos lastros deixados por tal rede pode ser recuperado pelos panfletos da Caminhada Noturna, pois, além de serem distribuídos durante a atividade para transeuntes, também acompanham alguns de seus integrantes: certa vez vi o panfleto na estante móvel da Biblioteca Mário de Andrade (com materiais que podem ser trocados e retirados), local de trabalho de Lúcia (participante da Caminhada e das reuniões das ALs) e no imã de geladeira da atividade na loja de produtos veganos de Xu (participante da Caminhada) da Galeria do Rock, cujo síndico, Toninho, é presidente do CONSEG-Centro. Observar a presença não-acidental do panfleto da atividade em diferentes espaços logo me remeteu, uma vez mais, à rede de interlocutores(as) da região central etnografada e aos agentes envolvidos(as) na divulgação da atividade.

Apresentar o Centro para as pessoas por múltiplas perspectivas (vide a diversidade de temas da Caminhada Noturna) tem como efeito chamar atenção das(os) participantes para o que algumas Ações Locais consideram pontos positivos e negativos da região, bem como uma maneira de conquistar mais adeptos(as) à suas lutas e reivindicações. Cito como exemplo o caso de Lúcia, bibliotecária da Mário de Andrade, que, após meses como participante das Caminhadas Noturnas, foi convidada por Carlinhos para participar das reuniões às quintas-feiras como representante da Biblioteca Municipal, e consequentemente, alguém que também representaria a Pça. Dom José Gaspar. A Caminhada constitui-se, desse modo, embora não exclusivamente, como uma maneira de dar visibilidade às conquistas e demandas das Ações Locais.

Caminhar pelas ruas durante a noite coloca em evidência odores, substâncias, perigos, medos e riscos que permeiam diversos espaços da região central, especialmente aqueles associados

aos signos tanto de degradação quanto de recuperação. Essa recuperação, contudo, é um processo, e passa pela habitação desses espaços por pessoas, que por sua vez têm corpos vulneráveis a ações (e aqui predomina tema da segurança), substâncias (como os odores do crack e do álcool) e a pessoas (como moradores de rua e noias), gerando uma economia que parece se traduzir por uma equação entre risco e apropriação do espaço como síntese do processo de requalificação.

O termos requalificação, revitalização ou recuperação do centro da cidade são empregados de maneiras variadas e com sentidos diferentes pelas(os) agentes da pesquisa, a depender da situação. Na maior parte do tempo elas(es) não partem do pressuposto de que se trata de uma "região sem vida", ou demograficamente "abandonada", mas sim esquecida pelo poder público, por grandes investidores, pelo turismo, fisicamente *degradada* em algumas regiões, com problemas de infraestrutura em outras (como ruas esburacadas, lixo irregular e má iluminação) e com problemas relacionados ao uso de drogas, abuso de álcool e presença de moradores em situação de rua (esses últimos encarados como de difícil resolução).

Embora a pesquisa de Frúgoli Jr. (2000) e a minha abordem em parte as mesmas instituições (ALs e AVC, com intensidades diferentes em cada um dos casos), os recortes desenvolvidos nos dois casos apresentam singularidades que merecem destaque. Enquanto Frúgoli Jr. analisa profundamente a AVC e etnografa suas relações político-partidárias nas esferas municipal, estadual e até federal (2000: 109), tecendo um panorama que permite compreender os planos da entidade para o Centro, meu recorte enfatiza a mesma lógica de requalificação da região, porém numa escala outra, das Ações Locais, de relações cotidianas do(a) morador(a) com o policial, atingindo mais a escala municipal. O discurso de requalificação e recuperação do Centro é observado nas duas situações de pesquisa, mesmo com um considerável intervalo temporal, mas o escopo, o recorte dos agentes pesquisados e das relações mobilizadas é significativamente diferente, revelando um quadro de complexidade de opiniões e interesses que não me permite, como faz Frúgoli Jr., caracterizar especificamente as práticas das ALs como, em geral, conservadoras (2000: 95), embora em diversos momentos surjam manifestações menos afeitas a uma convivência plural no espaço público.

As práticas e discursos de requalificação observados no período pesquisado não são necessariamente sinônimos de enobrecimento ou gentrificação desses espaços, ao contrário, variados interesses estão em jogo e as disputas atuais e "em aberto" não definiriam de maneira irreversível os destinos da região central da cidade. Como destacado na Introdução, preocupações em torno de temas como enobrecimento e gentrificação foram perdendo força ao longo da pesquisa por não se mostrarem rentáveis analiticamente, ao passo que outros, como análise de controvérsias, participação política, associativismo, interface com o poder público e usos considerados apropriados ou não do espaço foram se mostrando mais proveitosos para guiar tanto as observações

em campo quanto as reflexões posteriores.

Nem toda intervenção na região central da cidade desdobra-se necessariamente numa gentrificação. O exemplo mais recente é o do Pça. Roosevelt apresentado na pesquisa. Ainda que eu não tenha me dedicado a etnografar detidamente esse espaço ou as ALs envolvidas no debate acerca do uso da praça, esse tema invariavelmente emergia através das ALs e o CONSEG-Centro pesquisadas, além de minhas idas à praça para jantar, encontrar amigas e mesmo frequentar alguns eventos públicos que ali ocorriam, como festas e manifestações variadas. A praça passou por uma reforma significativa que remodelou inteiramente seus espaços e seus usos, mas que foi em seguida utilizada de maneira intensiva por grupos de jovens do skate, um público cujos usos recorrentes daquele espaço não apontam uma gentrificação daquele espaço, nem mesmo na elitização do consumo ao redor, que se mantém majoritariamente voltado a atividades teatrais anteriores.

Embora o termo gentrificação possua uma carga política e de denúncia relevantes, ele não é efetivamente capaz de explicar a realidade descrita no meu trabalho e de outras pesquisas (Frúgoli Jr. e Sklair, 2009; Kara-José, 2010; Bourdin, 2008), tendo em vista a complexidade das opiniões e ações que perturbam as polaridades esquemáticas mobilizadas em geral por essa abordagem política. Kara-José (2010), por exemplo, afirma que a região passa por um processo de popularização, o contrário do que prevê um processo de gentrificação e destaca o mesmo cenário plural que presenciei em minha pesquisa (pp. 38-39).

A prática etnográfica me permitiu complexificar as polaridades atribuídas a esse cenário e olhar a região para além da discussão sobre gentrificação, o que, penso, me permitiu acessar dados e interpretações que de outra maneira não seriam possíveis. O centro da cidade de São Paulo possui, de maneira diversa, espaços requintados e com imóveis de alto padrão (como na Av. São Luís e entorno da Pça. da República), consumo voltado a estratos médios e também populares, e espaços como a Luz e a Pça da Sé, marcados por conflitos, tensões, simultaneamente lembrado como um marco histórico relevante da cidade, e atravessado pela carência de direitos de parcela importante de seus habitantes, da construção de moradias de pessoas em situação de rua, pela incidência de subemprego e pelo comércio e uso de drogas. As(os) agentes envolvidas(os) em debates sobre os usos e os destinos dessa região, como argumentei ao longo da dissertação, também acompanham a diversidade social acima mencionada, fazendo do centro da cidade um espaço plural cuja ocupação, aspirações e interesses em jogo estão em disputa cotidiana.

1. Livros e artigos de revistas acadêmicas

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos.* São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, Juliano e CHIZZOLINI, Bianca. "Do maciço ao mito: uma etnografia do Edifício Copan". Texto não publicado preparado para apresentação no simpósio VI Graduação em Campo – organizado pelo Núcleo de Antropologia Urbana da USP – NAU. Setembro de 2008.

AQUINO, Carlos R. F. de. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC),* Dissertação de mestrado. São Paulo, USP. 2008.

ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público.* Campinas, Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARAVECCHIA, Nilce C. *Da luta pela terra urbana à luta pelo direito a cidade: a militância política desafia o conhecimento técnico.* São Carlos, SP: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de Mestrado, 2005.

AVRITZER, L.; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. O associativismo na cidade de São Paulo. In: Leonardo Avritzer. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004.

BARNES, John A. "Redes sociais e processo político". In: FELDMAN-BIANCO, B. (org). *A Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos.* São Paulo: Global, 1987.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. "Introdução" in Bidou-Zachariasen, C.; Hiernaux- Nicolas, D.; Rivière d'Arc, H. (orgs.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos.* São Paulo, Annablume, 2006, p. 21-57.

BLIKSTAD, Karin Deleuse; PATERNIANI, Stella Zagatto. *Expressões do direito à cidade na luta por moradia em São Paulo*. In: XI Encontro Nacional de História Oral, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral, 2012.

BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1971.

BOURDIN, Alain. Gentrification: un concept à déconstruire. *Espaces et Societés*, 2008/1 nº132-133, p. 23-37.

CALDEIRA, Tereza P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

CAPUSSO, Marina A. *Mudanças no centro de São Paulo: o papel do Fórum Centro Vivo*. Bolsa PIBIC/ USP/ CNPq, ago./2007- dez./2008.

CHIZZOLINI, Bianca. "Tecendo a rede: uma etnografia de moradores do centro de São Paulo entre discursos e práticas de requalificação." Relatório final de iniciação científica. São Paulo, USP. 2009.

CRUZ, Ana Paula G.. Para Falar em Nome da Segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp. 2009.

CORDEIRO, Graça Índias. "A Antropologia Urbana entre a tradição e a prática". In: *Etnografias Urbanas*. Cordeiro, G. Í.; Baptista, L. V.; Costa, A. F. da (orgs). Oeiras: Celta Editora, 2003.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.* Dissertação de mestrado. São Paulo, USP. 2007.

DURÃO, Susana. "A rua dos polícias. Visão itinerante". In: *A Rua. Espaço, Tempo, Sociabilidade*. Cordeiro, G. Í.; Vidal, F. (eds). Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

ECKERT, Cornélia. "Cidade e política: nas trilhas de uma antropologia *da* e *na* cidade no Brasil" In Duarte, L. F. D. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia.* São Paulo, ANPOCS, 2010, p. 155-196.

EPSTEIN, Arnold Leonard. "The network and urban social organization ". In: MITCHELL, J.C. (ed) Social *Networks in urban situations. Analyses of personal relationships in central African tows.* Manchester: Manchester University Press, 1969.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (org). *A Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Global, 1987.

FRANGELLA, Simone. *Corpos urbanos errantes. Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 1ª. ed. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2009.

FRÚGOLI JR., Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações nametrópole.*1ª. ed. São Paulo, Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

_____. "Conflitos e Negociações em torno da requalificação do Centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro". *Revista Plural*, São Paulo, n. 8, p. 29-62, 2001.

_____. (Org.) Dossiê Luz, São Paulo. *Ponto.Urbe* (USP), dez./2012.

_____. "Variations sur un quartier du centre de São Paulo". *Brésil(s). Sciences Humaines et Sociales*, n. 3, CRBC/EHESS, p. 49-67, 2013.

FRÚGOLI JR., Heitor; AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de ; COSTA, Daniel de Lucca Reis . Quadro recente dos conflitos sociais no centro de São Paulo: o movimento de luta por moradia e a população em situação de rua. In: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. 25ª RBA, 11 a 14 junho/2006, Goiânia-Goiás-Brasil, Realização: ABA (Associação Brasileira de Antropologia), 2006.

FRÚGOLI JR., Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *In: Cuadernos de Antropología Social* n. 30, FFyL, Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n30/n30a07.pdf. Último acesso em: 27 julho 2013.

FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto.Urbe (USP)*, v. Ano 4, p. 6.0, 2010.

FRUGOLI JR., Heitor; CHIZZOLINI, Bianca. B. *Moradias e práticas espaciais na região da Luz.* Ponto.Urbe (USP), v. 1, p. 1-21, 2012.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, B (org). *A Antropologia das sociedades contemporânea. Métodos*. São Paulo: Global, 1987.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração. Experiências de meninos nas ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JOSEPH, Isaac. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago". In: VALLADARES, L. (Org.). *A Escola de Chicago*: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 93-128.

HANNERZ, U. *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology.* New York: Columbia University Press, 1980.

KARA-JOSÉ, Beatriz. A popularização do Centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, USP: São Paulo, 2010.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos.* São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. "Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas". *Lua Nova*, São Paulo, n° 70, 2007.

KUPER, Adam. *Antropólogos e a Antropologia.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução á teoria Ator-Rede.* Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEACH, Edmund R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996.

MACHADO, Bernardo F. *Iluminando a Cena: um estudo sobre o cenário teatral na década de 1990 em São Paulo.* Dissertação de mestrado. São Paulo, USP. 2012.

MACHADO, Giancarlo M. C. *De carrinho pela cidade: a prática do street skate em São Paulo.* Dissertação de mestrado. São Paulo, USP. 2011.

MAGNANI, José G. C.. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n.49, p. 11-29, 2002.

_____. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole" in Magnani, José G. C. & Torres. Lilian de L. (orgs). *Na metrópole – Textos de Antropologia Urbana.* São Paulo, Edusp, 1996, p. 12-53.

MARQUES, Eduardo. C.. As redes importam para o acesso a bens e serviços obtidos fora de mercados? *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 24, p. 25-40, 2009.

MARTINEZ I RIGOL, Sergi. "A gentrification: conceito e método" in CARLOS, A. F. A. e CARRERA, C.(orgs.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo, Contexto, 2008, p. 98 -121.

MITCHELL, James C. (org.). *Social networks in urban situations: analyses of personal relationships in Central African Towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969.

_____. *The Kalela dance: aspects of social relationships among urban africans in Northern Rhodesia*. Manchester: Manchester University, 1959.

PATERNIANI, Stella Zagatto. *Transitoriedade e permanência: histórias e desenrolares envolvendo a ocupação Mauá, no centro de São Paulo.* Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil. Disponível em:<http://www.ifch.unicamp.br/nepac/sites/default/files/publicacao/2012artigopaternianistella_zagatto.pdf>. Acesso em 24/12/2012.

_____.*Como se constrói uma coletividade? Notas sobre memória e espaço no movimento de moradia de São Paulo*. In: III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012, São Carlos. III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012.

PEIRANO, Mariza. "Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada" in Miceli, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo/Brasília, Ed. Sumaré/Anpocs, 1999, p. 225-266.

RADCLIFFE-BROWN. Alfred R. *Structure and Function in Primitive Societ: Essays and Adresses.* Londres, Cohen & West, 1952.

RUBINO, Silvana. "Gentrification: notas sobre um conceito incômodo". In: SCHICCHI, M.C. e BENFATTI, D. (orgs.). *Urbanismo: dossiê Rio de Janeiro-São Paulo*. Campinas, PUCCAMP/PROURB, 2004, p. 287-286.

_____. "Enobrecimento urbano" In: Fortuna, C. e Leite, R. P. (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos.* Coimbra, Almedina, 2009, p. 25-40.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial.* São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVEIRA, Lais; PUCCINELLI, Bruno; TALHARI, Júlio C.. Reflexões em torno de práticas culturais na Luz. *Ponto.Urbe (USP)*, v. 11, p. 1-26, 2012.

SKLAIR, Jessica. *A filantropia paulistana. Ações sociais em uma cidade segregada.* São Paulo: Humanitas, 2010.

SPAGGIARI, Enrico ; RODRIGUES, W. E. ; FONSECA, I. Z. . Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz. *Ponto.Urbe (USP)*, v. 12, p. 1-33, 2012.

TEIXEIRA, Ana Claudia (org). *Desafios de la construccíon democrática em Brasil – Participación.* São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

VELHO, Gilberto. (org). *O desafio da cidade. Novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

2. Reportagens, artigos e matérias da imprensa

BALAZINA, Afra. "Serra põe rampa antimendigo na Paulista". *Folha Online*, São Paulo, 23/09/2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113368.shtml>. Acessado em: 25/07/2012.

BARONI, Larissa. "Moradores de rua protestam contra possível proibição de sopão em São Paulo". *UOL Notícias.* 29/06/2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/moradores-de-rua-protestam-contra-possivel-proibicao-de-sopao-em-sao-paulo.htm>. Acessado em: 25/07/2012.

_____. "Aos gritos de 'Fora, Kassab', cerca de 200 protestavam contra proibição de sopão em São Paulo". *UOL Notícias.* 06/07/2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/07/06/aos-gritos-de-fora-kassab-cerca-de-200-protestavam-contra-proibicao-de-sopao-em-sao-paulo.htm>. Acessado em: 25/07/2012.

BEDINELLI, T e CORREA, V. "Sem centro de apoio, ação da PM espalha craqueiros em São Paulo". *Folha de São Paulo,* São Paulo, 05.01.2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1030145-sem-centro-de-apoio-acaoda-pm-espalhacraqueiros-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 12/09/2012.

CAMBRICOLI, Fabiana. “Justiça autoriza a volta de ambulantes às ruas de SP”. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 21/06/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1108003-justica-autoriza-a-volta-de-ambulantes-as-ruas-de-sp.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

CARIELLO, Rafael. “Artistas transformam rampa antimendigo da Paulista em ‘casa’”. *Folha Online*, São Paulo, 28/06/2006. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u61853.shtml>. Acessado em: 25/07/2012.

DEODORO, Juliana. “Praça Julio Mesquita terá fonte restaurada”. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 11/08/12. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,praca-julio-mesquita-tera-fonte-restaurada-,914827,0.htm>. Acesso em: 25/07/2013.

_____. “Agressão de GCMs contra skatistas reacende debate sobre o uso da Roosevelt”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08/01/2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,agressao-de-gcms-contra-skatistas--reacende-debate-sobre-uso-da-roosevelt-,981605,0.htm>. Acessado em 21/09/2013.

JORNAL CENTRO EM FOCO. “Caminhada Noturna pela recuperação do Centro continua”. São Paulo, março/abril de 2006, p. 03. Disponível em: <http://www.caminhadanoturna.com.br/pdf/centro%20em%20foco%20pag03_Mar-Abr_06.pdf>, Acesso em 22/09/2013.

_____. “Caminhada Noturna pelo Centro homenageia Monteiro Lobato”. São Paulo, outubro/novembro de 2009, p. 04. Disponível em: <http://www.jornalcentroemfoco.com.br/materias_caminhada/materias_caminhada1.html>. Acessado em: 22/09/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Grupo promove ‘churrascão de gente diferenciada’ na cracolândia”. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 10/01/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1032466-grupo-promove-churrascao-de-gente-diferenciada-na-cracolandia.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

_____. “Justiça proíbe abordagem da PM a morador de rua na cracolândia”. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 26/04/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1081739-justica-proibe-abordagem-da-pm-a-morador-de-rua-na-cracolandia.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

_____.“Kassab cancela licença de ambulantes em ruas de SP”. *Folha de São Paulo,* São Paulo,

22/05/2012. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1093915-kassab-cancela-licenca-de-ambulantes-em-ruas-de-sp.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

_____. "Justiça concede liminar e camelôs podem voltar às ruas em SP". *Folha de São Paulo,* São Paulo, 25/05/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1095523-justica-concede-liminar-e-camelos-podem-voltar-as-ruas-em-sp.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

_____. "Defensoria pede na Justiça a manutenção dos camelôs em SP". *Folha de São Paulo,* São Paulo, 12/06/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1096962-defensoria-pede-na-justica-a-manutencao-dos-camelos-em-sp.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

_____. "Desembargador suspende liminar que liberava camelôs em São Miguel". *Folha de São Paulo,* São Paulo, 12/06/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1103743-desembargador-suspende-liminar-que-liberava-camelos-em-sao-miguel.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

_____. "Após passeata, camelôs protestam em frente à Câmara de SP". *Folha de São Paulo,* São Paulo, 20/06/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1107594-apos-passeata-camelos-protestam-em-frente-a-camara-de-sp.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

_____. "TJ decide que camelôs podem voltar às ruas de São Paulo". *Folha de São Paulo,* São Paulo, 27/06/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1111456-tj-decide-que-camelos-podem-voltar-as-ruas-de-sao-paulo.shtml>. Acessado em: 22/09/2013.

KERBER, Aline. "Internação compulsória para quê?". *Carta Capital,* São Paulo, 07.02.2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/internacao-compulsoria-para-que/>. Acesso em: 25/08/2013.

LEÃO, Ana Letícia. "Especialista defende internação 'à força' para viciados da Cracolândia". *Portal R7,* São Paulo, 10/01/2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/especialista-defende-internacao-aforca-para-viciados-da-cracolandia0120110.html>. Acessado em: 25/07/2012.

MENDES, Gio. "Prefeitura quer proibir sopão grátis no centro". *Jornal da Tarde,* São Paulo, 27/06/2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/prefeitura-quer-proibir-sopao-gratis-no-centro/>. Acessado em: 20/07/2012.

RODRIGUES, Artur; DEODORO, Juliana. “Morador de rua foi retirado do Largo São Francisco para preservar patrimônio, diz Kassab”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11/09/2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,morador-de-rua-foi-retirado-do-largo-sao-francisco-para-preservar-patrimonio-diz-kassab,929153,0.htm> Acessado em 20/09/2013.

3. Documentos

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *Propostas e Compromissos*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1996. Disponível em : <http://www.vivaocentro.org.br/download/publicacoes/propostas_compromissos.pdf>. Acesso em 22/05/13.

_____.“Jornalistas no 2º Networking Viva o Centro querem melhor zeladoria urbana no Centro”. *Informe online*, 2006. Disponível em: < http://www.vivaocentro.org.br/not%C3%ADcias-do-centro/not%C3%ADcias/jornalistas-no-2%C2%BA-networking-viva-o-centro-querem-melhor-zeladoria-urbana-no-centro.aspx>. Acesso em 22/09/13.

_____. Informe Viva o Centro. Ano XVIII fev/mar-2010.

_____. “Praças mantidas pela população”. *URBS*, São Paulo, n.40, p. 08-12, mar./abr. 2006.

DIVERSIDADE, Mundo e CIDADANIA, Transformando Sucata em. *1º Festival de Gastronomia e Cultura do Centro de São Paulo*. São Paulo, Agosto de 2012.

PROGRAMA AÇÕES LOCAIS. Roteiro de ocorrências para zeladoria urbana. *Viva o Centro*, São Paulo. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais/documentos-b%C3%A1sicos.aspx>. Acessado em: 24/09/2013.

_____. Missão das Ações Locais. *Viva o Centro*, São Paulo. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais/documentos-b%C3%A1sicos.aspx>. Acessado em: 24/09/2013.

_____. Atividades de rotina das Ações Locais. *Viva o Centro*, São Paulo. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais/documentos-b%C3%A1sicos.aspx>. Acessado em: 24/09/2013.

ANEXO I – Ações Locais

1.1. Ações Locais ativas

Ação Local 7 de Abril
Ação Local 15 de Novembro/ Antonio Prado
Ação Local 9 de Julho I
Ação Local Álvares Penteado/ Patriarca
Ação Local Amaral Gurgel
Ação Local Avanhandava
Ação Local Barão de Itapetininga
Ação Local Bento Freitas
Ação Local Brigadeiro Tobias
Ação Local Casper Líbero II
Ação Local Ipiranga I
Ação Local Ipiranga III
Ação Local Ladeira da Memória
Ação Local Largo do Arouche
Ação Local Largo São Bento
Ação Local Largo São Francisco
Ação Local Marconi
Ação Local Paissandu
Ação Local Páteo do Colégio / Boa Vista
Ação Local Ramos de Azevedo
Ação Local Rego Freitas
Ação Local República I
Ação Local República II
Ação Local Roosevelt
Ação Local Rua São Bento
Ação Local Santa Isabel
Ação Local São João /Júlio Mesquita
Ação Local São Luís
Ação Local Sé
Ação Local Senador Feijó/ Benjamin Constant

1.2. Ações Locais Inativas

Ação Local Anhangabaú
Ação Local Antonio Prado
Ação Local Consolação
Ação Local 24 de Maio
Ação Local Epitácio Pessoa/
Ação Local Francisca Miquelina
Ação Local General Jardim
Ação Local Ifigênia I
Ação Local João Mendes
Ação Local José Bonifácio
Ação Local Líbero I
Ação Local Líbero II
Ação Local Major Sertório
Ação Local Maria Paula
Ação Local Marques de Itu
Ação Local Nestor Pestana
Ação Local República III
Ação Local Rio Branco I
Ação Local Rio Branco II
Ação Local São Francisco
Ação Local Teodoro Baima
Ação Local Vieira de Carvalho
Ação Local Xavier de Toledo

1.3. Ações Locais em processo de implantação

14 de Julho
24 de Maio
Álvaro de Carvalho
Andradas I
Andradas II
Asdrubal do Nascimento
Aurora I
Aurora II
Barão de Limeira
Barão de Paranapiacaba
Brigadeiro Luís Antonio
Carmo
Cásper Líbero I
Clóvis Bevilácqua
Conde de Sarzedas
Conselheiro Crispiniano
Conselheiro Nébias
Conselheiro Ramalho
Consolação I
Dom José Gaspar
Dr. Lund / Estudantes
Duque de Caxias I
Duque de Caxias II
Epitácio Pessoa / Teodoro Baima
Francisca Miquelina
Francisco de Souza
Genebra
General Carneiro
General Couto de Magalhães
General Jardim
General Osório I
General Osório II
Glicério
Guaianases
Gusmões I
Gusmões II
Ipiranga II
Jaceguai / Pç Perola Byington
João Mendes
José Bonifácio / Direita
Liberdade
Líbero Badaró
Major Diogo
Major Quedinho
Major Sertório
Maria Paula
Marquês de Itu
Martins Fontes
Mauá
Nestor Pestana
Paula Souza I
Paula Souza II
Pç São Vito
Prestes Maia
Protestantes
Quintino Bocaiúva
Rangel Pestana
República III
República IV
Rio Branco I
Rio Branco II
Rua do Arouche
Santa Ifigênia I
Santa Ifigênia II
Santo Antonio
São Domingos
Senador Queirós
Timbiras
Triunfo
Vale do Anhangabaú
Vieira de Carvalho
Vitória I
Vitória II
Xavier de Toledo

ANEXO II – Roteiros das Caminhadas Noturnas utilizados na elaboração do mapa III

01.03.12 – Tema: Mês das Águas - Rios Aprisionados - Enchentes desoladoras

Início: Teatro Municipal

O trajeto se iniciou pela R. Cel. Xavier de Toledo até o Lgo. da Memória; em seguida percorreu-se um pequeno trecho da Av. 9 de Julho e toda a extensão da Passarela dos Piques até a R. José Bonifácio. Percorreu-se um longo trecho dessa rua em direção à Pça. da Sé. Virou-se à esquerda na R. Quintino Bocaiuva, e depois à direita na R. Direita, desembocando na praça. Andou-se até o Marco Zero, retornando à R. Direita em seguida. Andou-se alguns metros nessa rua e virou-se à direita na R. Álvares Penteado. Em seguida virou-se à esquerda na R. da Quitanda até encontrar a Pça. Patriarca. Caminhou-se em direção ao Viaduto do Chá até retornar ao Teatro Municipal.

15.03.12 – Tema: Rio Bixiga, com o Prof. Sadalla Domingos (POLI-USP)

Início: Teatro Municipal

O trajeto se iniciou pela R. Cel. Xavier de Toledo até a Biblioteca Mário de Andrade; cruzou-se a R. da Consolação e percorreu-se o Vd. 9 de Julho até o Vd. Jaceguai. Ali, cruzou-se o viaduto em direção à R. Japurá. Retornou-se pela mesma rua, e pelos mesmos viadutos em direção ao Bar do Estadão, no Vd. 9 de Julho, onde o passeio se encerrou.

14.06.12 – Tema: O legado da família Matarazzo, com o convidado Andrea Matarazzo

Início: Teatro Municipal

A atividade iniciou percorrendo o Viaduto do Chá até a Pça. Patriarca. Seguiu-se pela R. Direita até R. Álvares Penteado, onde virou-se à esquerda. Seguiu-se algumas quadras nessa rua e virou-se à direita na R. XV de Novembro até alcançar a Pça. Antonio Prado. Dali, segui-se pela Av. São João até o Vale do Anhangabaú, e subindo pela Pça. Ramos alcançou-se o final do roteiro, no teatro Municipal.

05.07.12 – Tema: Lobisomem no Centro, como Costa Sena, e sarau na Pça da República.

Início: Teatro Municipal

Uma Caminhada curta que se iniciou no Vale do Anhangabaú, passando antes pela Pça. Ramos. Virou-se à esquerda na Av. São João e caminhou-se até a Pça. Júlio de Mesquita, para em seguida caminhar pela R. Aurora, e virar à esquerda na Av. Vieira de Carvalho, até alcançar o centro da Pça. da República, onde foi realizado um sarau para encerrar a atividade.

16.08.12 – Tema: Adoniran Barbosa

Início: Teatro Municipal

Iniciou-se a atividade percorrendo a R. Cons. Crispiniano, em direção ao Lgo. Paissandu; virou-se à esquerda na Av. São João e segui-se reto até a Pça. Júlio de Mesquita. Em seguida percorreu-se a R. Aurora em direção à Pça. da República, cruzou-se a praça até a R. Barão de Itapetininga em direção ao Teatro Municipal, onde a atividade se encerrou.

30.08.12 – Tema: Fonte da Pça. Júlio de Mesquita

Início: Teatro Municipal

Iniciou-se pela Pça. Ramos em direção ao Vale do Anhangabaú, e caminhou-se até a Av. São João. Virou-se à esquerda na mesma avenida percorrendo toda sua extensão até a Pça. Júlio de Mesquita. Em seguida virou-se na R. Aurora em direção à Pça. da República, cruzou-se a praça até a R. Barão de Itapetininga em direção ao Teatro Municipal, onde a atividade se encerrou.

08.11.12 – Tema: Minhocão, com Nabil Bonduki

Início: Teatro Municipal

A Caminhada iniciou pela R. Barão de Itapetininga, sentido Pça. da República. Atravessou-se a Pça. da República até a Av. Vieira de Carvalho, e caminhou-se nessa avenida até o Lgo. do Arouche. Cruzou-se o Largo em direção ao Terminal Amaral Gurgel (sob o Elevado Costa e Silva) e seguiu-se pela R. Amaral Gurgel até o Lgo. Sta. Cecília, onde virou-se à direita na R. das Palmeiras. Seguiu-se até a Pça. Marechal Deodoro, e em seguida até o acesso de carros do Elevado Costa e Silva (que à noite é interditado para carros e motos). Caminhou-se pelo Elevado até a saída da Pça. Alfredo Paulino onde os participantes de dispersaram.

25.01.13 – Tema: Caça aos fantasmas - edição especial aniversário de São Paulo

Início: Teatro Municipal

A atividade iniciou percorrendo-se o Viaduto do Chá até a Pça. Patriarca, seguiu-se pela R. da Quitanda, virando à esquerda na R. Álvares Penteado, depois à direita na R. do Comércio, e novamente à direita na R. XV de Novembro. Percorreu-se toda a extensão dessa rua até alcançar a Pça. da Sé. Atravessou-se a praça em direção à Catedral da Sé, caminhou-se pela R. Felipe de Oliveira, atravessou-se a praça novamente até alcançar a R. Roberto Simonsen. Caminhou-se por essa rua até chegar à R. Anchieta, no Páteo do Colégio. Seguiu-se pelo Vd. Boa Vista, R. Boa Vista, Vd. Sta. Efigênia e R. do Seminário. Virou-se à esquerda na R. Antônio de Godói e seguiu-se pela

mesma rua até cruzar a Av. São João e alcançar a R. Dom José de Barros e o cinema com o mesmo nome, onde a atividade se encerrou.

ANEXO III - Documentos das Ações Locais

1. Roteiro de ocorrências para zeladoria urbana
2. Missão das Ações Locais
3. Atividades de rotina das Ações Locais

ROTEIRO DE OCORRÊNCIAS PARA ZELADORIA URBANA

Viva o Centro
São Paulo

TIPO	OCORRÊNCIA	OBSERVAÇÃO
Limpeza	A varrição não está sendo feita conforme o contratado	
	Não está havendo lavagem da rua / praça	
	Coleta de lixo ocorrendo fora do horário definido	
	Lixeira(s) danificada(s)	
	Estabelecimento(s) colocando lixo na calçada fora do horário estipulado	
	Empresa(s) distribuindo panfletos pela rua	
	Pichação em monumento público	
Água e Esgoto	Vazamentos de água	
	Vazamentos de esgoto	
	Exalação de odores provenientes de esgoto	
Bueiro	Bueiro(s) entupido(s)	
Calçada/ Leito	Buracos abertos na calçada não reparados adequadamente	
	Buracos abertos	
	Calçada danificada	
	Faixa de pedestre obstruída	
Luz e Força	Lâmpada(s) apagada(s)	
	Poste(s) apresentam defeitos (como curto-circuito/especificar)	
	Poste(s) localizado(s) com problemas de manutenção	
	Poste(s) com avarias causadas por acidentes de trânsito e outros (especificar)	
	Poste utilizado como fonte de ligação clandestina	
	Grelhas de ventilação dos transformadores obstruídas	
Táxi e Ônibus	Cobertura (construção irregular) em ponto de táxi	
	Abusos por parte dos motoristas do ponto de táxi (conversões proibidas, bloqueio da travessia de pedestres, estacionamento em fila dupla, especificar)	
	Ônibus fretados estacionados irregularmente	
Áreas Verdes	Árvores precisando de poda	
	Árvores comprometidas e ameaçando cair.	
	Árvores doentes necessitando de cuidados especiais	
	Árvores colocando em risco a rede elétrica	
	Gramado da praça necessitando de manutenção	
	Canteiros da praça necessitando de manutenção	
	Água da fonte localizada na praça está suja.	

Missão das Ações Locais

Ações Locais são núcleos de participação comunitária que objetivam melhorar a qualidade de vida das pessoas e as condições de operação das organizações em cada rua/praça do Centro de São Paulo.

Cada Ação Local deve congregar pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em uma determinada microrregião do Centro de São Paulo – a sua área de atuação – para, em caráter cívico e representativo, sem fins lucrativos, e de formar apartidária, colaborar com a Associação Viva o Centro na valorização e desenvolvimento permanente do Centro de São Paulo em seus aspectos funcional, urbanístico, econômico, cultural, social, ambiental, educacional, turístico, e de lazer, - especificamente em sua área de atuação – estimulando o espírito de confraternização, responsabilidade e cidadania em todos os que habitam ou frequentam essa região.

Princípios

Em sua atuação, cada Ação Local deverá ser fiel aos seguintes princípios:

• Agir sempre dentro da lei e da ética preservando os valores históricos da cidade e promovendo os valores humanos e a atitude cidadã;

• Valorizar o Centro como espaço emblemático da metrópole, defendendo o patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico existente na sua área de atuação;

• Fazer de sua área de atuação, um local por excelência de fruição cultural e realização profissional dos cidadãos;

• Fazer com que o potencial da infraestrutura já instalada em sua área de atuação seja plenamente utilizado em favor do Centro e da cidade como um todo, facilitando e estimulando projetos públicos e privados no local;

• Incentivar a recuperação da paisagem urbana do local, propugnando por incentivos eficientes do poder público e participação ativa da iniciativa privada;

• Fazer com que o espaço público local seja oferecido à fruição de todos os cidadãos, impedindo-se a ação abusiva de quaisquer setores que queiram se apossar do espaço público;

• Fazer com que sua área de atuação se torne modelo de gestão integrada do espaço e dos serviços públicos, objetivando sua qualidade e excelência;

• Valorizar o papel do Centro como fator preponderante para o desenvolvimento geral da metrópole.

• Manterá seu quadro de participantes o mais representativo possível dos interesses públicos e privados presentes na sua área de atuação;

Formas de Atuação

Para a consecução de suas metas e objetivos, cada Ação Local se utilizará das seguintes formas de atuação:

• Promoverá reuniões para permitir troca de idéias e experiências de seus participantes e dos interessados nas questões urbanas de sua área de atuação;

• Promoverá pesquisas sobre a realidade local e incentivará soluções criativas baseadas nos resultados dessas pesquisas;

• Desenvolverá e apoiará programas educacionais e publicações para seus participantes e para o público local;

• Contribuirá para elevar os padrões de uso de sua área de atuação pela troca de experiência e conhecimento;

• Reconhecerá e divulgará iniciativas que se destaquem no sentido da requalificação do local;

• Encorajará a interação entre seus participantes para a realização das metas da Ação Local;

• Promoverá e divulgará a sua área de atuação como local de moradia, trabalho, estudo, entretenimento, fruição cultural e desenvolvimento da cidadania, fortalecendo a diversidade existente no local, em todos os sentidos;

• Servirá como elo eficiente entre o poder público, as instituições e a sociedade local, no processo de requalificação urbana de sua área de atuação;

• Colaborará com a Associação Viva o Centro, no âmbito de sua área de atuação.

As Ações Locais são independentes entre si e em relação à Associação Viva o Centro.
"**Ação Local**" é uma Marca Registrada de propriedade da Associação Viva o Centro.
Cada **Ação Local** deve exercer suas atividades exclusivamente nos limites de sua microrregião.
As Ações Locais não podem falar em nome da Viva o Centro e nem em nome umas de outras.

PROGRAMA
AÇÕES LOCAIS

ATIVIDADES DE ROTINA DAS AÇÕES LOCAIS

(EXECUTADAS OU COORDENADAS PELA DIRETORIA DA AÇÃO LOCAL)

1. Atualização / ampliação da lista de contatos relativo à área de atuação da Ação Local
Encaminhar correções e novidades para a Viva o Centro atualizar. Isso permitir com que a Ação Local tenha sempre os contatos atualizados de sua comunidade.

2. Ampliação do quadro de particiantes da Ação Local
A Viva o Centro pode fornecer a lista de pessoas físicas e jurídicas estabelecidas na área de atuação da Ação Local e que constam na lista de contatos da entidade, mas ainda não são associadas da Ação Local. Quanto maior a representatividade na sua região, mais força ela terá

3. Ampliação do quadro de ofertantes da Rede de Benefícios Viva o Centro
Incentivar empresas e estabelecimentos de sua área de atuação a integrar-se à Rede, com vantagens para todos os participantes.

4. Acompanhamento dos "5 indicadores" na área de atuação da Ação Local
Acompanhar a qualidade dos serviços relativos à limpeza, segurança, presença e atenção a pessoas em situação de rua, iluminação, ocupação irregular do espaço público e reportar aos órgãos públicos.

5. Ampliação da participação nas reuniões de Diretoria e nas Assembléias da Ação Local
Para facilitar a participação nessas reuniões, identificar melhores locais, horários e dias para as reuniões, e montagem de calendário anual. Lembre-se que, para a Ação Local ter força, ela precisa representar a comunidade de sua região.

6. No caso de constatação de problemas, seja no espaço público, seja em propriedades particulares, solicitar por escrito providências aos órgãos competentes do poder público e/ ou estabelecimentos comerciais, proprietários / síndicos
Enviar sempre cópias dessas solicitações para a Viva o Centro que poderá reforçar seus pedidos.

ANEXO IV – Tabela de presença dos(as) agentes da pesquisa na rede

rede e presença

		Olívia	Raquel	Marina	Renata	Úrsula	Artur	Bruno
Caminhada Noturna	05.04.12							■
reunião com Ortega – Virada Cultural	04.05.12							
AL	10.05.12			■		■		
2ª reunião Virada Cultural – José Mauro	11.05.12							
AL	17.05.12							
CONSEG-Centro	22.05.12	■	■					
AL	24.05.12			■		■		
CONSEG-Centro	19.06.12						■	
AL	21.06.12		■		■		■	
AL	28.06.12		■	■		■		
AL	05.07.12			■	■	■		
AL	12.07.12		■	■			■	
CONSEG-Centro	17.07.12	■						
AL	26.07.12			■	■	■	■	
Roda de conversa com Bonduki e Camilo	31.07.12							
AL	02.08.12				■	■	■	
AL	09.08.12			■		■	■	
Caminhada Noturna	09.08.12							■
AL	16.08.12			■		■		
CONSEG-Centro	21.08.12	■		■		■	■	
AL	23.08.12			■				
AL	30.08.12			■				
Caminhada Noturna	30.08.12							■
AL	06.09.12			■				
CONSEG-Centro	18.09.12	■				■	■	
AL	20.09.12					■	■	
Reunião com Ortega, na AVC.	04.10.12					■		
AL	11.10.12					■		
AL	18.10.12				■		■	
AL	31.10.12						■	
AL	08.11.12							
Caminhada Noturna	08.11.12							■
CONSEG-Centro	13.11.12	■						
AL	22.11.12							
AL	29.11.12					■	■	
AL	06.12.12					■		
CONSEG-Centro	11.12.12	■				■	■	
AL	13.12.12					■		
AL	20.12.12						■	
AL	10.01.13							
CONSEG-Centro	22.01.13	■					■	
AL	14.02.13					■		
Premiação das ALs a colaboradores.	02.03.13					■		

Carli-nhos	Carlos M.	Arnaldo	Cida	Celso Reeks	Tiago	Edson	Inês	Dulce	Edsom Ortega	Elza	Eze-quiel	Gatonni	Gilberto Natalini	Ana Clara
■	■									■				
■			■		■				■					■
■			■		■									■
■					■				■					■
■		■	■											■
■		■	■		■	■								
■		■	■											■
■	■				■		■					■		■
■	■		■											■
			■											
■			■											■
■			■											■
■					■		■							■
■			■											
■					■									
■			■											
■			■											■
	■						■			■				
■			■					■						■
■					■		■							■
■														■
■	■							■						■
■										■				
			■					■				■		■
■					■	■	■							
■			■					■						■
■			■		■				■					■
■			■					■						■
■												■		
■			■				■							■
■			■									■		■
■							■							
■			■				■					■		■
■							■							
■			■				■							
■			■				■							
■			■				■							
■			■				■							
■			■				■							
■			■		■									
■			■											
■			■											■
■	■	■	■					■	■					■

rede e presença

UBS	Hildo	Rita	José Bordini	Laer-cio	Lai	Flávia	Luis	Luiz B.	Luci	Patrí-cia	Marco Antonio Ramos Almeida	Maria-na	Sol	Neusa	Lúcia
				■											■
						■				■					
											■	■			
						■				■					
								■							
						■				■					
						■									
						■									
						■				■					
						■				■					
										■					
			■												
						■				■					
										■					
										■					
										■					
	■								■						■
						■									
						■				■			■		
						■				■					
										■					
				■	■		■							■	■
						■				■					
						■				■					
						■									
										■					
						■				■					
						■									
						■				■					
										■					
	■			■											
						■									
						■				■					■
■															
■		■								■			■		
										■					■
															■
										■					
■						■									■
															■

Carina	Ingrid	Roberto	Robson	Sergio	Silvia	Claudete	Bel	Toninho	Vanda	Camilo	Nabil Bonduki	Leonardo LIMPURB	Zare
■						■		■					
■			■					■					
■								■					
			■				■	■					■
	■				■	■		■					
■			■				■						
	■							■					■
■			■			■							
■													
■													
	■				■			■					
		■											
										■	■		
■								■					
■													
				■									
■		■											
	■	■											
■		■											
■													
■													
	■							■					
■													
■			■					■					
■													
■								■					
■								■				■	
■													
				■							■		
								■					
■								■					
■								■	■				
■								■	■	■		■	
	■							■				■	
■									■				
■			■										
								■					
	■		■	■				■					
■			■										
■								■		■			

rede e presença

Tucu-mantel	GCM	Ademil-son	Marcos	Trapiah	Ana	Nilson	Narciso	Ivo	Siquei-ra	Lotar-do	Venân-cio	Wilson	Nobre	Nelson ILUME
								■						
				■										
■	■				■									
■	■											■		■
							■							
			■											
■	■								■					
			■											
			■											
■													■	
			■											
			■											
■	■												■	
			■											
		■									■			
											■		■	
■	■												■	
		■									■			
		■												
						■				■	■			
■	■										■			
		■												
		■						■						
	■													
■	■												■	
		■									■			
											■			

CET	Francisco Rueda subprefeitura da Sé